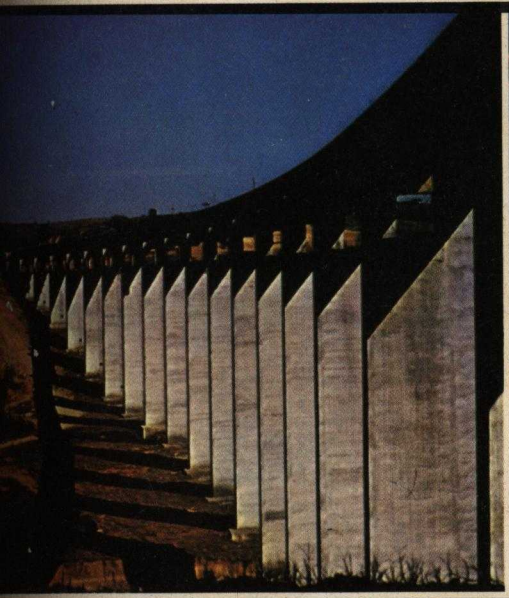
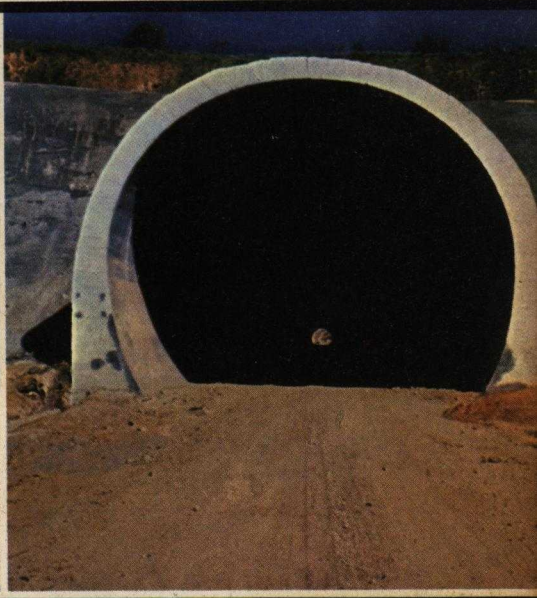
A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS







A ENGEFER
e o Sistema
Ferroviário Brasileiro
Eliano Moreira de Souza

engef

Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo
Golbery do Couto e Silva

MAR/ABR-81
Nº 694

A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Págs.

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

O MUNICÍPIO COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL — *Prof José Alberto de Assumpção* 21
POLÍTICA AGROPECUÁRIA — *Min Amaury Stabile* 29
ELEMENTOS POLÍTICOS DO PODER — *US Army Command & General Staff School* 41
CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL — O PODER EXECUTIVO — *Min Golbery do Couto e Silva* 61
AMÉRICA CENTRAL — CARIBE: ÁREA VULNERÁVEL DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL — *Prof Therezina de Castro* 77
O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MERCADO JARRÍN — *CC Victor Ricardo Ramos Ormeño (Marinha do Peru)* 89
AS RAÍZES DA CRISE BRASILEIRA — *Min José Maria Vilar de Queiroz* . 163

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

A ENGEFER E O SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO — *Eng Eliano Moreira de Souza* 5
A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: TEMPO, CAPITAL E TECNOLOGIA — *Rubem Vaz da Cunha* 181
BNH ULTRAPASSA META HABITACIONAL EM 1980 — *Informe Especial* 189

ORGANIZAÇÃO, TÁTICAS E TÉCNICAS MILITARES

A CALCULADORA ELETRÔNICA HP 41C NA ARTILHARIA DE COSTA — *Maj Art Roberto S. Mascarenhas de Moraes e Maj Art Newton Luiz Sother Pequeno Vaz* 119
O EXÉRCITO FRANCÊS — A REORGANIZAÇÃO DE 1976 — *Maj Inf Maurice Albert Philippe Beaugendre (Exército da França)* 123
A VITÓRIA NA PRIMEIRA BATALHA — *Maj Floyd V. Churchill (Exército dos EUA)* 151

GEOGRAFIA, HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO

ORAÇÃO ALUSIVA ÀS VITÓRIAS DA FEB NA ITÁLIA — *Gen Div Octavio Pereira da Costa* 169

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PETRÓLEO & ÁLCOOL — *Gen João Baptista Peixoto* 113
TELEMÁTICA NA AVIAÇÃO COMERCIAL — *Eng Helmut Antonio Rudiger* 173

REGISTROS 193
INFORMAÇÕES 197
LIVROS 199

A DEFESA NACIONAL — Rio de Janeiro, RJ
ANO 68 — Número 694

A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Art José Pordeus Maia; DIRETOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRETOR-TESOUREIRO: Ten Cel Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDATORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelhos Reis; Cel Cav Edson Alves Mey; Desembargador Antonio Arruda; Ten Cel Art Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Francisco Stuart Campbell Pamplona; Ten Cel Eng José Galaôr Ribeiro; Ten Cel Inf Roberto Silvio Duarte Oliveira; Ten Cel R/1 Alcestes Guanabarino de Oliveira; CF José Correia de Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Ten Cel Art Marcello Rufino dos Santos; Maj Inf Hiram de Freitas Câmara; Maj Inf Marco Antonio Sávio Costa; Prof José Alberto de Assumpção; EDITORAÇÃO: José Livio Dantas; PUBLICIDADE: Floriano Serpa.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr$ 500,00 — Exterior — US$ 35.00 — Número avulso — Cr$ 100,00. As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 283-3030 — CEP 20.221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:
Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ

A ENGEFER E O SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO

Eliano Moreira de Souza

Engenheiro, Presidente da Empresa de Engenharia Ferroviária S.A. (ENGEFER), subsidiária da Rede Ferroviária Federal S.A.

Cel R1 do Exército, diplomado pelo Instituto Militar de Engenharia e possuidor dos cursos da ECEME e da Escola Superior de Guerra (França).

Os Transportes — uma atividade-meio da economia nacional — se constituem em grandes consumidores de derivados de petróleo, bem como seus investimentos são elevados e vultosos. Assim, dois aspectos são relevantes na atual formulação da Política Nacional de Transportes: a CRISE DO PETRÓLEO e a INFLAÇÃO.

O Governo Brasileiro vem procurando associar a Política Nacional de Transportes à política de uso e conservação da energia, no sentido de racionalizar e diminuir o consumo dos derivados de petróleo, especialmente através de meios capazes de assegurar:

— maior economicidade no uso da energia propulsora em relação ao volume de carga transportada;

— a utilização mais acentuada de energia derivada de fontes renováveis.

Pelo lado antiinflacionário, uma premissa importante se destaca na nossa política, qual seja a racionalização dos investimentos, para que as aplicações financeiras se façam em função dos recursos disponíveis e nas modalidades de menor custo operacional.

Para atender aos objetivos nacionais no campo da Energia e dos Transportes, foi elaborado, em 1979, o "Programa de Transporte para a Economia de Combustíveis", que busca alterar sensivelmente a estrutura do transporte de passageiros e de cargas no país.

O programa se sintetiza no incremento do uso das modalidades de transporte de maior eficiência energética, através de um grande esforço para:

— a expansão do transporte ferroviário e hidroviário de carga;

— o desenvolvimento do transporte de massa, especialmente no que tange a ferrovias metropolitanas, ônibus em faixas seletivas, trolebus e, onde possível, sistemas de barcas urbanas.

Assim, o transporte ferroviário volta a adquirir importância fundamental na

problemática dos nossos transportes. Investimentos substanciais serão aplicados na infra-estrutura dos transportes ferroviários de cargas, particularmente nas linhas dos Corredores de Exportação, visando:

— à redução dos custos operacionais ferroviários;

— à captação de cargas que sobrecarregam outros meios de circulação, em particular, o rodoviário.

O objetivo é capacitar o sistema ferroviário a dar pleno atendimento ao transporte de cargas tipicamente ferroviárias, desenvolvendo, ao mesmo tempo, esforço abrangente, que envolva:

— transporte intermodal;

— armazenagem;

— comercialização;

— aperfeiçoamento da capacidade operacional;

— integração de suas ferrovias.

A ENGEFER — ATRIBUIÇÕES E EMPREENDIMENTOS

A Empresa de Engenharia Ferroviária S/A — ENGEFER, com sede no Rio de Janeiro, é uma subsidiária da Rede Ferroviária Federal S/A — RFFSA e foi criada em 1974 para estudar, projetar e realizar os empreendimentos ferroviários constantes dos planos e programas estabelecidos pelo Ministério dos Transportes.

Os empreendimentos delegados à ENGEFER totalizam cerca de 2.000 km de ferrovias a serem implantadas, e são os seguintes:

a. Na Bahia:

— o segmento Itatim—Mapele, da Variante Iaçu—Mapele (com 241 km de extensão), passando por Feira de Santana, objetivando a substituição da linha existente, cujas precárias condições técnicas oneram a operação e restringem o crescimento da demanda.

b. Em Minas Gerais, os segmentos:

— Celso Bueno—Araguari, com cerca de 120 km de extensão, que permitirá melhorar as condições do transporte ferroviário que demanda Brasília e, interligá-lo à Ferrovia do Aço.

— Itutinga—Perdões, com 70 km de extensão, desenvolvendo-se pelo vale do rio Grande, visando a permitir o escoamento do calcário da Região de Arcos e melhorar a ligação com Brasília, através da Ferrovia do Aço.

— Ipatinga—Capitão Martins—Ponte Nova—Visconde do Rio Branco, com cerca de 223 km de extensão, objetivando atender melhor ao escoamento da produção da Siderúrgica Usiminas e, passando por Viçosa, substituir a linha existente, cujas características técnicas já não atendem às necessidades atuais.

— A Ferrovia do Aço, com 738 km de extensão, que ligará Belo Horizonte a São Paulo, dispondo de um ramal entre Itutinga e Volta Redonda, o qual mede 181 km.

— Anel Ferroviário de Belo Horizonte, que permitirá:

— interligar a Ferrovia do Aço às linhas que servem a Região Metropolitana de Belo Horizonte;

— conectar os sistemas ferroviários que convergem para a capital mineira;

— adequar terminais de cargas, intermodais, e os pátios de formação às linhas conectadas;

— retirar do centro urbano as ligações ferroviárias destinadas ao transporte de carga.

c. Em São Paulo:

— o segmento São Bernardo do Campo—Ribeirão Pires, com 40,5 km de extensão, integrante da Asa Sul (Lotes 3 e

4) do Anel Ferroviário da capital paulista, para interligar a E.F. Santos–Jundiaí (9.ª Divisão/RFFSA) com o Ramal de Santos (FEPASA), evitando trens de carga nos sistemas metropolitanos daquela capital.

d. No Paraná:

– os segmentos Guaíra–Cascavel, com 135 km de extensão; Foz do Iguaçu–Cascavel, com 147 km de extensão; Guarapuava–Cascavel, com 243 km de extensão, e os subtrechos, do Planalto e da Serra, da Nova Ligação Ferroviária Curitiba–Paranaguá, com 97 km de extensão, constituindo a chamada Ferrovia da Soja que tem por finalidade o atendimento às exigências do Corredor de Exportação de Paranaguá, por onde são escoadas as principais produções do país, no que tange a cereais em grão (soja, trigo, sorgo) e madeira.

e. Em Santa Catarina:

– o segmento Rio Fiorita–Lauro Müller (Ramal de Treviso), com a finalidade de integrar o sistema de escoamento da produção de carvão daquele Estado.

f. No Rio Grande do Sul:

– o acesso às minas de Candiota (Ramal de Candiota);

– a malha ferroviária das Minas de Leão, Recrio, Butiá, Charqueadas e São Jerônimo (Malha do Baixo Jacuí);

– o segmento Cachoeira do Sul–Irùí (Ramal de Iruí).

g. Os segmentos ferroviários programadas para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul integram as denominadas Ferrovias do Carvão e têm por finalidade melhorar o escoamento de carvão das zonas produtoras.

h. Além desses Empreendimentos a ENGEFER participa dos estudos iniciais e do anteprojeto da Ligação Ferroviária Guaíra–Assunção.

FERROVIA DO AÇO

O estudo da malha ferroviária compreendida no triângulo econômico Belo Horizonte–Rio de Janeiro–São Paulo, que detém 10% da área, 40% da população e 60% da renda interna do país, mostrou a necessidade de construção de uma ferrovia de características técnicas modernas que viesse dinamizá-la.

Daí a decisão, tomada pelo Governo em 1974, de construir a Ligação Belo Horizonte–São Paulo, com um ramal para Volta Redonda, importante centro siderúrgico nacional.

Para atender ao plano de expansão da indústria siderúrgica e da exportação de minérios, decidiu-se pela execução do empreendimento em duas etapas: a primeira, ligando Belo Horizonte a Volta Redonda, onde se dará a conexão com a Ligação Ferroviária Rio de Janeiro–São Paulo, em busca do corredor de exportação que converge para os portos do Rio de Janeiro e de Sepetiba; a segunda, prolongando a ferrovia, a partir de Itutinga, até o Estado de São Paulo, objetivando, sobretudo, suprir o parque industrial paulista com os insumos provenientes de Minas Gerais.

Essa nova ferrovia, que passou a ser conhecida como Ferrovia do Aço em virtude de sua estreita vinculação com o programa siderúrgico e a exportação de minérios, constitui um empreendimento de grande importância para o país pela melhoria que trará ao sistema ferroviário brasileiro no transporte de diversificada gama de produtos, dentre os quais se destacam: minério de ferro, calcário, cimento e produtos siderúrgicos.

A primeira etapa foi iniciada, pela ENGEFER, em 1975. Entretanto, em

função da crise econômica mundial, houve uma sensível redução no fluxo de recursos previstos para a sua construção provocando, a partir de maio/76, uma acentuada desaceleração do ritmo das obras.

Face a essa restrição, a ENGEFER, de 1976 a 1978, orientou a atuação das empreiteiras no sentido da preservação das obras realizadas e prosseguimento dos trabalhos conforme os recursos disponíveis dando prioridade às obras consideradas críticas (túneis extensos ou de difícil execução e infra e meso estrutura dos viadutos).

Em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, realizada em 25 de abril de 1979, o Sr. Presidente da República, com base na exposição feita pelo Sr. Ministro dos Transportes, decidiu pela conclusão, a curto prazo, da Ferrovia do Aço, no trecho considerado prioritário (Jeceaba—Itutinga—Volta Redonda), que mede cerca de 400km, incluídos pátios, acesso e ligações (redução da primeira etapa).

Características Técnicas

A ferrovia apresenta características técnicas bastante evoluídas em relação às até então adotadas no Brasil, trazendo inovações que se refletirão nos futuros projetos ferroviários brasileiros.

As características avançadas, embora importem em um investimento mais pesado, objetivam reduzir ao mínimo os custos operacionais, orientação economicamente correta quando se trata de ferrovias de grande densidade de tráfego, como é o previsto para a Ferrovia do Aço. Em termos práticos, a adoção dessas características, permitirá:

— velocidade de trens cargueiros — até 60 km/h;

— velocidade de retorno (trens vazios) — até 90 km/h;

— aumento considerável da vida útil dos trilhos;

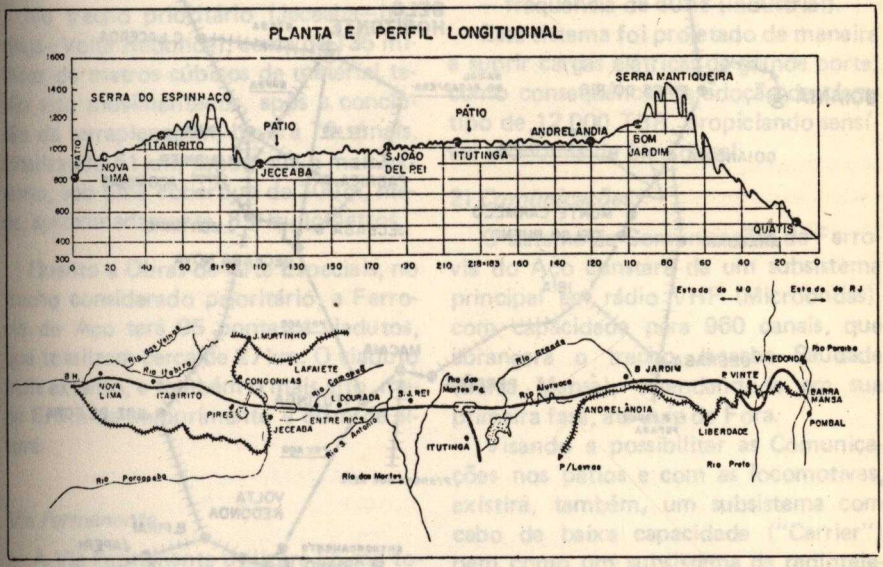
— maior margem de segurança para freagens de emergência.

QUADRO COMPARATIVO

Parâmetros	Anteriores	Ferrovia do Aço
Bitola	1m—1,20—1,60m	1,60m
Raio mínimo	350m	900m
Rampa máxima	± 1%	1%
Velocidade diretriz	90 km/h	135 km/h
Capacidade 1 linha singela	Não definida	60 MTU/ano
Peso máximo p/eixo de vagão	25 t	30 t

Traçado

A Ferrovia do Aço começa em Belo Horizonte, a 800 metros de altitude, e atravessa os contrafortes da Serra do Espinhaço. A seguir se desenvolve em platô, paralelo ao Alto Rio das Velhas, vencendo o divisor entre os Rios das Velhas e Paraopeba. Essa região apresenta rochas estratificadas da série Minas que, em presença de água, adquirem grande instabilidade, tornando difícil a perfuração dos túneis. O eixo da ferrovia desce, a seguir, em direção a Jeceaba, cruzando os Rios Paraopeba e das Mortes, após o que, apresenta seu segmento menor acidentado. Em seguida, sobe até alcançar sua cota máxima — 1.124m — em Bom Jardim de Minas, para iniciar a descida da escarpa da Mantiqueira, com um desnível de mais de 700 metros, exigindo uma grande participação de túneis e viadutos. Nesse trecho, a freqüente ocorrência de talús agrava os problemas de emboques de túneis e os de instabilidade das encostas. Talús, siltes, filitos, xistos, voçorocas e solos brejosos, assim como as condições adversas apresentadas pela topografia por onde se desenvolve a ferrovia dão, também, a medida do vulto e da complexidade do empreendimento.



Articulações com a malha existente

A Ferrovia do Aço se articulará com a malha existente na região, em vários pontos importantes:

Em Jeceaba:

— com o ramal do Paraopeba, permitindo o descongestionamento da Linha do Centro (Jeceaba—Belo Horizonte) e carreando para a nova linha a corrente de transporte oriunda da área de mineração de Belo Horizonte;

— com a Estrada de Ferro Vitória—Minas, através da ligação entre a Açominas e o pátio de transbordo de Miguel Burnier—Usina e Joaquim Murtinho.

Em Itutinga:

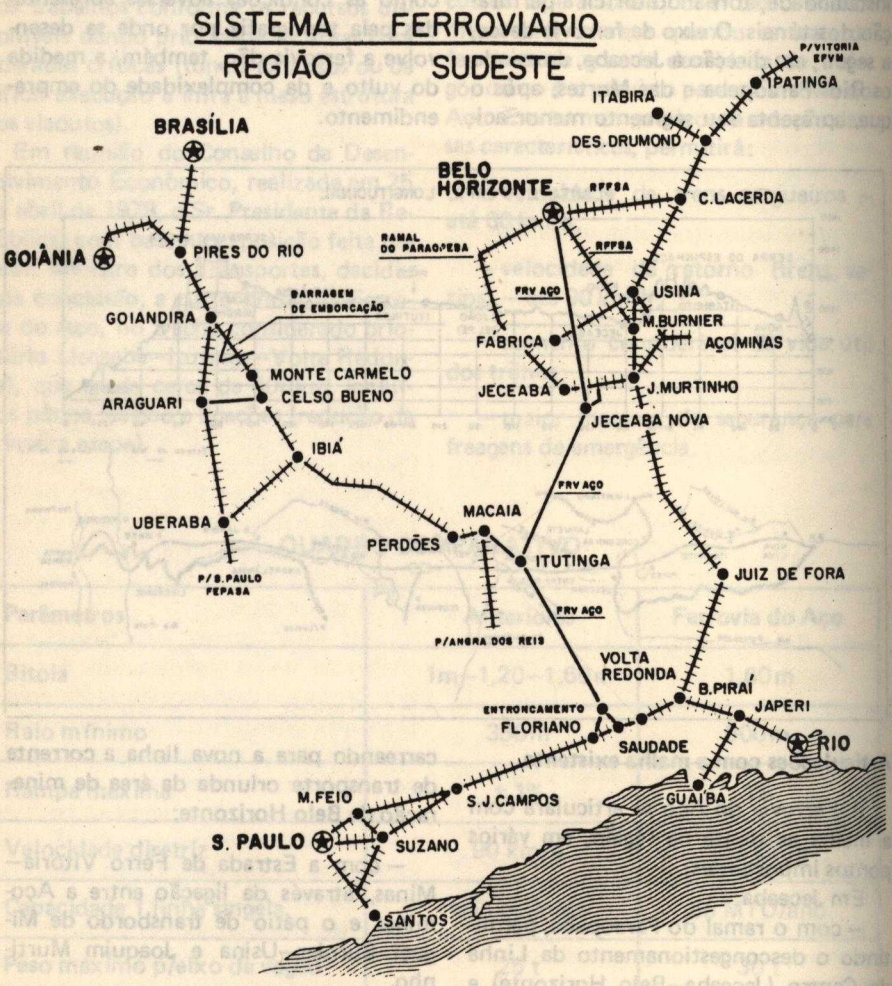
– por um segmento que será construído até Perdões e permitirá a interligação com o Sistema existente, através da linha que vem de Brasília. Será possível, então transferir, para a Ferrovia do Aço, cargas oriundas de Goiás, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, além de possibilitar o carreamento, em melhores condições técnicas, do calcário da região de Arcos para a indústria siderúrgica.

Em Volta Redonda:

Com o ramal de São Paulo, da RFFSA, através de duas alças:

– uma, em Saudade, com destino ao Rio de Janeiro;

– outra, em Floriano, em direção a São Paulo.



Execução das Obras

Infra-estrutura

Para a execução das obras da Ferrovia do Aço a ENGEFER selecionou 25 dentre as maiores firmas empreiteiras do país e 10 firmas de consultoria especializada.

Presentemente, estão operando 25.000 homens nos canteiros de obras, cerca de 2.100 equipamentos de terraplenagem e construção de pontes, viadutos e túneis; 1.500 veículos de transporte especializado e 600 veículos de transporte de pessoal.

No trecho prioritário (Jeceaba—Itutinga—Volta Redonda), cerca de 135 milhões de metros cúbicos de material terão sido movimentados, após a conclusão da terraplenagem; haverá 70 túneis, totalizando 51 km, sendo que o mais extenso, sob uma cobertura de 300m, mede, aproximadamente, 8,7 quilômetros.

Quanto a Obras-de-Arte Especiais, no trecho considerado prioritário, a Ferrovia do Aço terá 95 pontes e viadutos, que totalizam cerca de 27 km. O viaduto mais extenso, e também o mais alto, mede 670m de comprimento e 80m de altura.

Via Permanente

A Via Permanente utilizará 66 mil toneladas de trilhos (53.500t de aço especial e 12.500t de aço carbono), soldados em estaleiro formando barras de 240 metros, e o seu lançamento se fará sobre dormentes assentados por processo mecanizado, que prevê a utilização de pórticos hidráulicos, sobre uma primeira camada de lastro previamente colocada no leito da via.

O assentamento dos trilhos será feito em duas frentes de trabalho, a partir de Jeceaba e Saudade (Barra Mansa).

Serão utilizados na obra 700 mil dormentes de madeira e 250 mil de concreto monobloco.

Sistemas

1) *Eletrificação*

A Ferrovia do Aço será totalmente eletrificada, atendendo às seguintes características:

— sistema monofásico;
— tensão de 25kv;
— corrente alternada;
— freqüência de 60hz (industrial).

Esse sistema foi projetado de maneira a suprir cargas elétricas de grande porte, como conseqüência da adoção de trem-tipo de 12.000 TBR, propiciando sensível economia de óleo diesel.

2) *Comunicações*

O sistema de Comunicações da Ferrovia do Aço constará de um subsistema principal em rádio VHF (Microondas), com capacidade para 960 canais, que abrangerá o trecho Jeceaba—Saudade (Barra Mansa), estendendo-se em sua primeira fase, até Juiz de Fora.

Visando a possibilitar as Comunicações nos pátios e com as locomotivas, existirá, também, um subsistema com cabo de baixa capacidade ("Carrier") bem como um subsistema de radiotelefonia com os trens (Sistema Terra-Trem).

Esses subsistemas de transmissão possibilitarão as seguintes facilidades de comunicações:

— Telefonia Operacional;
— Telefonia de Manutenção dos Sistemas Elétricos e da Via Permanente;
— Telecontrole dos Sistemas Elétricos;

– Fonotelegrafia Administrativa, incluindo Centrais PABX.

3) *Sinalização*

O Sistema de Sinalização da Ferrovia do Aço constará, fundamentalmente, de:

– Controle de Tráfego Centralizado (CTC) que comandará e supervisionará toda a operação da ferrovia, mediante o emprego de painel acoplado a um sistema computarizado;

– ATC (automatic train control) que regulará a velocidade do trem sempre que essa não for compatível com a velocidade máxima permitida no trecho.

A duplicidade de rotas de transmissão do centro para o campo, e vice-versa, bem como a existência de circuitos lógicos, propiciarão ao sistema de sinalização adequado grau de confiabilidade, de modo a conferir máxima segurança às operações da ferrovia.

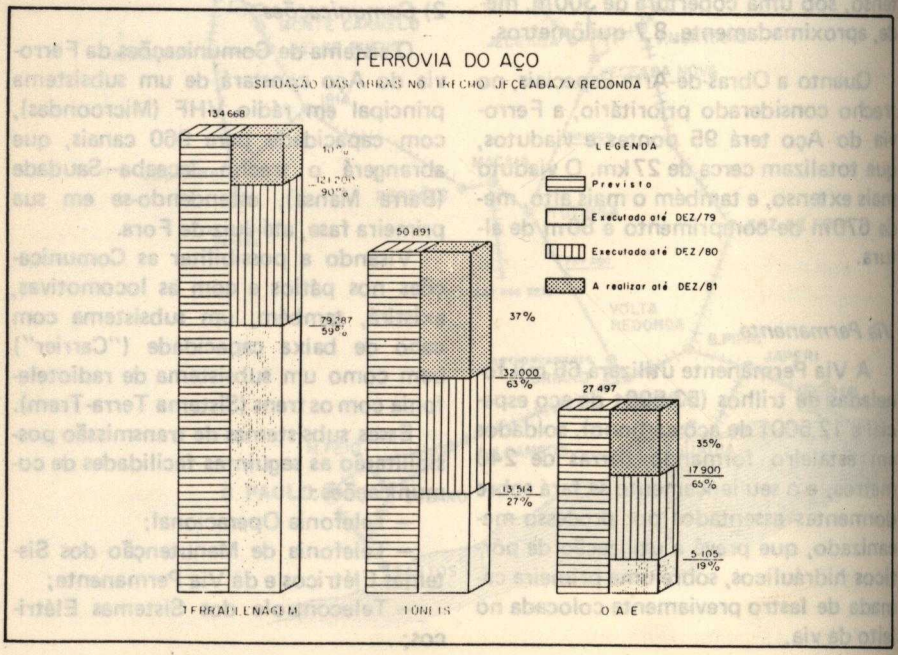
4) *Contrato GEC*

O Projeto e a implantação dos sistemas na Ferrovia do Aço estão sob a responsabilidade da GEC (General Eletric Company) da Inglaterra, através de contrato assinado com a RFFSA, o qual abrange, também, o trecho entre Saudade e Sepetiba.

O Gerenciamento do referido contrato está a cargo da RFFSA e os trabalhos desenvolvem-se apoiados em uma estrutura da qual fazem parte técnicos da RFFSA e da ENGEFER.

Está prevista a participação da indústria e de empresas nacionais no fornecimento e montagem dos equipamentos.

Situação atual das Obras



Prazos de conclusão

De acordo com o cronograma estabelecido para a execução da obra, a infra-estrutura da Ferrovia do Aço estará concluída até dezembro de 1981.

Desenvolvem-se, presentemente, intensas atividades relacionadas com os estudos da superestrutura e operação da futura ferrovia.

O cronograma prevê sua conclusão para fins de 1982, com início da pré-operação a partir de janeiro de 1983.

LIGAÇÃO CELSO BUENO—ARAGUARI

Antecedentes

Em face do aumento da demanda energética no Estado de Minas Gerais, tornou-se necessária a implantação da Usina Hidrelétrica de Emborcação, que está sendo construída pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).

O reservatório regulador de água dessa Usina alcançará, acarretando sua inundação, um trecho da atual ligação ferroviária Celso Bueno—Goiandira, da Superintendência Regional de Belo Horizonte (SR-2) da RFFSA, entre Douradoquara (MG) e Três Ranchos (GO).

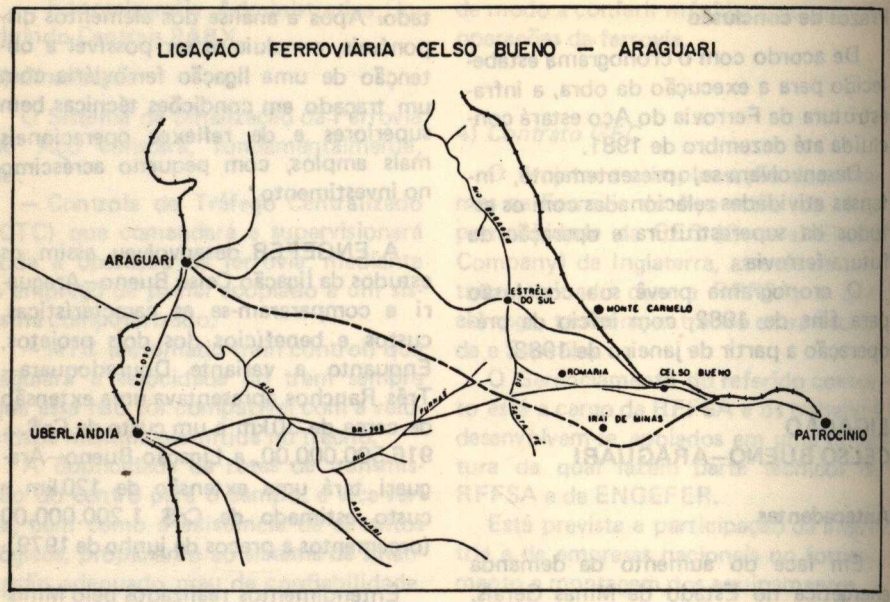
Em conseqüência, a CEMIG, após entendimentos com a RFFSA, contratou a elaboração do projeto final de engenharia de uma variante entre essas duas localidades. O Governo Federal, entretanto decidiu pela reavaliação da solução projetada, tendo em vista que, embora dotada de condições técnicas razoáveis (raio mínimo de 350m e rampa máxima de 1,4%) a variante seria inserida em um trecho de características técnicas bastante modestas, resultantes da adequação do traçado atual ao terreno bem acidentado. Após a análise dos elementos disponíveis, concluiu-se ser possível a obtenção de uma ligação ferroviária com um traçado em condições técnicas bem superiores e de reflexos operacionais mais amplos, com pequeno acréscimo no investimento.

A ENGEFER desenvolveu, assim, os estudos da ligação Celso Bueno—Araguari e compararam-se as características, custos e benefícios dos dois projetos. Enquanto a variante Douradoquara—Três Ranchos apresentava uma extensão de cerca de 30km e um custo de Cr$... 916.500.000,00, a Ligação Bueno—Araguari terá uma extensão de 120km e custo estimado de Cr$ 1.200.000,00 (orçamentos a preços de junho de 1979).

Entendimentos realizados pelo Ministério dos Transportes com a CEMIG resultaram na decisão de se implantar a ligação Celso Bueno—Araguari tendo em vista a pequena diferença de custos entre as duas alternativas e a grande superioridade técnico-operacional oferecida pela referida ligação.

Foi, então, firmado, entre a RFFSA e a CEMIG, um convênio de cooperação técnico-financeira, cabendo à CEMIG transferir para a RFFSA os recursos que seriam por ela aplicados na variante. À RFFSA coube o encargo de completar o investimento.

O segmento em construção integrará o corredor ferroviário Rio de Janeiro—Brasília, após a efetivação da ligação Itutinga (Ferrovia do Aço)—Macaia—Perdões, constituindo importante alternativa para o escoamento da produção agrícola de Goiás, e de extensa região de Minas Gerais, em direção ao novo Porto de Sepetiba.



Características Técnicas

Foram adotadas as seguintes características técnicas, estabelecidas pela Rede Ferroviária Federal S/A — RFFSA:

Geometria da via

— raio mínimo — 900,0m

— rampa máxima — 1,00% não compensada

Plataforma de terraplenagem

— em corte — 8,00m

— em aterro — 7,20m

Trem tipo para Projeto de Obras-de-Arte Especiais

— TB-32

Traçado

O traçado se desenvolve praticamente em um chapadão de relevo suave formado pelo divisor das bacias dos rios Araguari e Paranaíba. Atravessa quatro cursos d'água de importância, nas imediações de suas cabeceiras: os rios Bagagem e Santa Fé e os córregos Furnas e Desamparo.

Nos estudos realizados procurou-se evitar soluções que redundassem em prazos de execução longos, tais como aterros sobre solos compressíveis, pontes extensas, etc.

Execução das Obras

1) *Infra-estrutura*

As obras estão sendo executadas por duas firmas empreiteiras e pelo 2.º Batalhão Ferroviário. Constata-se, assim, a participação da Engenharia Militar de Construção, o que é tradicional no Exército Brasileiro, que emprega grande número de suas Unidades de Engenharia na implantação de obras viárias no país, notadamente na Amazônia. Embora esteja prevista a bitola métrica, a plataforma está sendo construída para bitola lar-

ga (1,60m), a ser futuramente adotada.

Cerca de 4.500.000 metros cúbicos de material terão sido movimentados, após a conclusão dos trabalhos de terraplenagem.

Face às condições topográficas bastante favoráveis, a ligação em tela apresentará reduzido número de Obras-de-Arte Especiais; está prevista a construção de 13 viadutos (5 ferroviários e 8 rodoviários) totalizando, aproximadamente, 1.500 metros.

2) *Via Permanente*

Será totalmente construída pelo 2.º Batalhão Ferroviário. Os trilhos serão soldados em barras de 216m.

O atendimento aos parâmetros de projeto, resultou numa ligação ferroviária com a extensão de 120km em linha corrida e 20km em pátios de cruzamento, totalizando 140km de linhas a serem implantadas.

3) *Sistemas*

Não há previsão para a eletrificação deste segmento ferroviário, o que somente deverá ocorrer quando toda a malha na qual se insere for eletrificada.

Nenhuma modificação será feita nos sistemas de sinalização e comunicações, que continuarão adotando os padrões em uso, ou seja, licenciamento por telefonia e comunicação por telefonia seletiva e teleimpressora.

Prazos de conclusão

De acordo com o cronograma estabelecido, são os seguintes os prazos previstos para a conclusão das diversas fases de construção:

- Infra-estrutura – Abril/81
- Superestrutura – Outubro/81
- Operação – Dezembro/81

FERROVIA DA SOJA

Importância

A Ferrovia da Soja, obra prioritária do Ministério dos Transportes, faz parte do Projeto Integrado do Corredor de Exportação de Paranaguá. Busca esse projeto atender ao significativo crescimento da produção agrícola dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, cujo escoamento para o porto, é feito em larga escala, por rodovia, à necessidade da redução do consumo de combustíveis e ao objetivo de ampliar a participação ferroviária no transporte de granéis, já que se está quase atingindo o limite da capacidade rodoviária para o escoamento da produção.

Situação atual do empreendimento

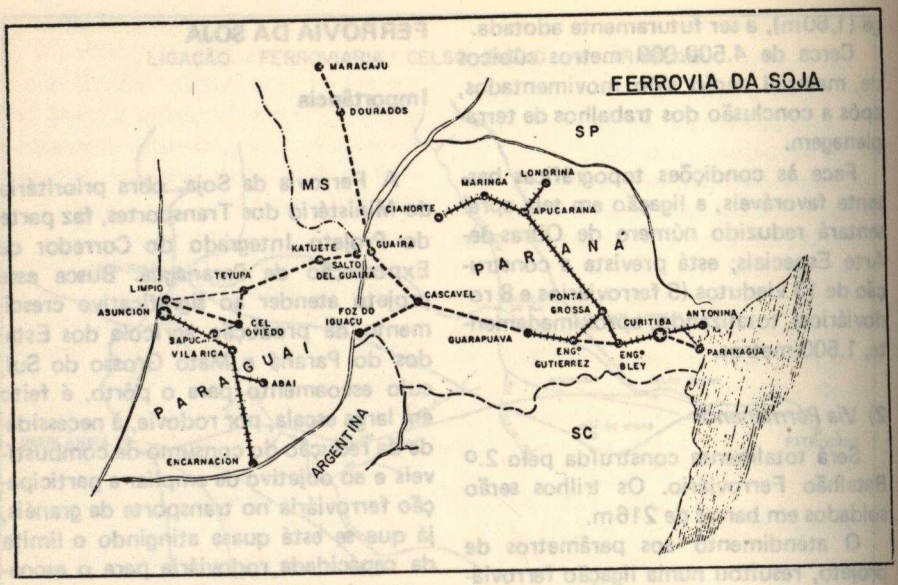
Decidiu-se, prioritariamente, pela construção do trecho ferroviário Guarapuava–Cascavel, com a introdução de melhoramentos no trecho Guarapuava–Curitiba–Paranaguá. Posteriormente, será duplicada a ligação entre Curitiba e Paranaguá e estendida a ferrovia até Guaíra, para integrar o sistema ferroviário brasileiro ao paraguaio.

Presentemente, a ENGEFER está elaborando o projeto final de engenharia dos seguintes segmentos:

- Curitiba–Paranaguá;
- Guarapuava–Cascavel.

1) *Curitiba–Paranaguá*

A atual ligação Curitiba–Paranaguá, construída em 1885, tem-se constituído num ponto de estrangulamento das cargas que demandam o porto de Paranaguá, em escala sempre crescente.



A nova ferrovia, com 97 km de extensão e que atravessará um trecho de 70 km de serra, de topografia e geologia extremamente adversas, deverá ter seu projeto definido em 1981.

Os dados básicos do projeto prevêem:

– Plataforma para bitola larga (1,60 m)
– Bitola de implantação – 1,00m
– Raio mínimo – 500m
– Rampa máxima – 1,80%

2) *Guarapuava–Cascavel*

É o prolongamento da Ferrovia da Soja para o centro de gravidade de uma das regiões de maior produção do país, notadamente de cereais em grão (soja, trigo e sorgo) e de madeira, abrangendo o oeste paranaense e o sul de Mato Grosso do Sul.

Com 243 km de extensão, está com o seu projeto final de engenharia sendo revisto pela ENGEFER.

Os dados básicos do projeto prevêem:

– Plataforma para bitola larga (1,60 m)
– Bitola de implantação – 1,00m
– Raio mínimo – 636,63m
– Rampa máxima – 1,3%

Em 10 de julho de 1980, na cidade de Curitiba, em solenidade que contou com a presença do Sr. Ministro dos Transportes, foi tornado público o Edital de Pré-qualificação destinado às firmas empreiteiras, nacionais e estrangeiras, que desejarem participar da Concorrência Pública Internacional para a execução das obras civis da referida ligação ferroviária.

Estima-se para o 2.º semestre de 1981, quando já estará definida a estrutura financeira do projeto da ferrovia, em termos de participação do Banco Mundial e da contrapartida financeira do Ministério dos Transportes, a assinatura dos contratos de obras e o conseqüente início da construção em 1982.

FERROVIA GUAÍRA–ASSUNÇÃO

Antecedentes

No dia 11 de abril de 1980, foi assinado, em Assunção, pelos Governos do Brasil e do Paraguai, o Tratado de Interconexão Ferroviária entre os dois países, através do qual foi acertado:

– o estabelecimento de uma interconexão ferroviária ligando o Paraguai a instalações portuárias brasileiras, em particular às de Paranaguá;

– que a interconexão pretendida realizar-se-á mediante a união das respectivas redes ferroviárias nas proximidades de Guaíra e Salto del Guaíra;

– que a totalidade do percurso tenha a maior uniformidade possível de características técnicas;

– que nos trechos a serem construídos entre Guarapuava e Assunção, serão adotadas, como referência básica para os projetos, especificações técnicas uniformes;

– que a bitola será de 1,60m para a infra-estrutura e de 1,00m para a superestrutura.

Os encargos de execução do anteprojeto da ligação ferroviária Guaíra-Assunção foram atribuídos à Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT que, a 12 de agosto de 1980, assinou convênio delegando à ENGEFER a parte referente a engenharia ferroviária, exceto a operacional.

Para cumprir a sua parte na elaboração dos estudos, a ENGEFER, visando um melhor tratamento do assunto, subdividiu o empreendimento em:

– Ligação Ferroviária Asunción–Salto del Guaíra, em território paraguaio;

– Interconexão Ferroviária Brasil/Paraguai e Travessia do Rio Paraná até Guaíra, em território brasileiro.

Situação atual do empreendimento

1) *Ligação Ferroviária Asunción–Salto del Guaíra*

Essa ligação, totalmente compreendida em território paraguaio, com aproximadamente 480km de extensão, está dividida em dois trechos:

a) Asunción–Teyupá, com três alternativas de traçado:

– Norte – mais curto, pela região dos "esteros" ou pântanos;

– Sul – mais longo, que aproveita parte da ferrovia existente entre Asunción e Sapucaí, e

– Centro – intermediário, com traçado novo.

Este trecho foi objeto de estudo comparativo que está sendo apreciado pelo Governo Paraguaio para a escolha da alternativa de traçado a ser adotada;

b) Teyupá–Salto del Guaíra, no qual se realizam trabalhos de restituição aerotogramétrica com vistas ao anteprojeto.

O GEIPOT já efetuou a licitação para seleção da Consultora que irá elaborar o anteprojeto da ligação, estando previsto que a parte referente a engenharia ferroviária ficará sob a gerência da ENGEFER, à exceção da operacional.

2) *Interconexão Ferroviária Brasil/Paraguai e Travessia do Rio Paraná até Guaíra*

A ENGEFER vem desenvolvendo trabalhos para o conhecimento do problema e a coleta preliminar de dados, a fim de orientar os estudos que incluem: um pátio, no Estado de Mato Grosso do Sul, de interconexão com as linhas que se destinam, por um lado, ao Paraguai e a Dourados, e, por outro lado, à travessia do Rio Paraná; a travessia propriamente dita e o pátio de Guaíra, com previsão

de atendimento a instalações portuárias que servem a navegação do Rio Paraná.

FERROVIAS DO CARVÃO

Importância

Na incessante busca de alternativas para a economia de combustíveis, o Governo vem desenvolvendo intensos esforços junto ao setor carbonífero.

Esses esforços objetivam, de um lado, a maior utilização do carvão como fonte alternativa de energia; de outro, o seu transporte para os centros consumidores, em especial os siderúrgicos e os da indústria cimenteira, através de modalidades que representem maior economia de combustíveis.

Situação atual do empreendimento

À ENGEFER foram atribuídos os encargos de elaboração dos projetos ferroviários necessários à implementação do Programa de Transporte de Carvão, mais especificamente os relativos à malha das minas do Baixo Jacuí, ao acesso às minas de Candiota e ao ramal das jazidas do Iruí, no Rio Grande do Sul, e o referente ao ramal de Treviso, em Santa Catarina.

Diversos projetos de engenharia já estão sendo elaborados e o Programa, nessa primeira fase, deverá atingir mais de 200km de ferrovias.

Os dados básicos dos projetos prevêem:

— Plataforma para bitola larga (1,60 m)

— Bitola na implantação — 1,00m
— Raio mínimo — 300 a 600m
— Rampa máxima — 1,0 a 1,5%

Estimativa de Prazos

Trecho	Extensão (km)	Conclusão Projeto	Construção	
			Início	Término
Ramal de Treviso (Rio Fiorita—Lauro Müller)	18	Jan/81	1981	1983
Ramal de Candiota	20	Jun/81	1981	1983
Iruí—Leão	80	Abr/81	1981	1984
Leão—Conde	40	Dez/80	1981	1983
Conde—Charqueadas—Grande Carola*	40	Dez/80	1981	1983

* *A complementação desse trecho far-se-á pela ligação com a EF-290, através de uma ponte ferroviária sobre o Rio Jacuí, ainda em fase de estudos.*



CONCLUSÃO

Pelos reflexos que produzirá no campo econômico e no social, a Ferrovia do Aço é o mais importante empreendimento ferroviário brasileiro da atualidade.

Sua construção, confiada à ENGEFER pela Rede Ferroviária Federal, faz parte do conjunto de medidas tomadas pelo Ministério dos Transportes, visando a capacitar o sistema ferroviário para, a custos compatíveis, realizar o deslocamento de grandes cargas a longas distâncias.

Tecnologias inéditas no Brasil, introduzidas pela construção da Ferrovia do Aço, estão habilitando cada vez mais a nossa engenharia a executar empreendimentos ferroviários de grande porte.

O aperfeiçoamento técnico e administrativo alcançado pela ENGEFER e a experiência adquirida no desempenho dos seus encargos, tornaram a Empresa capacitada a implantar, com as características requeridas e no ritmo indicado, as ferrovias necessárias ao desenvolvimento econômico do país.

O MUNICÍPIO COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

José Alberto de Assumpção

"Não há corpo sem células. Não há Estado sem municipalidades. Não pode existir matéria vivente sem vida orgânica. Não se pode imaginar existência de Nação, existência de povo constituído, existência de Estado, sem vida municipal."

Rui Barbosa

Lamentavelmente, relegado quase sempre a um segundo plano, o Município não aparece com o devido destaque na História do Brasil.

O atual momento histórico brasileiro, na busca do modelo democrático mais condizente com os valores, anseios e aspirações nacionais é propício para a revitalização de nossas instituições municipais, solapadas pelo modelo centralizador e pela dependência dos Estados e municípios ao Poder Central, que vem desde o tempo do Brasil-Colônia e que se intensificou nos últimos anos.

Não pode haver DEMOCRACIA FORTE com Municípios fracos. O esvaziamento do Município é a fonte maior dos problemas políticos nacionais, pela inadequação das ações e decisões de outros níveis governamentais, totalmente desvinculados de suas necessidades e prioridades, sem o debate com as lideranças locais que não participam nem da execução, nem da identificação de prioridades.

O direito de auto-administrar-se, como postulado popular nas Democracias, se exerce nos vários círculos de convivência da comunidade e de acordo com os graus diferentes de sua formação.

Na Encíclica "Quadragésimo Anno", S.S. o Papa Pio XI, lembra aquele solene princípio da filosofia social: ..."*assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efetuar com a própria iniciativa e indústria, para o confiar à coletividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que a sociedade menor e menos elevada pode conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da ordem social*".

E, conclui, S. Santidade: "O fim natural da Sociedade e da sua ação é coadjuvar os seus membros e não destruí-los, nem absorvê-los"....

Por estar mais perto do cidadão, com o qual convive diretamente, pode o Município adequar-se às realidades e anseios locais. Por isso mesmo que se faz

no Município a mais autêntica e realista síntese política.

Já se disse que o Município é uma autêntica associação. "É a associação natural dos vizinhos, em determinado território", como nos ensina Ataliba Nogueira. Ou como bem afirmou o Ministro Hélio Beltrão: *"O Brasil mora nos Municípios"*.

Apesar disso o Município brasileiro, nos dias de hoje, foi levado à triste condição de incapacidade para exercer as suas responsabilidades constitucionais, uma vez que se apresenta sem recursos para assistir à população naqueles serviços básicos e essenciais, sem poder dar uma resposta pronta e eficaz às suas justas demandas e expectativas.

A conseqüência imediata e dramática é a migração maciça de contingentes humanos cada vez maiores para as áreas metropolitanas, com o surgimento das megalópoles que incapazes de absorvê-los multiplicam em escala geométrica os problemas de desemprego, saúde, saneamento, habitação, educação e o subproduto do aumento da marginalidade, das favelas, da violência urbana.

O equívoco se torna maior se constatarmos que o Município é anterior ao Estado; não é criação legal sendo mesmo verdadeiro organismo natural.

Já Pimenta Bueno, em seu Direito Público Brasileiro, ressaltava não ser o Município criação da lei mas "uma conseqüência natural da vizinhança". Ou como nos adverte Bielsa, "é a unidade administrativa mais simples, sendo anterior ao Estado, que é parte constitutiva".

O Município não é, pois, criação legal; anterior ao Estado, é verdadeiro organismo natural. "O Estado não cria, assim, o Município, mas apenas lhe reconhece a existência, sendo-lhe apenas lícito estabelecer as regras para o reconhecimento dessa existência".

No Brasil, especialmente, o fortalecimento da vida municipal constitui — como o pressentiu Alberto Tôrres — a solução por excelência do problema político nacional.

Para que tal ocorra é fundamental que se processe uma mudança substancial no comportamento dos centros de decisão nacional, tirando-os daquela postura característica da tecnocracia de que o município é um enfermo ou incapaz para um posicionamento adulto e que os administradores municipais são despreparados para gerir os interesses e aspirações dos municípios.

Valeria trazer a lume as indagações de Diogo Lordello de Mello: "Serão o federalismo e a idéia de descentralização, de respeito às peculiaridades regionais, de participação mais ampla e diferenciada na formação da vontade nacional conceitos superados ou incompatíveis com o esforço de construção nacional em que estamos empenhados? Terá o Governo Central o monopólio da sabedoria e da virtude política para saber, ele só, o que convém a todas as coletividades que compõem nosso vasto país? Bastariam critérios puramente tecnocráticos para se alcançar a eficiência governamental? E será a eficiência e mesmo a eficácia o único ou principal valor a ser perseguido pelo Governo? E admitindo que sejam eficiência e eficácia valores realmente relevantes, serão privilégio do Poder Central a sua realização?".

É, também, fundamental que se faça uma redistribuição da receita pública, dotando-se o Município de recursos básicos para cumprir sua destinação de célula do desenvolvimento nacional. Ne-

nhuma medida terá conseqüência se não se fortalecer financeiramente o Município.

Nada, entretanto, resultará adequado sem o fortalecimento do Legislativo Municipal. O vereador tem um mandato a cumprir, fruto de sua liderança no meio em que vive, não podendo permanecer como mero espectador das ações que ocorrem e com quase nenhuma participação na vida do Município. Sua participação nas decisões que afetam a vida municipal é fundamental para legitimar as ações do Poder Público.

A importância e o papel decisivo das Câmaras Municipais na História do Brasil podem ser vistos a partir do momento em que D. Pedro I rompera com Portugal, perdendo, por isso mesmo, a legitimidade dinástica para continuar no trono — embora continuasse herdeiro da coroa portuguesa — recebendo a legitimação de seus atos nas Câmaras Municipais, representantes legítimos das forças sociais atuantes, sendo mesmo, naquele instante, os mais respeitáveis órgãos de opinião pública, senão os únicos.

A Constituição que surgiu em 1824, trazia no preâmbulo, que fora solicitada pelos povos juntos em Câmaras, como uma verdadeira aspiração nacional.

Com a proclamação da República, foram dissolvidos o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas. Só as Câmaras Municipais permaneceram de pé.

Tinham as Câmaras quase três séculos de tradição político-administrativa. Empolgavam o Poder Político. E os atos que praticaram às vésperas da Independência e nos primeiros anos do Império eram acentuadamente políticos.

"Assim, as Câmaras Municipais sempre cumpriram, nos momentos decisivos, seu destino histórico, porque, associação natural, têm a força da perpétua continuidade e a continuidade da força que nasce e se robustece nas mais legítimas aspirações democráticas."

O MUNICÍPIO COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

É abundante a literatura sobre a concentração no litoral do desenvolvimento brasileiro. O processo de industrialização provocou, entretanto, fortes desequilíbrios espaciais, com a formação de um poderoso núcleo (o eixo Rio—São Paulo—Belo Horizonte), liderando o amplo espaço nacional. Se bem que o processo de concentração — na fase recente — se mantenha no sentido da crescente metropolização interna, surgem sinais de evidentes preocupações com a desconcentração, mais nítidas no que se refere ao movimento no sentido de metrópoles regionais.

A desconcentração passa a ser também processo objetivado, na medida em que se forma uma consciência de que ela é necessária ao próprio sistema nacional.

À medida que avança, o processo de desenvolvimento suscita mudanças na ação do setor público — inicialmente a nível federal e estadual — e, posteriormente, em número crescente de Municípios.

Como constata recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal: "O Município que, por muito tempo, permaneceu à margem de problemas que visam à expansão econômica e à melhoria das condições de vida, passou também, na última década, a se estruturar com vistas a atuar nessa área. A modernização das técnicas e dos instrumentos administrativos a nível local, por sua vez, deve refletir no desenvolvimento econômico regionalmente localizado".

O planejamento local deve ser percebido não como um corpo estranho, mas sim como algo que dia a dia se vai inserindo e se ajustando ao sistema de governo municipal.

A inserção de práticas de planejamento, longe de alterar o quadro da competência real do Município, só faz, no máximo, dar certa racionalidade às suas atuações tradicionais, emprestando-lhes um caráter mais sistemático.

A experiência de planejamento urbano a nível local no Brasil evoluiu dos planos diretores ou reguladores — que se ocupam de problemas de organização espacial dos núcleos urbanos, o paisagismo e a racionalização de alguns serviços — para uma concepção mais ampla de planejamento local integrado.

Não se pode, entretanto, deixar de assinalar as conquistas pioneiras que o Brasil conseguiu na fase da predominância da "visão urbanística", com as construções das capitais administrativas como Brasília, Belo Horizonte e Goiânia.

A integração do planejamento pode ser encarada também em termos de interligação da ação em diferentes níveis, notadamente entre o centro urbano e sua área de influências.

A participação da comunidade no processo de planejamento é também enfatizada, na concepção de planejamento local integrado. É ainda no I Plano Decenal de 1967 que se encontra maior número de elementos para a compreensão desse aspecto, na ótica governamental.

Considera-se que "a implantação do Sistema Nacional do Planejamento Local Integrado envolve problemas de mudança de comportamento das populações, dos seus valores, modo de viver".

Mas essas mudanças, segundo o documento, variarão de acordo com os níveis de desenvolvimento dos grupos sociais, "cujos valores culturais não se confundem, ainda que se integrem como subculturas em um mesmo sistema social, o mesmo acontecendo nas relações dos sistemas entre si".

A participação social é entendida como "a aptidão da população para servir e reagir às suas necessidades, bem como mobilizar esforços e recursos que atendam convenientemente os seus interesses".

Essa participação é explicitada, pelo Plano Decenal, nos seguintes termos:

"Na concepção do Planejamento Local Integrado, este aspecto resulta na preocupação de preservar a noção de totalidade do desenvolvimento, de modo que ele não expresse tão-somente o empenho de empresários ou técnicos dispostos a serem inovadores, mas seja a manifestação de um desejo coletivo.

Resulta, ainda, na noção de que o desenvolvimento deve lograr a ampliação da disponibilidade de bens e serviços para a satisfação das necessidades sociais, compreendendo tanto a rentabilidade dos investimentos, quanto a existência simultânea de prioridades sociais.

Nesse sentido, a viabilidade do desenvolvimento pode depender de modificações estruturais, que tornem mais rápido o acesso das populações à condição de usuários do desenvolvimento. É nessa perspectiva que o Planejamento Local Integrado se coloca com relação às possíveis repercussões da implantação desse sistema no país.

Dentro, ainda, de tal concepção, considera-se fundamental a participação das populações no Planejamento Local, pois, ao mesmo tempo em que este incorpora as aspirações e necessidades da população, está criando condições de receptividade ao desenvolvimento e gerando atitudes de cooperação.

Até o presente, as tentativas de incentivo à participação popular não tiveram grande êxito por conta, em grande parte, da falta de um planejamento integrado que servisse de base aos diferentes programas locais interessados em estimular uma participação do público."

É fácil de ver que o Brasil vem passando por um rápido processo de transformações o que está a exigir uma adequação maior nas modificações institucionais produzidas na nossa sociedade, envolvendo tanto as entidades privadas quanto a Administração Pública, em todos os níveis e esferas de atuação.

A Constituição Federal indica os parâmetros para as relações que caracterizam o nosso federalismo que, se for observado, poderá conduzir os esforços nacionais para o desenvolvimento, como objetivo primordial a ser alcançado.

Lamentavelmente, o Governo Federal passou a adotar um comportamento legisferante excessivo, caracterizado por um elenco de atos normativos os mais variados, buscando respaldo jurídico para os objetivos pretendidos, gerando um Poder cada vez mais centralizado.

A reforma tributária nacional, consubstanciada na Emenda Constitucional n.º 18/75, proporcionou o fortalecimento financeiro da União e a dependência dos Estados e Municípios das chamadas rendas transferidas, uma vez que estes perderam a capacidade para instituir impostos, ficando adstritos, tão-somente, àqueles atribuídos por disposições constitucionais.

O resultado é a dependência hoje cada vez maior em termos institucionais.

Faz-se necessário uma revisão na forma do Estado Federal Brasileiro operar, a partir de seus princípios e fundamentos, restaurando a importância do Município como célula básica do processo de desenvolvimento no campo político, econômico e social.

Por outro lado, a federação brasileira será cada vez mais forte na medida em que seus componentes se fortalecerem, de fato, política, administrativa e financeiramente.

Urge, pois, uma reformulação do sistema tributário nacional, deslocando-se para os Estados e Municípios a competência sobre determinados tributos e a receita integral de outros, criando condições para enfrentar os desafios do desenvolvimento e responder aos justos reclamos do povo.

Obstáculos para aprimorar ou restaurar a Federação que para eminentes tratadistas é hoje no Brasil mera ficção — existem de toda ordem, inclusive o atual comportamento da parcela da tecnocracia brasileira que habita a administração federal e estadual vestida de uma roupagem de controle e desconfiança, gerando distorções na máquina governamental e comprometendo o processo de desenvolvimento nacional.

Quem afirma é o Ministro Hélio Beltrão, em entrevista recente:

"O Governo Federal, nos últimos anos, abusou de sua competência Constitucional, ocupando áreas antes reservadas aos Estados e Municípios. Se para isso houve, em parte, justificativas, hoje está na hora de fazermos uma revisão, pois o que restou foi uma fila de governadores e prefeitos que não têm dinheiro nenhum e dependem do Governo Federal para tudo. O Governo Federal entrou com patas de elefante nos problemas delicados e miúdos, de alçada municipal, dando-lhes tratamento uniforme."

Vale, ainda, trazer a rica e valiosa lição de Diogo Lordello de Mello, do

IBAM: "O gigantismo do poder encerra em seu bojo males certamente bem maiores que muitas das vantagens que apresenta. Tende a levar os tecnocratas e os burocratas em geral à arrogância que lhes vem da presunção de que sabem melhor que quaisquer outros membros da coletividade. É significativa a esse respeito a campanha de descrédito alimentada contra os Municípios e seus órgãos de governo, como se lhes coubesse a exclusividade da incompetência, da ineficiência e da corrupção. O centralismo excessivo, pior ainda, tende a dispensar a participação dos que não configuram os seus quadros, a considerar impertinente toda forma de reivindicação, pois, isso seria a negação da onisciência que se atribuem os detentores do poder centralizado. E ausência de participação efetiva e sem reivindicação leva ao autoritarismo e, em última análise, ao cerceamento das liberdades democráticas, este, sim, um valor mais alto cada vez mais ameaçado de ser perdido ironicamente, muitas vezes, em nome de intenções sinceras e aparentemente salutares, ou de conceitos mal compreendidos, como o do federalismo cooperativo, em que, pretendendo constituir-se num tripé formado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, acaba sendo, na verdade, tripé de uma só perna".

O processo de abertura política na administração pública atingiu um ponto marcante com o decreto da desburocratização na liberação dos recursos dos Estados e Municípios. O decreto não deixa de ser uma retomada da reforma administrativa de 1967, que já via no centralismo burocrático um grande obstáculo ao desenvolvimento nacional.

A grande esperança reside, entretanto, na operacionalização das diretrizes do Presidente Figueiredo, apresentadas na primeira reunião ministerial:

"Abertura política significa menos tutela do Estado sobre os cidadãos e, no plano administrativo, do Governo Federal sobre os Municípios e Estados. A ação federal será mais normativa e menos casuística. Deve refletir-se na simplificação das relações do Governo com o setor privado. Na eliminação do paternalismo. Na minimização dos poderes discricionários. Na redução da burocracia. Deve traduzir-se igualmente, em maior liberdade dos Estados e Municípios, quanto ao emprego das receitas que lhes são destinadas pela Constituição ou pela legislação ordinária."

Conferência proferida perante a Câmara Municipal de Salvador, Bahia, em 16 de outubro de 1980.



José Alberto de Assumpção, professor universitário, formado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito (1959). Master em Política Internacional pela Catholic University of America, Washingotn, D.C., Curso de Segurança Continental, no Inter-American College of Defense, Washington, D.C., Curso de Management of National Security, no Industrial College of the Armed Forces, Washington, D.C., Curso de Informações da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Curso Superior de Guerra (1973) da ESG. Membro do Corpo Permanente da ESG, atual Divisão de Pesquisa e Doutrina.



POLÍTICA AGROPECUÁRIA

Amaury Stabile

Ministro de Estado da Agricultura

O crescimento da população mundial atinge níveis de grande expressão e exige um esforço maior na produção e oferta de alimentos, inclusive como fator de segurança nacional. Calcula-se que 180 mil pessoas são agregadas, diariamente, ao contingente populacional da Terra. Em 1830, o planeta atingia a modesta casa do primeiro bilhão de habitantes.

100 anos depois, chegou-se ao 2.º bilhão. Transcorridos 30 anos passou-se a 3 bilhões e somente 15 anos depois, atingiu-se a 4 bilhões de pessoas. A persistir tal tendência de crescimento acelerado, em 1986 seremos 5 bilhões de pessoas, a exigir alimento. Dados da Organização das Nações Unidas, por outro lado, indicam a existência de 450 milhões de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento, onde anualmente morrem 15 milhões de pessoas por doenças causadas ou agravadas pela má qualidade da alimentação ou efetiva escassez de comida.

É dentro deste contexto que se situa a opção do Governo brasileiro, dando prioridade ao desenvolvimento da atividade rural como instrumento de promoção social, de melhoria da qualidade de vida de nossa população e resposta aos 3 grandes desafios que nosso país enfrenta na atualidade:

1 — O desafio de conter o aumento nos preços dos alimentos, para permitir a elevação da renda real de nosso trabalhador e colaborar na contenção do atual processo inflacionário.

2 — O desafio de contribuir para o equilíbrio de nossa balança comercial, gerando excedentes exportáveis com que esperamos emprestar algum apoio à elevação da oferta mundial de alimentos, num quadro de preocupante escassez.

3 — O desafio de ajudar no desenvolvimento de fontes alternativas e renováveis de energia, a fim de permitir a autosuficiência nacional em setor tão estratégico.

A decisão do Presidente João Figueiredo, de manter o desenvolvimento nacional a partir de uma aceleração no crescimento do setor rural, por outro lado, guarda estrita coerência com as transformações econômicas e sociais verificadas em nosso país nos últimos 30 anos.

Ainda em 1950, fazendo uma breve digressão histórica, nós tínhamos no Brasil uma nação essencialmente agrícola, com 64% de sua população alojada no meio rural. E boa parte da população urbana ocupava pequenos núcleos, sendo que apenas a cidade de São Paulo e a cidade-Estado do Rio de Janeiro possuíam mais de 1 milhão de habitantes.

Naquela época, os problemas de abastecimento não se afiguravam tão sérios quanto hoje, tendo-se em conta que praticamente 2/3 da população do País se auto-abasteciam. Os excedentes da produção de alimentos para o mercado interno eram suficientes para atender à demanda das cidades, sendo reduzida a expressão econômica desse tipo de produção agrícola.

A dinâmica da economia rural tradicional, os leitores bem sabem disso, fundamentou-se nas lavouras típicas de exportação, como o café, o acúcar de cana, o algodão e o fumo. A acumulação de capital propiciada por essa atividade criou as condições para a realização de importantes investimentos na economia urbana, a partir do final do século passado. As alterações econômicas causadas por duas grandes guerras mundiais aceleraram as transformações na economia do País, tendo se verificado alguns saltos, que caracterizaram o nosso processo de industrialização, a partir de 1950.

Após a segunda grande guerra, o capital internacional procurava oportunidades de investimento. E o Brasil surgiu como uma boa alternativa, já que dispunha de energia e matérias-primas baratas, além de um grande contingente de mão-de-obra disponível. Em conseqüência desta industrialização, o crescimento urbano se acelerou; dos 64% da população total em 1950, os habitantes do meio rural passaram a representar 55% em 1960, 44% em 1970 e algo em torno de 38% no final da década passada, segundo estimativas do IBGE.

As transformações ocorridas no eixo Rio—São Paulo são ainda mais dramáticas. A população do estado de São Paulo cresceu duas vezes e meia, no período de 1950 a 1980, passando de pouco mais de 9 milhões de habitantes para um total de cerca de 24 milhões. Sua população urbana, no entanto, multiplicou-se por cinco, nesse mesmo período, saindo de 4,8 milhões de habitantes, em 1950, para 22 milhões no corrente ano, segundo ainda as projeções do IBGE. Na área do Rio de Janeiro, a soma de fluminenses e cariocas representava um contingente de 4,6 milhões de pessoas em 1950. Hoje, o novo Estado do Rio de Janeiro estima contar uma população quase três vezes maior, situada em torno de 12 milhões de habitantes, dos quais mais de 11 milhões estão nos centros urbanos.

A urbanização acelerada também pode ser medida pela evolução do número de municípios criados no País. De um total de 1.894 municípios em 1950, passamos a 3.974 municipalidades, até o ano passado. Em função desse quadro de transformação, o abastecimento do mercado interno nas últimas três décadas foi assumindo importância cada vez maior. Cada família que deixa zona rural, pára de produzir alimentos para sua subsistência, e vem demandá-los nos

centros urbanos, o que provoca profundas mudanças nas estruturas de produção do País.

A questão da produção de alimentos para o abastecimento urbano já significa hoje, assunto de alta relevância, em termos de bem-estar e segurança, exigindo sua inclusão dentro do rol de objetivos de política econômica, não comportando mais atitudes meramente contemplativas, comuns e pouco conseqüentes poucas décadas atrás.

Simultaneamente à necessidade de enfrentar essa problemática de produção de alimentos para o mercado interno, cumpre considerar também, não só as características atuais inerentes ao nosso modelo econômico, fortemente assentado na economia urbana, como também as repercussões que têm sobre esse modelo os sucessivos reajustes de preço dos combustíveis líquidos tradicionais nos anos mais recentes.

A posição de vulnerabilidade em que fomos atingidos pela crise energética pode ser melhor entendida na medida em que, assim como a maioria das nações, nosso desenvolvimento econômico, nas últimas décadas, apresentou como setor dinâmico a área industrial, dado o baixo custo representado pelo componente energético. Durante esse período, a agricultura desempenhou o importante papel, embora não tão dinâmico, de viabilizar a continuidade do processo de crescimento do setor urbano. A economia agrícola expandiu-se a uma taxa média pouco superior a 4% ao ano, contra uma expansão demográfica de quase 3% ao ano, enquanto que o conjunto da economia apresentou um ritmo de crescimento de cerca de 7,5% ao ano. Com estes parâmetros de crescimento, a participação do setor agrícola na formação do Produto Interno se reduziu ao longo do tempo, estando hoje ao nível dos 13%.

Entretanto, embora não sendo o setor dinâmico da economia, a responsabilidade com que se viu acometida a agricultura brasileira foi crescente. Praticamente triplicou o número de pessoas nas cidades dependentes das pessoas que permaneceram nos campos, nos últimos 30 anos, e o setor rural ofereceu razoável resposta a essa situação: com exceção dos anos marcados por adversidades climáticas, não tivemos de recorrer persistentemente a importações significativas de alimentos básicos, à exceção do trigo. Nesse período, a agricultura contribuiu de forma decisiva para a pauta de exportações, representando os produtos de origem agrícola, ainda hoje, mais da metade de nossas exportações.

Em resumo, nestas últimas décadas, a agricultura foi um instrumento básico do desenvolvimento econômico acelerado, viabilizando o crescimento dos setores secundário e terciário da economia. Sustentou o crescimento urbano, provendo-o de alimentos e garantiu, preponderantemente, as importações de bens de capital, produtos intermediários e petróleo, cuja utilização foi necessária à expansão econômica. Hoje, o setor rural continua a desempenhar esse papel e se vê responsabilizado, ainda, pela produção de biomassa necessária à oferta de energia de fontes nacionais e renováveis.

Neste ponto, é importante assinalar a crescente consciência nacional para a incômoda situação vivida pelo País, colhido por uma seqüência de ajustes econômicos em escala mundial, decorrentes da crise energética, que implicam em mudanças nas características do modelo de desenvolvimento construído ao longo de várias décadas. De início, devemos tomar consciência de que o combustível

líquido mais escasso e, portanto, mais caro, altera, substancialmente, os preços relativos de muitos bens e serviços produzidos pelo setor urbano. Além disto, nossa dependência externa para suprimento desse combustível, gera pontos de estrangulamento sérios em nossa balança comercial. Esse quadro exige de toda a Nação um esforço direcionado para o desenvolvimento acelerado do setor de produção agropecuária, onde continuaremos a levar vantagens a médio e longo prazos.

Nos últimos 10 anos, os preços dos alimentos cresceram, em média, quase 20 vezes, enquanto os dos demais bens e serviços de consumo corrente evoluíram cerca de 13 vezes. Este encarecimento relativo dos alimentos, revelador de escassez persistente, não poderá durar muito mais, pois gera tensões sociais e políticas indesejáveis. Impõe-se como meta nacional, de início, a sustação desse processo e, num segundo momento, a tentativa de restauração do poder aquisitivo da população de renda mais baixa e a recuperação de padrões alimentares perdidos.

Dando início a um período de transformações econômicas estruturais, a política agrícola formulada pelo Governo do Presidente João Figueiredo se fundamenta, em linhas gerais, na contínua e acelerada incorporação de novas áreas ao processo produtivo e na persistente elevação da produtividade. No tempo, ela se explicita em termos de uma política de curto prazo, cujo objetivo principal é o equilíbrio do mercado interno de produtos básicos de alimentação e aumento significativo no saldo líquido de comércio exterior de produtos agropecuários.

Relembro que iniciamos a atual administração com as prateleiras vazias e uma despesa de quase 1 bilhão de dólares na importação de grãos. Daí a definição clara de que a economia brasileira precisava e precisa de produção agrícola abundante. Daí a prioridade para o setor rural que, no ano passado, traduziu-se em um conjunto de medidas objetivas e harmônicas, entre as quais me permito destacar a desvinculação entre o valor de financiamento para o plantio e o preço mínimo, a vinculação do valor do financiamento de custeio com faixas de produtividade, a conta aberta no Banco do Brasil para o plantio, os preços mínimos estimulantes, a garantia de compra de qualquer volume de produção não absorvido pelo mercado, o seguro de 100% para o caso das frustrações de safra por problemas climáticos ou de pragas, além da possibilidade de o produtor ficar com uma parte da colheita, no caso de perda parcial, para o sustento de sua família.

O Governo procurou voltar seu apoio, principalmente, ao pequeno lavrador, responsável por 70% da produção dos alimentos consumidos por nosso povo. Procurou facilitar seu acesso ao banco, reduzindo a burocracia, notadamente nos financiamentos de custeio agrícola. Determinou ao Banco do Brasil que, nesses financiamentos, deixasse de exigir garantias reais até o valor de 2.000 MVR ou aproximadamente Cr$ 5 milhões. Para chegar mais perto do pequeno produtor, determinou também ao Banco do Brasil que criasse, além de mais postos avançados, os pontos de recebimento de propostas de crédito, em número de 6.800, dos quais 1.400 já estão implantados, cobrindo os municípios mais longínquos do País, levando ao produtor marginal o conhecimento e a possibilidade do uso do crédito, do plantio tecnificado e as garan-

tias do Governo Federal à atividade agrícola.

O sistema bancário privado, de seu lado, foi induzido a elevar suas aplicações com o pequeno produtor, quando se determinou que os bancos particulares destinassem 25% de suas aplicações obrigatórias em crédito rural para o financiamento daquele segmento da produção. E ainda foi criada a categoria do mini-produtor, destinando-lhe 10% do montante fixado para apoio aos pequenos produtores. A ação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi direcionada para concentrar seu apoio no pequeno produtor de alimentos.

A reversão das expectativas dos agricultores, conscientizando-os para a importância do crescimento da produção agrícola no País foi o primeiro passo, tendo sido um instrumento eficiente e eficaz, juntamente com as medidas de apoio tomadas, a julgar pelos resultados obtidos nesta primeira safra. Em números do Banco do Brasil, esse órgão, responsável por 80% do crédito rural do País, ampliou seu volume de recursos à agropecuária em 87%, no ano passado. A agricultura teve um aumento de 89% no crédito e a pecuária, que tantos disseram ter sido sacrificada, recebeu 78% a mais de financiamentos, que em 1978. Os empréstimos aos pequenos produtores, por outro lado, tiveram expressivo aumento. Em valor, os financiamentos a esse segmento da produção aumentaram em 154%, totalizando Cr$ 61 bilhões e elevando sua participação no valor total dos empréstimos efetuados de 16,1%, em 1978, para 21,2%, em 1979.

Foram passos importantes, que produziram bons resultados. Contando com a ajuda do clima, conseguimos realizar a maior safra agrícola da história brasileira, situada em 53 milhões de toneladas de grãos. Para que os leitores tenham uma idéia do que ela está representando como início de um vigoroso processo de capitalização do setor rural e transferência de renda para o lavrador, basta observar que cinco produtos — arroz, feijão, milho, soja e algodão — canalizaram para o setor rural uma renda de Cr$ 296 bilhões, nesta safra, contra apenas Cr$ 135 bilhões, na safra anterior.

A política agrícola de médio e longo prazos mantém o objetivo de equilíbrio do mercado interno dos produtos de alimentação e sua tônica se volta para a obtenção de substanciais incrementos na exportação. Da agricultura se espera, a médio e longo prazos, que desempenhe o papel de assegurar a contínua elevação da receita cambial, no ritmo necessário ao crescimento econômico do País. Os instrumentos dessa política estarão voltados para a maciça incorporação de novas áreas e para a obtenção de expressivos ganhos de produtividade. Outros mecanismos vêm sendo acionados paralelamente àqueles já estabelecidos na safra que terminamos de colher.

A política fundiária será empregada para proporcionar melhor utilização das áreas potencialmente produtivas e atualmente sem produção, operando-se o Imposto Territorial Rural como meio de sua execução. Programas especiais de pesquisa, melhoramento e disseminação de sementes de variedades mais produtivas e mais resistentes vêm sendo implementados. Atenção especial vem sendo dispensada à utilização dos cerrados e das várzeas férteis, através da assistência e do apoio creditício para a aplicação das técnicas do seu aproveitamento econômico.

Todas estas metas impõem o compromisso de manter uma expansão na pro-

dução de alimentos básicos para abastecimento do mercado interno a taxas anuais médias superiores às do crescimento demográfico. Em função disso, fixamos como limite inferior a manutenção de um crescimento dessa produção agrícola em 4% ao ano, o que implicará na incorporação anual de 1,5 a 2 milhões de hectares ao processo produtivo, dependendo de como se consiga influir na velocidade de crescimento da produtividade da terra.

E, apesar dos esforços que vêm sendo redobrados, não se pode esperar ganhos espetaculares de produtividade, a curto prazo. O processo é naturalmente lento, notadamente em seu início. Não devemos perder de vista que os alimentos básicos de que tratamos são o feijão, o arroz, o milho, a mandioca e a batata, cujas características de produção não favorecem a rápida difusão de métodos de produção mais eficientes, com exceção provável do milho e da batata.

Mudando do mercado interno para o externo, temos as lavouras de exportação, representadas pelo café, soja, cacau, cana-de-açúcar, laranja, algodão, fumo, amendoim e mamona, que apresentaram um crescimento de área cultivada de quase 7% ao ano, em média, na última década. A simples manutenção desta taxa histórica implica uma incorporação anual de área da ordem de 2 milhões de hectares.

No entanto, sabemos que a manutenção da taxa histórica de crescimento destes produtos de exportação provavelmente não será suficiente para se atingir os objetivos desejados. Assim, pode-se estabelecer metas mais ambiciosas, compatíveis com as necessidades da balança comercial do País. Neste caso, um crescimento de 9% ao ano, por exemplo, demandaria mais 500 mil hectares, além dos 2 milhões já mencionados. Ainda aqui, o caminho da produtividade em elevação é importante, mas convém não esquecer que, em algumas culturas, os ganhos possíveis de obter são modestos, dado o patamar em que a produtividade de boa parte dessas lavouras já se encontra, atualmente.

Finalmente, cumpre considerar o projeto energético, que se traduz na aceleração do PROÁLCOOL, buscando atingir 10,7 bilhões de litros em 1985, para uma avaliação integral das perspectivas e necessidades do setor rural brasileiro. A área necessária para a implantação dessa capacidade de produção de álcool, a partir de 1985, representa uma incorporação de 3,5 milhões de hectares à lavoura de cana, nesse período, equivalendo a um incremento médio anual de quase 600 mil hectares.

O conjunto desses objetivos resulta na necessidade de o País incorporar em torno de 4,5 milhões de hectares por ano a sua área cultivada, ou seja, expansão firme e sustentada de cerca de 10% ao ano em média. Por hipótese, imaginemos que possamos obter melhores resultados em ganhos de produtividade, ou que as relações de troca venham a beneficiar nossos produtos de exportação, ou que o consumo de combustíveis derivados de petróleo cresça menos, exigindo menor área de cana destinada à produção de álcool. Ainda assim, a taxa de expansão da área cultivada não poderia cair a níveis inferiores a 7% ao ano.

Mas, não devemos nos iludir, mesmo nesta hipótese otimista, o esforço para atingirmos essa taxa de crescimento deverá ser enorme. Basta atentar para o fato de que essa taxa anual, nos últimos 10 anos, foi de apenas 3,5%. Em termos de recursos financeiros, essa expansão significa a necessidade de alocação de al-

go em torno de Cr$ 80 bilhões por ano, para investimentos diretos na formação de lavouras, outro tanto na implantação e ampliação de infra-estrutura viária e de armazenagem, sendo que o cômputo de investimentos em assistência médico-hospitalar e educação, terminaria levando esses valores para números próximos de Cr$ 200 bilhões anuais. E aqui não estão incluídos os investimentos adicionais na agroindústria e na indústria de insumos agrícolas, que deverão ocorrer para acompanhar esse ritmo de expansão de forma coordenada.

Fixado esse quadro, torna-se evidente que nosso modelo de crescimento sofrerá algumas mudanças estruturais. O maior dinamismo do setor rural, por outro lado, também tenderá a reestruturar em termos espaciais a distribuição geográfica da geração de renda e o próprio sentido do processo de ocupação geográfica. Vazios econômicos e demográficos, existentes até há pouco, tenderão a desaparecer, cedendo lugar não a pujantes pólos industriais, mas a produtivas paisagens rurais. A atividade industrial, por sua natureza, é concentrada no espaço, polariza grandes massas humanas e aglutina novas indústrias. A atividade agrícola se espraia em vastidões territoriais, distribui população e sua expansão pressiona sempre por mais área. Devemos presenciar mudanças significativas em nossas características nacionais, em virtude dos ajustes pelos quais o mundo passa e que nos impõem a revisão do modelo de crescimento.

Alguns estrangulamentos são previsíveis, mas superáveis com o tempo. É importante destacar a questão da distribuição da poupança nacional. A parcela da poupança sobre a qual o Governo exerce controle direto poderá se ajustar às novas situações de modo mais adequado se houver coerência na política econômica, o que é de se esperar que haja. Entretanto, a poupança sob controle do setor privado corre o risco de se demorar no ajuste. O crescimento industrial acelerado teve como alimentador importante o reinvestimento do lucro no próprio setor. As mudanças de ritmo que certamente ocorrerão no crescimento do setor industrial poderão gerar poupanças que terão de ser direcionadas para áreas completamente diferentes. Na eventual demora de reorientação da poupança poderá residir um ponto de estrangulamento a ser considerado.

Convém chamar a atenção, ainda, para outro aspecto de grande importância, em termos de possível ponto de estrangulamento: corremos o risco de enfrentar uma deterioração das relações de trocas externas, uma vez que em nossa balança comercial, o petróleo representa item de enorme peso. Se durante períodos mais longos os preços dos produtos de exportaçãso não acompanharem os preços do petróleo, seremos forçados a aumentar nossa taxa de poupança interna, para manter o equilíbrio necessário ao nosso crescimento.

Face a uma inflação que ameaçava escapar ao controle público, as autoridades monetárias do País não tiveram outra alternativa senão atacar com coragem e audácia algumas de suas causas básicas. Assim, decidiu-se eliminar um conjunto de preços subsidiados que minavam a economia nacional. Preferiu o Governo que os preços passassem a ser determinados diretamente pelo mecanismo de mercado, dentro de um salutar processo de ajuste da economia a uma nova realidade de custos, transferindo para o consumidor a decisão última de suas compras, dentro de suas reais possibilidades de ganho.

Isso como regra geral, pois ainda assim o Governo não se furtou a conter manobras especulativas, artificiais, intervindo no mercado quando necessário, haja vista os exemplos do arroz e do feijão preto. O setor rural não ficou fora desses ajustes, como se vê. Mas, se era compreensível a preocupação manifestada por algumas lideranças rurais quanto à permanência da prioridade ao desenvolvimento rural, durante os primeiros meses de 1980, hoje já não há lugar para esse tipo de dúvida. Os ajustes verificados nos setores industriais e de serviços foram mais drásticos e comprovam a manutenção da prioridade agrícola.

Coerente com o objetivo de assentar na produção agropecuária boa parte do futuro desenvolvimento do País, o Governo tomou a decisão de reduzir os subsídios existentes nos créditos ao setor como forma de diluir um ponto de estrangulamento para a futura expansão da atividade, a longo prazo, ao mesmo tempo em que opera no combate à inflação, em termos de curto prazo. Quanto maior o nível de subsídios, tanto maior o nível das distorções introduzidas no setor produtivo. Em função disso, optou-se por oferecer ao produtor a vantagem do preço do produto, ao invés da vantagem de elevado subsídio às taxas de juros. O preço se exerce sobre a produção efetivamente realizada, enquanto o subsídio era aplicado sobre as intenções de plantio.

Uma vez que as taxas de juros do crédito rural, no passado, estiveram em níveis mais próximos da taxa inflacionária, a redução de seu subsídio assegurou a continuidade de um bom fluxo de recursos ao financiamento do próprio setor, além de colaborar na diluição de um foco inflacionário. Em 1978, do saldo médio de aplicações em crédito rural, o subsídio aos juros representou 25% do total. Em 1979, esse percentual subiu para próximo de 30% dos créditos concedidos ao setor. E, neste ano, considerando-se um volume de aplicações em crédito rural da ordem de Cr$ 700 bilhões, teríamos um desembolso de Cr$ 250 bilhões em subsídios aos juros do crédito rural.

O ajuste nas taxas de juros evitou uma situação que custou ao País Cr$ 166 bilhões em subsídios, nos anos de 1978 e 1979. As distorções provocadas por recursos levantados a 15%, quando o mercado tinha custos de 60 a 70%, são fáceis de localizar. O crédito rural passou a ser privilégio de quem tinha mais força de pressão para obtê-lo e o pequeno produtor passou a ficar mais distante do banco. Os ganhos passaram a ser reinvestidos na atividade e qualquer recurso obtido e não aplicado imediatamente, era canalizado para investimentos de prazo e renda elevada.

Essa estrutura de subsídios era incompatível com o novo papel idealizado pelo Governo do Presidente João Figueiredo para o setor agropecuário, como fator de segurança nacional e instrumento para a promoção do bem-estar de amplas camadas da população brasileira.

Finalmente, resta considerar, ainda, que o crescimento contínuo da atividade agrícola é o único caminho disponível, não só capaz de atingir os três objetivos — alimentação garantida, equilíbrio no comércio exterior e contribuição importante no equacionamento energético — sem gerar maiores contradições econômicas para o País, como também de provocar efeitos indiretos altamente salutares na economia nacional. De um lado, ao proporcionar uma oferta

mais abundante de produtos, dará contribuição importante à redução do ritmo inflacionário, na medida em que reduz a escassez relativa da disponibilidade de alimentos. De outro, é auxiliar importante na manutenção da taxa de emprego urbano, na medida em que, a atividade industrial passará a ter cada vez mais seu ritmo limitado pelas possibilidades do balanço comercial.

Agora, gostaria de apresentar uma rápida visão dos instrumentos com que o Governo Federal conta para implementar essa prioridade ao desenvolvimento rural, representados pelos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, com dados que ilustram o desempenho no primeiro ano de Governo. Ao todo, são 11 unidades.

As ações voltadas para a política fundiária estão a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. Uma das metas fixadas nesta área é atingirmos a distribuição de 100 mil títulos de propriedade anualmente, já a partir de 1981, mais que triplicando a média registrada pelo órgão até hoje. O desenvolvimento de projetos de colonização para assentamento de colonos é outra ação que vem merecendo atenção prioritária do Governo, principalmente no que diz respeito ao engajamento de capitais privados nacionais nesse processo. Atualmente, o INCRA opera nas áreas de tensão social realizando desapropriações por interesse social, em articulação estreita com o Grupo Executivo do Araguaia—Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo-Amazonas (GEBAM). Foi possível serem obtidos números bastante expressivos, sobre a ação do INCRA, no primeiro ano do Governo Figueiredo.

Para apoiar a produção agropecuária, o Ministério conta com a Comissão de Financiamento da Produção (CEP), que opera a política de garantia de preços mínimos do Governo Federal, utilizando como agentes financeiros os bancos públicos e privados do sistema nacional de crédito rural. As ações da CEP são de grande expressão junto às fronteiras agrícolas, fazendo concorrência aos intermediários que tentam comprar a produção dos lavradores abaixo do preço mínimo garantido pelo Governo, também por ocasião das grandes safras, quando os preços de mercado recuam para próximo dos níveis de garantia oficiais. Nesta safra, podemos assegurar essa presença efetiva, transformando em realidade as promessas que nunca haviam passado do papel.

As pesquisas e o desenvolvimento de insumos e técnicas que permitam elevar a produtividade da atividade agropecuária estão a cargo da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Foi possível de ser atingido regular resultado do seu trabalho, hoje voltado prioritariamente para a pesquisa de melhores sementes, notadamente nas lavouras de alimentos básicos, novas técnicas que permitam um manejo mais eficiente e econômico de adubos e defensivos químicos, além do desenvolvimento de sementes e culturas adaptadas ao solo dos cerrados.

Em estreita articulação com a EMBRAPA, por outro lado, opera a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, cabeça do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural — SIBRATER, integrado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural — EMATER. Seus técnicos disseminam os conhecimentos gerados pelos pesquisa-

dores da EMBRAPA. E, atualmente, concentram seu trabalho no apoio aos pequenos produtores, além de estimularem o aproveitamento racional de várzeas irrigáveis e adubos orgânicos. A EMBRATER também está intensificando a assistência técnica aos pequenos proprietários interessados em elevar sua capacidade de produção e produtividade por meio da utilização da tração animal. No apoio às atividades agropecuárias desenvolvidas por cooperativas aparece o Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC. Sem condições de competir com grandes organizações bancárias, este banco vem saindo de uma fase de modestas realizações, graças a medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional para ampliar suas fontes de recursos, além da tomada de empréstimos externos.

De outro lado da produção, empenhada em contribuir para a melhoria do setor de distribuição de alimentos, em benefício do consumidor, trabalha a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL. Operando com mercados volantes, supermercados flutuantes na Amazônia, barracas em feiras, instalações próprias e com uma rede de quase 5 mil varejistas privados, distribuídos pelas periferias das grandes cidades do País, a COBAL procura concentrar seu trabalho no atendimento às populações de baixa renda, além de participar da comercialização de produtos hortigranjeiros com o objetivo de permitir uma relativa estabilização de preços, a partir da concorrência feita aos intermediários que especulam.

A empresa do Ministério da Agricultura que tem a responsabilidade de armazenagem das grandes safras que o País deverá colher de agora em diante é a CIBRAZEM — Companhia Brasileira de Armazenamento. Ela montou uma central para acompanhamento da colheita em todo o País, dedicando especial atenção aos trabalhos desenvolvidos nas zonas de fronteira agrícola, a fim de prevenir ao máximo as perdas de produção pós-colheita. Em 1980, inclusive, investiu mais de Cr$ 400 milhões apenas com a distribuição de armazéns de emergência, em diversos estados.

Para cuidar do fomento à atividade pesqueira, o Ministério conta com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE. O setor vem de receber a liberação das primeiras parcelas de grandes empréstimos externos, com que o Governo espera elevar substancialmente a oferta de pescado à população, como alternativa de proteína animal em relação à carne bovina.

O acompanhamento e apoio à atividade florestal no Brasil, por outro lado, está a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, órgão que também está profundamente envolvido na implantação e desenvolvimento do projeto da COALBRA — Coque e Álcool da Madeira S/A — iniciativa que pretende contribuir para a esperada auto-suficiência nacional no setor energético, produzindo etanol a partir da madeira e alguns subprodutos importantes, como o coque vegetal e proteínas para alimentação animal.

Especialmente para apoiar uma lavoura de grande expressão econômica como é o caso do cacau, o Ministério da Agricultura conta com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC, entidade mantida com contribuições de plantadores e exportadores do produto.

Finalmente, o Ministério da Agricultura opera o Instituto Nacional de Meteorologia — INEMET, que vem am-

pliando suas atividades específicas no campo da informação meteorológica aos produtores rurais, a fim de ajudar o setor a prevenir prejuízos principalmente com chuvas e geadas. Para isso já instituiu um serviço chamado "Sinal de Alerta", pelo qual procura avisar às regiões produtoras ameaçadas de chuvas ou geadas, com antecedência de pelo menos 48 horas.

A coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura cabe às Secretarias Nacionais de Produção e Abastecimento que, juntamente com a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, assessoram diretamente ao Gabinete na formulação e implementação dos diversos programas de ação. Com o objetivo de dinamizar a atuação de toda a estrutura do Ministério, por outro lado, criei as figuras dos Gerentes de Produtos e Gerentes de Projetos. Esses assessores do Gabinete centralizam informações sobre o desenvolvimento de projetos prioritários, de um lado, e acompanham a implementação de políticas destinadas a estimular a produção de lavouras específicas, como por exemplo o conjunto dos alimentos básicos.

Estes, em suma, é um quadro abrangente, onde procuramos dar uma visão do setor agropecuário, no atual momento brasileiro. Nossa atuação se volta para a definição das medidas de curto e médio prazos, com que possamos caminhar para a concretização dos objetivos fixados pelo Presidente João Figueiredo. Para atingi-los, tomaram-se medidas no âmbito da política de preços mínimos, de crédito rural, de pesquisa, assistência técnica, política fundiária, de abastecimento, e armazenamento, todas voltadas para o apoio ao produtor rural, homem que passou a ser encarado como o elemento chave da economia nacional, na busca de uma posição mundial como grande produtor de alimentos para nosso País.

Ao encerrar esta minha exposição sobre a importância e o papel da agropecuária no contexto da economia brasileira, gostaria de destacar minha satisfação de estar hoje na Escola Superior de Guerra e, ao mesmo tempo, convidar aos participantes deste curso, parcela significativa da elite pensante de nosso País, a se engajarem na difusão da consciência que todo cidadão brasileiro deve ter, a respeito do papel estratégico que desempenha a agricultura no processo de construção de uma sociedade mais rica, mais justa e politicamente aberta.



ELEMENTOS POLÍTICOS DO PODER

Compilado e editado pelo Comitê de Formulação da Política Militar, do Departamento de Operações Unificadas e Combinadas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos da América.

Este artigo discute o conceito de sistema político (modelo político) com a idéia de identificar e avaliar as vitalidades e as debilidades (vulnerabilidades) políticas do Estado. Descreve os requisitos de um sistema político e como esse sistema opera para satisfazer às solicitações que lhe são dirigidas. O artigo prossegue no exame de cinco variáveis significativas, existentes em qualquer sistema político e que são utilizadas na avaliação do poder político de um Estado. Por meio de uma análise dessas variáveis, e de como elas agem no sistema político, chega-se ao conhecimento de como as vitalidades e debilidades do sistema se derivam delas.

Desde 1945, a complexidade das relações internacionais tem aumentado a ponto de dobrar de expressão várias vezes. Existem muitas razões que têm ocasionado isso, mas os fatores que certamente mais contribuem para essa situação têm sido a proliferação dos estados-nações com o término dos impérios coloniais, e o esgotamento das reservas mundiais de recursos naturais, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento da procura por esses recursos. Nos Estados Unidos existe a dúvida quanto à conveniência da utilização de forças militares como um meio para alcançar os objetivos nacionais. Essa limitação de meios e fins fez-se clara na Guerra da Coréia e no conflito do Vietnã. Ambos os conflitos deram mais ênfase a um fim político limitado do que a uma vitória militar definitiva.

À luz do impasse militar, é provável que os conflitos do futuro continuarão a ser limitados na natureza e a dar ênfase ao estreito interrelacionamento entre considerações militares e políticas. Ainda esse interrelacionamento não deverá surpreender ninguém, porque força mili-

tar é o instrumento de ultimato político à disposição da maioria das nações-estado.

Ao mesmo tempo, deverá ser entendido que essa interdependência entre as expressões militar e política do poder não é única. Melhor ainda, todos os elementos do poder — geográfico, moral, nacional, econômico, político e militar — envolvem-se e influem uns aos outros em variados graus, dependendo da situação e do assunto em pauta.

Considerando o ambiente físico, é sabido que uma nação possui aspectos de vigor e de debilidade que são derivados da sua posição relativa, dos recursos naturais de que dispõe, do clima e da população. Da análise do moral nacional sabe-se que fatores culturais, tais como crendices, atitudes, valores e organização social afetam as possibilidades da sociedade e a maneira de interpretar o que se considera importante. Do exame do sistema econômico depreende-se que alguma forma de economia irá desenvolver-se e organizar os recursos físicos e sociais da nação, para gerar uma capacidade produtiva que criará bens e serviços para a sociedade ou estado.

Porém não são as considerações geográficas, sociais e econômicas, as únicas que irão definir o poder da nação. A expressão do poder político deve também ser apreciada, e mais ainda, considerada como a que faz a amálgama das demais, e a que projeta o poder que é possível mobilizar.

Alguém tem que decidir onde deve ser aplicado o poder do país. Para fazer isso, as metas e os objetivos devem ser estabelecidos, e as possíveis linhas de ação para alcançá-los devem ser traçadas. Eventualmente, uma decisão deve ser formulada e posta em execução. O resultado da decisão adotada pode ser avaliado se atingiu ao fim a que se destinava. Cada um desses passos do processo político acontece dentro do sistema político do estado.

É o sistema político que fornece o principal enfoque para uma análise da expressão política do poder. O artigo que se segue desenvolve o conceito de um sistema político através do qual se pode detetar os pontos importantes desse sistema e diagnosticar suas vitalidades e debilidades.

Poder político pode ser definido como a habilidade que um estado possui para decidir o curso que lhe compete adotar para cumprir suas funções perante a sociedade. De certo, política pode ser definida, em si mesma, como uma luta por poder, seja travada entre indivíduos, entre grupos dentro do estado, seja entre estados no contexto mundial. É a luta pelo poder de decidir ou de influir nas decisões e de pôr em execução ações para alcançar os fins estabelecidos. Em princípio, é através do sistema político que essas decisões para a sociedade são formuladas e adotadas.

É, basicamente, através do sistema político que são criadas as decisões de governo dirigidas à sociedade.

Este artigo dá a perspectiva do sistema político no seu mais amplo contexto. Julgamos que será bastante útil ao estrategista militar que se preocupe em desenvolver sua capacidade de avaliação de forma realista. Robert Hilsman, ex-assistente da Secretaria de Estado dos EUA para assuntos do Extremo Oriente, afirma: "A finalidade não é preparar o oficial para fazer um exame político e econômico; isto é certo que cabe aos civis. O que se quer é torná-lo capaz de compreender o contexto dentro do qual ele, como assessor, irá exercer seu aconselhamento sobre como os aspectos mi-

litares deverão ser considerados, e a forma mais eficiente de como a mais alta autoridade deverá considerar a possível aplicação dos meios militares para atender às necessidades políticas que enfrenta".

CONCEITO DE SISTEMA POLÍTICO

"Eu reconheço que não existe maior necessidade para os homens que vivem em comunidade do que a de serem eles governados. Autogovernados se possível, bem governados se forem afortunados, mas, em qualquer situação, governados."

Walter Lippman

Todo cidadão tem uma idéia de como se processa a atividade política, e sobre esse modelo ele desenvolve suas análises dos procedimentos políticos. Para a maioria, o modelo que imagina tem base no processo político do seu próprio país, o que o torna válido para análises e concepções sobre a política da sua pátria, mas que normalmente não condiz adequadamente com avaliações políticas de outras nações. Para isso ele precisa de um modelo liberto dos aspectos particulares referentes ao seu próprio país. O ideal seria que o modelo pudesse atender à análise do sistema de qualquer nação em condições satisfatórias à sua finalidade. Para se aproximar disso será necessário dar ênfase a padrões de comportamento político que são determinados pelo contexto cultural, e não basear-se no estudo de instituições, conceitos e valores identificados, particularmente como acontece nas nações do Ocidente. O modelo convém que seja bastante abrangente na definição do comportamento político, quando se estudar o processo político de países. Deve-se considerar que, nesse processo, não são somente os organismos do governo que participam do processo decisório; existem outros setores da sociedade que também influem marcadamente. Haja vista o papel preponderante do partido político na União Soviética e em outros estados comunistas, a influência de grupos religiosos em diversas nações, e a participação de representações do comércio e do trabalho nos EUA e em outros estados ocidentais, que ilustram a necessidade de se considerar todo o espectro de integrantes da atividade política na sociedade e não somente as instituições governamentais. O presente artigo faz uma tentativa de chegar a esse modelo.

De início, o processo político em uma nação-estado será aqui considerado como conduzido por um sistema tipo "insumo (input)—transformação—resultado (output)". É óbvio que esta abordagem não é a única maneira de se encarar um sistema político; existem muitas outras, entretanto a perspectiva aqui desenvolvida irá ressaltar as variáveis políticas significativas que podem ser utilizadas na avaliação das vitalidades e das debilidades do sistema político do estado, que vêm a ser da maior importância para o analista.

A NAÇÃO-ESTADO E O SISTEMA POLÍTICO

As nações-estado constantemente estão enfrentando problemas. Muitos de-

les são gerados no próprio ambiente interno da nação. Outros tantos refletem pressões do setor internacional; existem aqueles que surgem do motivo ecológio, do demográfico ou de outros mais fatores. A sociedade por eles afetada recorre a certas instituições que se interessam por identificá-los e interpretá-los a fim de solucioná-los ou amenizá-los. Entre essas instituições, talvez a mais poderosa da história moderna é o sistema político.

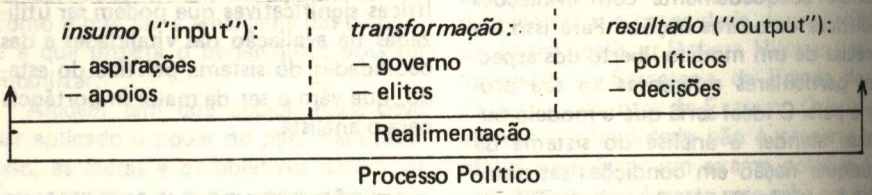
Existem também outras poderosas instituições sociais que em todas as sociedades mobilizam forças sociais, alocam recursos, resolvem problemas e influenciam comportamentos. De acordo com o marxismo, as instituições econômicas prevalecem como as mais importantes. Existem outras sociedades nas quais prevalecem as instituições religiosas ou, então, as educacionais, condicionando a estrutura social e agindo preponderantemente na solução dos problemas da nação. O importante a considerar é que o comportamento político que é identificado, não age no vazio e pode também não ser o modo mais freqüente de se expressar.

Entende-se assim o conceito de sistema político, e isso implica que nele existem componentes dinâmicos que agem interdependentemente e que são interatuantes, que operam dentro do ambiente de um estado onde há o exercício de uma legitimada[1] liderança, necessária para desenvolver o processo decisório, para encontrar a solução dos problemas e para pôr em execução as ações políticas adequadas à sociedade. Este conceito persiste, qualquer que seja o grau de sofisticação ou de evolução do sistema político, seja ele uma forma complexa de governo institucionalizado, como normalmente acontece no pensamento político ocidental, até à forma mais rudimentar do conselho dos anciãos, como ocorre nos grupos sociais mais primitivos. O importante é que, dentro dos grupos sociais, algum elemento desempenhe a liderança e decida as ações a serem postas em prática e que, em última análise, deverão beneficiar o grupo.

A dinâmica de qualquer sistema político pode ser entendida na forma representada no modelo abaixo:

O motivo por que surge o sistema político em uma sociedade, isto é, por que os homens se envolvem em atividades políticas, é o fato de que, dos indivíduos, afloram os interesses que tomam corpo e se consolidam como aspirações de grupo, e que não podem ser satisfeitas sem que haja uma ação autoritária para alocar os recursos que normalmente são escassos e necessários.

Algumas aspirações podem ser atendidas por outros sistemas da sociedade,



1) Legitimada, como é aqui usado, conota no mínimo uma aceitação passiva pela maioria da sociedade, cujas decisões são estabelecidas em acordo com os prevalecentes conceitos de autoridade e de valores.

isto é, as econômicas, como o são as reivindicações salariais e que são resolvidas com acordos entre trabalhadores e patrões através do sistema econômico. Quando as aspirações exigem da parte da sociedade um esforço especial, e que haja necessidade de determinada ação de mando para alocar recursos visando a sua satisfação, elas se tornam insumos do sistema político.

As aspirações podem ter origem dentro do próprio sistema político (internas), ou no corpo da sociedade (externas), ou ainda podem ser detetadas antecipadamente, fruto de pesquisa, e atendidas prontamente pelas lideranças políticas antes que tomem maior expressão. Como exemplo de aspiração interna podemos citar aquelas que se destinam a transferir os recursos que foram destinados para a defesa, no sentido da solução de problemas sociais. Já a necessidade, detetada antecipadamente, de se aplicar uma reciclagem de treinamento profissional nos veteranos da II Guerra Mundial, como ocorreu durante os últimos meses de 1940, exemplifica a terceira situação anteriormente citada.

Além das aspirações, os outros insumos são os apoios. O sistema necessita de apoios. Os homens que decidem ou os que buscam influenciar no processo político necessitam do apoio que prestigia e dá expressão de poder. As formas mais adequadas de apoio ao sistema político são: a aceitação pública do papel que a política em prática exerce, a lealdade partidária e o patriotismo do povo. A função do sistema é identificar esses insumos e processá-los, transformando-os em produtos ou resultados, com forma de ações políticas, decididas para serem postas em prática pela sociedade. O atendimento às aspirações resultam na forma cíclica em reforçar os apoios que o sistema obtém do povo.

Esse processo é a atividade fundamental do sistema político e é nele que os políticos encontram campo para exercerem suas lideranças.

Outro requisito essencial ao sistema político é a realimentação, sem a qual ele será incapaz de avaliar o efeito das decisões tomadas e das ações políticas postas em prática, sejam elas leis, normas, regulamentações, etc.

A realimentação acontece provocada por dois motivos. Ou pelas aspirações que surgiram com a nova situação resultante das ações políticas ultimamente postas em funcionamento, ou por ter o próprio sistema, por seus organismos que participam do processo decisório, avaliado os efeitos das medidas adotadas pelo governo. Por meio das avaliações desses efeitos, o líder político é capaz de determinar se a política do sistema está funcionando bem ou não, e como deve ser ela modificada, se for o caso.

Sintetizando o que se descreveu acima, o sistema é visualizado como uma interconexão dos órgãos que recebem insumos, transforma-os e produzem as ações políticas que, por sua vez, provocam a realimentação e, então, o ciclo se renova.

Os limites entre as etapas do processo são flexíveis. Na figura eles estão representados por linhas pontilhadas por não serem de fato muito nítidos e estão mais relacionados com a atividade funcional do que com a estrutura.

Também entre o sistema político e os demais sistemas da sociedade, como o econômico e o social, os limites não são rígidos e eles decorrem mais da função que exercem do que propriamente da estrutura. Indivíduos podem perfeitamente desempenhar, ao mesmo tempo,

atividades políticas em um sistema e sociais em outro, como também isto pode acontecer até mesmo com organizações. É de se ver, hoje em dia, um bispo católico reivindicando, diante de sua congregação, reformas políticas no país, como também ocorre à "União dos Trabalhadores Americanos" rejeitar o voto a candidatos políticos que ela considera irregularmente privilegiados.

VARIÁVEIS POLÍTICAS

No desenvolvimento do processo "insumo-transformação-resultado", ressalta para o analista o valor das variáveis políticas fundamentais na avaliação do poder político de um estado. São eles:

- componentes políticos;
- dinâmicas políticas;
- qualidade do sistema político;
- desenvolvimento político; e
- alinhamento internacional

COMPONENTES POLÍTICOS

Fundamentos Políticos

O primeiro componente são os fundamentos políticos da nação e que são constituídos: da cultura que predomina; dos valores morais, éticos e de outros valores nacionais; dos padrões de comportamento; das tradições do país; e dos efeitos que estes aspectos provocam sobre a ação política vigente.

O conceito estabelece que é a crença nos padrões de valores, nas atitudes e comportamento da sociedade que predispõe determinados povos a agir de maneira peculiar. Isso vem a ser a manifestação política dos valores e da cultura da sociedade. A reação movida por Robert Kennedy à proposta para ataque aos mísseis soviéticos em Cuba, com o risco de provocar milhares de mortes de civis, em outubro de 1962, reflete como os fundamentos políticos podem influir no curso de acontecimentos internacionais. Declarou ele: "Eu não aceito a idéia de que os EUA tenham que lançar bombas em Cuba e, no ataque de surpresa, atingir a população civil. Talvez a alternativa não fosse muito agradável, mas não vejo como aceitar essa linha de ação para o nosso país." (Robert Kennedy, "*Treze Dias*". Presumivelmente, seu irmão co-participou desse ponto de vista, e a opção para o ataque foi descartada).

Os fundamentos políticos, que vêm a ser a herança do país, são normalmente difíceis de serem avaliados. O analista pode ter dificuldade de perceber a mentalidade, atitude e os valores da nação e que são essenciais para se compreender o processo de ação política e a constituição da expressão do poder político de um determinado país. Esses conceitos filosóficos e as atitudes emocionais atuam como um todo nos diversos passos do processo político que as lideranças políticas conduzem no desenvolvimento da ação política para atingir, periodicamente, determinadas metas (ONA) e que a maior prazo constróem a conquista dos grandes objetivos nacionais (ONP). Para exemplificar isso, podemos citar que, nos Estados Unidos, existem certos valores políticos dos quais todos os cidadãos virtualmente participam, por exemplo: a crença de que deve haver uma evolução gradual que se baseia no mais amplo consentimento da nação, em vez de decisão de poucos prevalecendo sobre a vontade de muitos, e o franco respeito ao exercício da lei regulando a relação entre os cidadãos e entre estes e o governo. Esses valores influenciaram na composição do sistema político americano, onde é ob-

servado que se processa um controle do sistema como um todo, visando a manter os limites da ação do poder público, e que é feito através de um processo de avaliação e da adoção subseqüente de medidas para se obter a correção que leve ao reajustamento.

Um caminho seguro para se medir os valores e atitudes do povo de um país é por meio da análise das atividades políticas que o país adotou no passado. Torna-se mais fácil compreender exemplos concretos do que abstrações. Através dos fatos políticos do passado se identificam os predecessores dos valores e das atitudes do povo e se tenta acompanhar a evolução dos mesmos, admitindo que ela se dá com transformações vagarosas.

Em um mesmo país, grupos sociais distintos podem encarar um mesmo problema de forma diferente. Isso complica o processo político que procura interpretar as aspirações e encontrar a forma de como satisfazê-las. O problema se torna crucial quando a liderança de uma nação adota uma política que conflita com os valores tradicionais do país. Quando isso acontece em uma nação que está em processo de desenvolvimento, o fato se agrava. Em muitos casos, a maioria do povo tem incorporado valores tribais orientados para a agricultura. Ocorre que, em alguns casos, seus líderes políticos tentam orientar o processo de desenvolvimento no sentido da indústria com metas específicas, baseadas em programas de industrialização e de bem-estar social, que reflitam os objetivos e valores de sociedades urbanizadas e mais desenvolvidas. Nessas situações, a ausência do consenso da população tem provocado uma tendência para se tornar vagaroso ou mesmo interromper o processo de desenvolvimento da nação.

Podemos concluir que, da mesma forma que os fundamentos políticos atuam como insumos, alimentando o processo, eles também podem se constituir em limitadores da ação política. Eles agem regulando os tipos de aspirações que podem se constituir em insumos para o processo político, definindo uma tendência para a obtenção do consenso.

A história da evolução das ligas de trabalhadores, das leis do bem-estar social e da política de integração nos EUA, refletem as influências dos fundamentos políticos americanos na determinação de quais aspirações se tornaram insumos para o processo político.

O valor da influência dos fundamentos políticos sobre uma sociedade determinará o grau do apoio popular com que o sistema político contará, o seu sucesso na ação política e a sua estabilidade a longo prazo.

Condicionantes Políticas

Elas podem ser provenientes do ambiente físico ou ter origem no meio social como são os casos: de migrações do campo para áreas urbanas; do crescente uso de drogas nas áreas suburbanas; de um inaceitável nível de inflação e da carência de determinado recurso natural. Podem também ter origem no meio militar, como uma percebida ameaça de invasão ou mesmo a alienação do militar pela sociedade como um todo. Essas condicionantes podem, até certo tempo, permanecer influindo somente em outros sistemas da sociedade, por serem originárias de outros setores, mas, a partir de determinado ponto, por se tornarem expressivas a ponto de sensibilizarem grupos significativos, elas tenderão a tomar corpo de aspirações e virem a ser insumos no processo político.

Grupos de Interesses

Todo sistema político sofre as influências de uma variedade de grupos que são associações de pessoas movidas pelo mesmo interesse que consolidam aspirações. Um grupo religioso em Nova Delhi ou um cartel de empresas de Bonn são exemplos de grupos que, formal ou informalmente, articulam e apresentam a seus governos os seus interesses na forma de aspirações. Chegam, às vezes, a possuir estruturas especializadas que claramente encaminham essas aspirações às lideranças políticas. Muitas vezes, caso esses grupos não atuassem articulando os interesses dos indivíduos que a eles se associam, estes poderiam não ser percebidos e deixar de receber da parte das autoridades a atenção para com seus interesses e aspirações. A função principal desses grupos é consolidar as aspirações individuais e apresentá-las como insumo para o processo político.

Eles servem para regularizar a ação da sociedade sobre o sistema, dando corpo aos interesses populares e os transformando em explícitas aspirações.

Certos grupos de interesses podem ter uma duração limitada, desde que a razão de sua existência seja um problema a ser solucionado. Quando o problema é resolvido cessa a razão da existência e o grupo se dissolve. É o caso de grupos de americanos que defendem a legalização do divórcio. Os grupos mais permanentes são aqueles que articulam interesses de setores profissionais da população, como é o caso da "Associação Nacional dos Trabalhadores".

Observe-se que é normalmente no seio das estruturas econômica e social que é gerada a maior quantidade de conflitos com o sistema político e administrativo. Por isso, são nos ambientes econômico e social que existem a maior quantidade e maiores influências de grupos de interesses. De forma correspondente, uma sociedade agrícola primária terá menos grupos de interesses e eles terão menos influência sobre o processo político que os grupos que agem em uma sociedade industrializada. Esta última é normalmente observada pela proliferação de grupos ativos, politicamente vinculados a interesses e áreas específicas, tais como: trabalho, indústria, ciência, comércio e educação.

A influência e a capacidade política dos grupos de interesses não são diretamente proporcionais ao tamanho dos mesmos. Isto tem sido demonstrado em vários países, como é o caso de grupos de estudantes no Japão e nos Estados Unidos, o grupo "Ban the Bomb" na Inglaterra, grupos budistas no Vietnã, e outros. Se já é difícil para as lideranças políticas de um país avaliar com maior precisão o valor das influências de pequenos grupos ativistas, imagine-se a dificuldade que encontrará o analista estrangeiro que pretenda fazê-lo.

A participação dos grupos de interesses facilita o trabalho das lideranças políticas para a delimitação de opções no atendimento das aspirações. O problema pode ser a inflação e o desejo pode ser traduzido de forma geral como "fazer alguma coisa", ou tão específico como "mais baixo preço da carne", e as alternativas aventadas podem ser: o controle de preços, o equilíbrio no orçamento, a mais baixa taxa de lucros ou a simples combinação delas ou mesmo com outras alternativas.

DINÂMICAS POLÍTICAS

O aspecto dinâmico de um sistema é representado pela ação política que se

exerce no processo de transformação em que as aspirações são examinadas, os apoios são considerados e as decisões sobre políticas e programas são adotadas. No centro desse processo estão as dinâmicas políticas exercidas pela estrutura governamental, pelos instrumentos do poder e pelas elites políticas, e que são:

— estrutura governamental;
— instrumentos do poder;
— elites políticas; e
— perspectivas com relação ao processo decisório; que passaremos a apresentar.

Estrutura Governamental

A composição da estrutura governamental mais comum que se conhece é a que divide o governo em três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário, e identifica cada um deles por sua função específica. Os Estados Unidos têm sido considerados o exemplo clássico de poderes independentes, com atribuições bem precisas e garantidas pela constituição. No entanto, o que se observa é que essa identificação de poderes com funções não tem sido correspondida. Na verdade, essa independência torna as funções desintegradas por serem aceitas como instituições separadas e com tendência a subdividir funções e poder. Sobre isso observe-se que os três poderes participam da função legislativa, isto é, da elaboração das leis. Na maioria dos casos, o processo de formulação da legislação tem início no executivo e o congresso age como modificador e legislador. Ao mesmo tempo, o poder judiciário pode agir para modificar ou tornar a legislação insubsistente.

Partidos Políticos

As funções de articulação e transformação dos insumos são desempenhadas no sistema pelos grupos de interesses, pelas instituições governamentais e pelos partidos políticos. Em muitos sistemas são estes últimos os meios principais para o desempenho dessas funções e servem para trazer as aspirações para dentro de um programa de alternativas políticas coerentes. São eles as principais fontes de recrutamento de pessoal para as assessorias dos cargos governamentais mais elevados.

Os partidos políticos são as instituições que dispõem dos recursos que permitem o sistema dar condições ao povo de participar formalmente no processo político. Existem diversos modelos de partidos políticos em quase todos os países, mas são poucos os sistemas que, mesmo temporariamente, tentarão funcionar sem eles. Mesmo nos sistemas mais fechados, onde só existe um partido, ele faz, no mínimo, superficialmente, o preenchimento dos requisitos para a representação popular.

Nos sistemas democráticos mais evoluídos, os partidos políticos que alcançam uma situação nacional significativa, normalmente adotam um amplo e abrangente programa de modo a atrair o máximo de eleitores para suas fileiras. Com esse procedimento, ao lado de arregimentar massas de eleitores, eles também incorporam diversas facções, e isso os levam a ignorar assuntos controvertidos e sobre os quais seria difícil conseguir o consenso, para não correr o risco de ver a coesão do partido comprometida.

Na avaliação do poder político de uma nação, o número de partidos pode ser menos significativo do que a incidência de facções nos partidos dominantes, de como estes obtém o consenso de seus partidários e dos resultados que eles obtém em termos de políticas e programas.

A execução da política, ou seja, a colocação em prática das leis, normas, regulamentos e outros dispositivos, é feita pela burocracia. A burocracia é o conjunto de organismos do governo que transforma as decisões dos escalões superiores em programas específicos e os põem em prática. Essas organizações adquirem poder pela estreita relação que possuem com os escalões superiores de decisão. Entretanto, é freqüente elas acumularem mais poder, proveniente do fato de terem acesso imediato à informação e da íntima aproximação que conseguem com influentes grupos de interesse e com líderes do legislativo. Adquirem, ainda, poder discricionário em virtude de ficar entregue ao critério delas o, normalmente, amplo campo de interpretação das leis em execução e, talvez mais significativamente, pelo fato de as decisões dos líderes políticos e dos juízes deverem, em última análise, serem postas em prática pelos burocratas e administradores, na forma de solução de casos de bem-estar de trabalhadores, agricultores, funcionários do governo e de militares.

Afirma-se que nas sociedades modernas a burocracia se tornou elemento dos mais importantes do governo por causa do seu tamanho, do grau de eficiência e do papel crucial que exerce na ação governamental.

Instrumentos do Poder

O relacionamento do governo com o povo varia de sistema para sistema. Essa variação é notada na maneira e na ênfase com que o governo utiliza os instrumentos do poder para cumprir as suas responsabilidades funcionais.

Para o governo exercer suas atividades com habilidade e eficiência, ele atua por meio do consenso ou da coerção legal. Um fato político que prevalece é que somente o governo pode legalmente exercer o monopólio da extrema ação de coerção física. A combinação adequada e equilibrada de consenso e coerção é que indicará o ponto ideal de eficiência do sistema, e essa combinação varia de um país para outro.

Na proporção em que qualquer organismo privado adquire poder para praticar a coerção física — para distribuir e executar justiça por conta própria —, na mesma extensão estará o estado sendo ineficiente, a autoridade do governo sendo ultrapassada, e a nação tendo a sua soberania comprometida. Tem ocorrido que, devido à alienação do governo e sua incapacidade para agir coercitivamente, grupos privados adquirem poder e assumem a função de governo.

Os analistas políticos associam a democracia com a que maior afinidade possui para a prática do consenso e os regimes autoritários com a prática da coerção. Na verdade, todos os regimes de governo utilizam ambas as técnicas toda vez que elas se tornam necessárias como instrumento para que se obtenha a obediência política, sem o que nenhum objetivo de grupo poderá ser alcançado.

A habilidade para se impor restrições às ações dos membros do sistema é um atributo que se situa no ponto central do sistema. As prisões e a polícia atestam a importância da coerção nas ações de governo nos estados democratas. Um governo sem qualquer força de coerção é inócuo. Assim, também as modernas ditaduras usam o consenso — ou aprovação coletiva — como um instrumento que lhes facilita alcançar os seus objetivos. A Rússia assegura eleições, por voto secreto, aos eleitores, homens e mulhe-

res, com mais de 18 anos. Nessas eleições não existe a essência da característica democrática, que é o significado dos partidos de oposição. Eles de modo algum podem participar, já que os governantes do Kremlin se sentem suficientes para agirem no lugar deles. Existe, entretanto, uma diferença no modo de como esses dois instrumentos são utilizados pelos variados tipos de sistemas políticos — ela está na natureza da combinação dos dois. A democracia dá ênfase ao consenso porque ele é o meio institucional através do qual o poder é alcançado e mantido no sistema. A liderança autocrática, por outro lado, busca o apoio da massa sem ter a necessidade de dar maior atenção a qualquer tipo de maioria, quando esta registra a concordar com as ações postas em prática, apesar de ser ela importante para se conseguir o consenso. A ditadura realiza grandes esforços para obter a simpatia do povo, porém o ditador não desiste do poder, mesmo que esses esforços só convençam a minoria. Esses esforços podem ser mesmo a violência e a utilização de campos de concentração e de trabalhos forçados com o fim de obter a obediência. O consenso é, para a ditadura, menos importante que para a democracia, e quanto mais aquela usa da coerção, mais se torna rigorosa e menos limitada pelos princípios humanos e de direito.

Em qualquer sistema político deve haver outros centros de poder além daqueles que se acham no governo. Nos sistemas democráticos, esses demais centros de poder podem surgir em virtude de influência que possuem sobre amplo setor do eleitorado e da capacidade que têm em contactá-los, como é o caso que freqüentemente ocorre com os sindicatos, com certas instituições religiosas, com os partidos políticos e com a opinião pública; como acontece com órgãos que possuem o controle sobre a informação ou a experiência em determinados setores, tais como cientistas ou o Conselho de Relações Exteriores; por aqueles que controlam a produção e as instituições financeiras, como as grandes empresas e a comunidade bancária e monetária.

Os sistemas autocráticos, pelo contrário, agem limitando o desenvolvimento de outros centros de poder que não os governamentais, pelo menos ao mínimo que os impeça de interferir na ação do governo. É como acontece na Rússia que, ao mesmo tempo em que permite a existência de instituições religiosas, mantêm-nas sob constante pressão e geralmente considerando-as de baixa reputação. O Partido Comunista na União Soviética domina completamente o processo de formulação política até à última conseqüência, a ponto de ser reconhecido como o legítimo líder da URSS o Secretário Geral do Partido Comunista, e não o Primeiro Ministro.

Para a compreensão de um sistema político como um todo torna-se essencial que se identifiquem os centros de poder, os interesses particulares e as perspectivas que os envolve, considerando as questões de política e o grau de influência que eles exercem sobre o processo político. Um método de se obter esses dados é por meio da análise dos líderes de cada um desses centros de poder, que constituem a elite do sistema.

Elites Políticas

O conceito de elite, como nós o estamos utilizando, não é inadequado à democracia ou a qualquer outra forma de controle. Ele se baseia no pressuposto, estabelecido em teoria política e social, de que qualquer forma de ação social

envolve divisão de trabalho e influência. O influente é a elite.

Na sociedade democrática a maioria das pessoas adultas tem legalmente igual parte de influência. Desse modo, a distribuição do poder envolve uma gradação de influência de tal forma que pressupõe não existir uma elite, como ela é entendida. Entretanto, ninguém deve ignorar a realidade e com ela o significado da estratificação da influência, qualquer que seja o sistema, tanto no democrático como no autocrático.

Na realidade política dos EUA é de se admitir que existem, no mínimo, quatro estratos de opinião pública que exercem a influência, atuando no processo político. O primeiro deles poderia ser classificado como o "grande público". Caracteriza-se pelo freqüente desinteresse pela maioria dos assuntos de política e, normalmente, fica à margem do relacionamento "opinião pública-política". Eventualmente, o grande público pode sair dos seus padrões de passividade para colocar-se exageradamente fora dos limites dos mesmos e, em condições tais, que constrange qualquer ação dos dirigentes políticos. Apesar dos analistas, de uma forma geral, considerarem que o "grande público" corresponde à maioria da população da nação, eles discordam quanto ao número de indivíduos que são normalmente computados nessa categoria.

Existe, a seguir, o "público atento", que é interessado e que se mantém informado sobre assuntos de política. É constituído pela audiência das discussões políticas que ocorrem na elite. O valor dessa categoria é função dos assuntos em curso tratados pela política, e do nível de educação da população. No início de 1960, foi feito um estudo em que se estimou que esse tipo de público nos EUA não era superior a 10 por cento da população. Subseqüentemente, já em 1968, analistas perceberam um crescimento nessa categoria. Não foi possível determinar se a causa disso foi a guerra do Vietnã, e, também, se a ocorrência foi temporária ou se a elevação do nível cultural dos americanos seria razão para provocar a permanência desse aumento de interesse.

Uma terceira categoria é a da "elite de opinião e de política informal". Nela estão incluídos a opinião pública local e a de massa, os membros das instituições públicas e privadas, os grupos de interesses que fornecem os "inputs" para o processo político, e aqueles indivíduos que, pela larga experiência que possuem, têm os seus conselhos aceitos com atenção especial.

Finalmente, existe a elite formal (oficial) que é aquela que formula a política. Nela estão os membros do executivo, do legislativo ou de serviços civis que participam do atual processo de formulação das decisões políticas.

Essas quatro divisões do estrato nos permitem melhor entender o processo. Nele, o "grande público" não está interessado nem informado e é incapaz de permanecer atento ao processo de desenvolvimento da política. De fato, se interesse, conhecimento e constante participação por parte da massa fossem o critério, todas as democracias históricas teriam que ser descritas como outra coisa que não democracia.

A pura identificação da estrutura e das funções do governo, dos centros de poder existentes e das elites atuantes não significa que a interação desses elementos, dentro de um processo para transformar aspirações em ação política, tenha sido determinada. Para isso há necessidade de se examinar o processo de-

cisório e, na formulação de ações políticas, como e quais elementos fornecem aspirações e apoios para influir e formular essas ações.

Perspectivas com Relação ao Processo Decisório

Quando muitos de nós visualizamos o processo decisório na política, admitimos que o governo e suas repartições são os atores que estão envolvidos nele. Cada decisão aflora de uma bem formulada intenção de satisfazer a aspirações perfeitamente definidas; cada decisão é uma resposta calculada para essas aspirações. De todas as alternativas estudadas, uma é selecionada como a que se espera que alcance os efeitos mais desejados e a menores custos. Esta visualização da formulação da decisão, como um processo racional, é bastante atraente para aqueles que julgam que as aspirações da nação conduzem a política.

Uma outra perspectiva do processo decisório vê o governo, não como uma simples unidade envolvida, processando as aspirações e transformando-as em ações políticas, mas sim como um conjunto de repartições semi-autônomas coordenadas livremente e sobre as quais nenhum outro organismo, ou um simples líder, tem completo controle. O comportamento do governo não é tanto o da escolha deliberada feita pelo executivo ou por uma legislatura, mas o resultado do funcionamento desses grupos, de acordo com os seus próprios padrões de comportamento e de interesses. A interação entre esses grupos pode resultar na recusa à utilização dos meios apropriados para se alcançar um determinado fim, muito menos para satisfazer a uma aspiração nacional.

Uma terceira perspectiva interpreta o comportamento do governo como sendo o resultado de uma manobra política. Os governos são considerados como compostos por indivíduos, e cada um deles possui um considerável poder de decisão e discricionário. O poder no país é dividido e a decisão é, na ocasião, tomada em função do poder, da habilidade e da posição dos indivíduos atuantes. Elas, necessariamente, não são o resultado racional produzido pelo processo, mas sim um compromisso entre os diferentes pontos de vista e de poder.

Em virtude de, até certo ponto, serem verdadeiras todas essas perspectivas, com referência ao processo decisório, não se deve selecionar simplesmente aquela que melhor atenda às noções preconcebidas; melhor será aceitar todas elas em uma forma em que se completem. Dessa maneira, limita-se o prejuízo parcial que se teria escolhendo qualquer um dos pontos de vista em detrimento dos demais.

Quando alguém avalia um sistema político e determina quem e o que influi de fato no processo político (as elites), o passo seguinte a dar deverá ser a análise desses componentes, visando a determinar qual o grau de predicabilidade que pode ser deduzido de tal identificação. Entretanto, como Roger Hilsman sucintamente estabeleceu em sua obra "A Política para a Formulação da Política de Defesa e de Assuntos Internacionais", o que faz o trabalho de análise e de predição em assuntos políticos tão difícil é o grau de irracionalidade que entra no processo decisório. A base de parte dessa irracionalidade não deixa de ser o que comentamos anteriormente. Um outro fator que reforça essa dificuldade é o fenômeno de percepção. É a percepção daqueles que decidem, bem

como a realidade objetiva, que influem na política de uma nação. Se os homens que decidem consideram uma sua interpretação como uma realidade, eles "são reais" nas suas conseqüências. Desse modo, analisando a situação política em um Estado ou o relacionamento entre dois ou mais Estados, as complexidades da análise podem ser enormemente acrescidas pela distorção tanto na imaginação do analista como na idéia dos homens de decisão dos Estados sob análise.

QUALIDADES DO SISTEMA POLÍTICO

Para que o sistema político tenha habilidade para atender às aspirações da sociedade, ele deve dispor de certas qualidades que o tornam capaz de elaborar e aplicar com sucesso as ações políticas adequadas. Passemos a essas qualidades que são:

- integridade territorial;
- participação social;
- assessoria;
- processo decisório; e
- mobilização da opinião pública.

Integridade Territorial

A qualidade básica que um sistema político deve incorporar é a integridade territorial. Se ele quer ser eficiente, deve ser capaz de constituir de algum modo um conjunto geográfico viável. Deve desenvolver estruturas políticas e administrativas eficientes a níveis territoriais – estruturas que levem em conta limites, características e distribuição da população, características e distribuição dos recursos naturais, diferenças locais e regionais, tradições políticas, diversidade da cultura política e diferenças em aspirações. Este é um dos maiores desafios aos sistemas políticos de hoje em dia entre os estados mais novos. Certamente, esta é uma qualidade que faltou ao Paquistão em 1971 e que foi o fator-chave que conduziu ao sucesso o movimento separatista de Bangladesh.

Muitos dos novos Estados têm sido criados com limites artificiais, produto de linhas traçadas entre Impérios com finalidades essencialmente administrativas e não visando a estruturação de modernos Estados. Não possuem assim a integridade geográfica natural. Isto provoca uma maior exigência sobre as estruturas do sistema político para tratarem desse problema. Não importa como um sistema político se engaje no esforço para manter integrado o território de seu país – se ele utiliza a forma unitária, a confederação ou um sistema federal, ou ainda uma variação deles –, um sistema político não pode operar com uma base sólida a menos que possua esta qualidade – manter unido e sob algum controle o território do seu próprio país.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A segunda qualidade necessária é a participação social, que vem a ser a congregação do povo. A partir do século XX, só são bem sucedidos os sistemas que dispuserem de legitimidade. Eles devem ter penetração nas elites e na massa do povo. A liderança política deve ser conduzida com autoridade para aplicar o poder não só de forma coercitiva, mas, principalmente, de fórma hábil, a ponto de obter, da sociedade compreensão e colaboração. Nos dias atuais, nenhum governo pode ignorar indefinidamente as aspirações do povo e ser tímido no uso de sua autoridade sem correr o risco de ser deposto. Tanto faz ser uma ditadura competente ou uma democracia habilidosa, os governos têm é que cum-

prir suas tarefas em atender às necessidades da nação. Esta é uma das razões do porquê de serem os sistemas autoritários modernos mais evoluídos do que as tradicionais ditaduras: eles se preocupam em alcançar as massas. Por esta razão, eles possuem um gigantesco aparelhamento de propaganda. Tanto os modernos sistemas autocráticos como as mais desenvolvidas democracias, no momento, se esforçam em aprimorar essa qualidade, como um dos passos importantes para o aperfeiçoamento.

ASSESSORIA

Uma nação pode ter uma excelente constituição, maravilhosos planos, magníficos projetos de estrutura política, porém, eles não terão o menor significado a não ser que o sistema tenha a possibilidade de recrutar, treinar e designar para seus postos-chave os homens mais capazes. Sem possuir esta qualidade, o sistema como um todo será uma ilusão.

As diferenças entre os sistemas políticos é o motivo de terem eles diferentes tipos de assessorias. Na proporção em que um estado autoritário controla a economia através do sistema político, vê-se ele na necessidade de possuir mais desenvolvidas assessoria e burocracia. Um sistema democrático tem menos controle e é menos coordenado pelo Estado do que o autocrático, mas neste existirá menor participação e pressão de assessoria. Entretanto, qualquer que seja a natureza do sistema, ele deve ter a qualidade de poder reunir talento para compor sua assessoria.

PROCESSO DECISÓRIO

Qualquer Estado deverá ter a qualidade de equacionar e solucionar problemas, tanto no ambiente nacional como no internacional, e de desenvolver o mais adequado processo decisório. Tanto seja numa ditadura como numa democracia, será sempre imperativo aos governos detetarem os problemas mais significantes a serem solucionados, identificar as necessidades e os conflitos de interesses dentro da sociedade, por em ordem os fatos relevantes, analisá-los e avaliá-los, e então estabelecer e aplicar a solução política mais conveniente. Para que o governo esteja capacitado a conduzir um processo decisório adequado, deverá possuir uma estrutura político-administrativa de valor compatível com o trabalho que lhe é exigido. Por outro lado, quanto mais desenvolvido for o sistema político, será mais difícil fazê-lo funcionar de forma altamente centralizada. Como exemplo disso podemos observar a contínua evolução do sistema político soviético, no qual já existem novas tendências para a adoção de medidas que irão tornar o processo decisório do governo mais aberto, mais coletivo, como também mais descentralizado, particularmente em determinados aspectos ligados ao desenvolvimento econômico. Isto nos sugere a concluir que os novos Estados, de início, sentem a necessidade de adotar um processo com grande dose de centralização, mas à proporção em que vão se aperfeiçoando, eles tendem a maior descentralização, para não correrem o risco de provocar uma sobrecarga no sistema político ou a perda do controle e a conseqüente desintegração do sistema.

É lógico que as ações políticas decididas pelo governo, só serão eficientes e de boa qualidade se forem postas em execução convenientemente. Para tanto, não adianta que o sistema esteja apto para exercer uma perfeita liderança; des-

de que exista um certo grau de burocracia deficiente nos órgãos administrativos e na coordenação do governo, a qualidade da decisão perderá muito do seu valor durante a execução.

MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Qualquer sistema político tem que contar com a possibilidade de mobilizar a sociedade em apoio a objetivos e estratégias por ele estabelecidas, com a finalidade de desenvolver o moral nacional. Cada sistema possui o seu modelo de dinamizar o moral nacional, que deve ser adequado ao tipo de sociedade e, normalmente, o modelo adotado para uma sociedade não satisfaz a outra. O apoio que mais estabilidade tem trazido para o governo é quando o povo se torna consciente de que é correto e apropriado se aceitar e obedecer à autoridade instituída, concordar com o processo político que o sistema adota e permanecer como participante da comunidade política. Esta forma de apoio é a que mais prestigia o sistema, porque está apoiada na legitimidade, na convicção de que ele está funcionando em proveito do povo, de que tem posto em prática a quantidade e qualidade de ações políticas que satisfazem plenamente e de que está capacitado a suportar as maiores privações. Pode-se observar ser óbvio que qualquer das qualidades que oram citadas tem interferência nas demais. Uma vulnerabilidade com respeito à participação social tem repercussão a ponto de poder tornar o sistema insuficiente para atender à necessária integração territorial ou à capacidade de mobilizar sua opinião pública.

A seguir, passaremos a examinar outra variável importante e que também tem grande influência na capacidade do sistema possuir as qualidades que acabamos de comentar.

DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Todo sistema político deve possuir a necessária flexibilidade e percepção para identificar e processar convenientemente novas formas de aspirações populares que surjam, e de dar a elas a melhor resposta com ações políticas ajustadas à situação. O mundo não é estático. Os ambientes políticos nacional e internacional são ativamente dinâmicos. Surgem, continuadamente, os problemas que provocam novos tipos de aspirações a exigir, das lideranças políticas, imaginação e condições de criar novas fórmulas políticas para satisfazer a essas aspirações da sociedade. É este o ponto capital da estabilidade política do sistema e que garante a sua viabilidade. Deve ter ele competência para revitalizar o seu instrumento político com que atende às necessidades de processo e com isto garantir a efetividade política a longo prazo.

Um dos maiores entraves a esse desenvolvimento é o tradicionalismo político e que vem a ser a velha maneira de fazer política, apesar das modificações porque passaram os tipos das aspirações populares. Uma sociedade pode ser extremamente desenvolvida até um determinado estágio da sua história, como é o caso da antiga China, mas se a partir de determinada ocasião o processo decisório do sistema político continua a atuar, pondo em execução ações políticas, como se a situação não tivesse evoluído e

NOTA: O desenvolvimento político aqui usado tem um sentido muito limitado. Outros empregam esse conceito com mais abrangência, abarcando todas as qualidades que citamos anteriormente.

os tempos não tivessem mudados, o sistema tornar-se-á inócuo. Isto quer dizer que o tradicionalismo político leva à decadência da nação e à desintegração do sistema.

No século XX, como o crescimento acelerado do conhecimento humano, particularmente nas áreas da ciência e da tecnologia, tornando o mundo bem mais dinâmico, este aspecto toma um valor significativo.

Para que o sistema se mantenha atualizado, deve estar continuadamente desenvolvendo pesquisa sobre os seus componentes. Se os Estados Unidos permanecessem estáticos em termos dos dias de hoje, apesar de ser conhecido universalmente como possuidores de um sistema bastante evoluído, seria quase certo que, ao final deste século, estariam na situação de subdesenvolvido. É bem possível que isso tenha ocorrido com os Impérios da China, o Romano e o Otomano.

O grau de influência do tradicionalismo político em um sistema é um indicador importante para o analista avaliar a capacidade de reação desse sistema diante de situações novas ou inopinadas.

As lideranças políticas que falham em se ajustar às transformações que ocorrem na sociedade caminham no sentido do esvaziamento político.

ALINHAMENTO INTERNACIONAL

Apesar de se considerar que todos os Estados possuem a mesma expressão de soberania, torna-se óbvio que isso é uma afirmação teórica, desde que existem nítidas diferenças nas possibilidades para resolver os seus problemas, particularmente no atender às aspirações do seu povo, que incidam quer sobre o setor nacional quer sobre o internacional. Muitos Estados, para compensar essas diferenças entre eles e os demais, têm buscado compensação, participando de organizações internacionais e cujo número tem crescido dia a dia. Utilizam também os acordos bi ou multilaterais e, com isso, associam possibilidades de aliados ou de grupos a fim de fortalecer o poder e, assim, contribuir para atender às aspirações que lhes são apresentadas. Ocorre, no entanto, que esses acordos também podem provocar certos constrangimentos para o governo desses Estados, porque poderão limitar a liberdade de ação para decidir, ou mesmo provocar áreas de conflito interno ou externo, nas quais o Estado não tinha interesse em se envolver. Nesse particular, um aspecto interessante que se observa é que esse constrangimento, até certo ponto, é compensado pela pouca capacidade que tem a política interna de interferir na ação dos setores de decisão que atuam na política externa. Mesmo nos Estados democráticos, isso ocorre e os procedimentos nesse aspecto tendem a se assemelhar aos dos Estados autocráticos, porque, para esses assuntos, o poder de decisão freqüentemente se concentra em poucas mãos, ficando mais ágil e sujeito a menos restrições. Entretanto, apesar da relativa falta de influência da política interna e da menor expressão das aspirações populares com relação à política externa, existem exemplos recentes de como devem, ou não, serem postas em práticas políticas que atendam equilibradamente aos interesses externos e internos de um Estado.

Nos Estados Unidos persiste a dúvida de conveniência de serem usadas forças militares para se atingir objetivos externos ligados com a necessidade de manter influência sobre determinadas áreas, ou de garantir a estabilidade de países alia-

dos que vêem suas soberanias ameaçadas. Esse aspecto tem tido influência na Coréia, no Vietnã e em outros casos.

CONCLUSÃO

Foram examinadas as cinco variáveis significativas do sistema político:

— componentes do sistema;

— dinâmicas políticas;

— qualidades do sistema;

— desenvolvimento político do sistema; e

— alinhamento internacional.

Após o exame, percebemos que elas podem ter ação em determinado ponto ou, então, ao longo de todo o segmento do ciclo "insumo-transformação-resultado".

Cremos que deixamos esclarecido de como distinguir essas variáveis e o aspecto de que elas se interdependem e agem entre si.

A análise dessas variáveis e como elas se situam, e influem no sistema político, permite ao analista concluir como funciona o processo político e quais são os fatores de vigor e as debilidades do sistema. Estes conhecimentos são extremamente úteis ao estrategista militar que, nos seus estudos, se vê envolvido na avaliação das possibilidaes e das prováveis intenções do inimigo potencial e, também, com a influência do comportamento de qualquer Estado ou grupo aliado.

BIBLIOGRAFIA

Os livros e artigos de jornais usados para a realização deste artigo são os relacionados abaixo:

ALLISON, Graham T. — "Essence of Decision: Explaining the Cuban Crisis", Boston — Little, Brown and Company, 1971.

ALMOND, Gabriel A. and James S. COLEMAN (eds) — "The Politics of Developing Nations", Princeton, Princeton University Press, 1966.

ALMOND, Gabriel A. and G. Bingham POWELL — "Comparative Politics: A Development Approach", Boston — Little, Brown, 1966.

BEER, Samuel H. and Adam B. ULAM (eds) — "Patterns in Government", 2ª ed. revised, New York, Randon House, 1962.

DAHL, Robert A. — "Modern Political Analysis", Englewood Cliffs, J. Prentice-Hall, 1963.

DOUGHERTY, James E. and Robert L. PHALTZGRAFF, Jr. — "Contenting Theories of International Relations" — New York, J.B. Lippencott, 1971.

EASTON, David — "An Approach to the Analysis of Political System", World Politics, V. IX, Nº 3 (April 1957), pages 383-392.

FITZGERALD, Frances — "Fire in the Lake: The Vietnamese and the Americans in Vietnam" — Boston, Little, Brown, 1972.

FRANKEL, Joseph — "Contemporary International Theory and Behavior of States" — New York, Oxford University Press, 1973.

FRIEDRICH, Carl Joachim — "Man and his Government. An Empirical Theory of Politics" — New York, McGraw-Hill, 1963.

HALBERSTAN, David — "The Best and the Brightest" — New York: Random House, 1972.

HUNTINGTON, Samuel P. — "Political Order in Changing Societies" — New Haven, Conn. Yale University Press, 1968.

INGRAM, Lionel R., Jr. — "The Concept of the Political System" (unpublished), student research requirement, CGSC, April 1974.

MACRIDIS, Roy C. and Robert E. WARD (eds) — "Modern Political System: Europe" — Englewoods, Cliff. N.J. Prentice-Hall, 1972.

(Tradução da equipe da Redação da Defesa Nacional)

CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL - O PODER EXECUTIVO

Golbery do Couto e Silva

Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Grande é minha satisfação em rever esta Escola onde, de 1952 a 55, vivi das quadras mais gratificantes em toda a minha vida, já bem longa, de militar, conselheiro e diretor de associação ou empresa privada e servidor público em cargos técnicos e políticos.

Aqui senti, então, a trepidação contagiante da criatividade que inspirava esta Escola, na elaboração original de uma Doutrina de Segurança Nacional novinha em folha, autóctone de fato, por mais que em nada alheia ao que se formulava, justo naquele mesmo momento, nos laboratórios estratégicos mais adiantados do mundo. A emulação com referência a estes trazia um sentido estranho de plenitude e de exaltação, raro de verse, por certo, em culturas largamente dependentes por tradição, como a nossa, de focos externos de criação.

Sob a orientação de homens como Juarez Távora e Cordeiro de Farias — espírito empolgado e visionário, um, inteligência pragmática e sutil, o outro — mourejavam lado a lado, horas a fio e até varando noites, militares como Ernesto Geisel, Mamede, Herrera, Rodrigo Octávio e Dorval Reis, diplomatas como José Eulálio e Lauro Escorel, técnicos como Fábio Macedo Soares Guimarães, ao estímulo do convívio de estagiários da estatura de um Mário Pedrosa ou de um José Honório Rodrigues, para não citar senão nomes de quem se viria a afastar de nós por contingências dissociadoras naturais dos períodos dinâmicos das revoluções, sempre apaixonantes e sempre dramáticas, quase nunca justas.

Valioso, cremos, terá sido o legado que aqui deixamos — aquela geração — de nossa passagem, substrato sobre o qual turmas sucessivas de estagiários acabaram por construir todo o edifício de uma doutrina coerente e inspiradora, a respeito da qual, se algo há a desejar-se, é que se não ancilose, antes renove-se e

atualize-se dia a dia, para garantia maior do progresso, incessante e em segurança, do País.

Eis o que vos cabe, estagiários novos que aqui vindes, ano após ano, aportando promissoras sementes de saber e de civismo para o bem de nossa Pátria.

SÍSTOLES E DIÁSTOLES NA VIDA DOS ESTADOS

Recebendo no Palácio do Planalto, em 1975, os novos governadores eleitos, o Presidente Ernesto Geisel houve por bem salientar:

"O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos Estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do municipalismo criador. Não se conseguiria, entretanto, esgotar, nessa fórmula necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de equilíbrio continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Viana, em estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem a eterna oscilação entre esses dois pólos de centralização mais rígida e da descentralização mais elástica, que teria balizado períodos sucessivos da vida nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do fator 'circulação' através de base física tão imensa."

A lição magistral da obra clássica — "Evolução do Povo Brasileiro" — é bem conhecida e pode resumir-se em algumas pinceladas:

— À vista do "ritmo secular" que, ao sistema unitário de governo, estendendo-se de Tomé de Souza a Mem de Sá, faz suceder, por cinco anos, a dualidade de governadores e, ao depois, novo período unitário até a chegada do primeiro Vice-Rei em 1640, interrompido apenas por curto lapso divisionista de 1608 a 1612, importa reconhecer que "o pensamento dominante dos estadistas coloniais é o da unidade; a duplicidade do governo é sempre uma solução provisória, uma situação excepcional, de que eles procuram sair o mais breve possível".

— Ante a proliferação de novos Estados e governos autônomos tanto ao Norte como no Sul — o Estado do Maranhão, o novo governo geral do Pará englobando o Amazonas, o de Pernambuco desdobrado da Bahia, o Vice-Reinado implantado no Rio sofrendo, por sua vez, amputação de São Paulo donde se desligariam, sucessivamente, Goiás e Mato Grosso, o Rio Grande isolado ao Sul — vale bem a conclusão: "... durante a fase colonial, o meio geográfico não pulveriza e gangliona unicamente a sociedade; pulveriza e gangliona também o poder político, e o subordina progressivamente à sua inexorável fatalidade dispersiva";

— Assim, o grande problema seria o de uma "conciliação: a conciliação entre o princípio de unidade do governo e a tendência regionalista e desagregadora, oriunda da extrema latitude da base geográfica em que se assenta a população" e, o que é ainda mais grave, "um máximo absoluto de base física com um mínimo absoluto de circulação social e política";

— Já no Império, a fórmula seria bem outra: "... libertar-se cada vez mais dessa fatalidade é o sentido íntimo da atividade política dos estadistas do período imperial," ... "a necessidade de manter a unidade política do país toma(ndo) o primeiro lugar no plano das suas cogitações construtoras" — "uma luta heróica

e contínua em prol da unidade nacional contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos".

— Para tanto, "a ação catalítica da pessoa real" como "força centrípeta", expediente político que aqui viria aportar por mero "acidente", ao sabor de "uma arrancada do imperialismo napoleônico", acabaria "da(ndo) aos construtores da nacionalidade a chave da solução do tremendo problema de nossa unidade política", permitindo-lhes assim "neutralizar a ação dispersiva dos fatores geográficos e mant(er) unida a nação durante os dois Impérios".

— "O período regencial vale(ria) como uma contraprova dessa poderosa ação de presença, exercida pela pessoa do monarca sobre a massa nacional", uma vez que foi, por isso mesmo, "época da mais intensa exacerbação do espírito provincial". E, afinal, "para impedir a fragmentação do país se fez preciso o apelo a um golpe de estado, pelo movimento da maioridade".

— Mas, "na verdade, os organizadores do poderoso mecanismo centralizador do Império não resolve(riam) o problema pré-existente da dispersão da massa social. O fator geográfico, com sua ação desintegradora e fragmentadora, havia sido comprimido apenas, ou dissimulado: não *havia sido eliminado*" (grifo do autor). "O prestígio catalítico do soberano neutraliza, aparentemente, a sua ação dispersiva; mas ele continua a agir no seu trabalho subterrâneo. Permanece latente até o fim do Império; de quando em quando explode, denuncia-se, provocando pequenas rupturas locais na formidável superestrutura de monarquia unitária". "Balaiada", "Cabanada", "Sabinada", etc., outra cousa não são, com efeito, senão manifestações daquela "represália das causas geográficas comprimidas na sua ação", de que fala Vidal de La Blache... "Estabelecer um máximo de unidade política sobre um máximo de base física, sem o indispensável máximo de circulação, é, evidentemente, violar as condições naturais da atividade político-administrativa: sem o prestígio da realeza... os estadistas conservadores não o teriam conseguido."

— A idéia da descentralização, no entanto, "trabalhava com... veemência e tenacidade para modelar as novas instituições políticas". Daí as tentativas de "descentralização pelo municipalismo" buscada pelo Código do Processo, de 1832, e de "descentralização pelo provincialismo" promulgada pelo célebre Ato Adicional, o qual não resistiria, porém, à grande reação conservadora de 1840, com sua demolidora lei interpretativa. Haveria que esperar-se o desprestígio da fórmula monárquica, alvo, por então, de ataques renovados em todas as latitudes do globo, e, ainda, o desgaste de seu "grande fetiche" no Brasil, o monarca-filósofo, sábio e austero, ora envelhecido e enfermo. A República surgiria pois, sem maiores abalos, aos olhos de um povo alheio e bestificado, para tentar novamente, no quadro agora de uma circulação melhorada, a velha equação colonial: manter-se a "integridade da nação pela fragmentação do poder" como diz o mestre.

— Instalada precariamente a República Federativa, as forças desagregadoras, mal contidas de início pelo acaso das ditaduras militares de Deodoro e de Floriano, e sujeitas, ademais, ao derivativo, breve embora, do chamado "encilhamento", acabariam por desaguar no "período tormentoso das revoluções civis". Aos poucos, porém, o poder estadual dominaria e absorveria o poder municipal, ao mesmo tempo que se afirma-

va a hegemonia do executivo, em cada Estado, sobre os outros dois poderes, o legislativo e o judiciário — em novo estágio intermediário de centralização, já agora em bases regionais.

A análise de Oliveira Viana terminaria nesse momento histórico, tão contrastante a nossos olhos de hoje, que assim definiria: "As limitações constitucionais e as contingências políticas fazem, no atual regime, do poder central um poder dependente e enfraquecido, subalternizado a vinte situações estaduais". Éramos mal entrados na terceira década do século. Mas isso não impediria o grande sociólogo e politólogo *avant la lettre* de registrar "a mesquinhez e a insuficiência da ação administrativa dos poderes locais" e "o sentimento cada vez mais generalizado da incapacidade das administrações estaduais". Daí, a justa previsão com que encerra o seu ensaio brilhante: "Tudo parece, pois, assegurar ao poder central, no futuro, sobre as forças centrífugas do provincialismo e do localismo, o triunfo definitivo."

Estariam por vir, ainda, na esteira do largo período de revoluções intermitentes que se reabririam em 1922, a ditadura improvisada e breve de 1930 e a fase longa do Estado Novo de 37, ao influxo já, estas, de nova vaga autoritária do Estado fortemente centralizadora que varreria o mundo todo, levando-o afinal ao tremendo holocausto da 2.ª Guerra Mundial.

Na onda da intoxicação liberal que se seguiria à vitória aliada, desmoronaria, mais tarde, o arcabouço ultracentralizador do Estado Novo getulista e a Constituição de 46 viria a consagrar os velhos ideais descentralizadores e autonomistas, com drástico cerceamento do poder executivo em face do legislativo e redução do poder central da União, o que acabaria, muitos outros fatores contribuindo largamente, ao mesmo tempo, na quase anomia de 1963/64.

A Revolução de 31 de março, sem quaisquer propósitos definidos de centralização ou de autoritarismo — ela que, afinal, nem pensava em durar mais que um simples instante de redenção — seria gradativamente empurrada a esposá-los, afirmar e reafirmá-los: a princípio, como simples expedientes temporariamente indispensáveis à própria manutenção da ordem pública recém-instaurada, ao saneamento da economia altamente inflacionada e combalida e, pouco depois, às investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural sem compromissos quaisquer com a realidade nacional; lentamente, reinterpretados esses meros expedientes como elementos essenciais à reconstrução nacional e à criação, afinal, da grande potência emergente de nossos sonhos.

Já, então, interfeririam, no dilema centralização-descentralização, fatores outros, ponderáveis, que o Presidente Geisel não deixara de ressaltar naquele seu pronunciamento antes citado:

— "a proliferação incessante de vias e meios modernos de transporte, a par da trama de feixes de comunicações eletrônicos quase instantâneos, recobrindo a maior parte do território nacional" — um máximo de circulação de bens, de pessoas e de idéias permeando a vasta base territorial; e, de outro lado,

— "a era do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria, antes se esforce por impulsionar o desenvolvimento integrado da Nação nos campos político, psicossocial e econômico. E planejamento, em sua elaboração e em sua execução, que exige, de qualquer

forma, dose larga de coordenação e de controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas, for o país de que se trate."

E acrescentaria:

"Assim, temperado embora pelas potencialidades muito acrescidas que lhe oferecem os modernos sistemas de comunicações e transportes, encurtando distâncias e salvando obstáculos, o Brasil de nossos dias ingressou, já se vão muitos anos, num período de supremacia indiscutível da centralização sobre a descentralização, modelando em tal sentido os conceitos, nem por isso traídos, do federalismo e da autonomia estadual."

E concluiria, quase que numa advertência:

"Temos sabido, graças a Deus e à flexibilidade que Ele condedeu à nossa gente, adaptar-nos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1.ª República, a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro."

Cinco anos são passados e, sem dúvida, novo período de descentralização e abertura se oferece frente a nós.

É que essa sucessão, ao que parece interminável, de fases de centralização e fases de descentralização, desponta como característica sempre presente na evolução, não só do Brasil, mas de todos os Estados modernos, desde que se não lhe empreste a rigidez de um ritmo regular seja na amplitude das oscilações, seja na duração de cada fase, antes se lhe reconheçam limites — pisos e tetos — definidos, embora também com frouxidão, por outros fatores, muitos deles nada mais que contingentes ou conjunturais. Cada uma daquelas fases comportará, ainda, desvios e retrocessos — mais ou menos pronunciados ou duradouros, modulando na superfície a tendência, em subjacência, de um ritmo mais abrangente que se contará por décadas. Além disso, cada época histórica, com seus parâmetros específicos de espaço e de tempo a condicionarem toda e qualquer equação de circulação e, pois, tanto a permeabilidade da base física do Estado à difusão de idéias, ao intercâmbio de bens, à mobilidade horizontal de pessoas e grupos sociais, como, sobretudo, ao alcance efetivo das ações de comando e de controle — admitirá um máximo e um mínimo de centralização ou descentralização que lhe serão imanentes e, assim, intransponíveis de fato.

Em qualquer caso, longe estamos da conceituação muito mais rica e objetiva da periodização histórica, na qual não deixaria de inserir-se esse dado a mais, inferido da análise dos fatos da bruta realidade.

Nem início definido nem fim apresenta sequer cada fase daquelas; antes, domina aí a fluidez permanente e incontornável dos processos cumulativos. Mais fácil talvez seja assinalar-se-lhes o máximo ou clímax, em momento talvez pouco expressivo dentro de uma faixa, larga e difusa, de maximização.

Na realidade, a vida do Estado é multiforme, estendendo-se-lhe a ação promotora, controladora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes de fato e que mal se enquadram em qualquer das costumeiras demarcações não mais que didáticas — campos político, econômico, psicossocial e militar, por exemplo. Mesmo admitida uma destas qualquer, a verdade é que a centralização ou a descentralização, como processo que se propague desigualmente em meio anisótropo, e apesar da aceleração e desacele-

ração sucessivas que caracterizam a ambas, uma em oposição à outra, no entanto, como verso e anverso que são de uma mesma realidade e nada mais — não deixarão de apresentar, de um campo a outro, avanços e retardos mais ou menos pronunciados, todos aliás sempre em variação. Em dado momento, o processo de centralização (ou descentralização) estará mais avançado, por exemplo, no campo político do que no campo econômico — ora muito mais avançado, ora um pouco menos. E isso corresponde à noção de "retardo cultural" de que trata a sociologia de Ogburn.

Assim sendo, como dizer-se que o processo, em seu conjunto, estará mesmo mais adiantado hoje do que há um ano, já que qualquer ponderação valorativa nem cabe entre campos diversos, aliás mal definidos e nunca estanques? Quando muito, em algumas configurações, será possível fazê-lo, nada mais que de modo relativo, com algum grau de segurança e precisão.

O fenômeno do retardo cultural, ao manifestar-se no seio de um complexo integrado e, por definição, sistêmico e onde opera o mecanismo realimentador do "feedback" e a regulação do tipo homeostático, traz consigo a noção de um potencial catastrófico de ruptura ou deslocação do sistema e, portanto, o conceito de limites impostos à magnitude daquele retardo. Ao atingir este certa dimensão, é evidente que passará a atuar como fator de desaceleração e freada do processo todo, com repercussão nos demais campos. A menos que o processo em marcha tenha tal vigor que desencadeie impulsos renovados no setor retardado, reduzindo-se, em conseqüência, a defasagem freadora.

Aí está por que, em geral, o processo centralizador, tanto como o de descentralização, avançará — se avançar — como que num movimento ondulatório — nunca progredindo linearmente, portanto — através dos campos todos em que se veja, artificialmente embora, decomposta a realidade, de si mesma íntegra e indivisível.

Conselho aos estadistas, estrategistas e planejadores: — evitem deslocações no sistema e o perigo de rupturas, cuidando em que o processo, seja de centralização ou descentralização, não se retarde em excesso num dos campos quaisquer em relação aos demais. Por outro lado, apliquem estímulos bastante fortes no campo que seja mais propício, segundo a velha tática do aproveitamento das linhas de menor resistência, para provocar ou facilitar a progressão, também, em outros campos mais retardados ou resistentes. Quando não, ao contrário, instituir bloqueios ou balizamentos bem visíveis naquele campo mais permeável, para conter aí forças impulsionadoras de maior pressão que possam resultar desagregadoras ao progresso de conjunto.

Apelemos, agora, a uma visão dialética, Marx excluso se quiserem. Imbricados como são, verso e anverso de um mesmo processo único apreciado em sentidos opostos, tese e antítese imersas numa síntese que é o que lhes assegura, através de si mesma, a existência de ambas — a centralização como a descentralização estão presentes, as duas, a cada momento, o processo evolutivo de qualquer delas acarretando, inexoravelmente, o surgimento de fatores intrínsecos da outra que assim nasce da primeira, em seu seio é gerada e dela se alimenta, crescendo até afirmar-se e inverter, afinal, os termos da equação de equilíbrio permanente em que se traduz

a existência de ambas em sua imanente oposição.

Na fase ascendente da centralização produzem-se, portanto, gérmens da própria descentralização, obstáculos que começam desde logo a opor-se à primeira, mas sem força de retardá-la, quando mais detê-la; tudo se passa assim, até que a centralização atinja seu clímax; a partir de então, os fatores em oposição ou obstáculos começam a preponderar, freando o processo de centralização cada vez mais, até reduzi-lo à inoperância.

Assim, por exemplo, a *bête noire* de Robert Michels, ao revisar a conhecida tipologia de Max Weber, essa tão denegrida e temida burocracia que, com todas as suas desfuncionalidades, surge e viceja mais e mais no processo de centralização da vida dos Estados — como de quaisquer outras instituições sociais, seja grandes empresas, seja igreja de qualquer denominação —, acaba por se lhes tornar um freio decisivo ao próprio crescimento, passando a constituir obstáculo intransponível pelas dificuldades que cria e, dia a dia, multiplica, ao cuidar muito mais de si mesma, de suas mesquinhas querelas de poder e prestígio entre grupos influentes diversos, e de sua preservação e continuísmo, do que do próprio processo de centralização nacionalista e planejador, a que deveu seu nascimento e a preponderância de seu difuso, mas onipresente, poder. E isso é, aliás, até confortador...

Com a burocracia em expansão, auxiliada pela sotisficação incessante dos meios de comunicação e de reprodução, difusão, arquivo e recuperação imediata de informações e documentos, tudo se passa como se aumentasse aceleradamente a entropia do sistema, multiplicando-se e acumulando-se as perdas devidas e ruídos parasitas na vasta teia, essencial, da rede de controle e comando (C3). Que faltará, então, para o ocaso, não apenas do Ocidente como profetizara Spengler, mas agora de todas as sociedades pós-industriais das classificações de Raymond Aron e Daniel Bell, de todas que lhes seguem o modelo atraente da superprodução, do obsoletismo programado e da excitação do "consumismo" inflacionador.

Na descentralização estará, pois, a salvação...

E que dizer-se, por outro lado, quanto à vida de relação dos Estados-Nações em sua trajetória prenhe de tremendos presságios, desde que o Tratado de Westphalia lhes deu foros de protagonistas principais no palco da história primeiro européia e, depois, universal?

Em conhecido estudo, de larga difusão nesta Escola em meu tempo, Klineberg assinalava com amplos dados demonstrativos a sucessão de fases de introversão e de extroversão na atuação dos Estados dentro do campo internacional. O exemplo mais saliente dos Estados Unidos da América, ora recolhidos, ensimesmados à fortaleza americana, segundo velho conselho de Washington, ora lançando-se a perigosas cruzadas redentoras em terras distantes, seria dos mais instrutivos nesse particular.

Nem tendências seculares — como a do Império moscovita à expansão persistente e sempre insatisfeita ou a da China, eternamente encravada em posição central que lhe valeria o título de Império do Meio — chegam a infirmar tal interpretação histórica, uma vez que traduzem apenas, no quadro dinâmico desta, características dominantes de comportamento.

Certo, não caberia aqui qualquer análise mais detida desse movimento pendular que, com nitidez maior ou menor,

se poderia discernir também da vida de outros países; basta referi-lo, apenas para consignar a indagação de como se ajustaria ele às fases sucessivas de centralização e descentralização que entendemos detectar na evolução de cada Estado. Corresponderá o período de introversão a uma fase centralizada e o de extroversão, ao revés, à de descentralização, como intuitivamente talvez pareça? Se considerarmos, porém, que um Estado de governo centralizado se acha, de fato, melhor aparelhado para conduzir ações decisivas, bem coordenadas, no exterior — a dúvida instala-se desde logo quanto a essa conclusão, talvez precipitada. Só uma atenta análise comparativa de numerosos exemplos históricos, nos moldes das pesquisas de Richardson e Quincy Wright sobre a guerra, permitiria deduzir algo de consistente nesse particular.

Fiquemos, portanto, restritos à imagem anterior, mais geral e bem mais flexível, da sucessão de fases de centralização e descentralização na vida interna dos Estados, a qual parece encontrar fácil comprovação através dos fatos históricos e, em particular, no caso brasileiro.

Dessa forma, como que pulsa, vivo, o coração do Estado, na seqüência interminável de diástoles e sístoles — sujeita como tal a arritmias, isquemias e enfartes, bradi e taquicardias, quando não a fibrilações altamente perigosas.

O MOMENTO BRASILEIRO (1980 ± Δt)

Ora, como já referimos, o Brasil, com a revolução de 1964, ingressou, quase sem o perceber, numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado, do político ao econômico e deste ao primeiro em reforço recíproco, extravasando-se, aos poucos, a todos os recantos da sociedade nacional em manifestações psicossociais e telecondicionadas, senão até mesmo comandadas, desde o Governo central.

Anemiava-se a estrutura federativa, já de si há muito combalida, e o municipalismo nada mais viria a ser do que mero conceito a que se continuaria a render homenagem, vazio agora de qualquer conteúdo mais denso. Em nome de um planejamento estatal, proclamado embora como devendo ser democrático e nada mais que indicativo, e da segurança nacional episodicamente ameaçada, de fato, por inesperado surto terrorista, o processo de centralização político-administrativa progrediria a largos passos, à medida que novos impulsos inflacionários e repetidas dificuldades no balanço de pagamentos, mesmo que decorrentes, em larga proporção, de incontroláveis fatores externos, voltassem a desequilibrar o sistema econômico sob pressões insuportáveis.

Em franca escalada cumulativa, a centralização administrativa e política acabaria por concentrar na União e, dentro desta, no Poder Executivo, a suma do poder público, ao qual nem poderiam atingir pequenas rebeldias distantes, muitas delas até simplesmente ignoradas, enquanto desafios mais fortes ou próximos encontrariam sempre ágil e decisiva repressão.

A máquina estatal paternalista, a cuja interferência se recorreria mais e mais em todas as circunstâncias e desde os mais longínquos rincões, ver-se-ia expandida cada dia mais para atender tais exigências e as exigências, também, de um controle permanente e eficaz, de suas acrescidas ramificações tentaculares. Ex-

pandir-se-ia, pujante, a burocracia, quase nunca bem orientada e esclarecida, atuando em muitos casos em rebeldia disfarçada ou persistente resistência passiva para exclusivo benefício próprio.

Essa lamentável realidade avultaria, sobretudo, com a proliferação de fundações evidentemente fictícias e, na administração indireta, a de novas empresas públicas ou de economia mista, tanto na União como nos Estados, dotadas todas de estatutos privilegiados e larga dose de autonomia, não de todo visível, aliás. Daí, a necessidade da multiplicação de novos instrumentos centralizados de controle. E a reação natural à excessiva centralização far-se-ia, assim, em nome de uma eficiência a exigir decisões imediatas justo ao nível da execução, clamando por uma descentralização que acarretaria, em círculo vicioso, inevitável reforço à própria cadeia de controle.

Também no campo social estiolar-se-iam as iniciativas individuais ou comunitárias, de si mesmo já raras, vegetando todas à míngua de recursos próprios e a mendigar sempre, às portas do Tesouro Nacional e de seus prepostos, escassas verbas de socorro, insuficientes de todo, além de aleatórias e liberadas com intermináveis exigências e retardos. Com elas competiriam, ainda, organizações múltiplas criadas pelo Estado, em âmbito nacional, cada uma delas com vicejantes e custosas estruturas próprias e a competirem também vigorosamente entre si.

A hipertrofia do Executivo acabaria por anular a atividade legislativa do Congresso, quase que limitado a chancelar projetos de iniciativa do poder maior, quando não se abstendo perante eles. Em assuntos decisivos, o Poder Executivo substituir-se-ia até mesmo ao Judiciário no julgamento e punição de quem se insurgisse contra ele, recorrendo para tanto a diplomas de exceção.

Nesse quadro de crescente centralização, a inércia própria da máquina administrativa estatal aumentaria dia a dia, entorpecendo o próprio processo de tomada de decisões — estas, cada vez mais complexas e de repercussões mais abrangentes, graves e distantes tanto no tempo como no espaço — e anulando a eficiência dos controles, em vão multiplicados e, em larga medida, até mesmo contrastantes entre si.

Marchava-se inconscientemente para o máximo de centralização a par de um máximo de inoperância, numa concentração que se poderia talvez comparar no extremo final, com ironia, aos "black holes" detectados pela astronomia moderna e dos quais nem a luz consegue escapar à atração gravitacional incomensurável.

Assim prosseguiriam e acabariam mesmo as cousas, se forças em oposição, geradas pela própria dinâmica dialética do sistema, não passassem a manifestar-se e a atuar cada vez com maior intensidade, freando o processo, segundo mecanismo anteriormente apontado.

Em meados da década de 70, talvez se haja atingido o máximo de centralização político-administrativa. A partir de então, esforços conscientes do Governo Federal somar-se-iam àquelas tensões freadoras, surgidas naturalmente no seio do próprio sistema. A consciência do fenômeno já alarmante, por outro lado, iria contagiando aos poucos as várias camadas da população, a partir de seus quadros dirigentes e despertando assim iniciativas, protestos e reações em favor de uma descentralização que mal se esboçava então, mas, dia a dia, iria se afirmando. Nesse quadro, a desburocratização seria uma bandeira natural.

O campo visivelmente mais retardado e onde surgiram, desde cedo, reações até mesmo inspiradas ideologicamente ante o alvo fácil do autoritarismo crescente e indisfarçado, seria o campo político, sobretudo em seu setor fronteiriço da comunicação social. A censura à imprensa, de dificílimo, quase impossível, manejo, que se requeira ao mesmo tempo inteligente e eficaz, atrairia a pressão quase insuportável dos ataques veementes, mobilizadores de generosas simpatias e múltiplos apoios, donde contundentes e produtivos.

Não é de admirar-se, pois, que o esforço descentralizador, conscientizado, do Governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles da censura. Nem, tampouco, que esse estágio inaugural do processo exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante longo e condução vigilante e ativa. É que se impunha conter, desde logo, inevitáveis excessos, balizando-se limites mais ou menos definidos à permissividade. E, por outro lado, ganhar, a despeito de inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficiente grau de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante.

Tanto mais se faria isso imperioso, quanto fortes pressões continuariam advindo dos outros campos: sob dramáticas ameaças de crise séria, em conseqüência de renovados impulsos inflacionários e desequilíbrios irredutíveis no balanço de pagamentos, cruelmente afetado pela multiplicação incessante do preço do petróleo importado — o campo econômico; e sob tensões crescentes, sobretudo nas explosivas periferias dos grandes centros populosos e nas zonas do interior mais perturbadas por sucessivas calamidades climáticas — o campo psicossocial. Tais pressões trabalhariam todas intensamente no sentido de maior centralização, pois requereriam maior rigidez de todo o sistema de controle social e apontariam, alarmantes, para os perigos de deslocação e ruptura da estrutura social, sujeita a tensões insuportáveis no quadro do binômio centralização-descentralização.

As cartas estavam lançadas, porém. A descentralização, mediante liberalização da censura à imprensa — primeiro passo — e da abertura democrática ainda não completada hoje e que se lhe seguiria quase inevitável, viria a instituir-se na área política e de maneira decisiva, prenunciando seu extravasamento, mais cedo ou mais tarde, aos demais campos onde se manifestavam resistências ainda bastante fortes, sobretudo no setor crítico da economia.

Partira-se, em verdade, de uma situação duplamente bipolar — Governo versus Oposição, Revolução versus anti-revolução — sujeita, a todo momento, a perigosas radicalizações, sempre difíceis de dissolver ou neutralizar. Não é que aqueles termos polares coalescessem sempre num só dilema — Governo seria, por definição, a revolução no poder ou revolução institucionalizada e legal; a Oposição, bifronte, ficaria teoricamente seja à direita, capitaneada pelos que se intitulariam revolucionários legítimos — os eternos "puros", "falcões" ou "jacobinos", a "linha dura" — seja à esquerda, em larga faixa bem matizada onde se situariam subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas. Mas, ideológica ou estrategicamente adversos, esses dois grupos, na prática, freqüentemente se aliariam demonstrando mais uma vez quanto a esquerda e a direita estão bem

mas próximas uma da outra do que das forças do centro, nesse espectro de tendências políticas que não é, de forma alguma retilíneo, antes obedece aos moldes de uma circunferência quase fechada. Seriam alianças as mais das vezes táticas e, ao mesmo tempo, tácitas — o que permitiria dar-se-lhes sempre tratamento diferenciado a um e outro componentes. Tratamento que, de alguma forma, sempre ajudaria a mantê-los dissociados.

Daí a óbvia manobra que se ofereceria ao Governo, em posição central forte entre os dois grupos de opositores: mantê-los, sempre que possível, separados e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre um e outro, garantindo, para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferências desastrosas ou perturbadoras. Manobra simplesmente defensiva — dir-se-á — mas que, instrumental apenas, criaria condições necessárias e suficientes para a atividade maior de construção política que a ela se seguirá, triunfante. Manobra estratégica em proveito da manobra política, superior e criativa.

A eliminação de um e qualquer daqueles grupos, reforçando o esquema bipolar, levaria, no entanto, à definição de uma só frente de oposição, contínua e não desbordável, contra a qual só caberiam, daí por diante, manobras medíocres de simples empuxo frontal, senão de mútuo desgaste pelo atrito.

Tal seria o problema estratégico com que se viria a defrontar o Governo após os episódios decisivos da demissão do General Frota, Ministro do Exército, do afastamento do General Hugo de Abreu, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e do esvaziamento da candidatura oposicionista do General Euler Bentes Monteiro. O indiscutível êxito traduzir-se-ia pela solução final, tranqüila, do processo sucessório. Mas armaria uma nova questão: como prosseguir depois, ante uma frente única de oposição?

A estratégia recomendaria, como requeria aliás, também, a própria intenção democratizante, pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior.

A heterogeneidade inata da oposição facilitaria alcançar-se tal objetivo, nem por isso menos essencial também ao progresso da própria causa democratizante e liberalizadora tão insistentemente patrocinada pelos setores mais articulados das elites nacionais, de longa data abeberadas nos velhos ideais individualistas e liberais. Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo, instituído afinal pelas reformas dos fins de 1979.

Tal a situação política com que nos defrontamos hoje — o pluripartidarismo em processo: de afirmação legal, de um lado; de permeação de toda a sociedade nacional, de norte a sul, por outro lado, à busca de raízes definitivas e sólidas em bases municipais e estaduais.

Enquanto isso, no campo econômico, a batalha ingente contra a inflação e os sérios desequilíbrios do balanço de pagamentos prossegue incansável, sem a segurança ainda — embora não faltem elementos objetivos para renovadas esperanças — de resultados promissores.

De qualquer forma, aprofunda-se o fosso de retardo cultural entre a marcha

institucional para uma democracia, que se deseja mais progressista e liberal e participativa, e a rigidez de frente econômica, a exigir, esta, maior amplitude e eficiência dos controles governamentais.

O que faremos, então?

DIFICULDADES DA HORA PRESENTE — 1980

Considerado o firme propósito governamental de prosseguir na aberuta democrática liberalizante — irreversível, aliás, tudo o indica — com vistas à extensão, num segundo tempo, aos campos econômico e psicossocial desse processo descentralizador, cumpre salientar, quase que recapitulando o que já ficou dito, as dificuldades maiores da hora que vivemos:

— de um lado, as pressões contrárias, persistentes e fortes, que advêm, sobretudo, desde o campo econômico onde luta tenaz ainda se trava contra a inflação e os graves desequilíbrios da balança comercial e do balanço de pagamentos; e,

— de outro lado, as tendências dissociadoras e os impulsos de auto-afirmação, tanto individual como de pequenos e grandes grupos, que se manifestam agora com singular efervescência, após tão longo período de compressão, e os quais não se limitando infelizmente à área da oposição — o que seria até antinatural —, tornam cada vez mais difícil a condução de qualquer manobra política, pela indisciplina contagiante que permeia as hostes governamentais, muito mais numerosas e não menos heterogêneas.

Paradoxo estranho parece, sem dúvida, o querer-se levar avante uma liberalização democratizante desde o campo político, logo agora quando tão negativas são as condições vigorantes na área econômica, a reclamarem, insistentes, por controles mais amplos e efetivos e, pois, uma disciplina centralmente coordenada, com profundos reflexos em toda a estrutura governamental e social.

Em realidade, não nos resta outra opção.

Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados, por motivos que aqui não nos cabe pesquisar. Mas isso, de qualquer forma, não justificaria o retardar-se ainda mais aquele processo descentralizador, já há muito reclamado como necessário e urgente. Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis, voltariam a acumular-se aceleradamente, pondo em risco a resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão.

Ademais, para quem vê, na democracia, muito mais ponderável e crítico, o fator "participação", criador e dinâmico, do que a plena garantia de liberdades, por mais fundamentais que sejam estas, forte é a confiança em que, com o passar do tempo — e não muito longo —, o próprio processo de aperfeiçoamento democrático, ora em curso, acabe por despertar compreensões e energias novas que venham a ajudar, decisivamente, o árduo esforço de saneamento e recuperação que se vem, a duras penas, exercendo no campo econômico.

Nem tampouco a ameaça da indisciplina dissociadora, no seio do partido governamental, deve atemorizar-se, quanto mais paralisar a indispensável e inadiável ação descentralizadora e democratizante.

Nesta quadra de indefinições que antecede o registro formal e definitivo dos vários partidos políticos e, portanto, a reimplantação de novos liames eficazes de fidelidade, a indisciplina pode bem atuar mais energicamente no campo da oposição, já dissociada em vários partidos, desde que evitemos, de nossa parte, o exercício de certos tipos de pressões que possam determinar contraproducentes efeitos de aglutinação ante perigos comuns.

Como se vê, o momento é ainda de instabilidade e de preocupações múltiplas, requerendo ímpar mestria na condução política, boa dose de tolerância e capacidade de negociação.

LINHAS MESTRAS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O PODER EXECUTIVO (1980+5)

Destruída a polaridade, até então dominante, pela dissociação da frente oposicionista, novas perspectivas abrem-se, agora, à estratégia governamental com vistas à promoção, ainda, de um estilo de vida mais progressista e democrático.

Pela dissociação pluripartidária buscou-se melhor caracterização, individualização melhor das forças políticas, através de partidos mais homogêneos e mais autênticos em sua representatividade, acenando-se-lhes com o justo monopólio, entre eles e somente entre eles compartido, da ação política, da qual são, de direito, os únicos instrumentos especializados. Antes, pela sua indefinição dentro de um só partido extremamente heterogêneo e a precariedade de uma insegura atuação isolada, as forças políticas oposicionistas acabariam por submergir-se em conglomerados mais amplos, que abarcariam desde organizações religiosas e para-religiosas, confundidas numa prática pastoral utopicamente restrita ao campo político, a associações culturais leigas, sindicatos e outras muitas entidades profissionais e até mesmo pseudofilantrópicas, aparentemente não engajadas. Os verdadeiros agentes no campo político passaram a ser muito mais esses conglomerados do que o próprio partido único da oposição. E nesses conglomerados, pelo prestígio tradicional e proteção que poderiam oferecer, as organizações religiosas e para-religiosas assumiriam posição relevante, quase hegemônica.

O ressurgimento da vida partidária, não só reconhecida esta como legítima, mas protegida e mesmo acatada pelo próprio Governo, é de esperar-se que recoloque, afinal, os partidos em seu papel original de principais atores do campo político, fazendo refluir aos leitos de suas atividades específicas aquelas muitas entidades não políticas que haviam, extravasando de sua área operacional, usurpado espuriamente aquele mesmo papel como sucedâneos de partidos.

Até lá, porém, o quadro político oposicionista continuará ainda a ser uma miscelânea complexa em que se poderá distinguir uma frente pluripartidária cada vez mais definida e especializada, a par de frentes várias, auxiliares, que ainda se conservam ativas, com variável grau de autonomia e engajamento, no setor religioso, na área sindical, no campo das entidades de comunicação de massa, nos meios intelectuais etc. A radicalização menor, a maior liberalização do regime e tolerância do Governo contribuirão largamente para que surjam fortes impulsos de atomização da frente oposicionista.

Daí, a possibilidade de um novo tipo de manobra em linhas interiores que

traz, desde logo, à memória, os célebres dispositivos de expectativa estratégica, como em torno de Mântua sitiada e em cuja dinâmica bem articulada de distâncias e de tempo se apoiaria Bonaparte na magistral campanha da Itália, em 1796, para bater as forças inimigas, em sucessivas jornadas de glória.

Tratar-se-á, no nosso caso, de manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, em tranqüilidade e segurança, de nossos objetivos políticos, mediante a aplicação, em sucessão irregular, de golpes inopinados contra as várias frentes circundantes, cada uma de per si. Dessa forma, buscar-se-á balizar, desde logo, limites às ações adversárias permitidas, ampliando-se gradativamente, a seguir, nosso espaço de segurança e manobra. Será até mesmo uma situação pedagógica nos moldes do condicionamento de Skinner, reforçando-se a identificação daquilo que assegura compensações valiosas, em oposição às atitudes contraproducentes ou suicidas.

Na verdade, todos nós precisamos reeducar-nos para a convivência democrática. Assim, por exemplo, poder-se-ia: na frente, militar, pôr desde logo um paradeiro a pronunciamentos inconvenientes que possam ser interpretados como sinal de fraqueza do Governo ou divisionismo nas Forças Armadas; depois na frente sindical, liquidar-se um vigoroso movimento grevista que, preferindo a opção revolucionária de confrontação à opção democrática da negociação, extravase para a contestação de caráter político, desmoralizando-lhes as principais lideranças e, também, os chefes de entidades auxiliares que, saindo de seu campo de ação legítimo e legal indevidamente se intrometam no episódio; mais tarde, na frente estudantil, desconhecer entidades não legalmente representativas, alianças estranhas de mestres e alunos e quaisquer pressões contestatórias em relação a medidas anunciadas pelas autoridades competentes, levando-as tranqüilamente a seu termo; a seguir, na frente parlamentar, coibir manifestações agressivas e impróprias, apelando para as adequadas providências legais; finalmente, na frente dos meios de comunicação, reprimir atuação ilegal pelos meios que na justiça se ofereçam; e assim por diante, até alcançar um relativo clima de tranqüilidade, conveniente à promoção do objetivo fundamental — a institucionalização de um sistema democrático mais aperfeiçoado e com imanente capacidade de aperfeiçoar-se ainda mais. Para tanto, cuidar-se-á de consolidar e, se possível, ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista, já agora, também, pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exeqüível, quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democratizante incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes.

Esta será, por outro lado, essencial à criação de nova correlação das forças políticas, seja no âmbito federal, seja no panorama dos Estados Federais, e de impulsos tais que permitam promover, com êxito e oportunidade, o avanço paralelo da descentralização também em campos bem mais resistentes como o econômico, por exemplo. Até lá, espera-se que os principais obstáculos inerentes a este possam ter sido removidos ou, pelo menos, superados.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, digamos apenas que, a esta altura do tempo – e ainda mais com quatro anos pela frente, o Governo Figueiredo pode, sem falso otimismo, almejar o cumprimento satisfatório de suas metas proclamadas:

– aperfeiçoamento do sistema democrático, tornado capaz, por si mesmo, de aperfeiçoar-se ainda mais, assegurado o salutar usufruto das franquias individuais e coletivas e implantado o exercício corrente e eficaz da atuação participativa de todos os cidadãos e grupos sociais na tomada das grandes decisões de interesse da coletividade nacional;

– descentralização adequada da sistemática de Governo, com maior responsabilidade e iniciativa ampliada, garantidas aos Estados Federados e aos municípios, e estímulo crescente às atividades comunitárias;

– saneamento e fortalecimento do setor econômico, melhor protegido contra pressões adversas provenientes do exterior e constituindo sólida infra-estrutura tanto para a grandeza maior do Brasil-potência do século XXI, como para o florescimento de uma sociedade mais justa na distribuição da renda, bem mais rica e menos vulnerável a desgastantes crises periódicas;

– expansão cultural do País tanto no setor das ciências e técnicas como no das artes, mais solidamente estruturado o perfil nacional, indene, já então, a toda e qualquer forma de contactos e intercâmbio com outras culturas de além-mar ou além-cordilheira;

– maior projeção do País no exterior não só na defesa realista e objetiva dos interesses nacionais, mas ainda na promoção coletiva e solidária da paz e do progresso da humanidade.

E assim o esperamos, com paciência e com fé.

BIBLIOGRAFIA

DJORDGEVIC, J., GROVE, W. e outros. *O Papel do Executivo no Estado Moderno.* Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1959.

GEISEL, Ernesto. *Discursos.* Vol. II (1975). Ed. Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1976.

LIMA, Antonio Amilcar de Oliveira. *O Poder Executivo nos Estados Contemporâneos.* Artenova, 1975.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Evolução do Povo Brasileiro.* Brasiliana, Cia. Editora Nacional, 1920.

ROY & JONES. *The Functional Analysis of Politics.* Routledge and Kegan Paul, NY, 1967.

(Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, no dia 1.º de julho de 1980)

AMÉRICA CENTRAL —CARIBE: ÀREA VULNERÁVEL DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

Therezinha de Castro

Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

1 — Aspectos Fisiopolíticos

O território da América do Norte se estende desde o interior do círculo polar Ártico, que envolve parte do Alaska e Canadá até as regiões tropicais do sul mexicano quando o continente se torna bastante estreito. Atinge então o domínio fisiopolítico do *istmo da América Central*, que mede em sua parte mais larga, contígua ao México, cerca de 2.300 km, atingindo os 70 km quando mais se estreita, nas proximidades da Colômbia. Dentro, pois, de sua configuração, o ístmo da América Central *parece mais ligado à América do Norte que à do Sul.* (Mapa 1)

Praticamente interrompida no nó do Popocatepletl, a massa montanhosa que percorre o México ressurge na América Central interrompendo-se outra vez no *vale do Ulua,* na República de Honduras. A bacia do Ulua, comunicando-se com a do *Choluteca*, tributária do golfo de Fonseca no Pacífico, envolve, sob o ponto de vista fisiopolítico, o território hondurenho em duas vertentes oceânicas. Valendo-se da *função dessa depressão*, os espanhóis a tranformaram numa *área geoeconômica de exportação* das riquezas minerais mexicanas que demandavam a metrópole. Relacionando-se, pois, num confronto, essa depressão do Ulua com o *estreitamento que ocorre no Panamá*, área geoeconômica de exportação, no passado das riquezas minerais peruanas.

Dentro do princípio da atração fisiopolítica, aceitam alguns geógrafos a idéia de que termina no vale do Ulua o sistema das Rochosas e começa o Andino. No entanto, deve-se notar que ao sul do Ulua, entre a Nicarágua e a Costa Rica, uma outra depressão é ocupada pela *bacia do San Juan* (550 km).

Um dos mais caudalosos rios da América Central, o San Juan, serve de desaguadouro para o *lago Nicarágua*; este e



o *Manágua* formam as duas maiores bacias lacustres regionais. Chamado de Cocilboca pelos índios e mar Dulce pelos conquistadores espanhóis, o lago Nicarágua (7.700 km²) e o Manágua (2.000 km²) se intercomunicam pelo *rio Tipitapa*, numa réplica do que ocorre na América do Sul com o Titicaca e Poopo unidos pelo Desaguadero. Essa via de comunicação interna da América Central, paralela à costa do Pacífico, ocupa uma fossa tectônica rodeada por vulcões, recordando a paisagem dos Grandes Lagos da África Oriental.

Tendo em vista estar o canal do Panamá se tornando obsoleto para navios de grande calado, necessitando de grandes reformas tais como as por que passou Suez, poderão os Estados Unidos, numa outra opção, construir na depressão tectônica Nicarágua—Manágua *uma grande via inter-oceânica*. No caso, em estudo, serão aproveitados o rio San Juan e o lago Nicarágua, bastando a construção de um canal artificial de 35 km, no ístmo de Rivas, para se atingir o Pacífico.

Nota-se, porém, que, levando-se em conta o tempo e as condições da época, o canal do Panamá foi, na realidade, uma decorrência geopolítica que a posição-chave dessa zona exercia sobre os Estados Unidos. A abertura desse canal se concretizou numa época (1914) em que a região se constituia num *eixo de duplicação das possibilidades geoestratégicas dos Estados Unidos* tanto no Atlântico quanto no Pacífico; numa época em que a política desse país deixava de ser unicamente dirigida ao âmbito continental e se expandia para o internacional. Em contrapartida, a posição central do mar do Caribe iria adquirir maior importância com a abertura do canal do

Panamá; canal aberto em região que geologicamente pertence à América Central, historicamente à América do Sul e geopoliticamente às Antilhas.

Levando-se em conta que a importância das áreas como escalas de trânsito está em relação direta com as rotas geohistóricas imperantes, o canal do Panamá tem, no presente, importância geoestratégica bem menor, para os Estados Unidos da que teve propriamente no princípio do século. Isto, levando-se em conta a característica internacional que tomou a moderna Marinha de Guerra estadunidense, abrangendo não mais as duas costas na América, e sim os vários oceanos; a esse fato também se associa o poder qualitativo dos armamentos nucleares.

Enlace fisiográfico entre as Américas do Norte e do Sul, o ístmo da América Central se constitui, grosso modo, numa espécie de corda que amarra os dois vastos continentes. Sob o *ponto de vista geoestratégico ocupa posição cêntrica-intercontinental* em relação ao continente americano e *inter-oceânica* num posicionamento com o mundo. Sob o *ponto de vista geopolítico* se constitui tanto num vínculo de *comunicação terrestre,* como na chave da *comunicação marítima.*

Por sua proximidade com os Estados Unidos e interesses que nela possuem os países da Europa Ocidental, *se envolve, embora indiretamente, na zona de segurança do Atlântico-Norte (OTAN),* na qual Cuba se constitui no ponto vulnerável com a influência soviética. Encontra-se aí, por outro lado, *um dos pontos mais vulneráveis no conjunto do TIAR.*

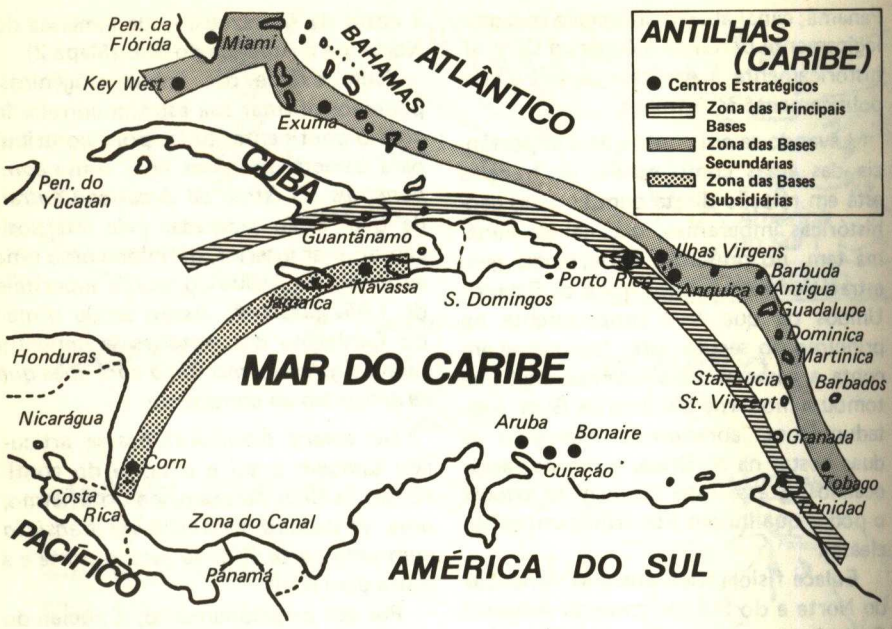
À frente desse ístmo, as Antilhas formam *a cadeia insular do Caribe,* que busca um enlace por entre as águas do Atlântico entre a península da Flórida e a costa da Venezuela – da América do Norte até a América do Sul. (Mapa 2)

Num exame das linhas orogênicas, podemos afirmar sua estreita correlação com o continente; tudo, pois, contribui para caracterizar essas ilhas como *componentes do ístmo da América Central,* da qual estão separadas pela interposição do mar interior, definido como uma extensao do Atlântico, numa superfície de 1.942.500 km². Assim sendo o mar do Caribe ou das Antilhas se constitui numa *depressão marítima com ilhas que se articulam ao continente.*

No *enlace Ístmo-Antilhas* se articulam também o sul e o norte do continente; as ilhas formam, como o ístmo, uma verdadeira *fronteira de transição* com uma parte voltada para o norte e a outra para o sul.

Por seu posicionamento, o núcleo do Caribe foi, desde o passado, a *cabeça-de-ponte indispensável à penetração continental.* Seguindo o "destino manifesto" do período das grandes navegações, a formação insular do Caribe atraiu sempre por possibilitar o domínio de vastas superfícies oceânicas, condição principal à *segurança das rotas marítimas.*

Um litoral reúne condições geopolíticas favoráveis para sua eficiente utilização "quando se acha a distâncias regulares de outra costa economicamente tentadora; o grau de aproveitamento tende a aumentar em razão direta das ilhas e arquipélagos que o amparam e em razão inversa da abundância dos bens que detenha". (J. Vicens Vives – "Tratado General de Geopolítica" – pág. 116). Nessas condições avulta a importância do litoral oriental do ístmo da América Central, que tem diante de si uma grande barreira natural de ilhas e arquipélagos distinguindo o mar do Caribe, ou das Antilhas, do oceano Atlântico.



Confrontando-se com a fisiografia do ístmo que se afunila para o sul, as Antilhas se diluem praticamente no setor meridional.

Por seu posicionamento, o arco antilhano atua como *receptor indiscutível das correntes emanadas da Europa,* relegando, mesmo, a um segundo plano, em suas funções precípuas, os portos do ístmo da América Central. Daí terem sido estas ilhas tão disputadas pelos invasores estrangeiros no período colonial. À semelhança do espaço terrestre, o espaço marítimo nas Antilhas é também alvo das ambições militares, muito embora *os interesses comerciais tenham precedido aí os estratégicos.* Quando os ingleses, franceses e holandeses começaram a ocupar territórios no continente americano, especialmente no delta do Mississipi e costa das Guianas, procuraram pontos de escala na área do Caribe. Quando os Estados Unidos passaram a se desenvolver, sobretudo após a Guerra de Secessão (1865), a área do Caribe passou também a gravitar na sua órbita.

O ístmo, por sua vez, ficava quase todo na órbita da Espanha constituindo exceção o enclave de Belize, em poder dos ingleses, hoje cobiçado pelo México e pela Guatemala. Contribuiu também para que *o ístmo* ocupasse um *segundo plano na geopolítica regional* o fato de se constituir uma massa continental montanhosa, estreita embora alongada, não dispondo de extensão territorial capaz de criar intensa e dilatada vida interior para alimentar o tráfego marítimo.

As Antilhas se dividem em dois grupos: as chamadas *Grandes Antilhas,* compreendendo Cuba, Porto Rico, S. Domingos, Jamáica e Bahamas; e as *Pequenas Antilhas* o arco que vai de Porto

Rico até a costa sul-americana enfeixado por Bonaire, Curaçáo e Aruba.

Os Estados Unidos estão presentes nos dois grupos. *Porto Rico*, de peculiar ligação política com o governo de Washington na categoria de Estado Livre Associado; e a leste as *ilhas Virgens*, que dividem com a Inglaterra, ocupadas para fins exclusivamente militares. Além dessa segunda posição nas Antilhas, os Estados Unidos, ante a necessidade de manter pontos geoestratégicos, ocupam uma terceira posição nas *ilhas Corn*, arrendadas à Nicarágua por 99 anos a partir de 1916.

No entanto, por sua unidade, isolamento relativo e posição estratégica, tem *Cuba*, sob o ponto de vista geopolítico e enfoque geoestratégico, grande importância na área do Caribe. *Domina os principais acessos que unem esse mar*, encontrando-se no centro da zona de bases principais dos Estados Unidos; e, em posição intermediária, na zona de bases secundárias, formada pelo arco externo que principia na península da Flórida e o arco interno centrado em *Navassa*, comandada por *Guantânamo*. (Mapa 2)

Isso explica a importância da Baía de Guantânamo, território de 111,9 km² na ilha de Cuba, em poder dos Estados Unidos. Sua situação geoestratégica se justifica por ocupar o *centro geográfico das Antilhas e Bahamas, em posição dominante sobre o mar das Caraíbas e golfo do México.* Posiciona-se ao sul da ponta da ilha de Cuba, em frente ao canal da Jamáica em posição centrada sobre as Grandes Antilhas e a própria Cuba, S. Domingos e a Jamáica, o vértice do grupo.

Guantânamo é uma espécie de "Hong-Kong das Caraíbas", já que, como aquela posição dos ingleses na China, não possui nenhuma fonte de água potável, recebendo porisso, o precioso líquido através de encanamento que vem do rio Yáteras a 6.500 metros do perímetro estadunidense. Tranformou-se também numa espécie de "Berlim da América Central", já que navios cubanos ou russos, mercantes ou de guerra, ao lado de outros das demais nacionalidades, têm que atravessar a parte inferior da baía, onde estão instalados os estadunidenses, para poderem atingir os centros açucareiros de Boquerón e Calmanera, na parte superior da baía, em poder de Cuba.

Sob o *ponto de vista geoestratégico*, a Baía de *Guantânamo* provou sua eficiência como base de guerra submarina na Segunda Guerra Mundial entre as linhas de abastecimento dos Estados Unidos que se estendiam desde Key West, ilha guardiã da Península da Flórida, até Trinidad, na costa venezuelana. Constitui-se numa *base logística* dos Estados Unidos na América Central, servindo de *ponto de escala* para os aviões militares, com destino a América do Sul e *ponto de defesa exterior do canal do Panamá* do lado do Atlântico. Por outro lado, a Baía de Guantânamo apresenta *posição-chave no caso de "uma guerra limitada" na América Central.*

Podemos assim concluir que as ilhas próximas de uma potência continental se encontram integradas naturalmente ao seu campo de força econômica tendendo a cair dentro de sua esfera geopolítica e geoestratégica.

Dentro do ângulo geopolítico *podemos distingüir no mar das Antilhas as vias de comércio das zonas de dominação;* as primeiras correspondem aos feixes de circulação, as segundas aos pontos de estrangulamento desses feixes.

2 — Aspectos Geoeconômicos

Os aspectos fisiográficos confirmam a *homogeneidade do solo* no Caribe e América Central caracterizando-a por *uma linha vulcânica* que contribui para moldar sua fisionomia geográfica própria. Cria, pois, uma *solidariedade econômica* entre seus habitantes dentro do *sistema agrícola*: café, banana, cana-de-açúcar, algodão e fumo. Solidariedade que impede, por identidade de produtos, um efetivo intercâmbio comercial na região. Dependência de produtos que limita os países locais a uma identidade agrícola predominante, donde *o subdesenvolvimento e a conseqüente necessidade da ajuda externa e predomínio de companhias estrangeiras* (no caso da banana, principalmente). A calamitosa situação econômica local sofre ainda a agravante da acirrada competição de mercado em outras áreas envolvidas no Terceiro Mundo.

Caracterizando o sistema econômico da *monocultura*, as Antilhas e América Central se apresentam com 90% de suas respectivas populações vivendo na faixa costeira.

Dentro do aspecto geoeconômico, ao se iniciar a colonização da região, predominavam os *brancos europeus*; só quando se generalizou a cultura da cana (século XVIII) é que o *sistema escravagista africano* se intensificou; a abolição do tráfico e a supressão da escravidão (século XIX) traria para o local os *trabalhadores assalariados asiáticos*. Num confronto, pois, vemos que *a identidade econômica não corresponde a variedade étnico-cultural*.

É fato que com a introdução do negro se implantaria *o absenteísmo do proprietário branco*; a metrópole passava então a ser a verdadeira pátria, enquanto a colônia se transformava num quase local de exílio. As contingências econômicas geravam um novo aspecto étnico-cultural; assim, na maioria das ilhas do Caribe, foram os negros, cujo exemplo inicial veio do Haití, que se revoltaram contra a metrópole em busca da independência política.

Embora ligado ao fator econômico, *o fenômeno emancipacionista* não poderia partir, tal como ocorreu nas Américas do Norte e Sul, dos proprietários brancos. Na região do Caribe os brancos absenteístas estiveram sempre identificados com a metrópole européia, pois sabiam que dependiam dela para seus mercados e própria segurança.

No ístmo a evolução geopolítica se identifica com as ocorridas nas Américas do Norte e Sul; aí o elemento branco mesclado ao índio esteve não somente à frente da exploração sistemática como da própria explotação. Difere, pois, o ístmo da região insular; *não ocorreu nas ilhas a unidade de pensamento predominante nas elites continentais*. Justifica-se o fato no período de pouco mais de um século, que se estendeu de 1702 a 1815, envolvendo a Europa em cinco importantes guerras com conseqüências diretas no Caribe; essas guerras refletiam, no seu desenlace, na troca de metrópoles no Caribe — em várias ilhas as populações tiveram que mudar não somente de língua como também de costumes.

A emancipação política não lhes trouxe, tanto para o ístmo quanto para as ilhas, a independência econômica; muito pelo contrário, agravou-a. Assim, no presente, dentro do subdesenvolvimento, os recursos econômicos tidos como essenciais lhes faltam gerando um volume maior na pauta das importações. Quando esses recursos econômicos existem, como no caso específico do *setor*

mineral, ficam na dependência de capitais estrangeiros que os possam exportar.

Por essa razão, a América Central só a partir de 1920 começou a explotar a *bauxita* e, em 1952, com a entrada da Jamáica na produção, a região se converteu na grande abastecedora mundial deste mineral. Quanto ao *níquel*, à produção de Cuba agregaram-se depois de 1971 a República Dominicana e a Guatemala. Embora levando a dianteira, o México não é o único produtor de *chumbo e zinco*, contando nessa área com Honduras. Quanto ao *enxofre*, extraído de domos salinos, com sua explotação na área se destaca no ístmo de Tehuantepec (México), sabendo-se porém que o produto pode ser obtido nos depósitos vulcânicos superficiais que abundam na América Central.

Barril de pólvora, desde o processo emancipacionista, a América Central, com a retirada da Espanha, se converteu numa *espécie de "quintal" dos Estados Unidos*. No entanto, só por imperativos geoestratégicos o governo de Washington se faz presente; é que a região se constitui num mercado pequeno para os Estados Unidos, que são, em conseqüência, mais importantes para os países locais do que estes para os produtos, tecnologias e serviços estadunidenses.

No entanto, é notório que no âmbito geopolítico *já começa a colher frutos nesse "quintal" uma outra nação — a Rússia*, concorrente tenaz no contexto da hegemonia universal.

3 — Considerações Geopolíticas e Geoestratégicas

Ponto de *convergência interoceânico*, por sua posição geoestratégica, devem os países da América Central e Caribe a causa de seu atraso sócio-econômico à dominação estrangeira.

Área desde o início disputada, levaria os espanhóis a dar a seus territórios, desde a Venezuela até a Guatemala, a categoria de *Capitanias Gerais*, correspondendo a uma finalidade primordial estratégico-militar e não econômica. Essa providência não evitou que se estabelecesse aí, sobretudo nas ilhas, *um verdadeiro "círculo de ferro" dominado por potências diversas*. Finalmente, para corroborar com o atraso sócio-econômico, se implantaria *o fracionamento geopolítico*, levando os pequenos países não só ístmicos como insulares à presente situação de dependência estrangeira.

A unidade geográfica não foi suficientemente forte para impedir a vizinhança de tantas soberanias, sobretudo a inglesa, a francesa, a holandesa e a estadunidense, bem como a russa estabelecida em Cuba a partir de 1960.

No presente, pois, podemos afirmar que desde a Nicarágua, no oeste, até a pequenina ilha de Granada, no leste, onde se estabeleceram regimes esquerdistas, *essa vulnerável área do hemisfério ocidental é foco maduro para a revolução* em função de um "nacionalismo" provocado pela situação sócio-econômica. Assim, *a instabilidade se caracteriza pela imaturidade nas lideranças políticas*, que, como na África, se alternam através de golpes e contragolpes.

A *autodeterminação* é uma brecha aberta para a influência comunista; em nome dessa autodeterminação a ditadura de direita, em nome da democracia e dos direitos humanos, é substituída pela ditadura de esquerda; consagrando-se essa última não só pelo envio de armas e assessores cubanos para Granada, por exemplo, como pelo convite ostensivo

oficial feito pelos sandinistas da Nicarágua a Fidel Castro para uma visita ao país.

Embora não se possa afirmar que essa estratégica bacia do Caribe tenha sido abandonada pelo Bloco Ocidental, é fato, porém, notório que *tem sido descuidada*. Descuidada ante a influência de Moscou através de sua preposta Cuba, e *conseqüente escalada subversiva* alentada pelo triunfo da *Frente de Libertação Sandinista na Nicarágua*. Escalada subversiva que alcançou a própria *Costa Rica* (1979), que para livrar-se do mal, expulsou não só diplomatas soviéticos como também 150 ativistas estrangeiros, muitos dos quais exilados brasileiros, argentinos, chilenos, salvadorenhos e mesmo cubanos.

O fato é que, com o triunfo sandinista, a instabilidade alcançou *El Salvador*, onde grupos extremistas de esquerda: FARN (Forças Armadas de Resistência Nacional), ERP (Exército Revolucionário do Povo) e BPR (Bloco Popular Revolucionário), não cessam de mostrar suas atividades tomando fábricas, ocupando embaixadas, para, em seguida, procurar abrigo nas igrejas. Em *Honduras* a situação é tão melindrosa quanto a da *Guatemala*, onde agem o EGP (Exército Guerrilheiro do Povo) e o PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho), procurando, em proveito das esquerdas, levantar a população contra o governo.

Daí o dilema regional dessa *zona de transição entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina*. Zona de transição bastante desagregada geopoliticamente, sujeita, portanto, a ser *palco da "guerra fria"*.

A Rússia explora a situação turbulenta na região: no momento, além de *Cuba*, base soviética no Caribe Oriental, conta semi-oficialmente, com outros dois proveitosos pontos de apoio — em *Granada*, no Caribe Oriental e, no próprio ístmo, através da *Nicarágua*. Trata-se de *um autêntico triângulo geoestratégico russo dentro da zona de segurança do TIAR*.

Enquanto a Rússia rejeita a idéia de que o Caribe seja um "mare nostrum" estadunidense, expande seu poderio aeronaval em Cuba; os Estados Unidos, por sua vez, ordenaram (outubro de 1980) o estabelecimento de uma Força Tarefa Conjunta de Contingência em Key West, destinada a "empregar as forças designadas em ação, caso isso se torne necessário". Em contrapartida, no Caribe Oriental, conselheiros militares ingleses prestam assistência a *Barbados*, que é nação pró-ocidente; enquanto a França, com seus "Gardes Mobiles", força policial de elite conseguiu evitar que a *Martinica* caisse na esfera esquerdista. Concluindo-se, pois, que *a bacia do Caribe é caso notório de zona subdesenvolvida dominada pelo tumulto esquerdista* em função das crescentes expectativas.

Concluimos, por outro lado, que no âmbito da América Central, nenhuma das alternativas poderá ter resposta precisa, pelo menos no presente, levando-se em conta que *os países locais ainda não atingiram uma média viável de nível sócio-político*. Enquanto a maioria dos países da América do Sul ainda se encontra no período geopolítico da "adolescência", a América Central, as Antilhas e as Guianas, que com elas se identificam, são consideradas como *"áreas infantis"*, que ainda não se definiram.

Sob o ponto de vista geopolítico nessa área vulnerável, ao lado de nações independentes, figuram enclaves coloniais, zonas de controle e possessões que atingem a parte semi-autônoma das Guianas.

As *taxas de analfabetismo* são altas, influindo no *alto índice de natalidade*. Etnicamente a zona do Caribe *não se constitui num conjunto homogêneo no âmbito latino-americano*; ao Haiti negro, se superpõe uma Costa Rica predominantemente branca. A grande *variedade idiomático-racial* se traduz desde o sangue asiático, africano, europeu e ameríndio até a mestiçagem a que se adicionam as línguas inglesa, francesa, holandesa e espanhola, tendo concorrentes variados dialetos.

Por outro lado, componentes geohistóricos contribuiram para que povos com herança e força de vida contemporâneas, praticamente comuns, se desconhecessem no passado, e quase não se intercomuniquem no presente. Cada ilha se constitui num quase "museu", resguardado por distinções arcaicas, onde os processos culturais são cuidadosamente preservados. E neste *aspecto insular isolacionista* nota-se que Curaçao, a uma hora de Barbados, contacta muito mais com a Holanda.

Conclui-se ainda que a área vulnerável da América Central e Caribe se vem revelando como *uma região geográfica predestinada a concentrar "geopolíticas" de vários Estados em expansão*. Mosaico de nações com futuro ainda incerto, nota-se que no período de apósguerra os variados e pequenos países que aí se instalaram *começam a refletir no presente, no seio da OEA* (Organização dos Estados Americanos), como que um novo *poder caribeano em questões interamericanas*. Reflete-se, pois, no seio da OEA o fenômeno que se apossou da ONU com as instáveis nações africanas; com uma agravante, pois que, no âmbito da OEA, as nações que a ela se filiam são muito menores e bem mais frágeis sob todos os pontos de vista que a maioria africana. É o caso das minúsculas St. Vincent, Dominica, Granada e Santa Lúcia, repúblicas precursoras de muitas outras que ainda hão de se formar. São simplesmente ilhas-nações, mais ilha do que nação, muitas das quais não chegam a alcançar os 500 km^2, necessitando em tudo e para tudo da ajuda externa. São nações independentes, de grande dependência.

Por outro lado, *a fragmentação geopolítica* é a tônica nessa área onde associações e federações têm, à semelhança do que ocorre na África, falhado. Foi o caso recente da ilha União que, associada a St. Vincent procurou constituir-se em república à parte, sendo logo contida com a pronta ação de apenas 50 policiais vindos de Barbados. O motim consistiu numa ação de poucos homens revoltados contra o poder central de St. Vincent, que por sinal conta com uma população de apenas 120 mil pessoas.

Outro exemplo típico de fracasso federativo se prende ao caso das Índias Ocidentais, onde a Jamáica e Trinidad com 83% do total do território integrado por outras oito pequenas ilhas, com 77% da população e 3/4 partes das riquezas, provocaram a sua dissolução. A fragmentação era fato incontestável visto que a comunicação entre as 10 ilhas que formaram a Federação era difícil: Kingston, na Jamáica, se encontrava a 1.930 km de Porto Belo, a capital do conjunto. Caberia, assim, à própria Jamáica a iniciativa em 1962, do processo de desintegração geopolítica da Federação das Índias Ocidentais.

É fato que *o denominador comum nessa área vulnerável do hemisfério ocidental* se prende à necessidade de se libertar as populações da pobreza e desemprego endêmico. Desemprego que,

por sua vez, impõe a grande *sangria populacional para a área*, sobretudo em busca de novos horizontes de uma ilha para a outra, visto que a imigração para os Estados Unidos, Inglaterra ou Canadá, pelo grande êxodo, tenha sido levada para o rol dos ilegais.

O fenômeno social é reflexo dessas nações dependentes da monocultura, inteiramente sujeitas ao mercado exterior para o preço do que oferecem, mas que não escapam ao ágio do petróleo. São, pois, essas nações *formações geopolíticas frágeis e voláteis dependentes da ajuda externa*. Ajuda externa que em 1980 teve o aumento de 10 milhões de dólares anuais para o total da assistência mantida pelos Estados Unidos de aproximadamente 80 milhões de dólares para toda a área, canalizados pelo Banco do Desenvolvimento do Caribe e outras instituições congêneres internacionais. Num interessante confronto, observa-se que a Rússia gasta, só em Cuba, mais de 10 milhões de dólares por dia, a fim de manter a viabilidade econômica do falido regime ditatorial Castrista.

À semelhança de Cuba que só se mantém como satélite de Moscou, a maioria das nações da área apresentou *uma taxa negativa de crescimento per capita de seu Produto Bruto Nacional*. Em se tratando dos mini-estados ou repúblicas insulares do Caribe, em média, sua população conjunta não chega a alcançar a da cidade do Rio de Janeiro; sendo sua superfície tão limitada quanto o número de habitantes.

4 — Conclusões Gerais

— O hemisfério ocidental tem um de seus pontos mais vulneráveis na área do Caribe e América Central em decorrência de *aspectos psicossociais*. Explorar a debilidade material e social é método liderado por Moscou. Os ataques de Washington aos ditadores de direita em nada contribuem para a resolução dos graves problemas regionais, colaborando, no entanto, para que alguns países ingressem ou venham a ingressar na esfera esquerdista.

— O complexo América Central-Caribe não é mais uma região que a simples distância proteja de *um ataque nuclear*. A "guerra fria" já alcançou a área; disputada no passado como porta de acesso das riquezas minerais; ambiciosa no presente, quando um mosaico de nações busca o seu futuro incerto.

— No passado a área atraiu as atenções do mundo com a construção do *Canal do Panamá*, mudando o equilíbrio de forças regionalmente como internacionalmente. A Colômbia perdeu o ístmo do Panamá, a Nicarágua a sua chance de se tornar a encruzilhada do mundo; a França foi abalada por problemas financeiros, enquanto os Estados Unidos passavam da geopolítica puntiforme no âmbito continental para a geoestratégia difundente no âmbito internacional. No presente, o posicionamento do complexo América Central-Caribe entre dois oceanos sujeita a área a *duas ofensivas marítimas possíveis*; e tudo isso numa *área geopoliticamente instável, de microregionalismos*, povoada por países que jamais experimentaram aquilo que poderíamos razoavelmente chamar de desenvolvimento equilibrado, e que, a despeito de tudo, vêm mantendo no dia-a-dia um contacto cada vez mais estreito com o mundo exterior.

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MERCADO JARRÍN

Victor Ricardo Ramos Ormeño

Capitão-de-Corveta (Marinha do Peru). O presente trabalho foi apresentado pelo Autor ao término de seu curso na Escola de Guerra Naval, do Brasil.

A Geopolítica, ramo da ciência política que estuda a influência dos fatores geográficos na evolução do mundo e dos Estados, constitui um valioso auxílio para a condução política de um país ou grupo de países. Diversos estudiosos estabeleceram o que poderíamos chamar de Princípios da Geopolítica, axiomas que mostram a influência das características geográficas sobre a vida dos Estados.

Continuamente aumenta o número dos especialistas sul-americanos que, ocupados em diversas matérias, introduzem considerações geopolíticas na discussão dos problemas regionais de grande influência internacional. Achamos que se trata de uma atitude intelectual que merece especial consideração: por pouco que se estenda e se afirme, esta tendência pode chegar a cobrir um espaço hoje perigosamente vazio e exercer decisiva e protetora influência sobre os maiores níveis nacionais de decisão. Os governantes desta parte do mundo — talvez com facilidade e freqüência excessivas — têm cedido à sugestão ou às pressões de poderosos interesses estrangeiros. Poucas vezes benéficas, as ações assim inspiradas só têm servido para criar situações de dependência a serviço das ideologias que vêm disputando aqui e em outras partes do planeta, o domínio universal.

Uma perspectiva espacialista com visão própria, centrada nos autênticos problemas nacionais e regionais, parte necessariamente de uma reavaliação dos fatores locais, ambientais, e humanos, analisados cientificamente. Sua contribuição é imprescindível — no planejamento político e estratégico — para identificar os interesses nacionais realmente comprometidos no processo histórico e estabelecer a natureza e alcance dos riscos e ameaças por enfrentar.

Neste contexto, entendemos que pouco se tem falado e escrito sobre a ne-

cessidade de o Peru descobrir sua própria geopolítica em relação ao subcontinente, o continente e o resto do mundo. No entanto, ela tem estado presente, embora não com a freqüência requerida, para orientar uma política internacional coerente, firme e que deve continuar a serviço do interesse nacional.

No presente trabalho tentaremos examinar o pensamento geopolítico de Edgardo Mercado Jarrín, que a nosso ver foi preponderante na orientação política do Peru durante o último governo militar exercido desde 1968 até julho deste ano.

Com tal propósito analisaremos sua concepção no que se refere ao mundo atual, dando ênfase à posição da América Latina, faremos uma breve passagem pela história geopolítica peruana, para a seguir rever alguns pontos da problemática interna do Peru, não só quanto às suas áreas de interesse geopolítico, mas também quanto a seu posicionamento no contexto latino-americano, procurando verificar até que ponto a obra de Mercado Jarrín influencia a solução dos problemas nacionais e a participação do país no Pacto Andino e no Tratado de Cooperação Amazônica.

A GEOPOLÍTICA NO TRANSCURSO DA HISTÓRIA DO PERU

O INCANATO — Na época pré-hispânica, o território americano foi ocupado por distintas povoações indígenas, cujos espaços estavam delimitados por verdadeiras fronteiras culturais. O Império Incaico, que abrangeu quase toda a área andina sul-americana, teve sua zona polarizadora, isto é, o seu "núcleo de coesão", nos vales de Cuzco, área a partir da qual a civilização originada por Manco Capac pôde harmonizar-se e dominar o imenso território conquistado. Sob o seu eixo noroeste-suleste estendia-se o histórico Caminho do Inca, que enlaçava o seu núcleo com Quito, ao norte, e com as atuais províncias argentinas de Jujuy e Tucumán, ao sul, servindo, com grande sentido geopolítico, ao papel de predomínio que exerceu o Império na América pré-hispânica.

O desmoronamento do legendário Império Incaico e sua rápida desintegração foram provenientes do fato geopolítico de haver estado integrado por núcleos humanos econômica e administrativamente distantes, cujos componentes não tiveram participação na condução política do Tahuantinsuyo.

A GEOPOLÍTICA DA LIMA VICE-REINAL — Na época colonial, Espanha e Portugal incursionam no espaço sul-americano. Se a expansão espanhola se produz na parte ocidental e austral, os tratados de Tordesilhas e de San Ildefonso possibilitam a penetração portuguesa na parte oriental.

Os limites culturais da América Indígena são substituídos pelas fronteiras coloniais, em cujos traços fica patente o rastro da paciente penetração de vários séculos de "entradas" e "bandeirantes", expressão da geopolítica lusitana.

Na colônia, o Vice-reino do Peru estendeu-se por toda a América do Sul, com exceção do Brasil de hoje, e os atuais territórios da Argentina, Colômbia, Equador e Chile foram seus tributários.

Os séculos XVI, XVII e XVIII viram o surgimento da geopolítica da Lima Vice-Reinal, de onde se irradia o poder político e econômico da Metrópole, baseado no comércio e nas comunicações marítimas. Lima, então, se converte no pivô do projeto imperial espanhol. O Peru foi o ponto de apoio da colonização,

o núcleo de onde se desenvolveram os meios da dominação do espaço. No entanto, as enormes distâncias, os vastos espaços sem comunicação, o comércio voltado para fora e o enfraquecimento do poder central deram lugar ao segregamento da Audiência de Quito, o Vice-reino do Rio da Prata, a Audiência de Charcas e a Capitania Geral do Chile. Aquela ação geopolítica, particularmente a segregação do Alto Peru ou Audiência de Charcas, contribuiram para a decadência do Vice-reino do Peru.

À ação emancipadora do poderio espanhol juntam-se as ondas revolucionárias do Rio da Prata e da Venezuela, agitadas pelo pensamento geopolítico intuitivo, segundo o qual quem domina o núcleo de coesão, domina o território, e quem isso consegue, domina seus vizinhos para a seguir dominar o continente.

Nos planaltos gélidos do território peruano e sobre os traços do Caminho do Inca, na área vital político-estratégica do núcleo de coesão e colonização da América Hispânica, sucederam-se as definitivas batalhas de Junín e Ayacucho, sem as quais não teria sido possível a liberdade do Subcontinente.

A REPÚBLICA — No primeiro período da República se produz a primeira ação geopolítica, com a formação da denominada "Confederação de Dois Perus" Segundo Jorge Basadre, notável historiador peruano, ela deu ao Peru e à Bolívia "pelo menos uma idéia de algo do que aconteceu na sua história pré-hispânica, e que falta permanentemente na história: a ilusão do grande, o sonho imperial". Aquele episódio logo fracassa devido a uma conjugação de fatores internos e externos, principalmente pelas intrigas de caudilhos locais e a aberta e tradicional hostilidade do governo chileno. Ainda mais, devem ter sido um sinal de alarme para o Peru, já que o advertiu do processo gestante do pensamento geopolítico chileno e que se pode constatar na opinião de seu onipotente ministro durante a Confederação, Diego Portales, quando diz: "devemos dominar para sempre no Pacífico; esta deve ser sua máxima agora e oxalá a do Chile para sempre".

No segundo período, o Marechal Ramón Castilla, é o porta-voz lúcido do pensamento geopolítico peruano, que infelizmente interrompe-se anos depois e que esperamos ainda ver revivido. Por instinto geopolítico, aguçado pelo sentido da realidade, gravitaram em seu governo soluções que estimularam a afirmação da personalidade nacional e grandes perspectivas continentais. Fatores geo-históricos conduziram Castilla à concepção do Peru, que haveria de ser, sem dúvida, o Peru do futuro.

No seu governo tem-se percebido com clareza essa forma mandatória, tantas vezes esquecida na história. No plano internacional, o Peru tem uma crescente participação nas decisões continentais e um dimensionamento mundial. No interno, observou com toda clarividência o país em seus aspectos naval, terrestre e fluvial, cuja prioridade era a coesão nacional e a integração do território, etapa prévia a uma posição privilegiada na América do Sul.

Com ele se inicia o renascer da consciência marítima, convertendo o Peru na primeira potência naval sul-americana; a marcha efetiva até o Oriente, estimulando o progresso da região selvática e defendendo os interesses na Amazônia. Organizou territorialmente a República, dividindo-a em departamentos, províncias e distritos. Estes aspectos de sua obra constituem todo um planeja-

mento geopolítico, que podemos concretizar em: estabelecimento das bases da integração nacional e a efetiva ocupação da periferia.

Diz-se que o problema fundamental da geopolítica é, em primeiro plano, de natureza propriamente estratégica. É necessário formular-se com sabedoria e difundir com habilidade os propósitos estratégicos nacionais. Isso foi o que fez Castilla. Com a visão que lhe foi característica, definiu com perícia os objetivos nacionais e alentou o espírito ofensivo da nação, à qual deu toques de grandeza.

Edgardo Mercado Jarrín destaca que no governo de Castilla, na sua ação previsora, está a chave de uma doutrina geopolítica peruana, que pode sintetizar-se nos seguintes pontos:

"— a projeção regional do Peru, para fazer frente comum, com os países irmãos ao sul do Rio Grande, contra a dominação estrangeira de qualquer matiz, inspirado no nacionalismo latino-americano e na solidariedade, não na hegemonia.

— a afirmação da presença peruana no Pacífico Sul, na sua qualidade de via marítima de comunicações da qual depende a sua estabilidade econômica em tempo de paz e sua sobrevivência em época de guerra, além de ser o epicentro de alto interesse devido a seu valor econômico político e estratégico.

— a ocupação da Amazônia, no espaço vital que lhe pertence.

— fronteiras vivas, dinâmicas e seguras."

No começo da República ocorreu no Peru o mesmo que acontecia a todo o continente, isto é, o nascimento das cidades sem planejamento de desenvolvimento urbano nem políticas de descentralização administrativa, e com isso se inicia o que a maioria dos geopolíticos peruanos chama de "drama atual" do Peru: a centralização. Nessa etapa, acentua-se a desintegração física, social e cultural da sociedade peruana, e a população aborígene continua vivendo à margem da vida nacional.

Já na segunda metade do século XIX, toma-se maior consciência da importância da região selvática; chega-se à compreensão de que sua efetiva incorporação ao corpo da Nação era vitalmente necessária, não obstante seu isolamento natural, a dificuldade nas comunicações, a grande pluviosidade e seu clima quente e permanentemente úmido.

Peru Contemporâneo — A segunda Guerra Mundial marca para o Peru o começo da expansão industrial, e com ela se acentua o centralismo. A inversão estrangeira seleciona Lima como a área mais adequada a seus interesses e aos da Metrópole, fazendo o mesmo o capital nacional. Com isso se intensificam os movimentos migratórios do campo à cidade, aumentando o desequilíbrio urbano-rural do país, com suas conseqüências de desocupação, desemprego e comércio ambulante. Na segunda metade do século XX, com o deslocamento para a costa, o país andino perdeu sua tradição histórica, geográfica e cultural. O eixo geopolítico da serra, que conteve o Caminho do Inca, foi desintegrado com o crescimento de Lima, passando, assim, a ser subsidiário do eixo da costa e deixando desagregada fisicamente a unidade pré-colombiana do Império Incaico.

O processo histórico de "espontaneidade geoestratégica" que temos esboçado gerou um sistema geopolítico que podemos chamar de invertebrado, e o crescimento da Lima Metropolitana deu motivo a um fenômeno de "colonialismo interno", pelo qual o setor urbano tornou-se satélite do rural, converten-

do o Peru em um país macrocéfalo. É por isso que, como é considerado por diferentes pensadores geopolíticos peruanos, a chave da solução do problema está em obter a ligação econômica, política e cultural permanente da sua rica variedade telúrica. Em outras palavras, a junção dos três países que o conformam, para construir, assim, as bases da integração nacional e dominando as diferentes condições do meio ambiente geográfico.

A VISÃO GEOPOLÍTICA DO MUNDO ATUAL

Edgardo Mercado Jarrín, a quem consideramos um diligente observador da realidade política, estratégica e particularmente geopolítica do mundo atual, tem, como base para sua concepção da conjuntura geopolítica, uma nova visão, fundamentada na posição geográfica dos continentes, naquilo que ele chama "o equador do subdesenvolvimento", passa pelo Trópico de Câncer, dividindo, assim, o mundo em duas zonas muito diferentes. Segundo ele, o conflito entre os países industrializados — nações ricas — e os países em vias de desenvolvimento, teve sua primeira confrontação nos anos 1971-1972, entre as companhias multinacionais e a OPEP, devido à subida dos preços do petróleo colocando esse produto no meio da política mundial, e iniciando uma era de profundas alterações e discrepâncias. Além disso, o recesso econômico produzido durante os anos 1974 e 1975, deu aos países pobres, produtores de outras matérias-primas, a esperança de um acordo equitativo com o mundo industrializado. A crise econômica que atualmente afeta toda a humanidade obriga o Terceiro Mundo a intensificar suas demandas por uma maior participação da produção e distribuição de bens e serviços, e a modificação na divisão internacional do trabalho.

Vive-se, segundo Mercado, "a realidade política de um mundo economicamente dividido entre o norte e o sul. As relações econômicas de pós-guerra entre os países em vias de desenvolvimento — quase todos produtores de matérias-primas — e os países ricos ou desenvolvidos — quase todos industrializados — constituem o maior obstáculo à estabilidade política do mundo e ao crescimento balanceado de uma economia global". Nesse ponto, e concordante com alguns autores que acreditam que as diferenças em nível de vida, *know-how*, capacidade de produção e poder de negociação, estão impedindo a utilização racional dos recursos do mundo em benefício das gerações presentes e futuras.

Da comparação e análise das obras de grandes geopolíticos e estrategistas do mundo, tais como Clausewits, Jomini, Mahan, Hart, Douhet e Mackinder, Mercado Jarrín acha que eles não estabeleceram as diferenças entre o conflito e a guerra, entendendo-se como tais o emprego pacífico ou violento do poder, respectivamente; nem perceberam o atualmente chamado "conflito Norte-Sul". Estima que aos múltiplos ensinamentos daqueles estudiosos há que se acrescentar mais um: "o conteúdo da estratégia (nacional ou militar) não é imutável e deve-se adaptar ao desenvolvimento da tecnologia, às relações entre as nações e às trocas no balanço do poder". Face à realidade atual, não considera acertado, embora tenha valor, fazer dos fatores geográficos ou estratégicos os elementos determinantes no conflito Norte-Sul. Em troca, acha que uma visão atual mais objetiva e global de nosso planeta proporcionará novas luzes e

possibilitará novas concepções da terra e das partes que o integram. Esta visão diferente permitirá obter novas concepções inesperadas não na conquista e submissão dos povos, senão na defesa de seus legítimos direitos.

A visão e concepção de Mercado Jarrín, se a comparamos por exemplo com a de Hans W. Weigert, é algo diferente; ambos consideram o mundo dividido em dois hemisférios, mas Weigert os orienta no sentido Leste-Oeste, enquanto Mercado o faz no sentido Norte-Sul. Sob seu ponto de vista, diz que, embora em ambos os hemisférios as áreas oceânicas predominem sobre as continentais, o Hemisfério Norte, comparado com o Sul, pode chamar-se o "hemisfério das terras", enquanto o Hemisfério Austral pode designar-se como o de muito maior predomínio de águas oceânicas.

Fundamentando sua teoria, expressa que no Hemisfério Norte mais de 60% de sua superfície encontra-se sobre as águas, enquanto no Hemisfério Sul 80% de sua área fica coberta pelos oceanos. Dito de outro modo, ao Hemisfério Norte corresponde 40% de continentes e ilhas, enquanto ao Hemisfério Sul, os continentes e ilhas ocupam apenas 20%. Não é, pois casual que no Hemisfério Boreal se encontre o maior número de potências e países industrializados. Isto se explica ainda mais claramente ao considerar-se que a zona temperada do Hemisfério Norte cujas características climáticas exerceram no passado grande influência estimulante no desenvolvimento da civilização no Velho Mundo — abrange uma superfície muito maior que a correspondente à zona temperada no Hemisfério Austral.

Uma simples observação do globo terrestre mostra que no segmento esférico maior, que vai do Trópico de Câncer até o Polo Sul, se apresenta um panorama de impressionante predomínio oceânico. Nele os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, como o Oceano Glacial Antártico, apresentam suas maiores expansões, deixando isolados por eles a América do Sul, África, o sul e o sudeste asiático, Oceania e o Continente gelado da Antártida. Mais impressionante, ainda, é o fato de que nesta imensa área de predomínio oceânico, se encontre localizado o maior número de nações subdesenvolvidas da terra.

Os países da América Latina, ao sul de Rio Grande, os países da África ao sul da Tunísia, os da Oceania e muitos países asiáticos, incluída em parte a República Popular da China, com todo o imenso volume demográfico que representa, ficam neste enorme segmento esférico, em cuja superfície prevalecem as águas sobre as terras.

O segmento esférico norte da Terra está formado em sua maioria por uma série de elementos de natureza diferente, que realmente configuram o poder e que não podem ser considerados isoladamente, já que mantêm estreita interdependência. Com efeito, no que se refere a recursos humanos, contam com uma população mais experiente e com mais força de trabalho; sua distribuição por idades mostra que têm relativamente muito menos povos dependentes e há uma distribuição mais proporcional, fator este quase incontrolável nos países subdesenvolvidos pelo crônico descontrole da natalidade; possuem, evidentemente, um maior nível cultural.

No campo econômico dispõem de uma maior capacidade e seu PNB em conjunto é muitas vezes superior ao dos países do segmento Sul. Quanto à capacidade industrial — elemento primordial do poder, já que nenhuma nação pode

aspirar ao primeiro plano, sem ser também uma potência industrial de primeira ordem — o segmento Norte é o espaço industrializado da Terra em que se tem desenvolvido a maior e mais eficiente indústria pesada, aspecto indispensável do poder.

No que se refere ao fator histórico, sua localização na zona temperada do Hemisfério Norte influi notavelmente na orientação geral de sua atividade econômica, e tem grande significado no que diz respeito à sua vinculação política; dispõem, ainda, das mais férteis terras agrícolas do mundo.

O poder depende cada dia mais do controle sobre os recursos naturais e as matérias-primas, e as duas nações mais poderosas da Terra, a Rússia e os Estados Unidos, são muito ricas em matérias-primas e controlam o acesso às fontes de produção dos que deles desfrutam. A tecnologia e a ciência constituem hoje fatores importantes do poder. Elas colocam nas mãos das nações do segmento Norte os meios necessários para controlar o processo de desenvolvimento, para elevar seus níveis de vida, para fortalecer sua segurança. Mas igualmente lhes serve para "manter a dependência, o imperialismo e o neocolonialismo no segmento Sul".

Todos os países do segmento esférico norte têm uma característica comum — o desenvolvimento — e, portanto, forma o SEGMENTO DESENVOLVIDO da Terra, privilégio dos países ricos industrializados. Nele estão localizados o PRIMEIRO MUNDO, bloco capitalista dominado pelos Estados Unidos, e o SEGUNDO MUNDO, bloco constituído pela maioria dos países socialistas, dominado pela Rússia. Estima Mercado que, através da ideologia e da batalha tecnológica militar, estes mundos vão encontrando padrões de conduta similares e níveis de vida cada vez mais afastados dos povos da periferia: O TERCEIRO MUNDO.

O segmento esférico sul da Terra (cuja linha divisória do Segmento Norte é identificada por Mercado Jarrín com o Trópico de Câncer e não com a Linha Equatorial) se caracteriza, no que se refere ao poder, por elementos deficitários e carências em relação às suas necessidades, e que afetam a capacidade dos países desse segmento para fazer frente aos obstáculos que se opõem à consecução de seus objetivos.

Neste segmento sul se encontram os países pobres da Terra. A maioria da população vive em condições quase miseráveis e há pobreza crônica das massas, que não resultam em calamidade temporária ou passageirra. Os povos são pobres porque suas terras não se prestam ao desenvolvimento; mais da metade dos trabalhadores estão na agricultura e empregam métodos de produção obsoletos. As terras estão excessivamente povoadas em relação aos recursos disponíveis, à quantidade de terra arável e às matérias-primas industriais; a alimentação é inadequada, o analfabetismo é muito comum e o sistema social é estático e rígido.

Não obstante as considerações até agora expostas, Jarrín é de opinião que o segmento sul da terra é muito importante, pois no Terceiro Mundo estão duas terças partes da população, assim como grande parte dos recursos minerais e dos produtos tropicais.

A OPEP representa 55% da produção mundial e 90% das exportações mundiais de petróleo. Em bauxita, o Terceiro Mundo representa 71% da produção e 80% das exportações; em ferro, 55% da produção e 65% das exportações. Estas

grandes riquezas naturais, acha, provocarão com o tempo uma troca nas relações entre os países industrializados e os países em via de desenvolvimento, mas o que é ainda mais importante é que o "Terceiro Mundo começou a tomar em suas mãos o futuro equilíbrio do poder mundial".

Os povos situados no segmento esférico sul, pelo fato de possuirem proporcionalmente mais água do que terras, em relação ao Hemisfério Boreal, dispõe de maiores espaços marítimos que se abrem defronte das costas dos continentes meridionais, o que lhes oferece duas possibilidades para o futuro imediato: o controle sobre as grandes rotas marítimas, que sempre esteve e continua em mãos dos países do Hemisfério Norte, adquirindo atualmente maior transcendência para a comercialização mundial das matérias-primas em tempo de paz como para o abastecimento logístico em tempo de guerra; e a exploração das riquezas do mar, especialmente no que se refere aos chamados "nódulos polimetálicos". Um fato significativo a respeito é que uma porcentagem relativamente alta da produção petrolífera mundial provém da denominada Plataforma Continental, e se espera que essa porcentagem aumentará ainda mais dentro de poucos anos.

A grande maioria de países do segmento esférico sul tem duas características comuns: o subdesenvolvimento e a influência constante e variada do Oceano, constituindo a PERIFERIA SUBDESENVOLVIDA da Terra, base dos países pobres.

No caso da China Popular, que é constituída por grandes espaços continentais e marítimos, compartilha das vantagens de possuir elementos significativos similares aos que se encontram no segmento Norte, bem como das vulnerabilidades resultantes de algumas carências semelhantes às do segmento Sul. Seus grandes recursos humanos e naturais e o rápido desenvolvimento em que se encontra, lhe permitirão alcançar o mundo moderno da tecnologia e da indústria e converter-se em uma potência equivalente aos Estados Unidos e à Rússia.

Esta diferença de caráter estrutural e não ideológico está provocando, a nível mundial, um conflito Norte-Sul de natureza polivalente: política, econômica, social e estratégica, mas não militar. Não concorda em tratar de identificar, como muitos pretendem, dito conflito como uma divisão ideológica entre as sociedades capitalistas e aquelas que se opõem ao capitalismo liberal; estima, também, ser um erro supor que o conflito é unicamente econômico, já que é evidente que as atuais formas de cooperação econômica internacional se tornaram obsoletas para acelerar o crescimento dos países pobres. Afirma Mercado Jarrín que essa diferença é de caráter político, social e estratégico. Político porque sua solução requer orientações nesse campo, e não só de ordem econômica, pois "uma equitativa redistribuição da riqueza do mundo dependerá, nos próximos anos, da possibilidade de se alcançar o consenso político para realizar modificações profundas no âmbito da política internacional a nível mundial" o que permitirá um reajuste nas atuais estruturas e modelos de produção e consumo. É de caráter social, porque as demandas do Terceiro Mundo "têm por objeto a justiça internacional", isto é, a eqüidade na atribuição dos recursos globais e na distribuição da riqueza, pois o que se deseja é conseguir um bem estar universal equilibrado. É de caráter estratégico,

porque se terá que integrar habilmente os fatores humanos econômicos, físicos, políticos e diplomáticos dos países do segmento sul para "alcançar o objetivo proposto: uma Nova Ordem Econômica Internacional".

A Posição da América Latina — Sempre sob o mesmo contexto geográfico, Mercado, analisando particularmente a posição da América do Sul, a considera, do ponto de vista geopolítico, como parte do segmento Sul da Terra, ou seja, da periferia ou mundo subdesenvolvido. Afirma, ainda, que ela não dispõe dos elementos fundamentais que constituem o Poder das Nações, e um simples cômputo das armas, evidencia que se tem perdido influência no campo da estratégia militar. Mas, no mundo atual, a influência se deriva não só do poder, como também dos fatores econômicos, sociais, políticos, psicológicos e da habilidade para exercer certa influência na conduta de outros mundos.

A América Latina estruturalmente é parte do Terceiro Mundo, e, como tal, nas reivindicações de justiça internacional "sua voz deverá estar com as desses países e reagir persistentemente ante às pressões dominantes dos centros de poder mundial". Ao mesmo tempo pertence ao âmbito do Ocidente, está localizada na "esfera de influência" dos Estados Unidos e com este país faz parte do Sistema Interamericano.

Assim, a América Latina geopolítica e estrategicamente está situada numa posição dual: como parte do Terceiro Mundo e como componente do Sistema Interamericano, o que faz dela, no contexto internacional, uma realidade complexa, sujeita às influências naturais e submetida às leis que emanam desta dupla situação. Mas Mercado é claro ao dizer que isso não implica a "aceitação de uma ordem internacional injusta que as grandes potências pretendem perpetuar". Além das considerações de ordem geopolítica das relações que se derivam dos sistemas e das esferas de influência, as posições independentes "são o resultado da orientação vigente e da conjuntura interna em que vivem os países".

A América Latina é, sem dúvida, importantíssima já que a região tem um potencial maior de crescimento do que o resto das áreas subdesenvolvidas do segmento Sul, devido a seus recursos minerais, florestais, hídricos e energéticos. Sua população cresce rapidamente, hoje em cerca de 300 milhões, seu PNB ultrapassa os 220 mil milhões de dólares, havendo conseguido uma adequada proporção entre o espaço e a população (chamada de "massa crítica"), o que a torna capaz de um papel significativo no curso do desenvolvimento periférico. Além do mais, a cultura latino-americana, ao contrário da asiática e da africana do segmento Sul, desde suas origens, é ocidental. Sua posição dual a situa não só como protagonista principal do conflito Norte-Sul, senão contraditoriamente, como um elo entre o Terceiro Mundo e os mundos dominantes.

O Sistema Interamericano — No que se refere às relações dos Estados Americanos, há necessidade de se redefinirem conceitos de Segurança Coletiva, de Segurança e Defesa de todos os Estados-membros do Sistema Interamericano, que devem ser encaminhados no sentido de superar a dependência e rechaçar a dominação estrangeira. Dentro desta perspectiva, o grande foco das tensões se está transferindo para o âmbito das relações entre as grandes potências e os países do Terceiro Mundo, e, como vimos antes, o conflito entre o Leste e o Oeste transformou-se num

conflito Norte-Sul, entre o centro industrializado e a periferia dos países em desenvolvimento.

Considera o General Mercado que, nos anos vindouros, o principal interesse dos Estados Unidos deverá ser o desenvolvimento sócio-econômico dos países latino-americanos, porque é evidente que, na medida em que nos desenvolvamos, serão fortalecidas a paz e a segurança interamericanas, que "não poderão advir jamais da situação atual de injustiça social".

Expressa ele ainda que a ordem que defende um sistema de Segurança Coletiva é o status quo existente em um momento determinado. Assim, a segurança coletiva no Sistema Interamericano procura essencialmente a preservação daquele status quo, isto é, a defesa dos interesses da hegemonia continental, motivo de sua criação. A segurança para as nações insatisfeitas se configura agora através de um desenvolvimento autosustentado e de um novo conceito de segurança que faça frente à agressão econômica. Sob este contexto, considera que o TIAR carece atualmente de justificação para impor que América Latina se associe inflexivelmente a uma das grandes potências em virtude de uma hipotética ameaça extracontinental. Segundo ele, o TIAR está, pois, inserido no contexto de um sistema de alianças dos Estados Unidos com outras áreas do mundo: OTAN, SEATO, etc., e responde a situações que considera agora superadas.

Sob seu ponto de vista, o novo sistema de segurança coletiva tem que proporcionar proteção não só frente à agressão configurada pelo ataque armado, como também sobre outros quaisquer tipos. Os instrumentos que tornam possível uma Segurança Econômica Coletiva devem ser incluídos em um novo TIAR ou em novo convênio específico, que reduza seu âmbito de aplicação à agressão intercontinental transformando-o em tratado regional, e remetendo à Organização mundial — sem prejuízo das ações de urgência — o extracontinental; introduzir especificamente o conceito da agressão econômica nas mesmas bases do Sistema de Segurança Econômica Coletiva já mencionado, pois na próxima década ele estará submetido às pressões dominantes, provenientes dos seguintes fatos:

"(1) a nova estrutura estratégica de conflito a nível mundial;

(2) a intensificação da luta pelo equilíbrio estratégico entre as grandes potências;

(3) a revalorização das áreas estratégicas na América Latina;

(4) a influência do petróleo no mundo;

(5) a instabilidade política;

(6) a crescente importância dos recursos econômicos da América Latina."

Finalmente, quanto ao Atlântico Sul, manifesta seu repúdio a toda possibilidade de uma Aliança para formar a OTAS, já que considera não dever a América Latina comprometer-se no conflito Leste-Oeste, além de que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca dá ao Brasil "todas as possibilidades para sua defesa e coordenação se necessário".

O PERU E SUAS FRONTEIRAS

O General Carlos de Meira Mattos, em sua obra "Brasil Geopolítica e Destino", ao referir-se às fronteiras diz: "no estabelecimento dos limites entre os Estados sempre houve a preocupação de encontrar uma linha nítida" e que as chamadas fronteiras naturais são

sempre as mais desejadas ou procuradas, por oferecerem melhor aquela nitidez. A respeito, Mercado Jarrín concorda em que elas são as mais aptas e as que melhor se ajustam aos fins do Estado, "mas não coexistem com ele".

Entendemos que as fronteiras em expansão têm sido uma das constantes geopolíticas de todos os Estados, mas como por razões de espaço não era possível expandi-las, a tendência era, e continua sendo, a de organizar áreas de influência cada vez mais amplas. É fácil comprovar, através da história, que todos os Estados têm procurado estender sua base territorial ou de influência sempre que se lhes apresenta ocasião. Possivelmente isso possa ser justificável se tentarmos encontrar uma razão psicológica aparente, a qual poderia ser que a segurança aumenta quando aumenta o espaço que se domina.

Também hoje em dia, assistimos ao renascer dos movimentos regionalistas, apoiados agora não em bases territoriais, mas em bases sócio-econômicas e culturais, para lograr a expansão das fronteiras econômicas e uma nova ordem internacional justa.

A fronteira é, pois, uma zona de transição, uma faixa crítica de produção e vinculação, uma "isóbara política", como a definiu Mercado, que fixa por um certo tempo um equilíbrio de poder, uma área vital cujo cerceamento deixa o Estado sem poder de recuperação por muitas décadas.

Falando das fronteiras do Peru, Mercado Jarrín considera que elas são vastos espaços, quase desabitados, que "mostram as cicatrizes do despojo, provas eloqüentes do desarticulado crescimento do núcleo vital e da frágil coesão social interna... áreas carentes de solidez e dinamismo; no entanto, em seu conjunto, são detentoras de maior sensibilidade estratégica no continente.

Como sucede em quase todos os Estados Nacionais constituídos sobre as antigas delimitações administrativas espanholas, os linderis estabelecidos nos conclaves estratégicos europeus do século XIX correm por imensas extensões desérticas, montanhosas e selváticas, motivando muitos espaços afastados do núcleo principal e, portanto, da atenção e as preocupações da autoridade correspondente. A falta de dinamismo, comum a todas as periferias territoriais sul-americanas, particularmente às vinculadas à Amazônia, atinge também o território peruano.

Mercado Jarrín, que considera essa ausência de dinamismo muito mais grave para o Peru, pois, além de sua grande extensão e variado aspecto geográfico, só um pequeno trecho é fronteira morta e que não interessa do ponto de vista geopolítico, estabelece como características fundamentais das fronteiras peruanas as seguintes:

(a) São muitas, comparadas com as de outros países sul-americanos (cinco ao todo).

(b) São jovens, já que se fixaram no século XIX, com correções no princípio do século XX. Sua consolidação se realizou muito depois da maioria dos países da América do Sul (1929 e 1942).

(c) São desiguais, porque, enquanto com o Equador e a Bolívia são montanhosas e selváticas, com o Chile é em grande parte desértica, e com Colômbia e o Brasil se apresentam inteiramente selváticas e fluviais.

(d) São reguladas por tratados internacionais.

(e) Deixam fora do Peru grandes agrupações quichuas, que por sua origem, poderiam ficar dentro.

(f) São de grande sensibilidade estratégica, pelas riquezas naturais que se exploram na sua periferia e pela natureza competitiva dos recursos que encerra (cobre na fronteira com Chile e petróleo com o Equador).

(g) De pouco valor defensivo no corredor desértico da costa e no planalto do Altiplano.

(h) Unificadas, portanto, sem movimentos separatistas fronteiriços.

(i) Finalmente, foram mutiladas, ora pela ação de uma infausta guerra, ora por hábil diplomacia.

A fronteira e sua relação com Lima Metropolitana — Tem-se dito que o dinamismo de uma fronteira está em relação com suas características geográficas e a capacidade e potencialidade do núcleo vital, também chamado "coração terrestre" ou "heartland". Na sua análise a respeito, feita levando em consideração a faixa limítrofe e outros fatores de caráter geopolítico, Mercado opina que a fronteira mostra permanentemente a influência e a pressão interna do núcleo geopolítico principal, e mesmo dos outros núcleos. Esta influência depende "da capacidade e do poder do núcleo, e de sua distância à faixa fronteiriça". Neste contexto, os núcleos de Guayaquil e Quito, Bogotá—La Paz, Santa Cruz—Sucre—Cochabamba estão mas perto das fronteiras que da Lima Metropolitana. Por outro lado, os de Santiago, Rio de Janeiro—Belo Horizonte—São Paulo, estão mais afastados. Sabemos como o Brasil solucionou sua debilidade construindo Brasília: também, se recorrermos a dados estatísticos, atualizando o que o General Golbery do Couto e Silva representou na sua comparação dos centros de poder sul-americanos, podemos afirmar que a capacidade e a potencialidade da Lima Metropolitana é superior à dos outros núcleos dos Estados vizinhos, com exceção do Brasil.

A falta de consistência, de crescimento e força das fronteiras peruanas, a critério de Mercado, são provas da incapacidade do núcleo principal da Lima Metropolitana para "gerar um grau tal de energia que se projete sobre a periferia. Estima ele que, quanto maior a solidez e a coesão de Lima, quanto maior seu desenvolvimento, não em termos urbanísticos, senão espaciais projetando seus recursos ao resto do país e permitindo incrementar a produção agropecuária e industrial no resto do território, tanto maior será também a possibilidade da fronteira resistir às pressões externas. Considera ainda, que a influência separatista que os Andes exercem em relação aos núcleos principais da sub-região e suas fronteiras é muito maior em Lima que em Quito, Bogotá ou La Paz, devido à sua localização excêntrica e à maior diferença de altitude e extensão da Cordilheira em território peruano. Os Andes contribuem para diminuir a influência da Lima Metropolitana sobre a fronteira Amazônica.

As pontas de penetração — Ao longo de sua história republicana, o Peru admitiu, como dissemos antes, certas mutilações em todas as suas grandes pontas de penetração, ou melhor dizendo e utilizando a nomenclatura de Meira Mattos, em suas fronteiras angulosas. Assim, como conseqüência da ação diplomática ou militar dos países limítrofes, perdeu vastas áreas no rio Yapeyú e no Amazonas para a Colômbia e o Brasil, no rio Acre e Purus para o Brasil e os territórios de Arica e Tarapacá para o Chile.

Existiram, como fundamento para tal fim, razões econômicas como cobiça pe-

los recursos naturais das zonas disputadas; o guano e o nitro, a goma ou a borracha, foram, entre outras, as causas que conduziram a essas mutilações. Mercado Jarrín, no entanto, considera que a principal razão foi que, na Amazônia, salvo em Letícia, todos os territórios careciam de ocupação efetiva pela população peruana, além de que neles não se realizava uma exploração econômica suficientemente estável e integrada ao resto do país.

Vemos, assim, que, do cerceamento operado nos espaços peruanos, resultou a lei que, como numerosos casos históricos, os estudiosos denominaram teoria de tendência das fronteiras angulosas ou "pontas de penetração", exemplificada claramente por Meira Mattos, e que podemos expressar como "quando uma ponta se forma em uma fronteira e penetra em um território qualquer, esta tende a estender-se se o seu dinamismo for superior ao do meio circundante, ou é absorvida por este meio em caso contrário".

As fronteiras — Em continuação, tentaremos fazer um resumo do que Mercado Jarrín considera de importância no desenvolvimento histórico e geopolítico das fronteiras do Peru com seus vizinhos.

EQUADOR — A zona fronteiriça de Tumbes, o departamento mais ao norte peruano é uma cunha que se introduz num território "cujo potencial econômico na Província do Ouro é muito maior". A força centrífuga que gera a cidade de Tumbes vem diminuindo e a influência cultural e econômica equatoriana se acentua. Esse fato é facilmente comprovável uma vez observado que, se em 1940 a cidade equatoriana de Machala, capital da Província do Ouro, tinha a metade da população de Tumbes, hoje é duas vezes maior. No entanto, no setor de Piura a potencialidade peruana é superior à que se pode desenvolver em Loja; inclusive em certa época a moeda peruana circulava nessa cidade equatoriana com grande afluência.

No entender de Mercado Jarrín, a exploração das zonas petrolíferas do Tigre e Pastaza oferece a oportunidade para criar um polo de desenvolvimento entre Iquitos e a fronteira com o Equador que "irradie influência sobre ela por sua atividade e menor distância, e impulsione nessa direção a onda colonizadora e a integre à vida econômica do resto do país". Assinala, ainda, a situação dependente que o Equador tem em relação à Amazônia, já que seu acesso à navegação ali e através dos rios peruanos, o que requer necessariamente um entendimento satisfatório com o Peru, tendo em conta que o direito da livre navegação por um rio só pode ser outorgado pelo país ribeirinho que exerce plena soberania sobre o curso navegável

COLÔMBIA — O Trapézio Amazônico, sob o ponto de vista do subcontinente, é uma "ponta de penetração" que avança até o sul, onde a cidade de Letícia, com aproximadamente 23.000 habitantes, é o centro de convergência de peruanos, brasileiros e colombianos, constituindo uma situação peculiar em toda a bacia Amazônica.

Opina ele que nesse ponto convergente há um denominador comum, a "escassez de povoação, pobreza, expectativas e esperanças", constituindo a parte colombiana de Putumayo um exemplo disso. Deixa assim entrever que o dinamismo conjunto, político e econômico da Colômbia e do Brasil e a ausência peruana "ameaçam sua absorção".

BRASIL – A fronteira brasileiro-peruna tem-se mantido firme ao longo da linha do Javari, desde o século XIX. O tratado assinado por ambos os países em 1851 estipulava que todas as questões territoriais seriam resolvidas com base no "uti possidetis de facto".

É indubitável que o Brasil tem entre suas constantes geopolíticas a de projetar-se até o Pacífico, buscando seu acesso através de seus sistemas de interconexão com os dos países vizinhos, o que não deve chamar a atenção se se tem em conta a realidade de sua condição de primeira potência do subcontinente e sua emergência como potência mundial dentro de poucos anos; logicamente sua comunicação com o "mar do sul" afiançará sua condição como tal. A respeito, Mercado diz que "o desenvolvimento da Amazônia permitirá no Brasil irradiar influência e levar sua marcha até o Oeste, até o Peru, considerado o melhor caminho entre o Atlântico e o Pacífico".

Em geral, ele considera que a fronteira com o Brasil, de difícil acesso, apresenta crescentes depressões negativas para o Peru. Acha fundamental ser preciso uma geoestratégica de fronteiras que retifique a falta de ocupação populacional causadora desta situação e que impulsione aos espaços marginais ou periféricos. Para isso estima que um adequado sistema de comunicações, que inclua a conexão ao sistema rodoviário do Brasil, deve fazer parte dessa estratégia.

Acha ainda que um maior número de rotas que alcancem a fronteira da Amazônia proporcionará maior contato com o Brasil, porém ao mesmo tempo, menor segurança defensiva para o Peru. Este dilema é de grande atualidade, e somente uma superficial visão política manterá a atual situação do sistema de transporte peruano com o Brasil, por ser este uma realidade em vésperas de compartilhar as responsabilidades da liderança mundial e cuja vizinhança logicamente não pode ignorar.

Achamos que se deve distinguir o que é duradouro em nossas relações e o que é passageiro. Neste caso, duradouro é nossa vizinhança, ao longo da fronteira mais extensa do Peru, com um país que será potência mundial no ano 2000. As rotas até a fronteira não só se traduzirão em benefício econômico, político e social para a nação, senão numa forma de unidade e de integração do território que poria fim a um esquema geopolítico espontâneo e regressivo.

A Declaração conjunta Peru–Brasil assinada na ocasião da visita do presidente do Peru, General Francisco Morales-Bermúdez Cerruti ao Brasil em outubro de 1979 se encarrega de confirmar nossa apreciação.

EQUADOR – A Bacia do lago Titicaca, cujas águas constituem um condomínio, é o ponto mais conspícuo na fronteira, e une ambos países. Segundo recentes estudos técnicos, suas águas não podem ser aproveitadas para irrigação ou produção de energia, devido ao fato de que o intercâmbio de águas é insuficiente. A respeito, Mercado considera que, dada essa situação, resta a possibilidade de vitalizar reciprocamente a fronteira do Altiplano e incrementar a densidade geopolítica mediante a utilização de suas águas, sem prejudicar a ecologia.

A fronteira do Suleste, que é acessível, "apresenta uma relação de pressões positiva". No entanto, a grande densidade demográfica do Departamento de Puno tem originado uma corrente migratória até os centros urbanos e industriais da zona e da costa, produzindo a subo-

cupação, desocupação, e o que é mais grave, "um paulatino esvaziamento das até hoje verdadeiras fronteiras humanas do Peru".

Ao norte do lago, a zona boliviana das fronteiras está intimamente ligada à vida econômica da região peruana, de cujo intercâmbio comercial e produção alimentícia depende em grande medida. Ao sul, a fronteira é mais aberta, e as relações econômicas com a Bolívia diminuem à medida que se afastam do rio Desaguadero para receber a influência que gera o tráfego entre Arica e La Paz. A respeito, Mercado argumenta com a necessidade de vincular a fronteira com a costa, mediante a construção da estrada internacional que ligue Ilo—Desaguadero—La Paz, a fim de criar um grande dinamismo econômico na zona "e dar solidez à fronteira em uma direção de grande valor estratégico favorável à penetração externa".

Tendo em vista a "hipoteca histórica" que se tentou fazer pesar sobre o Peru, acerca da responsabilidade de que a Bolívia não recuperaria o mar territorial que reclama, e lhe corresponde, por culpa exclusivamente peruana, já que o Chile estaria "disposto" a dar-lhe a saída que lhe fora negada, e paralelamente à inevitável reorientação do tráfego comercial boliviano em conseqüência da nova situação geopolítica da Bolívia, ele é de opinião que o Peru deve recuperar as vantagens que sua posição geopolítica lhe outorgam mediante uma adequada infra-estrutura portuária em seus principais portos do sul.

Finalmente, Jarrín estima que o Peru deve dar à Bolívia seu mais decidido apoio especialmente no marco do Pacto Andino, não só para que obtenha adequado proveito na integração e evitar seu afastamento, mas também porque "é o mercado natural peruano e seu espaço está aberto, em melhores condições que para os países do Cone Sul, à ação dos núcleos de coesão peruanos" devido não só aos fatores geográficos, senão também aos vínculos étnicos, culturais, econômicos, políticos e estratégicos.

CHILE — Considerada essa fronteira como de fácil acesso, a maioria dos internacionalistas e geopolíticos lhe dedicam especial atenção, o que é lógico compreender, tendo em vista as funestas conseqüências do seu esquecimento no ano de 1879.

Atualmente, o desenvolvimento induzido de Arica e Iquigue e as novas condições que se vem criando como conseqüência de haver-se declarado zona franca esta região fronteiriça tem "quase revertido a situação de pressão positiva que exercia Tacna desde sua entrega em 1929" até aproximadamente o ano de 1958. Como exemplo dessa afirmação, em 1929 a população de Tacna era o dobro da de Arica, embora hoje a de Arica seja quase três vezes maior.

Nas suas considerações a respeito, o General Mercado expressa a necessidade de desenvolver Tacna, já que nossa fronteira, altamente sensível, e de uma realidade social de intercomunicação recíproca devido a sua intensa vinculação sócio-econômica, resultante de um conjunto de acordos de caráter complementar com relação ao tratado de 1929, "deve recuperar seu dinamismo econômico superior ao espaço vizinho". Acrescenta ainda que se não forem tomadas a tempo medidas corretivas necessárias, o que está sendo feito, se permitirá o recuo de nossa fronteira até Arequipa.

O ACESSO À REGIONALIZAÇÃO DO PAÍS

Quando daqui em diante se mencionarem as regiões do Peru, não se incluem mais como até agora, a costa, a serra e a selva. Para a nova Constituição peruana, "as regiões" não são essas zonas geográficas. São novas circunscrições políticas que podem modificar radicalmente o regime interior da República. A inovação tem tido intenção saudável: promover a descentralização e deter o crescimento macrocefálico de Lima que, diga-se de passagem, não é fenômeno particular do Peru, mas uma tendência universal da qual não se livra nenhum país.

Esta realidade, sem dúvida alguma, tem que atribuir-se ao General Mercado Jarrín, que, na busca de um sistema eficiente para o desenvolvimento do país e, através de uma metodologia de análise e síntese geopolítica, propôs várias alternativas para a sua regionalização, baseados nas regiões de maior densidade e áreas geopolíticas. Assim, se configura seu longo sonho, desde que sua voz geopolítica se fez ouvir no âmbito nacional, procurando resolver o velho problema de centralização, facilitando assim, o desenvolvimento social e econômico mais equilibrado e impedindo que perdurem os graves problemas que por décadas vêm afetando as províncias, evitando desse modo o esvaziamento do interior, a falta de ocupação da Amazônia e o mau aproveitamento dos recursos naturais daquelas zonas atrasadas.

A sua inquietação quanto às suas teorias e as posteriores sugestões de alternativas para a regionalização são conseqüências da atual configuração geoeconômica e social, além de que a localização espontânea da população no território peruano vêm gerando espaços de diferentes e variadas hierarquias e significações geopolíticas, sem que se chegue a um verdadeiro sistema ou esquema geopolítico nacional.

Para melhor entender tal situação é necessário ter presente o que foi visto no início deste trabalho, quando tratava-se do desenvolvimento da geopolítica no transcurso da história do Peru e o que fica claro é que, como a maioria dos países da América Latina, a estabilidade da população e o posterior desenvolvimento dos núcleos principais ou de coesão, deveram-se principalmente aos descobridores.

Considera Mercado Jarrín que atualmente, no espaço territorial peruano se pode verificar até cinco diferentes núcleos de coesão, os quais variam de tamanho, composição e hierarquia, e "cujas fronteiras econômicas determinam a delimitação objetiva das áreas geopolíticas peruanas", e as coloca como bases fundamentais para o estabelecimento de sua teoria regionalista, que, como foi dito acima, é quase um fato, cabendo agora ao Congresso peruano a decisão final sobre a alternativa a escolher.

É consenso público que a atual demarcação política do Peru, em seus 23 departamentos, com suas respectivas províncias e distritos, tem contribuído grandemente para gerar o incômodo centralismo, além de não concordar com as diferentes setorizações da administração. Por isso, considera Mercado que a medida fundamental da estratégia corretora é a regionalização do país, ou seja, sua delimitação territorial com base primária nos núcleos de coesão e suas áreas de influência

Sob esta premissa propõe três alternativas: uma considerando cinco regiões

e outras duas com seis cada uma, todas elas baseadas, como foi dito, nas áreas geopolíticas e nos núcleos de coesão, os quais são os seguintes:

– A área geopolítica de Manobra Centro-Oriental, localizada na linha média do Peru e que contém "o núcleo geo-histórico, geoeconômico e geoestratégico principal: Lima Metropolitana", e cujo raio de ação se estenderá no sentido oeste-leste, principalmente a fim de prolongar a fronteira econômica e permitindo a articulação com a Amazônia.

– A área geopolítica Norte, que envolve o núcleo geoeconômico integrado pelas cidades de Chimbote, Trujillo e Chiclayo, considerado como a zona metropolitana de segunda ordem no ano 2000. Estima Mercado que na sua zona fronteiriça, "requer um grande dinamismo, especialmente se se tem em conta o desenvolvimento de Guayaquil, no Equador, e a falta de demarcação na zona da Cordilheira do Condor".

– A área geopolítica sul-oriental, que contém como núcleo o milenário Cuzco, centro geopolítico e geoestratégico do Tahuantinsuyo, que abraça, total ou parcialmente os departamentos de Madre de Dios, Ayacucho e Arequipa, e que contém "a rota mais viável do território peruano para a projeção transcontinental com o Brasil".

– A área geopolítica Sul, centralizada em Arequipa, a segunda cidade peruana, teria como área de sumo interesse a Bacia do Lago Titicaca e as fronteiras com a Bolívia e o Chile, pelo que seu desenvolvimento é tarefa de alta prioridade.

– A área geopolítica da Amazônia, que tem o seu pivô na cidade de Iquitos e cuja fronteira econômica alcança as fronteiras com o Equador, Colômbia e Brasil. A fim de contrabalançar a "pressão demográfica e econômica do Brasil", intensificada pela influência da estrada transamazônica, acha vital incentivar o desenvolvimento das cidades de Iquitos e Pucallpa, o que impulsionará a onda colonizadora até a fronteira.

No processo da "regionalização" do Peru, a nova Constituição eliminou qualquer referência ao atual regime interior da República, dividida em departamentos, províncias e distritos. As primeiras só as menciona como algo temporário e até que se organizem as regiões. Parecerá pois, que a boa intenção descentralizadora se orienta, paradoxalmente, até a concentração em unidades,[1] uma espécie de ressurreição das Intendências do Vice-reino. Como alguns calculam, isto pode gerar rivalidades regionalistas, sobretudo no momento de eleger a capital para cada região.

Mas, o que é mais importante, não obstante as disposições que se adotem para regular o avanço do processo da regionalização, é que isso pode desembocar, como diz Andrés Aramburu Menchaca, num "funesto federalismo", no sentido de que a federação "serve para unir o desunido, o que não é o caso do nosso país, histórica e constitucionalmente unitário".

O PERU FRENTE AOS PACTOS AMAZÔNICO E ANDINO

Tratado de Cooperação Amazônica – Até menos de um século, a bacia amazônica era uma região praticamente desconhecida. Dentro do processo de expansão e busca de novas fontes de riqueza pelos países industrializados da Europa,

1) Mercado Jarrín acha que Loreto, departamento da Amazônia que tem 308.000 km² deve ser dividido, criando-se dois novos departamentos.

o descobrimento da região do Amazonas e a conseqüente exploração de suas riquezas estiveram unidos no descobrimento e exploração da borracha no final do século passado. Até então, só aventureiros ou missionários haviam penetrado no que não há muito tempo se conhecia como "o inferno verde".

Hoje a realidade amazônica é outra; com a penetração dos primeiros seringueiros e colonos, a Amazônia deixou de ser progressivamente a região perigosa de antanho. No entanto, o perigo não era a região, pois o fenômeno se inverteu: à medida que o colono foi penetrando, o que se tornou perigoso foi ele e não o meio, a selva. Precisamente por isso, e depois da experiência que a Amazônia vem sofrendo nos últimos tempos, impõem-se hoje, soluções que só podem ser alcançadas com a cooperação de todos os países da área.

A incrível extensão da hiléa amazônica (o maior pulmão natural do planeta) faz com que, segundo alguns científicos, seja ela a maior reserva de oxigênio com que no momento conta a humanidade. De sua preservação, portanto, dependerá, por completo, não sofrer a vida no planeta maiores danos. Se irresponsavelmente se deteriorar o meio ambiente da Amazônia, não só se contribuirá com isso para liquidar um habitat importante onde moram e se desenvolvem diversas formas de vida, senão também que sua liquidação afetará, de forma considerável, todo o planeta e, em conseqüência, se comprometeria a vida na terra e, obviamente, a vida humana.

Com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônico, a Amazônia começa a ser tratada com cuidado, isto é, com cuidado que merece. Nesse sentido, Mercado Jarrín, que o define como de "cooperação mais do que de integração, para um melhor enriquecimento da Bacia", se declara partidário da participação do Peru, mas acha que, para a sua perfeita execução e atingimento dos objetivos, têm que ser considerados alguns aspectos fundamentais, entre os quais destaca:

a) A conveniência de que os países membros do Pacto Andino tomem, frente ao Brasil, uma posição comum e conjunta ante as tratativas do Pacto.

b) A preocupação referente ao papel das companhias transnacionais, em razão de que o tratado não as tomou em consideração.

Na sua análise sob as perspectivas de tratado de Cooperação Amazônico, no entanto, que para alguns é um convênio que, tendo em conta a grande importância de sua "massa crítica", beneficiaria preferentemente o Brasil, e, para outros, é simplesmente uma "legalização do expansionismo", Jarrín considera-o como um avanço "no processo de auto afirmação da região", ao mesmo tempo que é um passo a mais dentro dos movimentos de integração econômica.

Com relação à aparente flexibilidade com que fora redigido o Tratado "ante a desconfiança de que o Brasil pretenda extender sua influência por esse caminho", caberia mencionar a opinião de José de la Puente Radbill, o chanceler peruano na ocasião da assinatura do Tratado, que diz que ele "não favorece de forma alguma ao Brasil, nem prejudica os interesses do Peru".

Ainda mais, Mercado é claro ao afirmar que "os problemas de vizinhança econômicos, sociológicos e conseqüentemente políticos... não devem erigir-se em obstáculos à necessidade de intensificar nossas relações com o Brasil, cujas condições de crescimento não são suscetíveis de modificar-se", além de estabe-

lecer que "a colaboração brasileira será cada dia mais necessária, e devemos saber encontrar desde logo novas fórmulas de entendimento e cooperação".

No que respeita à sua preocupação com a atuação que poderiam desenvolver as companhias transnacionais na Amazônia, embora o Tratado não as tenha tomado em consideração, indica que, da forma como ele foi aprovado, poderia ser orientado para permitir uma intervenção.

Indubitavelmente, a atual ordem econômica do mundo, agravada pelas crises geradas pela "explosão" dos preços do petróleo, poderá debilitar o sentido nacionalista com que o Tratado foi subscrito de maneira a facilitar, de alguma forma, a livre ou incontrolada depredação da Amazônia pelos interesses das companhias transnacionais que nela atuam. A respeito, Mercado Jarrín cita como exemplos os casos da Companhia VOLKSWAGEN, que inverteu no Brasil 80 milhões de marcos para a aquisição de uma propriedade rural na qual se destina 69.000 hectares, com o objetivo de formar pastagens e manter um rebanho estabilizado em torno de 110.000 cabeças de gado, a fim de exportar carne para os Estados Unidos e Alemanha na presente década; há ainda o caso do projeto "JARI", promovido pelo milionário americano Daniel Ludwig.

Com relação a situação mencionada inicialmente, relativa às teorias que postulam a Amazônia como reserva internacional no caso de uma conflagração nuclear, já que ela seria uma das poucas áreas no planeta isenta de contaminação atômica, afirma ele que deve ser explorada só por seus habitantes, na forma que mais convenha aos interesses dos países assinantes.

Logo após a concretização do Tratado de Cooperação Amazônico, Mercado Jarrín teceu algumas considerações sobre as possíveis repercussões que ele traria no âmbito da América do Sul, as quais podem condensar-se principalmente nas seguintes:

(a) Poderá exigir a reformulação da concepção político-estratégica da Argentina, o que a levaria a se acercar do Brasil, dar uma maior importância a sua posição no Cone Sul e ao mesmo tempo procurar fortalecer sua aproximação à Bacia do Pacífico, preferentemente com a Bolívia e Peru.

As visitas recíprocas dos presidentes do Brasil e da Argentina, e a do General Videla ao Peru, e o imediato reconhecimento do novo Governo Militar da Bolívia, pela Argentina, parecem confirmar esta apreciação.

(b) Motivará que o Chile reconsidere sua posição com relação ao Pacto Andino e procure seu retorno a médio prazo, ao mesmo tempo que oriente seu esforço diplomáico para vitalizar seu alinhamento com o Brasil. Também neste passo concretizou-se a visita do Presidente João Batista Figueiredo ao Chile, após seu longo isolamento, na busca de dar uma melhor imagem internacional do Chefe do Governo Chileno, cujo prestígio chegara a um baixo nível, além dos casos Letelier e dos Direitos Humanos, com a fracassada viagem a Filipinas por decisão unilateral de Manila.

(c) Enquadra-se com os interesses geopolíticos do Brasil que tende a afirmar-se como país chave na região, ao mesmo tempo que satisfazem as necessidades atuais, porque não dizer prioritários, da política externa brasileira, tais como garantir o abastecimento de petróleo e a possibilidade de concertar em

melhores condições, um novo tipo de relações com o Pacto Andino.

Os atuais acontecimentos motivados pela guerra Irã-Iraque, se encarregam de confirmar isso, com o aumento dos níveis de exportação de petróleo ao Brasil pela Venzuela e pelo Equador.

O Pacto Andino — Entendemos, como preconiza Luis Barandiaran Pagador, que o Pacto Andino não é mais do que uma confirmação da constante histórica de seus países-membros para integrarem-se entre si. Já desde a época pré-andina com o Tiahuanaco entre a Bolívia e o Peru, e o Tahucantinsuyo que abarca tudo o que é hoje o Pacto Andino, com exceção da Venezuela, passando pela época dos Vice-reinos, tem havido uma busca permanente de integração que se repete com Bolívar e se concretizou, finalmente, no Grupo Andino.

Mercado Jarrín, na sua condição de chanceler do Peru durante o Governo Militar 1968-1980 foi seu mais entusiasta empreendedor e, como ele mesmo diz, "seu gestor", tendo como razões geopolíticas que o levaram a ser seu principal protagonista "a localização central do Peru, já que dessa maneira retornava à sua posição do Incanato e da Colônia".

A participação do Peru no processo de integração do Pacto é de alta rentabilidade e só no período 1974-1979 a balança comercial com o Grupo Andino teve um saldo positivo da ordem de 120 milhões de dólares. Além de ser um instrumento econômico com traços ideológicos de caráter nacionalista que se revelam quando se presta atenção a algumas normas que regem, de forma relativamente rígida, os investimentos estrangeiros na área do Pacto, Mercado Jarrín também o considera um instrumento político, que deve estar aberto à cooperação com a Argentina e o Brasil.

Aqueles traços políticos que ele menciona podem ser verificados na eficaz gestão dos chanceleres andinos na crise da Nicarágua, na assinatura dos Tratados do Canal de Panamá, na atuação na Conferência de Não-Alinhados de Havana, sua contribuição na situação boliviana, que obrigara o fracasso do golpe militar do Coronel Natush Bush e na sua posição frente ao recente golpe na mesma República.

No que respeita à ampliação das relações com a Argentina, basta observar que a totalidade do comércio Andino-Argentino evoluiu favoravelmente, tendo sido incrementado de 171 milhões de dólares em 1969 a mais de 760 em 1978. Por outro lado, recentemente, por ocasião da visita do Presidente do Peru ao Brasil, em outubro de 1979, estando este investido da representação dos Chefes de Estado dos países do Grupo Andino, foi assinada a denominada "Ata de Brasília", que assenta as bases para a vinculação entrea constituição do Grupo Andino e a ativa participação do Brasil no processo até ser conseguida a unidade latino-americana, e ainda um convite para que os membros da Junta do Acordo de Cartagena visitem o Brasil.

CONCLUSÕES

Até hoje não se concluiu se a Geopolítica é ou não *ciência*, pois se alguns assim a consideram, outros lhe negam tal caráter, afirmando não ser ela mais do que uma deformação da geografia com propósitos políticos ou de uma falsa ciência desenvolvida pelos alemães antes da II Guerra Mundial, a fim de justificar sua política imperialista e sua ânsia de domínio mundial. Outros, ainda,

não admitem a sua existência nem a influência dos geopolíticos, já que acham que a eles se deve a desunião dos povos, especialmente na América Latina, onde impedem sua real integração.

No entanto, na atualidade as grandes potências, democráticas ou não, e a maioria dos Estados julgam conveniente recorrer à Geopolítica para estabelecer rumos necessários ao aspecto político do Estado para a construção de seu futuro sobre sólidas bases. De tudo isso, achamos que, na pior das hipóteses embora existam motivos que orientem os países no sentido de tornar suas decisões políticas, internas ou externas, por certo tipo de *razões geopolíticas*, os Estados têm a obrigação de estudar essas razões e determinar os objetivos políticos que devem alcançar, ainda mais quando existem pensamentos inaceitáveis como o de Augusto Pinochet Ugarte, que considera que o Estado "requer na sua composição uma constituição semelhante a uma ameba, ou seja, que as fronteiras não ficam nem ficarão nunca estáveis, pois crescem alimentando-se dos vizinhos

Concordamos, também com o General Meira Mattos, quando diz que prefere ficar com as idéias de Arnold Toynbee, que aceita a geopolítica só como "conselheira, indicadora de soluções, mas coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites"

Da gama de pensadores peruanos, cuja atuação tivemos oportunidade de observar brevemente através da história peruana, um dos que mais destaque tem tido, a partir da década dos anos 70, é Edgardo Mercado Jarrín, não só pela sua posição política durante o governo militar dos anos 1968-1980, senão por suas diferentes concepções de evidente realidade, sedimentadas, como diz, no pensamento daquele brilhante militar, o Marechal Ramón Castilla.

Baseados na sua concepção do mundo atual, verificamos a validade da existência do conflito norte-sul e da transcendental atuação que lhe caberá assumir à América Latina na sua posição dual, isto é, como membro do Terceiro Mundo e do Sistema Interamericano, simultaneamente.

Mas, para poder enfrentar esse reto, é preciso que ela se unifique e se integre efetivamente, para fazer sentir sua presença de forma monolítica. No entanto, entendemos que a integração é um conceito político e ao mesmo tempo técnico, e seus mecanismos são altamente complexos. Poderia dizer-se, ainda, que observamos certa falta de vontade política para eliminar os obstáculos, e demonstrar que com solidariedade regional o desenvolvimento e a segurança através da integração são possíveis.

É por isso que, com satisfação, reconhecemos a atuação de Mercado Jarrín que, no âmbito da integração sub-regional, se constitui no artífice principal do que agora é o Pacto Andino, logrando ainda para o Peru a sede da Junta do Acordo. Ao longo de sua gestão como chanceler, deu significativos passos para fortalecer as relações e a ação coordenada de todos os países da América Latina.

Finalmente, achamos que obras como a de Mercado Jarrín são imprescindíveis para retomar o fio condutor do pensamento geopolítico peruano na reafirmação do nosso destino histórico, cujos antecedentes estão nos extensos Caminhos do Inca, traçados com perspicaz visão geoestratégica; na grande cidade indígena do Império Incaico, assentada com claro sentido de afirmação geopolítica e substituída posteriormente pela cidade porto dos conquistadores;

PETRÓLEO & ÁLCOOL

João Baptista Peixoto

Na grande conflagração que abalou o mundo durante seis anos, de setembro de 1939 a maio de 1945, o petróleo foi um dos fatores de maior influência no desfecho de todas as batalhas terrestres, aéreas e navais, travadas nos extensos teatros de operações em que se desenrolou a guerra.

Depois do gigantesco conflito, o aceleramento da expansão industrial fez crescer a fome de energia no mundo inteiro, e desde então o petróleo passou a ser uma das principais forças propulsoras do progresso em todas as regiões.

A produção mundial de óleo acompanhou o ritmo da demanda, chegando até a haver superprodução no ano de 1959.

Consolidou-se, assim, um padrão de consumo de energia com base no petróleo, que veio sofrer forte embargo no final de 1973, quando seus maiores exportadores decidiram em conjunto, quadruplicar o preço do produto.

Como havia de ser, este evento afetou profundamente o processo de evolução da economia internacional, iniciada na década de 60, quando nações desenvolvidas e em desenvolvimento, atravessavam um campo adequado para vigoroso crescimento sob o impulso de deslumbrantes conquistas da ciência e da tecnologia. As conseqüências foram imediatas, atingindo países industrializados e todas as nações que não possuiam jazidas petrolíferas, lançando muitas delas em difícil crise econômica.

O BRASIL vinha realizando um extraordinário esforço para sair do estado de subdesenvolvimento em que estivera durante anos, quando ocorreu a alta majoração de preço do "ouro negro". Entre 1968 e 1973, houve uma série de fatores que permitiram a expansão brasileira a taxas excepcionais, mas a partir de 1974, a reviravolta mundial nos obrigou a uma nova fase de adaptação.

No ano de 1960, a Petrobrás apresentara excelentes índices em todos os setores: pesquisa, produção, refino e transporte. A produção média chegou a ultrapassar 100 mil barris por dia, e as reservas de óleo eram estimadas em 620 milhões de barris.

A atividade de pesquisa cresceu muito depois da Revolução de 1964 e a produção chegou a 160 mil barris por dia. Apesar do grande empenho pela descoberta de novas fontes, inclusive na plataforma continental, a produção nacional até hoje não foi além de 20% do consumo.

Antes do preço do petróleo ser aumentado de US$ 2,7 para US$ 11,6, em dezembro de 1973, a despesa com sua aquisição e transporte era compatível com os resultados da refinação e da venda dos subprodutos.

No ano de 1973, com nossa produção média limitada a 170 mil barris por dia, e o consumo de 750 mil barris, gastamos US$ 680 milhões na compra de óleo.

Em 1977, a produção nacional sofreu uma queda de 3,4% em relação ao ano anterior, e no ano de 1978, registrou novo declínio (de 0,2%), voltando a ser inferior a que era no ano de 1973, enquanto o consumo atingia a 1 milhão e 100 mil barris por dia, obrigando-nos a importar cerca de 83% de nossas necessidades.

No ano de 1978, gastamos US$ 4,2 bilhões com a compra de petróleo, no ano de 1979, a despesa com sua importação alcançou a US$ 6,4 bilhões.

Em maio de 1979, o preço do petróleo estabelecido pela OPEP era de US$ 14,54 por barril, e o dólar custava então Cr$ 27,70. Com a aplicação de taxas adicionais, o barril de petróleo passou a custar US$ 17,20, e no começo de 1980, já estava sendo vendido por US$ 23,50.

Nossa despesa com a importação do petróleo em 1980 atingiu a cerca de US$ 10 bilhões.

Em junho de 1980, os membros da OPEP, reunidos em Argel, decidiram lançar novo desafio aos países consumidores, estabelecendo o preço de referência do petróleo em US$ 32,00 a partir de 1 de julho, preço este que no 1.º semestre do ano já havia atingido a US$ 28,00 por barril, incluindo a taxa adicional. Nessa ocasião, o dólar já estava também custando mais de cinqüenta cruzeiros.

A relação entre as importações de petróleo e o total das exportações brasileiras vem assim se modificando muito rapidamente nos últimos anos. Em 1973, as importações de petróleo representavam, em valor 12,41% das exportações. Em 1979, já correspondiam a 43,9%, e em 1981 poderão ultrapassar a casa dos 50%.

Tendo de importar 940 mil barris por dia, a despesa diária do país com a compra deste produto poderá ser de US$ 26 milhões, aproximadamente.

Subsistindo a grande disparidade entre a produção e o consumo, que nos obriga a uma crescente despesa e inconveniente dependência, torna-se imperativo a adequação de nossa política de combustível às contingências de mercado mundial e às peculiaridades do quadro nacional.

A conscientização da necessidade de se preservar os recursos energéticos não renováveis e em vias de escassez, torna provável o controle cada vez mais rigoroso dos níveis de produção, com implicações diretas nos preços, ficando evidente não ser aconselhado aos países importadores de petróleo, programarem

seu desenvolvimento à base de um combustível que se tornou caro e de disponibilidade duvidosa.

A alternativa mais indicada que se nos apresentava nestas condições, era portanto o recurso à produção de álcool em larga escala, através da ampliação do cultivo de cana em extensas áreas disponíveis nas cinco regiões do País.

A cana é uma planta que produz cerca de 5 vezes em 5 anos (de 11 em 11 meses).

Este recurso não só evitaria a queima de dólares como viria nos libertar de uma incômoda dependência. Por outro lado, viria também, proporcionar a elevação do padrão de vida de grandes contingentes rurais, reduzindo assim o fluxo demográfico para os grandes centros urbanos.

Para em 1985 conseguir-se a substituição total da gasolina e do óleo diesel pelo álcool, bastaria ao país cultivar cana em apenas 2% de seu território, sendo certo de que a área cultivada haveria de crescer e regionalizar-se além de obter maior produtividade.

O uso generalizado do álcool como combustível, em todas as regiões do país, notadamente no Nordeste e nas extensas regiões do Norte e Centro-Oeste, beneficiaria largamente a todos.

Como a indústria nacional já está plenamente capacitada para construção de destilarias, não só a agricultura e a pecuária seriam beneficiadas, mas também muitos estabelecimentos fabris e comerciais.

Durante a 2.ª Guerra Mundial, quando ficamos privados do fornecimento de gasolina, em todo o Nordeste, o combustível usado nos veículos era o álcool. Naquela Região, o Exército usava "Usga" (sigla do álcool produzido pela Usina Serra Grande de Alagoas) em automóveis e caminhões, com motores sumariamente adaptados. A gasolina só era utilizada pela aviação civil e comercial.

Atualmente não existe nenhum impedimento técnico quer para o uso de álcool misturado à gasolina, quer para substituição total da gasolina pelo álcool, depois de adaptações nos motores.

Cerca de 800 mil veículos já estão circulando no país, com motor movido exclusivamente a álcool, e a indústria automobilística está capacitada para fabricar 360 mil unidades por ano, já adaptadas.

Inaugurando a distribuição pública do álcool como carburante, a própria Petrobrás instalou inicialmente 16 postos de venda, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília e Maceió. Em set. de 1980, já existiam 2.115 postos para venda de álcool instalados em vários Estados, estando previsto a ampliação deste número à medida que a indústria automobilística for lançando novos veículos no mercado.

O "Proálcool" começou em 1974, quando a produção era de 600 milhões de litros. Em 1975, o Programa foi ampliado para permitir a utilização do produto como combustível misturado à gasolina na proporção de 20%.

No começo de 1977, o "Proálcool foi novamente ampliado. Vários projetos foram aprovados, sendo previsto que a produção nacional no ano de 1980 viesse a alcançar 4,5 bilhões de litros.

Infelizmente porém, a produção no ano de 1978 não foi além de 2,6 bilhões de litros, tendo entretanto alcançado a 3,8 bilhões em 1979, nível este que veio permitir a adição de 20% de álcool à gasolina, em todo o país.

No ano de 1985, deverá estar circulando no país, uma frota de 1 milhão

e 200 mil veículos movidos a álcool. O resto da frota nacional estará usando a mistura de álcool anidro e gasolina.

Até o final de 1979 haviam sido aprovados 243 projetos para implantação de destilarias destinadas a garantir uma produção de 4,5 bilhões de litros por safra, sendo 147 para destilarias anexas e 96 para unidades autônomas.

O êxito do "Proálcool" dependia de conseguirmos aumentar de forma sistemática e progressiva, a produtividade dos canaviais, a eficiência das destilarias e a fabricação de veículos com motores adaptados ao uso do álcool.

Do ponto de vista puramente energético o álcool e a gasolina se equivalem.

Por certo, o "Proálcool" não tem em vista substituir totalmente a gasolina como combustível, a ponto de tornar ociosos os nossos petroleiros, nem as nossas refinarias e os nossos oleodutos. Mas de complementar o consumo da gasolina com o álcool produzido no país, para não continuarmos na situação de grande dependência num setor de relevante importância para a segurança e o desenvolvimento nacional, como é o setor energético. Dificilmente a produção de álcool seria capaz de dispensar a importação de petróleo, mas daria perfeitamente para cobrir o aumento do consumo principalmente no setor dos transportes que é responsável por 51% de todo o petróleo importado pelo Brasil.

Há cerca de 40 anos estamos procurando jazidas de petróleo em nosso território. As prospecções foram incentivadas a partir de 21 de janeiro de 1939, quando se encontrou óleo em um poço situado na localidade de Lobato, no Recôncavo baiano, em cuja área surgiram posteriormente outros depósitos.

Até hoje nosso consumo de combustíveis, lubrificantes e outros derivados do petróleo, só tem feito aumentar continuamente. O crescimento da produção de nossos campos petrolíferos não se fez entretanto na mesma proporção, apesar dos grandes investimentos que têm sido efetuados nas atividades de prospecção.

No ano de 1977, a Petrobrás investiu em atividades de pesquisa de novas áreas e desenvolvimento da produção, 9,6 bilhões de cruzeiros — importância esta correspondente a 47% de todas as aplicações feitas pela empresa naquele ano.

No ano de 1978, os investimentos no mesmo setor atingiram a 15,3 bilhões de cruzeiros, parcela esta correspondente a 46,9% dos recursos em capital aplicados pela empresa no mesmo ano.

Tão elevados investimentos só seriam compensadores se fosse comprovada a existência de jazidas em nosso território, o que infelizmente não acontece, como tem demonstrado os níveis de produção alcançados durante quatro décadas.

A possibilidade da existência de jazidas petrolíferas tem se apresentado restrita à depósitos de capacidade limitada, vulgarmente conhecidos como lençóis ou poços.

De 1969 até 1978, a produção brasileira de petróleo experimentou até declínios que variaram entre 0,1 por cento e 2,0 por cento.

Presentemente estamos consumindo 1 milhão e 100 mil barris de petróleo por dia, dos quais apenas 17% corresponde à produção nacional.

A principal causa está no esgotamento das reservas do recôncavo baiano, onde alguns campos têm mais de 30 anos, e também na limitada capacidade dos poços encontrados na plataforma continental.

Ao examinarmos o ritmo do crescimento de nossa população através de vários anos, verificamos que ela vem dupli-

cando em cada 25 anos. Se no ano de 1975, tínhamos 108,5 milhões de habitantes, no final do século deveremos ter mais de 210 milhões.

O problema energético brasileiro tem assim uma importância transcendental para o país, justamente pelas necessidades decorrentes do rápido crescimento populacional.

No começo do próximo século, o Brasil terá mais de 200 milhões de habitantes e o quadro energético haverá de estar ampliado na mesma proporção.

O recurso à energia nuclear como complemento da energia hidrelétrica e a utilização do álcool como complemento do petróleo, são assim, as melhores alternativas que temos para compor o mapa energético de forma a não comprometer a marcha do desenvolvimento do País, principalmente em face da forte demanda determinada pela alta taxa de crescimento demográfico.

A produção do álcool para fins energéticos é tão significante agora como foi o nosso ingresso na fabricação de automóveis, navios e aviões, estando também na mesma ordem de prioridade que a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, conforme declaração do Presidente Figueiredo.

Resolvido o problema energético, o País poderá se expandir a taxas mais elevadas, além de economizar dólares, com a redução das importações de petróleo, e promover vantagens paralelas, como a desconcentração industrial e o descongestionamento dos grandes centros urbanos.

O Brasil tem três orientações para tentar resolver seu problema energético. A primeira é a conscientização de que é preciso gastar menos para não onerar a nação com a importação de um produto que vem se tornando cada vez mais caro. A segunda é a utilização racional de todas as suas fontes de energia, procurando aproveitar a capacidade de geração de cada região. A terceira é a política de substituição de alguns derivados de petróleo por combustíveis renováveis.

"O mundo vai assistir a um novo milagre brasileiro e a base deste milagre será a perfeita utilização de fontes renováveis para gerar energia, sem recurso ao monopólio" (Octávio Gouveia de Bulhões).

"Esta estratégia de diversificação das fontes domésticas de energia, além de sua contribuição direta e crescentemente positiva sobre a balança comercial, traz em seu bojo a oportunidade concreta para um surto de expansão e modernização do setor primário da economia, com decisivas conseqüências no que diz respeito à elevação da capacidade de absorção de mão-de-obra e diminuição dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades" (trecho da Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, em 1 de março de 1980).

A estas reflexões sobre a crise energética que envolve atualmente todas as nações, inclusive o Brasil, deve-se acrescentar três importantes pronunciamentos divulgados pela imprensa mundial.

Um deles, é do Sheik Iamani — Ministro do Petróleo da Arábia Saudita — que disse: "quando a demanda por petróleo começar a superar largamente a oferta, os mecanismos de mercado forçarão os preços a subirem a níveis três ou quatro vezes aos atuais. Os ricos poderão pagar por este artigo de luxo, mas uma profunda recessão geral será inevitável, quando os mais pobres se virem privados desta matéria vital, por causa de sua impossibilidade de pagarem por ela".

Outro pronunciamento foi de John Swearinger — Presidente da Stand Oil Company (Indiana), que declarou: "a dependência do mundo industrializado ao petróleo importado, continuará a aumentar até 1985, mas os fornecimentos nunca mais serão tão abundantes como foram no início da década de 70, e eles serão muito mais caros".

Finalmente a mais contundente declaração foi a do Sr Helmut Schmidt — Chanceler da Alemanha Ocidental — que em entrevista a revista americana "Time", disse que "a escassez de petróleo e o aumento dos preços do óleo, ameaçam o sistema econômico ocidental e podem levar a uma guerra mundial", advertindo que as nações teriam que ensinar seus povos a economizar energia enquanto se substitui o petróleo por outras fontes, principalmente carvão e energia nuclear.

João Baptista Peixoto-Gen R/1 membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e ex-integrante da Comissão de Publicações da Biblioteca do Exército Editora. Autor de vários livros sobre temas sociológicos e econômicos, entre os quais: "Síntese das campanhas da 2ª Guerra Mundial", "Sombras e luzes sobre o mundo", "Produção, transporte e energia elétrica no Brasil", "Conquistas de uma década", "Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil" e "O grande desafio da explosão demográfica", todos publicados pela Biblioteca do Exército Editora, sendo alguns laureados em concursos culturais e com a tradução em outros países.

O EMPREGO DA CALCULADORA ELETRÔNICA HP 41-C NA ARTILHARIA DE COSTA

Roberto Silva Mascarenhas de Moraes

Newton Luiz Sother Pequeno Vaz

INTRODUÇÃO

Atualmente, discute-se bastante sobre o obsoletismo da Artilharia de Costa. No entanto, uma análise mais acurada conduzirá, naturalmente, à conclusão de que não é a Artilharia de Costa que está obsoleta, mas sim os seus meios, porque sua direção de tiro baseia-se no uso de aparelhos óticos e gráfico-mecânicos. Este fato faz com que o tiro contra alvos navais fique dependendo das condições atmosféricas.

Preocupada com o problema, a Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea vem, desde 1978, realizando estudos voltados para a modernização da Artilharia de Costa, em consonância com as idéias dos escalões superiores, notadamente o Estado-Maior do Exército.

O passo mais recente reside na substituição da Câmara de Tiro por uma calculadora eletrônica. O confronto entre as necessidades da técnica de tiro e das potencialidades dos diversos tipos de calculadores fez com que fosse eleita a HP 41-C, enriquecida com quatro módulos de expansão de memória. Esta calculadora é a mesma utilizada na programação do X-20, e sua adoção possibilitará substancial economia para o Exército Brasileiro, vez que substituirá, em cada Bateria de Artilharia de Costa, dois 2.o sargentos e seis soldados.

DESENVOLVIMENTO

O funcionamento do Sistema de Direção de Tiro

Com a introdução apenas na HP 41-C, o Sistema de Direção de Tiro M1 Tipo II, hoje em uso na Artilharia de Costa funcionaria da seguinte maneira: o Oficial de Tiro da Bateria, operando a calculadora, receberia, a intervalos de tempo constantes (20 segundos), os dados relativos à posição presente do alvo, e os introduziria na calculadora, disparando

o programa. Após três ou quatro segundos (que para o HP 41-C é um tempo apreciável), teria a sua disposição os elementos de pontaria, que seriam transmitidos às peças.

Após a abertura do fogo, além dos dados do alvo seriam introduzidas também as Correções de Adaptação, em função da Observação do Tiro.

Considerando que o Oficial de Tiro poderá receber em determinado instante, vários dados simultâneos, e que a calculadora só pode ser alimentada em uma seqüência pré-fixada, surge a necessidade de dois auxiliares para ele, os quais, basicamente, registrariam os dados e os transmitiriam ao Oficial de Tiro no momento oportuno.

Precisão e Economia: as maiores vantagens

Inegavelmente, o investimento de aproximadamente Cr$ 90.000,00 (valor de outubro de 1980) por Bateria de Artilharia de Costa, redundará em substancial economia, resultante da extinção de duas funções de 2.º sargento e seis funções de soldado e aumentará, de modo apreciável, a precisão do tiro costeiro.

O quadro abaixo oferece uma comparação entre os dois sistemas.

Considerando que a despesa com um soldado recruta (vencimentos + alimentação + fardamento), é anualmente, cerca de Cr$ 56.857,60 e com um 2.º sargento (vencimento + alimentação), é no

1) SISTEMA CONVENCIONAL – PESSOAL EMPREGADO

Funções \ Graduação	2.º Sgt	Cb	Sd	Total
Levantamento	02	02	–	04
Observação	02	–	–	02
Câmara de Tiro	04	02	06	12
Totais	08	04	06	18

2) SISTEMA MODIFICADO – (HP 41-C) – PESSOAL EMPREGADO

Funções \ Graduação	2.º Sgt	Cb	Sd	Total
Levantamento	02	02	–	04
Observação	02	–	–	02
Câmara de Tiro	02	02	–	04
Totais	06	04	–	10

mesmo período, cerca de Cr$ ... 413.030,40, em uma Bateria de Artilharia de Costa, a economia, para o Exército Brasileiro, seria de:

6 x 56.857,60 + 2 x 413.030,40 = Cr$ 1.167.206,40

Como o custo da HP 41-C é Cr$ ... 90.000,00, a economia feita seria de Cr$ 1.077.206,40.

Como atualmente no Exército Brasileiro há dez Baterias 152.4 mm, a economia total por ano, em valores de outubro de 1980, seria de Cr$ ... 10.772.064,00.

Perspectivas Futuras

A introdução da eletrônica no Sistema de Direção de Tiro da Artilharia de Costa representará, sem dúvida, um grande passo evolutivo.

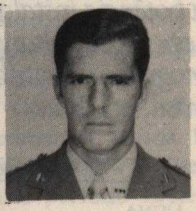
Há que acrescer, ainda, que está sendo desenvolvido pelo IPD, o projeto de uma calculadora-padrão para a Artilharia, inteiramente nacional, que servirá tanto para a Artilharia de Campanha quanto para a Artilharia de Costa, sendo suficiente apenas a mudança de seu programa. Isto permite-nos extrapolar que num futuro próximo, a Artilharia de Costa poderá contar com uma Central de Direção de Tiro (CDT), composta de um radar e de uma calculadora. Esta idéia, se concretizada, reduziria mais ainda o efetivo empregado na Artilharia de Costa, e, o que é fundamental, desvincularia totalmente o tiro costeiro da dependência das condições atmosféricas, hoje sua única limitação.

CONCLUSÃO

Nos dias atuais, é uma constante das Forças Armadas brasileiras, a busca da modernização de seus meios.

Neste contexto insere-se esta nova etapa da Artilharia de Costa.

Concretizadas estas idéias, as perspectivas ainda mais se alongam, vez que, uma Direção de Tiro Eletrônica permitirá a absorção de materiais mais sofisticados, tubo ou míssil, caracterizando a flexibilidade do nosso sistema.



O Maj Art Roberto Silva Mascarenhas de Moraes tem os cursos militares da AMAN, EsACOSAAé, EsAO e os cursos civis da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e da Faculdade Nacional de Filosofia. É atualmente aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.



O Maj Art Newton Luiz Sother Pequeno Vaz possui os cursos militares da AMAN, EsIE, EsACOSAAé, EsAO e o estágio operacional do Míssil ROLAND. Ex-instrutor da Es A Cos Aae, é atualmente aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

EXÉRCITO FRANCÊS – A REORGANIZAÇÃO DE 1976

Maurice Albert Philippe Beaugendre

Major de Infantaria (Exército Francês). Trabalho apresentado ao término (1979) de seu curso de Comando Estado-Maior na ECEME, Rio de Janeiro.

O Exército francês está vivendo hoje em dia um processo de profunda mudança, cuja origem no tempo se situa no início do ano de 1976 e cujo término foi previsto para 1980. A exposição dessa mudança, cujas conseqüências militares e políticas são muito importantes para a França, não poderia ser completa sem uma breve recordação histórica.

Com efeito, a França começou a experimentar, desde 1962, uma evolução marcante dos problemas relativos à defesa. O período 1962-1975, de fato, pode ser considerado como o primeiro período de reforma para as Forças Armadas francesas como um todo.

O ano de 1962 constitui o ponto inicial dessa reforma no Exército. Nessa época, o Exército retornava ao "hexágono", isto é, ao território metropolitano francês. Ao acabar com as operações militares na Argélia, o Exército viu-se tecnicamente fraco. Após 8 anos de guerra, com seu "moral" bastante diminuído, o Exército perdeu o contato não somente com as realidades da vida da Nação, mas também com os problemas da situação estratégica na Europa. A única experiência válida que esse Exército adquiriu ficou restringida ao campo muito específico da luta contra a subversão, mas nem seu equipamento nem sua infra-estrutura eram adequadas às necessidades resultantes do programa nuclear francês. Portanto, o primeiro esforço do Exército visou a uma modernização imposta pelo novo conceito de Defesa Nacional, aliás, o conceito de *Dissuasão*, como emprego eventual do *Fogo Nuclear*.

No decorrer do período 1962-1975, o Exército se dedicou à renovação de sua doutrina e de sua estrutura. No domínio da doutrina, estudos sistemáticos foram conduzidos no campo do combate em ambiente nuclear. O Exército passa a incorporar, na mesma época, as téc-

nicas modernas, em particular, as técnicas da eletrônica. Vários estudos e várias experiências foram realizadas no que diz respeito às operações aeromóveis, às transposições rápidas de obstáculos, à submersão, à guerra eletrônica, ao combate noturno, aos mísseis.

No campo da estrutura, o esforço resulta no surgimento, em 1967, de um novo tipo de Grande Unidade, no caso, a Brigada Mecanizada tipo 1967. O "Corpo de Batalha" (Força Terrestre do Teatro de Operações – FTTO) é progressivamente organizado, como o Primeiro Exército, cujo Posto de Comando ficou instalado na cidade de Estrasburgo. Esse Primeiro Exército se articulou em 2 Corpos de Exército, ou seja, 5 Divisões, isto é, 15 Brigadas.

A nova organização territorial tornou-se adequada à disposição do hexágono francês. Em lugar das antigas 10 Regiões Militares, o território foi dividido em 7 Regiões Militares, totalizando 21 Divisões Militares Territoriais. O plano de mobilização das reservas foi renovado, a instalação material das unidades ficou melhorada.

No campo do armamento, o Exército iniciou o reequipamento das suas forças: a infantaria foi dotada de novos veículos blindados VTT AMX, capazes de deslocar-se com grupos de combate em qualquer terreno com uma velocidade média de 40 km/h. A defesa anticarros foi valorizada pelo míssil teleguiado SS 11 de "primeira geração", cuja "carga oca" destrói carros de combate, perfurando 600 mm de blindagem dentro de um alcance de 3.000 metros.

O carro de combate pesado AMX 30, totalmente nacional, foi realizado. O Exército organizou seu próprio conjunto de helicópteros, cujo papel se torna cada vez mais importante na guerra moderna.

Em 1970 os equipamentos franceses passaram a substituir definitivamente o material americano. Nessa época, o Exército possuía mais de 650 carros de combate, 200 canhões auto-rebocados de 155 mm, 200 engenhos de combate de Engenharia, 12.000 caminhões policombustíveis.

Em 1975 já eram fabricados os materiais mais sofisticados, como o AMX 10, viatura mecanizada anfíbia, o novo míssil anticarro MILAN, o armamento solo-ar ROLAND, e por fim o sistema de armas PLUTON destinado a constituir o armamento nuclear tático do Exército francês.

Essas transformações nos campos da doutrina, da estrutura e dos equipamentos foram acompanhados por uma verdadeira revolução dos métodos de gestão e de administração: o Estado-Maior do Exército foi completamente reorganizado em 1973 (desapareceram os tradicionais 4 "Bureaux" ou Seções de Estado-Maior); a descentralização das responsabilidades de gestão levou à introdução dos "orçamentos de funcionamento" em todos os níveis, inclusive o Regimento.

Esse conjunto de reformas envolveu o largo emprego do Sistema de Processamento de Dados, introduzido no Exército em 1960, cujo papel atual é fundamental nas 6 funções essenciais da organização, do emprego, da logística, das finanças, da infra-estrutura e do pessoal.

A modernização progressiva dos equipamentos exigia a realização de um sistema de instrução caracterizada pelo largo emprego de métodos modernos de pedagogia.

Em conseqüência, o nível de competência geral dos oficiais e dos sargentos devia ser reavaliado. Assim, foi decidido aumentar o nível de conhecimento para o ingresso na Academia Militar (Ecole Specialie Militaire de Saint-Cyr) que forma oficiais. Os cadetes que ingressaram, por exemplo, com a opção "Ciência", saem de Saint-Cyr, após completarem 2 anos de formação, detentores do diploma de engenheiro. Para uma função determinada de oficiais, o novo ENSINO MILITAR SUPERIOR CIENTÍFICO E TÉCNICO passou a permitir a obtenção, seja nas Universidades seja nas "Grandes Escolas" (Telecomunicações, Eletricidade, Minas etc.), de diplomas dos mais altos níveis. Aproximadamente 1/4 dos oficiais consegue entrar nesse ciclo de Ensino Militar Superior. Como conseqüências essenciais, o Exército passou a dispor de um corpo profissional dotado de uma formação científica e militar muito alta. De uma maneira geral, pode-se considerar que os oficiais do recrutamento direto (Saint-Cyr) passam de 5 a 7 anos nas escolas (Curso de Capitães, Escola de Guerra, Centro de Altos Estudos Militares, Instituto de Altos Estudos de Defesa), o que representa uma duração de aperfeiçoamento profissional significante, quando se sabe que a carreira média do oficial é de 35 anos.

A seleção do Corpo de Sargentos se tornou mais severa, a fim de aumentar o grau de competência técnica e a qualidade militar dos mesmos.

A transformação mais profunda foi com referência ao estilo de chefia e às relações humanas. A comunidade militar se adapta aos modos de vida e ao pensamento da nossa época. Considerando que as formas de combate do futuro irão recorrer ao engajamento pessoal de cada combatente dentro de uma equipe, o chefe militar passa a se esforçar em persuadir os homens que lhe são subordinados, procurando estimular nele o senso de responsabilidade e a iniciativa. O objetivo prático é a obtenção da participação máxima dos homens dentro do quadro da disciplina consciente. A fim de traduzir essa nova orientação, o regulamento básico da disciplina foi atualizado em 1966 e 1975, acompanhando o novo espírito colocado em prática.

Ao abordar o ponto de partida da chamada REORGANIZAÇÃO, que coincide com o início do ano de 1976, é necessário destacar o cenário nacional que condicionará por muito tempo a evolução do Exército. O quadro nacional em 1976 pode ser esquematizado da forma que passamos a apresentar.

A França vive numa "sociedade de consumo" na qual a maioria dos indivíduos estão baseando suas vidas na busca do proveito material. Tal tipo de sociedade implica, entre outras conseqüências, numa forte redução do espírito de civismo. É uma sociedade permissiva, onde a mocidade pretende negar ou mesmo repelir qualquer forma de constrangimento e qualquer autoridade. Uma fração importante dos indivíduos jovens considera que a "détente" política, que parece instaurar-se entre as nações, justifica o abandono da noção de ameaça externa, assim negando o fato evidente do constante crescimento dos potenciais militares de vários países. A existência desse modo de julgar a situação internacional, da parte dos futuros recrutas, explica parcialmente o problema de caráter psicológico que o Exército terá de resolver. Por outro lado, o soldado convocado a partir de 1976 é pouco semelhante a seu antecessor de 1962. O seu nível de instrução é mais alto e ele deseja ser informado de tudo o que

acontece no âmbito da sua vida militar durante um ano.

O Exército, tendo em vista resolver esse problema, começa a estudar e a definir uma série de objetivos, principalmente a renovação da formação dos militares profissionais, a criação de um novo estilo de chefia e o desenvolvimento de um novo sistema de instrução. Esse sistema procura obter a participação ativa do soldado em todos os aspectos de sua vida militar no seio da unidade. Cada homem recebe uma informação sobre os objetivos do programa de instrução; cada um recebe também uma fração determinada de iniciativa de trabalho da sua equipe ou do seu grupo de combate. Assim, cada um se torna responsável, até certo ponto, pelos resultados alcançados pelo grupo. A função do instrutor militar se torna diferente, o instrutor é agora um organizador e um guia.

No campo da vida material e das necessidades psicológicas do soldado de conscrição, um esforço marcante de liberalização deve ser notado. Foram adotadas, nesse sentido, medidas recentes que tendem a proporcionar um modo de vida mais confortável como, por exemplo, a autorização de usar o vestuário civil fora do serviço, um regime melhorado de licenças, viagens gratuitas uma vez por mês e a participação dos soldados, em suas unidades, em comissões consultivas abrangendo os mais variados aspectos (alimentação, lazer, clubes desportivos etc.).

Todavia, ao mesmo tempo em que se põe em marcha esses esforços de liberalização, fortalece-se na vida militar o combate permanente à subversão, conduzindo-o com energia a fim de manter o valor fundamental da disciplina, cuja manutenção garante força e vigor ao Exército.

Por fim, o Exército, nesse período, procura aproximar-se mais intimamente do povo por ocasião de numerosas atividades externas e de manobras. Os quadros e os soldados tomam contato com a população por ocasião dos deslocamentos para os campos de manobra; as solenidades militares se multiplicam; o Exército mostra que pertence à Nação.

Dentro desse contexto nacional, que foi apenas esboçado, o Exército francês, uma vez iniciada sua progressiva adaptação à "crise da sociedade" que a Nação estava atravessando, tinha que se voltar para o próprio problema da adaptação aos novos conceitos de Defesa Nacional.

A idéia de reorganização decorre da evolução dos problemas de defesa da França. Para o entendimento futuro das implicações dessa idéia, é imprescindível formar uma idéia global desses problemas. Qual foi, portanto, em 1976, a estratégia adotada pela França? Quais são as missões decorrentes dessa estratégia para as Forças Armadas e, em particular, para o Exército? Uma recordação sumária tem que ser feita a fim de capacitar o leitor a ligar o conceito de reorganização ao conceito geral de defesa.

O princípio básico da estratégia militar atual é que a França quer garantir sua segurança. Num mundo perigoso, com grande instabilidade política e muitas incertezas, onde se desenvolve um fenômeno de "sobre-armamento" constante, essa segurança não pode ser garantida fora da posse do armamento nuclear.

A França, rejeitando as duas hipóteses extremas de "tudo ou nada nuclear" e da "batalha convencional", decidiu se orientar para o nomeado conceito da *sanctuarisation élargie* (santificação alargada) que consiste em garantir a integridade do território nacional e ficar em

condições de intervir nas áreas onde a segurança desse território puder ser ameaçada. A intervenção necessita da posse de forças permanentes disponíveis.

A França põe no centro de sua estratégia a idéia de INDEPENDÊNCIA, fundada no conceito de DISSUASÃO.

A dissuasão, que visa unicamente a dissuadir qualquer agressão de colocar nossa liberdade em perigo, depende estreitamente do armamento nuclear estratégico e tático.

Por fim, há que realçar que a idéia de INDEPENDÊNCIA, no campo militar, significa claramente possuir os meios de garantir a segurança e decidir livremente o emprego dos meios a engajar e das missões que lhe serão atribuídas. Dentro desses meios, que seriam eventualmente empregados num conflito, o A.N.T. – "armamento nuclear tático" – tem um significado particular. A França possui, de fato, o ANT sob duas formas de emprego: em primeiro lugar, a bomba AN 52, que pode ser lançada pelos aviões MIRAGE III e JAGUAR, da Força Aérea Tática, e pelos aviões SUPER ETENDARD, da Aeronáutica. Em segundo lugar, o sistema de armas superfície-superfície PLUTON. O ANT é uma arma "anti-forças", o que significa que é destinada ao campo de batalha, visando a eficácia militar. Todavia, o problema do emprego do ANT é de natureza política. Com efeito, seu emprego eventual significaria a determinação absoluta da França de usar represálias táticas totais contra o agressor, assim avisando a esse agressor da possibilidade de réplica estratégica, caso isso seja necessário. Caso o emprego do ANT fosse limitado ao Exército, qual seria o processo de emprego? Para o caso de possível agressão contra a França, as Forças Terrestres têm que permanecer preparadas para participar, como componente principal do Teatro de Operações, numa seqüência político-militar cujas fases essenciais seriam:

– ficar em condição de avaliar o nível da agressão, por meio do emprego do fogo nuclear tático, obrigando o inimigo a revelar suas intenções, a fim de ganhar os prazos necessários para a informação e a posterior tomada de decisões do Governo.

– caso o atacante manifeste a vontade de ultrapassar o "limite crítico" fixado pelo governo, ganhar um prazo de reflexão adicional para que o governo decida desencadear o emprego das Forças Nacionais Estratégicas. Esse prazo suplementar só deverá ser ganho através do uso, mediante ordem do governo, do A.N.T.

De fato, trata-se de um sistema de dissuasão incluindo dois escalões sucessivos no tempo: um primeiro escalão implicando o emprego do ANT; um segundo escalão envolvendo a atuação das Forças Estratégicas. A credibilidade do escalão tático valoriza a credibilidade do sistema de dissuasão como um todo.

Uma particularidade notável do ANT é que sua capacidade está baseada na neutralização das forças inimigas, e não na destruição das mesmas. É fundamental, portanto, que o ANT seja empregado em associação com forças de aproveitamento de êxito, capazes de explorar em seus efeitos. Considerando o processo político-militar exposto, a batalha das forças terrestres poderá abranger três fases:

– Primeira fase: informar o governo quanto ao valor e às características das forças do agressor.

– Segunda fase: Destruir as forças do agressor, através do engajamento com-

pleto das Forças Terrestres no Teatro de Operações e da utilização do ANT, mediante ordem do governo, a fim de mostrar a firme vontade deste último de recorrer, passado um certo limite, às armas estratégicas.

– Terceira fase: Desencadear o ataque das forças nacionais estratégicas.

Concluindo quanto ao ANT, pode-se afirmar que o ANT "superfície-superfície" só tem um significado real quando empregado em um ambiente estratégico capaz de garantir sua credibilidade. Esse ambiente (em francês, o chamado "environnement") só pode ser baseado no componente terrestre, ou seja, Forças Terrestres potentes e modernas.

Após a exposição sumária da atual concepção geral do emprego das Forças Terrestres, convém delinear as missões das Forças Armadas da França que levaram a essa concepção.

A missão das Forças Armadas é múltipla: assegurar, a qualquer momento, a "cobertura geral" do território metropolitano; garantir a segurança das fronteiras terrestres, marítimas, aéreas, bem como dos "departamentos e territórios ultramarinos"; e, caso seja necessário, participar da defesa da Europa.

Por outro lado, sendo a França ligada, por força de acordos ou de solidariedade econômica ou cultural, a certos países, a missão de suas Forças Armadas é cumprir com esses compromissos, mesmo fora da Europa. E, finalmente, as Forças Armadas têm a missão de proteger os franceses que vivem fora do território metropolitano.

A dissuasão, para ser totalmente eficaz, tem que abranger uma variedade de meios que garantam sua credibilidade. Os meios necessários tomam a forma do armamento nuclear e do armamento convencional, cuja posse garante a coerência da Defesa. Assim, forças nucleares e forças convencionais são complementares. A idéia de reorganização do Exército resulta diretamente da vontade de realizar um melhor equilíbrio do sistema de organização da Força Nuclear (1960-1975), a diminuição dos créditos da Defesa provocou uma queda de nível das forças convencionais, tanto em qualidade como em quantidade.

A idéia de reorganização é ligada à necessidade de restabelecer uma dosagem mais harmoniosa entre as duas categorias de forças. Além disso, uma motivação suplementar diz respeito à ameaça principal constituída pelo Pacto de Varsóvia, ameaça cada vez mais "convencional", conduzindo a França a modernizar também suas forças convencionais. Os objetivos fundamentais da reorganização resultam estreitamente dessa idéia de modernização. Trata-se, em linha geral, de:

– aumentar a mobilidade das forças
– tornar as forças polivalentes.

O conceito de polivalência se opõe ao conceito de especialização. As três categorias precedentes de forças terrestres – forças de manobra, forças de intervenção e forças de defesa do território – eram especializadas em suas missões, fato que gerava certas limitações das suas capacidades. Aptas a resolver situações determinadas, não o eram a reforçar-se mutuamente.

A nova organização visa estabelecer melhores condições de eficácia militar através da constituição de unidades que sejam todas operacionais, do mesmo tipo, aptas a enfrentar situações variadas, bem como a reforçar-se mutuamente. Dessa forma, todas essas forças ficaram em condição de participar na batalha.

Dentro da idéia geral de "harmonização" entre Forças Nucleares e Forças

Convencionais, não deverá ser perdido de vista, porém, que as Forças Nucleares conservam a prioridade absoluta, e o esforço estará sendo feito mais para melhorá-las no aspecto qualitativo do que no quantitativo. O Presidente da República disse que "nosso armamento nuclear é o fundamento da nossa Defesa Nacional". As Forças Convencionais aparecem como complemento indispensável às Forças Nucleares, já que uma única dissuasão — a nuclear — seria extremamente perigosa.

Assim, a possibilidade de um ataque indireto ou limitado, por parte de um agressor, confere à posse das Forças Convencionais sua grande significação.

Feita esta recapitulação sumária, que conduz à compreensão da idéia de Reorganização, propomo-nos a mostrar sua concretização. Seguiremos, portanto, o plano de exposição em conformidade com o índice abaixo:

1. *Situação em 1975, antes da Reorganização*
   a. As estruturas em 1975
   b. As diretrizes
2. *Princípios Diretores e suas Conseqüências*
   a. Princípios
   b. Conseqüências dos Princípios sobre:
      — As capacidades operacionais
      — O comando
      — Os efetivos
      — Os equipamentos
3. *Modalidades de Execução da Reorganização*
   a. Organização Geral das Forças
      — Organização Geral das Forças em tempo de paz
      — Estruturas e emprego das novas GU
      — Mobilização
      — O novo conceito da DOT — Defesa Operacional do Território
      — A nova Força Terrestre de Intervenção
4. *Aspectos Financeiros da Reorganização*
5. *Conclusão*

Situação em 1975, antes da Reorganização

O Exército francês deu início, em fins de 1975, a um processo de profunda reorganização. Dentro desse processo, a busca da realização das melhores estruturas possíveis, para cumprir as missões fixadas e para levar em conta o progresso do nível técnico dos equipamentos, constitui uma preocupação constante para qualquer Estado-Maior. Portanto, surge a necessidade de pôr em dia as estruturas existentes e, se for o caso, reformá-las. É fato conhecido que uma reforma de estruturas se torna necessário cada dez ou quinze anos, a fim de conseguir a sua constante adaptação.

Tínhamos visto que o Exército francês reformulara suas estruturas ao cabo das operações na Argélia, a partir de 1962. Outros exércitos ocidentais também realizaram reformas profundas, com motivos freqüentemente semelhantes aos que nortearam a reorganização francesa.

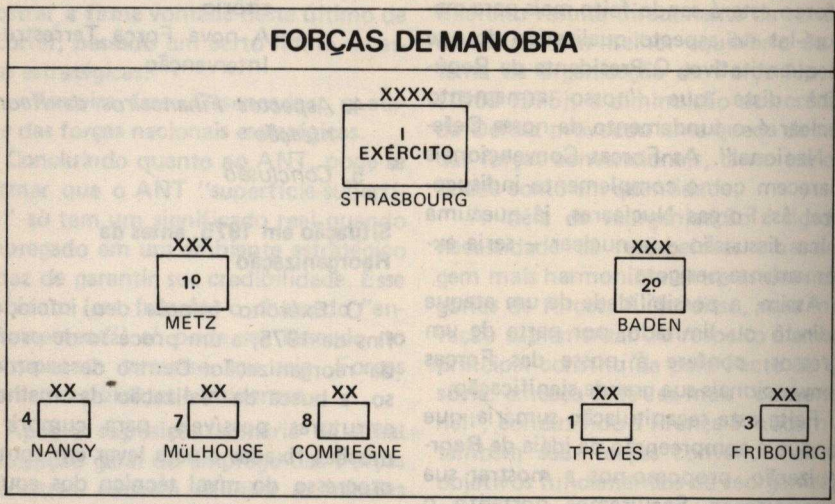
a. *As estruturas de 1975*

O Exército era dividido em três grandes categorias de forças:

— Forças de Manobra

— Forças de Defesa Operacional do Território (DOT)

— Forças Terrestres de Intervenção



DEFESA OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

- 2 Bda de Montanha
- 27 RI
- 7 RRec (Cavalerie Légère Blindée)
- Gendarmerie

FORÇAS TERRESTRES DE INTERVENÇÃO

- 9ª Bda de Marinha
- 11ª Div. Pqdt.
- Forças de Ultra Mar

FORÇAS TERRESTRES ATÉ 1975

(FIGURA 1)

Forças de Manobra

Essas forças eram, em essência, enquadradas pelo I Exército, constituindo o componente terrestre do Teatro de Operações (constituído de Forças de Manobra e da Força Aérea Tática).

O I Exército era dotado do seguinte pessoal e material:

- 180.000 homens (tempo de guerra)
- 1.200 carros de combate AMX 13
- 900 carros de combate AMX 30
- 1.400 VTT (viatura blindada de transporte de tropas)
- 300 obuseiros ou canhões
- 200 helicópteros
- 3.200 viaturas sobre rodas

O Posto de Comando do I Exército ficava em Estrasburgo e sua articulação era a seguinte:

- 1.º Corpo de Exército (Metz), incluindo:
  - 4.ª Divisão (Nancy)
  - 7.ª Divisão (Mulhouse)
  - 8.ª Divisão (Compiègne)
- 2.º Corpo de Exército (Baden),

incluindo:

— 1.ª Divisão (Treves)

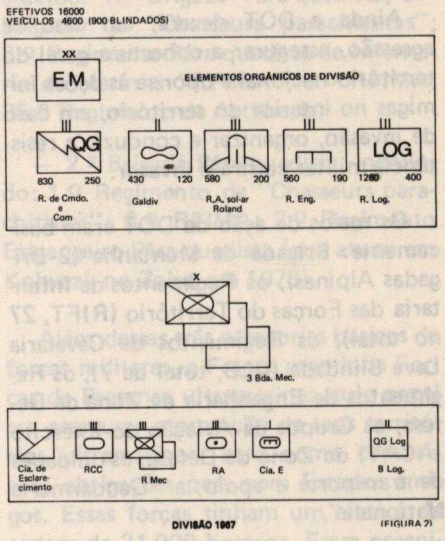
— 3.ª Divisão (Friburgo)

Cada Divisão, tipo "1967", constava de:

— 16.400 homens

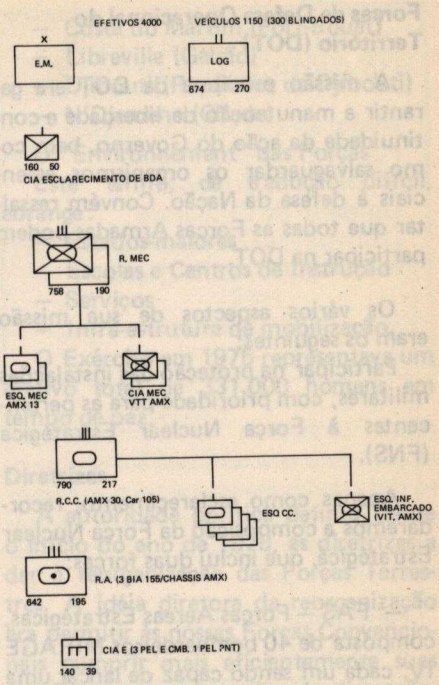
— 4.590 veículos.

Era constituída de 3 Brigadas Mecanizadas e elementos orgânicos divisionários.



DIVISÃO 1967 (FIGURA 2)

A missão das Forças de Manobra era mostrar, a qualquer eventual agressor, nossa determinação de empregar as armas de repressão maciça, caso a gravidade da ameaça o exigir; atuar, numa direção de atuação estratégica determinada, com um grau de violência suficiente, contra uma fração escolhida das forças inimigas, de forma que o inimigo perca a iniciativa local e seja conduzido a adotar um determinado "prazo de reflexão". Essa ação inclui a utilização do Armamento Nuclear Tático (ANT), desde que seu emprego esteja autorizado pelo Governo.



BRIGADA MECANIZADA 1967
FIGURA 3

As Forças de Manobra tinham em vista se defrontar com grandes unidades blindadas e mecanizadas. Sua ação seria ofensiva, com todos os meios reunidos, o que significava que o emprego dos meios convencionais e nucleares seria estreitamente coordenado: As forças de "melée" sendo encarregadas de aproveitar o êxito dos efeitos dos fogos nucleares ou da preparação de seu emprego.

A seqüência de um engajamento das Forças Armadas seria a seguinte:

— uma fase inicial de Informação (missão das forças aéreas e das unidades de Cavalaria Leve Blindada e da ALAT (Aviação Leve do Exército)).

— uma fase de emprego de todos os meios visando a destruição das forças inimigas.

Forças de Defesa Operacional do Território (DOT)

A missão precípua da DOT era garantir a manutenção da liberdade e continuidade da ação do Governo, bem como salvaguardar os organismos essenciais à defesa da Nação. Convém ressaltar que todas as Forças Armadas podem participar na DOT.

Os vários aspectos de sua missão eram os seguintes:

Participar na proteção das instalações militares, com prioridade para as pertencentes à Força Nuclear Estratégica (FNS).

Apenas como esclarecimento, recordaremos a composição da Força Nuclear Estratégica, que inclui duas forças:

– FAS – Forças Aéreas Estratégicas, composta de 40 bombardeiros MIRAGE IV, cada um sendo capaz de lançar uma bomba de potência de 70 quilotons a uma distância de 4.000 km de sua base de partida (contando com o reabastecimento em vôo) e voltar a essa base; 1 esquadrilha de reabastecimento em vôo (aeronaves do tipo C 135); 18 mísseis SSBS (superfície-superfície-balístico-estratégico), cada míssil sendo capaz de lançar uma carga nuclear de 150 quilotons a uma distância de 3.000 km.

– FOST – Força Oceânica Estratégica, composta de: 4 submarinos nucleares lança-mísseis (operacionais desde 1977) "Le Redoutable", "Le Terrible", "Le Foudroyant" e "L'Indomptable". Cada submarino é armado com 16 mísseis M20 (mar-superfície-balístico-estratégico) de um alcance de 3.500 km, com uma única "cabeça" de 500 megatons a 1 quiloton (cabeça termonuclear). Um quinto submarino ("Le Tonnat") estava previsto para entrar em operação em 1980. Recentemente tomou-se a decisão de construir um sexto submarino nuclear, "L'Inflexible", que entrará em operação em 1985. Na mesma data, entrará em serviço, em todos os submarinos, o míssil M5 com cabeças múltiplas e de um alcance de 4.500 km (7 cabeças nucleares). Cada submarino é capaz de navegar imerso durante meses.

Ainda a DOT deverá, em caso de agressão, assegurar a cobertura geral do território nacional e opor-se às ações inimigas no interior do território; em caso de invasão, organizar e conduzir a resistência militar contra o invasor.

Os meios de ação da DOT eram basicamente: Brigada de Montanha (2 Brigadas Alpinas), os Regimentos de Infantaria das Forças do Território (RIFT, 27 no total), os Regimentos de Cavalaria Leve Blindada (CLB, total de 7), os Regimentos de Engenharia de Zona de Defesa, os Grupos de Aviação do Exército (ACAT) de Zona de Defesa; as unidades de transporte e apoio; a "Gendarmerie Nationale".

Forças Terrestres de Intervenção

Essa força é especialmente adequada a tipos de operações militares nomeadas "ações exteriores", entre as quais, *garantir* a segurança dos departamentos e territórios ultramarinos; *assegurar* a defesa de nossos interesses exteriores, em particular marítimos, participando da segurança do tráfego marítimo necessário ao abastecimento do país; *contribuir* para a segurança dos países aos quais a França é ligada por acordos ou por uma efetiva solidariedade. O termo "intervenção" abrange todas as "ações externas".

Antes da reorganização, a Força Terrestre de Intervenção era constituída de:

– 9.ª Brigada de Marinha (1.º, 2.º e 3.º Regimentos de Infantaria de Marinha, Regimento de Infantaria de Carros de Marinha, 11.º Regimento de Artilharia de Marinha, 409.º Batalhão de Comando e Serviços).

– 11.ª Divisão Pára-quedista, incluindo: 1.ª Brigada Pára-quedista; 9.ª Brigada de "Chasseurs parachitistes"; 3.º Regimento Pára-quedista de Infantaria de Marinha "RPIMA"; 8.º RPIMA; 35.º Regimento de Artilharia.

– 2.ª Brigada Pára-quedista, incluindo: 1.º Regimento de "Chasseurs parachitistes"; 6.º RPIMA; 2.º Regimento Estrangeiro Pára-quedista (que atuou em Kolwezi, no Zaire, em 1978).

Além dessas três categorias básicas de forças militares, a França mantinha Forças de Presença ultramarinas, cujo papel era assegurar a proteção de seus territórios ultramarinos, bem como cumprir suas obrigações para com Estados amigos. Essas forças tinham um efetivo da ordem de 21.000 homens. Eram organizadas em 7 Comandos:

– Antilhas–Guiana (Guadalupe, Martinica, Guiana)
– Cabo Verde (Senegal)
– Oceano Índico (Reunião)
– África Central
– Nova Caledônia
– Polinésia
– T.F.A.I. (Djibouti)

Além disso, a presença militar francesa existia em países que têm concluído acordos de defesa com a França:

– Senegal (Dacar)
– Costa do Marfim (Port-Bouet)
– Libreville (Gabão)
– Djibouti (República de Djibouti)
– N'Djamena (Chade)

O "Environnement" das Forças

Este termo, de tradução difícil, abrange:

– Estados-maiores
– Escolas e Centros de Instrução
– Serviços
– Infra-estrutura de mobilização.

O Exército em 1975 representava um efetivo total de 331.000 homens em tempo de paz.

Diretrizes

A autoridade política definiu, desde o início do ano de 1975, as diretrizes a dar à reorganização das Forças Terrestres. A idéia diretora da reorganização era permitir às nossas Forças Convencionais cumprir mais eficientemente suas missões, quer no quadro da dissuasão, quer no quadro das "ações exteriores". Neste fim, era uma imposição aumentar ou desenvolver as características de MOBILIDADE, POLIVALÊNCIA e DISPONIBILIDADE imediatas dessas forças.

No campo dos efetivos haveria uma deflação de 20.000 homens (somente os "convocados") até 1980, devendo o efetivo nesse ano, passar a 311.000 homens (em vez dos 331.000 atuais).

PRINCÍPIOS DIRETORES E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Princípios

Das orientações recebidas, o Exército extraiu os princípios seguintes:

– Redução dos Custos Gerais

O Exército tem que aumentar o número de formações de combate sem au-

PRINCÍPIOS DIRETORES DA REORGANIZAÇÃO

Redução dos Custos Gerais
Polivalência das Forças
Mobilidade Superior
Unidade de Comando
Distribuição Geográfica Ótima
Mobilização mais Eficiente

FIGURA 4

mentar os efetivos "orçamentários". Este acréscimo será realizado em detrimento dos estados-maiores e dos organismos que não participam diretamente da preparação para o combate, e cujos efetivos serão reduzidos.

Polivalência das forças

A disparidade entre as forças equipadas com material moderno blindado e mecanizado, e as forças "do território", menos favorecidas neste campo, deve desaparecer.

Todas as categorias de forças têm que se tornar mais homogêneas e mais polivalentes, isto significando que essas forças devem estar capacitadas a cumprir missões as mais variadas. A polivalência é necessária, em particular, para as forças que, até este momento, eram especializadas em missões estáticas de Defesa do Território. O objetivo deste princípio é a posse de uma só categoria de forças substituindo, assim, a separação em três categorias.

Mobilidade Superior

Trata-se de dar às forças uma mobilidade superior, tanto para a ação no interior do Território quanto para a ação externa. Isto implica na motorização geral das Grandes Unidades.

Unidade de comando

Existiam, na organização tradicional do Exército, dois tipos de comando, ou seja:

– o Comando Operacional
– o Comando Territorial

O fato de exercer o comando operacional permitia, por exemplo, ao General Comandante de uma DIVISÃO MILITAR (fração da área militar básica chamada REGIÃO MILITAR), fixar as missões das unidades subordinadas implantadas nesta DIVISÃO MILITAR e exercer o completo controle tático dessas unidades. Este tipo de comando não incluia poderes administrativos ou responsabilidade logística. Desta forma, as mesmas unidades recebiam ordens provindo de 2 cadeiras hierárquicas, por exemplo: uma ordem oriunda da Região Militar, e outra da Divisão.

A nova organização visa a suprimir esta dualidade de Comandos através da fusão entre o Comando Operacional e o Comando Territorial (por exemplo: fusão dos Comandos do 1.º Corpo de Exército e da 6.ª Região Militar, fusão da 11.ª Divisão Pára-quedista e da 44.ª Divisão Militar Territorial...).

Distribuição geográfica mais harmônica das formações militares no território nacional

A maioria das forças era concentrada nas partes NORTE e ESTE da FRANÇA e na ALEMANHA. A nova distribuição dessas forças visa a levar em conta a diversificação das ameaças, como também a ampliar a "presença militar" a outras regiões do território, assim favorecendo o melhor conhecimento das suas forças armadas, pelos cidadãos.

Mobilização mais eficiente

Trata-se de dar uma eficiência maior ao sistema de mobilização das reservas,

visando obter uma superior DISPONIBILIDADE OPERACIONAL por parte das unidades de reserva.

O papel da Mobilização é fundamental, porque permite praticamente multiplicar por dois as possibilidades do Exército ativo. O novo sistema ("Derivação") será explicado mais adiante.

Conseqüências dos Princípios Diretores

Os princípios expostos acima terão os seguintes reflexos nos Campos da operacionalidade, dos efetivos e dos equipamentos.

CAPACIDADES OPERACIONAIS

	1975	1981
PAZ		
FORÇAS	210.000	205.500
Environnement	121.000	105.500
TOTAL	331.000	311.000
GUERRA		
FORÇAS	465.000	
Environnement	184.000	
TOTAL	649.000	526.000
	Dos quais: Mobilização: 318000	Dos quais: Mobilização: 215000

FIGURA 5

O número de unidades elementares de combate permanecerá quase o mesmo (730 em vez de 740). O número de regimentos e formações de apoio passará de 230 a 205 devido à implantação da estrutura quaternária nos regimentos e Grandes Unidades, o que vai favorecer a potência de combate e a disponibilidade operacional em tempo de paz.

Os regimentos que pertenciam às Forças do Território vão ser agrupados em novas Grandes Unidades. O princípio de polivalência implica na modernização dos equipamentos e na motorização progressiva destes regimentos.

O sistema da DERIVAÇÃO permitirá organizar regimentos e divisões de mobilização: cada regimento ativo gerando, em tempo de emergência, um regimento de reservas mobilizado.

As divisões de reservas assim constituídas recebem missões de Defesa do Território. Uma vantagem marcante da Derivação é que as Divisões da ativa que asseguram a cobertura do território, podem ser chamadas a sair de suas zonas de estacionamento em função da situa-

ção de crise. Portanto, é necessário que a cobertura seja assegurada por unidades de reservas. Convém ressaltar que a GENDARMERIE-NATIONALE poderá também duplicar seus efetivos através do sistema de DERIVAÇÃO.

Comando

Uma melhor "unidade de comando" será obtida pela atribuição, do Comando sobre todas as forças estacionadas no território da Região aos generais comandantes de Região Militar. Por outro lado, haverá uma fusão dos Comandos "territorial" e "operacional". Como exemplo, já foram realizadas as seguintes fusões:

— 1.º Corpo de Exército e 6.ª Região Militar (Metz).

— 4.ª Divisão (Nancy) e 61.ª Divisão Militar Territorial.

— 11.ª Divisão (Toulouse) e 44.ª Divisão Militar Territorial.

Assim, um total de 9 Divisões Militares Territorias (das 22 Div Mil Ter atuais) vão ser unidas com as Divisões das Forças.

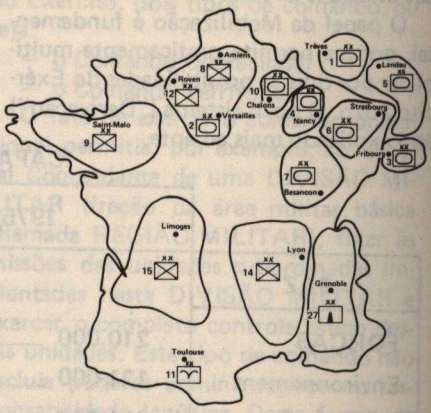
A cadeia de comando terá prazos de reação mais curtos graças a essa união e o número de Estados-Maiores passará de 59 a 42.

Este conjunto de medidas no campo do comando trará, em resumo, os seguintes reflexos:

— nas operações em tempo de guerra, a redução dos prazos de transmissão de ordens e relatórios;

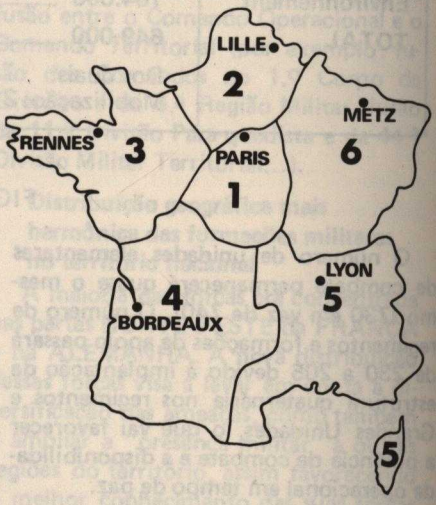
— em tempo de paz, diminuição do peso do comando sobre os Regimentos, os quais não serão mais "divididos" entre autoridades "operacionais" e autoridades "territoriais".;

— em geral, todas essas medidas são geradoras de economia de efetivos.



LOCALIZAÇÃO DE **GU** APÓS REORGANIZAÇÃO

FIGURA 6



6 R.M.: 23 Divisões Militares Territoriais

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIGURA 7

Efetivos

O efetivo fixado para o Exército em 1980 é de 311.000 homens, tendo sido, em 1976, de 331.000.

A diminuição está sendo de 20.000 homens (unicamente "convocados"). Deve ser notado que, no campo de efetivos, tal medida é relativa às duas seguintes categorias:

"Environnement" (infra-estrutura)

Esta categoria inclui essencialmente, como já vimos:

— a Administração Central "terra";
— o Comando Territorial;
— o Recrutamento;
— a formação de Pessoal (Escolas, Centros de Instrução);
— os organismos de Apoio Administrativo; e
— os Centros de Mobilização.

Os efetivos do "Environnement" passarão de 121.000 a 105.500 (menos 15.500), o que representa uma redução de 13%.

Forças

As forças estão perdendo somente 2% de seus efetivos, passando de 210.000 a 205.500 (menos 4.500). Um esforço considerável está sendo feito para reduzir o "deficit" existente nos efetivos necessários às unidades. A taxa de satisfação das necessidades, em efetivos de tempo de paz, está passando de 90% em 1976 a 97,5% em 1980.

Graças à redução do "environnement", a taxa de enquadramento (proporção de quadros) de determinadas unidades será reforçada. O problema dessa taxa é, com efeito, de importância fundamental para a eficácia do Exército, sobretudo em razão da evolução dos equipamentos, os quais exigem um acréscimo em pessoal altamente especializado. Por exemplo:

— num Regimento de Artilharia de 155 mm auto-rebocado "convencional", o efetivo total é de 950, dos quais 750 praças e 144 sargentos: a taxa de enquadramento é de 1 sargento para 5 praças (aproximadamente).

— num Regimento de Artilharia superfície-ar ROLAND (equipamento moderno sofisticado), o efetivo total é de 1.050, dos quais 730 praças e 263 sargentos, ou seja, mais de 1 sargento para 3 praças.

Em resumo, no campo dos efetivos, os esforços de reorganização visam essencialmente a:

— conservar um poder operacional equivalente, apesar da redução;
— assegurar o serviço dos equipamentos novos;
— melhorar a taxa de satisfação de efetivos das unidades.

Equipamentos

No campo de equipamentos, a modernização está sendo realizada sobretudo em benefício das, antigamente chamadas, "Forças de Defesa Operacional do Território", que estão sendo progressivamente motorizadas ou mecanizadas, equipadas com mísseis anticarros de "segunda geração" MILAN (a primeira geração sendo dos tipos ENTAC e SS11) que apresentam, entre outras vantagens, uma utilização em combate muito simples.

De uma maneira geral, essas forças passam a ter seus equipamentos aumentados nos seguintes campos:

— armamento anticarro (MILAN)
— apoio indireto. Assim chamados os fogos realizados no âmbito da manobra da GRANDE UNIDADE, e que facilitam, indiretamente, a ação das unidades subordinadas — são essencialmente fogos de profundidade e de contrabateria. A artilharia Superfície-Superfície

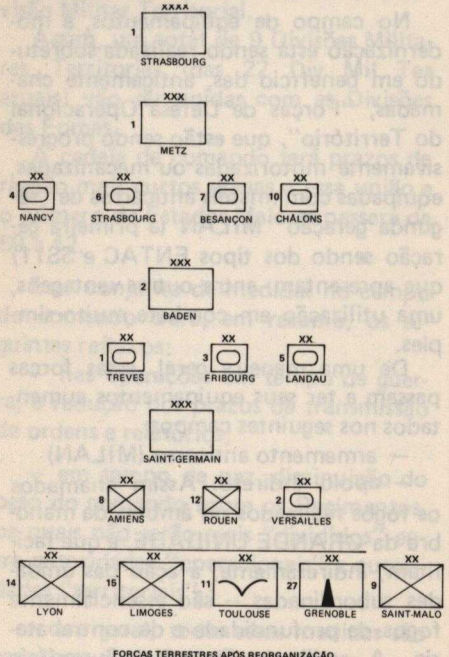
passou a receber, a partir de 1980, os Canhões Auto-propulsados de 155 mm GCT (grande cadência de tiro) montados sobre chassis AMX 30. O alcance máximo deste material é de 23.500 metros.

Comunicações – Meios de transporte – Meios de Apoio Logístico

Após a exposição da situação em 1975 e dos princípios diretores escolhidos para a reorganização, bem como suas conseqüências nos campos da capacidade operacional, do comando, dos efetivos e dos equipamentos, passaremos a apresentar as modalidades de execução da reorganização.

MODALIDADES DE EXECUÇÃO DA REORGANIZAÇÃO

Organização Geral das Forças



FORÇAS TERRESTRES APÓS REORGANIZAÇÃO
FIGURA 8

Organização Geral das Forças em Tempo de Paz

Em fim do período de reorganização (1980), as forças ficam com a seguinte organização:

O I Exército, organizado em 10 Divisões:

– 1.º Corpo de Exército: 4 Divisões Blindadas

– 2.º Corpo de Exército: 3 Divisões Blindadas

– 3.º Corpo de Exército: 1 Divisão Blindada, 2 Divisões de Infantaria

– Outras forças: 5 Divisões (14.ª DI, 15.ª DI, 11.ª Div Pqdt, 9.ª DIMA – 27.ª DA)

Estruturas e Emprego das Grandes Unidades

Em 1967, a Grande Unidade de base era a BRIGADA. A nova Grande Unidade de base atual é a Divisão de tipo 1977. É uma unidade que combina armas, coerente, capaz de conduzir o combate com autonomia durante um tempo determinado. Porém, essa GU é normalmente empregada no âmbito da manobra do Corpo de Exército, cujas características essenciais convém ser revogadas.

O Corpo de Exército constitui:

– o escalão de emprego do ANT (armamento nuclear tático);

– o escalão da manobra tática, que conduz a ação das GU;

– o escalão mais alto do processamento de informações;

– o escalão de emprego e coordenação da manobra superfície-ar;

– o escalão de emprego do apoio aéreo prestado no âmbito da manobra aeroterrestre;

– o escalão logístico completo que distribui os recursos e entrega-os aos elementos subordinados.

O Corpo de Exército enquadra de 3 a 5 Divisões (Blindadas ou de Infantaria) e "E.O.C.A." (Elementos Orgânicos de Corpo de Exército) aptos a reforçar as divisões ou a atuar numa ação de conjunto. Os E.O.C.A. representam um importante volume de forças — aproximadamente 25.000 homens e cerca de 6.000 veículos.

O Corpo de Exército conduz sua manobra numa zona de 50 a 80 km de largura e de 120 a 150 km de profundidade.

A composição dos E.O.C.A. é a seguinte:

— Comunicações: 3 Regimentos.

— Cavalaria de Reconhecimento: 2 Regimentos (CLB).

— Helicópteros: 1 Grupo de helicópteros leves e 2 Regimentos de helicópteros de combate.

— Infantaria: 1 Regimento de C.A. (motorizado VAB/MILAN).

— Artilharia Antiaérea: 1 Regimento Misto "ROLAND BITUBES" 30 mm (para a defesa a baixa, e muito alta, altitudes). 1 Regimento ROLAND. 1 Regimento HAWK-HIP (para a defesa a média e baixa altitudes).

— Busca de alvos: 1 Regimento (radar de longo alcance — DRONES).

— Artilharia nuclear: 2 Regimentos PLUTON.

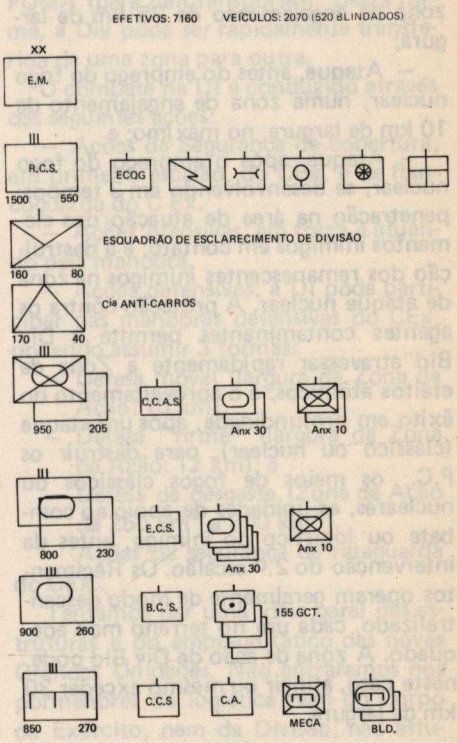
— Artilharia superfície-superfície: 2 Regimentos de 155 mm GCT.

— Circulação: 2 Regimentos de Circulação.

— Engenharia: 2 Regimentos de Engenharia de C.A.

A execução das operações logísticas do Corpo de Exército é atribuída a uma Grande Unidade: a BRIGADA LOGÍSTICA que presta o apoio logístico ao conjunto do Corpo de Exército e às unidades em reforço. Tem um efetivo de 13.000 homens e 3.700 veículos.

Como já dissemos anteriormente, a nova Grande Unidade básica é a Divisão, do tipo 1977. Sua característica de polivalência permite rápida adaptação às missões que não são as tradicionais. Os diversos tipos de Divisão são os seguintes:



DIVISÃO BLINDADA 1977
FIGURA 9

Sua articulação quaternária (2 Regimentos Mecanizados — 2 Regimentos de Carros) lhe confere uma grande flexibilidade de emprego e permite mudanças de atitude rápidas em curso de engajamento. É especialmente apta ao combate ofensivo conduzido com ritmo rápido. Suas limitações (deficiência em Infanta-

ria, por exemplo) levam-na a evitar o combate estático. Ela não se engaja em zonas de difícil acesso e movimento se não receber reforços de Infantaria. A Div Bld pode receber os seguintes tipos de missões:

Ofensiva

– Reconhecimento ofensivo numa zona de engajamento de 25 km de largura;

– Ataque, antes do emprego do fogo nuclear, numa zona de engajamento de 10 km de largura, no máximo; e

– Ataque, após o emprego do fogo nuclear, se desenvolvendo em 3 tempos: penetração na área de atuação dos elementos inimigos em contato; e a destruição dos remanescentes inimigos na zona de ataque nuclear. A proteção contra os agentes contaminantes permite à Div Bld atravessar rapidamente a Zona de efeitos atômicos, e o aproveitamento do êxito em profundidade, após um ataque (clássico ou nuclear), para destruir os P.C., os meios de fogos clássicos ou nucleares, as unidades de apoio ao combate ou logístico do inimigo, antes da intervenção do 2.º escalão. Os Regimentos operam geralmente de modo descentralizado, cada um no terreno mais adequado. A zona de ação da Div Bld pode, neste caso, atingir ou mesmo exceder 30 km de largura.

Defensiva

Apesar de ser concebida essencialmente para o combate ofensivo, a Div Bld pode receber missões defensivas de 2 tipos:

Ação retardadora

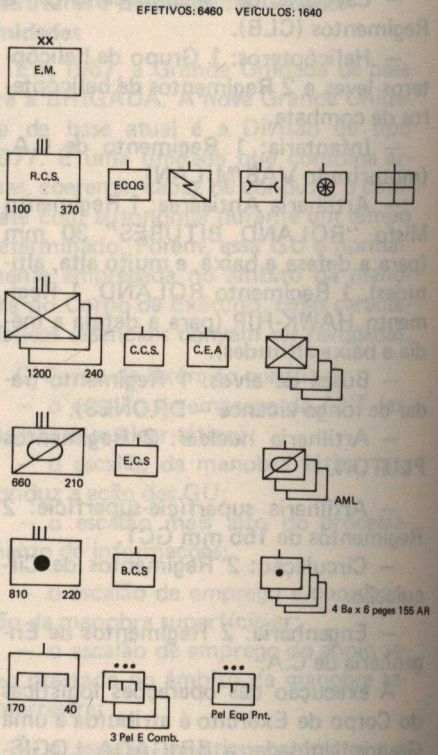
Conduzida numa grande profundidade, a fim de ganhar tempo (trocando espaço por tempo), com uma articulação em 2 escalões numa Zona de ação de 20 km de largura no máximo. Esta manobra pode se constituir na fase preliminar de um ataque nuclear.

Defesa em posição

– Defesa de área, combinando ações para conter ou deter o inimigo durante um tempo determinado e utilizando contra-ataques, num espaço de manobra de 10 km de largura máxima.

– Defesa móvel: numa zona de ação mais profunda e de largura até 15 km, onde possa manobrar, combinando ações para conter e contra-ataques.

A Divisão de Infantaria



DIVISÃO DE INFANTARIA 1977
FIGURA 10

Articulada em 3 Regimentos de Infantaria e 1 Regimento de CLB, esta Div é altamente móvel, graças ao transporte de todos seus elementos (VAB ou veículos táticos). É extremamente dotada de armamento anticarro. A Divisão dotada de "veículos táticos" conduzirá um combate mais estático que a "valorizada" (sobre VAR).

A divisão "valorizada" (sobre VAB) possui AMX 10 RC e VAB/HOT no seu Regimento de CLB, enquanto a divisão sobre veículos táticos tem apenas AML — "autometralhadoras ligeiras". Desta forma, a primeira tem uma potência de fogo anticarro superior. Por outro lado, os VAB têm uma mobilidade e uma proteção contra guerra química e bacteriológica — QBR — superior. A proteção contra os tiros de armas ligeiras e contra os efeitos da artilharia de campanha, permitem à Div Inf valorizada desembarcar suas unidades rapidamente, à distância reduzida do inimigo. Os VAB, anfíbios, facilitam as transposições de curso d'água e as manobras de infiltração.

A forte dotação em AM 10 RC, VAB/HOT, VAB antiaéreo e MILAN, tornam a Div Inf particularmente apta a combater em proveito direto das Div Bld, em ambiente de emprego do fogo nuclear.

De um modo geral, a Div Inf combate desembarcada, protegida e apoiada pelo regimento de CLB. Ela procura conduzir ações flexíveis. Face a um inimigo blindado-mecanizado, a Div Inf obtém sua melhor eficácia em terreno coberto, também nas localidades ou zonas urbanizadas, enfim, em todas as áreas onde ela possa utilizar seu armamento anticarro. Ela evita o combate de encontro com unidades blindadas. Uma das suas mais interessantes características é sua AEROMOBILIDADE, graças ao emprego dos helicópteros do Corpo de Exército (cada Corpo de Exército possui 2 Regimentos de Helicópteros de Combate). Cada Regimento de Helicópteros de Combate, "RHC", tem 72 helicópteros dos 3 tipos, ou seja: 20 helicópteros de informação — helicópteros ligeiros tipo SA 341 GAZELLE; 30 helicópteros anticarros — GAZELLE/HOT; 22 helicópteros de manobra SA 330 PUMA (para helitransportes). Desta forma, a Div pode ser rapidamente transferida de uma zona para outra.

O combate na DI é conduzido através das seguintes ações:

— Ações de Segurança de cobertura, em primeiro escalão, do CEx, e de flancoguarda do C Ex.

— Ações ofensivas: em força e atuando pela manobra.

— Ações defensivas: a DI pode participar nas manobras defensivas do CEx, podendo assumir 3 formas:

- — Defesa móvel (largura da Zona de Ação: 15 km);
- — Defesa "firme" (largura da Zona de Ação: 12 km); e
- — Defesa de desgaste (Zona de Ação de 250 km^2 a 300 km^2).

— Ações de segurança de retaguarda do CEx.

Tentamos dar uma idéia geral das estruturas e do emprego tático das novas Grandes Unidades. Não entraremos nos pormenores da logística nem do Corpo de Exército, nem da Divisão; não estudaremos o emprego muito particular das Divisões Pára-quedista e de Montanha. Abordaremos em seguida outros aspectos importantes da reorganização, ou seja: a mobilização, a DOT, a Força Terrestre de Intervenção.

Mobilização

A mobilização tem os seguintes objetivos:

– melhor utilização possível do pessoal mobilizado;

– organização de unidades eficientes, a muito curto prazo.

Para a consecução desses objetivos, o papel das unidades da ativa é primordial. Em tempo de paz, a Divisão da ativa prevê a preparação e a instrução da Divisão da Reserva. Esta última é colocada sob as ordens do General adjunto do General comandante da Divisão da Ativa. Na medida do possível, os "reservistas" são empregados nas unidades ativas, ou, no mínimo, na mesma área geográfica (geralmente próxima aos seus domicílios) onde cumpriram o serviço nacional ativo. De uma maneira geral, os reservistas que serviram num Regimento da Ativa, e que voltam para a vida civil na mesma região, num raio de 200 km, serão chamados com prioridade para o Regimento "derivado" deste Regimento da Ativa.

Em média, os efetivos da Divisão de Reserva são fornecidos numa proporção de 85 por cento por reservistas e de 15% por elementos da Divisão Ativa (o chamado "NOYAU ACTIF" ou "núcleo base"). A Divisão de Infantaria de Reserva tem um efetivo da ordem de 5.000 homens (em vez dos 6.400 da DI ativa). Ela pode ser organizada a partir das ESCOLAS MILITARES ou pela DERIVAÇÃO, a partir de uma Divisão Ativa. A Divisão de Reserva não possui Regimento de Artilharia orgânico, mas poderá receber um Regimento de Artilharia da Reserva Geral.

É importante destacar que o pessoal "reservista" disponível é quantitativamente superior à demanda. Isto permite escolher este pessoal segundo critérios qualitativos, em particular o critério da especialidade obtida durante o serviço ativo, e, também, o critério de idade (os mais jovens sendo chamados em primeira prioridade). Devido à importância das disponibilidades em reservistas, a duração média de permanência nas reservas é de 2 anos para os praças. Com relação aos "quadros" (sargentos e oficiais), a duração varia muito em função do posto e da especialidade.

Em caso de mobilização, é previsto chamar 4 Divisões mobilizadas oriundas das ESCOLAS MILITARES e 10 Divisões "derivadas" de 10 Divisões da ativa – o total será então de 29 Divisões operacionais, 14 Divisões de reserva e 15 Divisões da ativa.

No sistema anterior à reorganização, as responsabilidades do pessoal da Reserva eram limitadas ao nível Regimento. Nas condições do novo PLANO DE MOBILIZAÇÃO, este pessoal vai atuar no nível – "Divisão autônoma" – o que implicará em responsabilidades bem maiores.

Embora sejam polivalentes, as Divisões de Mobilização cumprirão, de preferência, missões de "Defesa do Território".

O novo conceito de DOT – Defesa Operacional do Território

Antes da reorganização, o sistema de DOT era baseado em prioridade na vigilância constante de um número importante de PONTOS CRÍTICOS ("points sensibles"), tais como: aeroportos, instalações de rádio e televisão e, sobretudo, centrais nucleares.

O novo conceito enfatiza a participação de todas as forças armadas sem restrições (unidades de ATIVA e de RESERVA) numa defesa global, cuja finalidade é criar um clima de insegurança para o inimigo através da redução de sua liberdade de ação. Essa defesa global ba-

seia-se na intervenção rápida de "meios em reserva". O sistema de vigilância meramente estático dos Pontos Críticos é complementado por um sistema dinâmico, que consiste em concentrar meios móveis mais importantes, no tempo e no lugar onde se concretiza uma ameaça determinada. Este novo sistema apresenta, claramente, a vantagem de economizar efetivos, os quais eram muito numerosos para assegurar somente uma guarda estática por antecipação. Por outro lado, o novo sistema aplica largamente os princípios de POLIVALÊNCIA e de MOBILIDADE como são preconizados. Com efeito, no antigo sistema, os Regimentos de Infantaria das Forças do Território atuavam, especificamente, em uma área geográfica determinada. Agora, todas as unidades podem intervir em todo o território. A defesa local dos pontos críticos perde sua importância, o número de pontos críticos defendidos diminui consideravelmente, e é prevista a interceptação dos elementos inimigos antes que os mesmos atinjam seus objetivos. Esta interceptação será realizada com meios agora superiores aos meios limitados das antigas forças territoriais.

A "GENDARMERIE" terá um papel marcante em DOT: sua missão principal será a busca de informações. Sua missão seguinte será a intervenção. A defesa de pontos críticos localizados no meio urbanizado será da responsabilidade da "GENDARMERIE MOBILE", especializada nas técnicas de manutenção da ordem e apta ao combate de tipo militar. Por fim, convém assinalar que haverá uma maior colaboração entre as autoridades civis e militares, porque a conduta das operações no território nacional não deixará de criar sérios problemas de Defesa Civil, da responsabilidade do Ministro do Interior.

A nova Força Terrestre de Intervenção

O Ministro da Defesa formulou que: "a fim de assegurar a proteção dos nossos territórios ultramarinos, ou de cumprir as obrigações para com os Estados amigos, uma força de intervenção flexível e eficiente é necessária". Portanto, nossas forças poderão ser engajadas nas "ações exteriores". Em razão da polivalência, todas as forças armadas podem participar de uma ação exterior, mas algumas forças são especialmente orientadas para realizar este tipo de operações, sendo aptas, a qualquer momento, a fornecer o primeiro escalão de uma força de intervenção. A composição dessas forças, em fins de reorganização, é a seguinte:

— 11.ª Divisão Paraquedista, estacionada no Sudoeste e na Córsega;

— 9.ª Divisão de Infantaria de Marinha, organizada na base da antiga 9.ª Brigada. Composição: 409.º Btl Cmdo e Serviços, 1.º, 2.º e 3.º RIMA (Regimento de Infantaria de Marinha), RICM (Regimento de Carros de Marinha), 11.º RAMA (Regimento de Artilharia de Marinha), 41.º RI (Regimento de Infantaria). A 9.ª DIMA está estacionada no BRETAGNE.

— 1.º REC (Regimento Estrangeiro de Cavalaria), estacionado no Sudeste.

— GOLE (Grupamento Operacional de Legião Estrangeira), estacionado na Córsega.

— Um GALCA (Grupo de Aviação Ligeira de Corpo de Exército).

Como exemplo recente deste tipo de intervenção, citaremos a operação aeroterrestre realizada, de 18 a 28 de maio de 1978, em KOLWEZI (ZAIRE), pelo 2.º Regimento Estrangeiro Paraquedista estacionado em CALVI (Córsega), a uma distância de 7.900 km da base de

estacionamento desta unidade, com prazos extremamente reduzidos para a montagem da operação.

ASPECTOS FINANCEIROS DA REORGANIZAÇÃO

A situação das Forças Armadas em 1975 era preocupante. Com efeito, a parte do Orçamento da Defesa, dentro do Orçamento do Estado, vinha constantemente decrescendo de 1965 a 1975. Em percentagem, esta parte tinha caído de 22,5% em 1965 a 16,9% em 1975. Em relação ao Produto Nacional Bruto, esta mesma parte passara de 4,25% em 1965 a 2,89% em 1975. Era absolutamente imperativo corrigir essa situação. O governo resolveu lançar uma nova Programação destinada a exprimir o esforço financeiro consagrado a Defesa e marcar a importância prioritária concedida a este item pelo Chefe do Estado.

A LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR, votada em junho de 1976 pelo Parlamento, e aprovada com larga maioria de votos, institui o quadro dentro do qual se desenvolverá o esforço francês no período 1977-1982. O objetivo dessa LEI é manter, durante este período, nossos meios militares a um nível compatível com as exigências da nossa política. O objetivo para o ano 1982 é consagrar 20% do Orçamento do Estado à DEFESA, ou seja 3,65% do Produto Nacional Bruto.

No caso particular do Exército, a programação 1977-1982 corresponde à realização do PLANO DE REORGANIZAÇÃO.

Esta programação prevê, particularmente:

— melhoria da condição do pessoal;

— elevação do nível de atividades das unidades; e

— utilização de um número importante de equipamentos novos.

Como dado estatístico, o Orçamento de 1977, para a Defesa, atribuiu os créditos da forma seguinte:

— Exército 31,18%
— Força Aérea 20,75%
— Marinha 17,55%
— Gendarmerie 10,37%
— Serviços Comuns . . . 20,15%

Uma ligeira análise deste orçamento pode ser feita. Os seus objetivos eram:

— melhorar a condição material do pessoal civil e militar.

— esforço nas atividades e no treinamento das forças. Para as unidades do Exército, o ritmo de atividades operacionais é de 100 dias por ano (períodos nos campos militares, exercícios externos). A Marinha, por exemplo, deve passar 100 dias no mar por ano.

— manutenção programada dos equipamentos.

— reestruturação das forças.

Deve-se notar o aumento importante do chamado "TÍTULO V", que diz respeito a créditos de equipamento, fabricação de armamentos, e instalação de unidades. A prioridade dentro do título V é a seguinte:

— *armamento nuclear* (16,5% do orçamento da Defesa)

Armamento estratégico: o esforço essencial diz respeito ao desenvolvimento do míssil SSBS "S3" com cabeça termonuclear e a entrar em serviço em 1980.

Armamento tático: o esforço é feito para a dotação em ANT (armamento nuclear tático).

— *programa "Pesquisa e Desenvolvimento — Experimentações"*

Em 1977, esses créditos representaram um quarto do total dos créditos de pagamento do título V.

— *equipamentos em material convencional*

Os créditos de fabricação de armamentos para o Exército tem aumentado de 11%. Esses créditos dizem respeito, com prioridade, ao acréscimo da mobilidade das novas unidades — tipo 1977 — através da produção em série do AMX 10 RC e do fornecimento dos VAB, bem como de uma quantidade determinada de AMX 30. Por outro lado, há um esforço importante no campo de armas anticarros e antiaéreas (ROLAND, MILAN, HOT) e para o novo RITTA (Rede integrada de comunicações do Exército).

— *infra-estrutura*

Os créditos vão, com prioridade, para a renovação de instalações militares antigas e à construção de aquartelamentos modernos.

Concluindo, podemos afirmar que a LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR, que permite elevar de maneira marcante a situação das Forças Armadas e, particularmente, do Exército, não deixa persistir nenhuma dúvida quanto à prioridade do armamento nuclear da FRANÇA. Aquela LEI permite respeitar esta prioridade sem prejudicar, entretanto, a modernização das nossas FORÇAS CONVENCIONAIS, manifestando dessa forma a vontade da FRANÇA de garantir a sua independência e a sua Segurança.

CONCLUSÃO

A decisão da FRANÇA de dotar-se de uma defesa coerente — assim traduzindo a vontade da Nação de assegurar sua independência — resultou na organização de meios nucleares com uma prioridade maior dentro dos meios da defesa.

O considerável esforço orçamentário realizado pelo país para criar o seu arsenal nuclear, principal instrumento da defesa, não tinha permitido que o ritmo de desenvolvimento das Forças Convencionais fosse igual ao ritmo de desenvolvimento das Forças Nucleares.

A REORGANIZAÇÃO vai permitir alcançar a coerência desejável da nossa defesa, através do aumento dos recursos atribuídos às forças convencionais.

Essas forças, hoje, representam o complemento imprescindível das forças nucleares. Elas permitem assegurar a proteção dos nossos meios nucleares estratégicos, garantir a segurança do território francês e, sobretudo, dar à FRANÇA a possibilidade de evitar o dilema totalmente irrealista do "tudo ou nada", isto é, da escolha entre o apocalipse nuclear ou a capitulação.

Dentro dessas forças, o Exército desempenha o papel essencial. Pudemos ver as grandes fases da recente evolução do Exército francês, principalmente a completa reforma realizada em 1962 e a reorganização profunda iniciada em 1976 e com término previsto para 1980.

No fim dessa reorganização, os resultados deste grande esforço são os seguintes:

— surgimento de nvas Grandes Unidades (Divisão 1977) polivalentes, aprestados, potentes e de mobilidade maior graças a seus equipamentos modernos.

— simplificação das estruturas de comando.

— desconcentração das forças e distribuição mais harmoniosa no território nacional.

— sistema de mobilização mais eficiente.

— esforço de adaptação a nossa época no âmbito das relações humanas, da instrução e da gestão.

Em fin de reorganização, o Exército incluirá: 15 Divisões da Ativa, às quais

convém acrescentar os 16.000 homens em serviço ultramarino e, em caso de conflito, o reforço de 14 Divisões da Reserva.

Desde 1962, poucas instituições importantes experimentaram uma mutação de vulto comparável à realizada pelo Exército francês que se encontra em condições de desempenhar um papel fundamental na defesa do país.

ANEXO A
CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS

1. *ARMAMENTO DE INFANTARIA E ARMAMENTO ANTICARRO*

1.1. *Morteiro de 120 mm tipo FI*
Equipe: 6 homens

Peso: 570 kg
Tubo: raiado
Alcance: 8.000 m sem propulsão adicional; 1.300 m com propulsão adicional

1.2. *MILAN*
Míssil anticarro guiado por sistema baseado na radiação infravermelha
Peso: 28 kg

Alcance máximo: 2.000 m (tempo: 12 segundos)
Perfura 35 cm da blindagem



1.3. *HOT*
Míssil anticarro guiado por sistema de infravermelhos
Peso: 34 kg

Alcance máximo: 4.000 m
Perfura 80 cm de blindagem (tempo: 17 segundos)

2. *BLINDADOS*



2.1. *Carro de combate AMX 30*
Equipagem: 4 homens
Peso: 36 toneladas
Autonomia: 600 km
Velocidade média: 65 km/h
Armamento: 1 canhão de 105 mm; 1 canhão de 20 mm; 1 metralhadora de 7,62 mm
Pode operar em ambiente contaminado
Capacidade de submersão

2.2. *Veículo de Combate AMX 10 P*
Equipagem: 2 homens
Efetivo transportado: 9 homens
Peso: 14 toneladas
Autonomia: 600 km
Velocidade máxima (em rodovia) 65 km/h
Armamento: 1 canhão de 20 mm; 1 metralhadora de 7,62 mm
Anfíbio. Pode operar em ambiente contaminado

2.3. *Veículo de Reconhecimento AMX 10 RC*
Equipagem: 4 homens
Peso: 15 t
Autonomia: 800 km
Velocidade máxima (rodovia): 85 km/h
Armamento: 1 canhão de 105 mm; 1 metralhadora de 7,62 mm
Anfíbio. Pode operar em ambiente contaminado.

2.4. *Veículo blindado VAB (Vehicule de l'Avant Blindé)*
Efetivo transportado: 12 homens
Peso: 13 t
Autonomia: 1.200 km
Velocidade máxima (rodovia): 90 km/h
Armamento: 1 metralhadora de 7,62 mm
Anfíbio. Pode operar em ambiente contaminado

2.5. *Veículo anticarro VAB/HOT*
Número de mísseis em posição para o tiro: 2
Número de munições estocadas: 12
Equipagem: 3 a 4 homens

3. *ARTILHARIA SUPERFÍCIE-SUPERFÍCIE*

3.1. *Canhão de 155 mm AP GCT*

Chassis AMX 30
Peso: 43 t
Velocidade máxima (rodovia): 60 km/h
Alcance: 23.000 m

3.2. *Obuseiro de 155 mm BF 50*
Rebocado
Alcance: 18.000 m
Cadência de tiro: 6 tiros em 2 minutos

Prazos para entrada em bateria: 20 a 30 minutos

3.3. *Sistema de Arma PLUTON*
Chassis AMX 30
Velocidade máxima (rodovia: 60 km/h

Equipagem: 4 homens
Alcance: 20 a 120 km
Potência nuclear: 10 KT ou 25 KT



4. *ARTILHARIA SUPERFÍCIE-AR*

4.1. *Sistema de Arma ROLAND*
Chassis AMX 30
Todo tipo de tempo
Tempo claro
Alcance: 0,5 a 6 km

4.2. *AMX 13 BI-TUBOS DE 30 mm*
Alcance: 2.500 m
Cadência de tiro: 600 tiros/minuto
Somente tempo claro (visada direta)

4.3. *Canhão-Metralhador de 20mm Antiaéreo*
Montado: sobre carro AMX 30; VTT AMX 10; VAB
Cadência de tiro: 700 tiros/minuto
Alcance eficaz contra aeronaves: 1.500 m
Alcance eficaz contra blindados: 700 a 1.000 m (com obus perfurante)

5. *ALAT — AVIAÇÃO LIGEIRA DO EXÉRCITO*

5.1. *ALOUETTE II*

Velocidade média: 160 km/h

Autonomia com 3 passageiros: 1 hora

Autonomia máxima: 3 horas 15 minutos

Possibilidades: 2 macas; 2 mísseis

5.2. *ALOUETTE III*

Velocidade média — sem armamento: 180 km/h; com armamento: 130 km/h

Autonomia com 4 mísseis: 1 hora 30 minutos

Autonomia máxima: 2 h 30 min

Possibilidades: 2 macas; 4 mísseis SS11

5.3. *SA 341 "GAZELLE"*

Velocidade média: 250 km/h

Autonomia máxima: 4 horas

5 passageiros

Velocidade média com mísseis AC "HOT": 200 km/h

Autonomia média com mísseis: 1 h 30 a 2 h

Armamento: 4 mísseis

5.4. *SA 330 "PUMA"*

Velocidade média: 250 km/h

Autonomia máxima: 2 h 30

Possibilidades: 12 a 16 passageiros, ou 6 feridos deitados, ou 1,5 toneladas de carga

BIBLIOGRAFIA

GUY DOLY — *"Stratégie France-Europe"* (Biblioteca Geral da Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro).

REVISTA *"Armées D'Aujourd'Hui"* (Service D'Information et de relations publiques des Armées — 231 Boulevard Saint Germain — 75007 — PARIS).

REVISTA *"Terre Air Mer"* (19 Boulevard Latour Maubourg — BP 113-97 — 75326 — PARIS — CEDEX 07).

JORNAL *"Terre Informations"* (Etat-Major de L'Armée de Terre Cabinet — 14 Rue Saint Dominique — 75997 — PARIS — ARMÉES).

Documentação da Escola Superior de Guerra Francesa (Paris).



A VITÓRIA NA PRIMEIRA BATALHA

Floyd V. Churchill

O FM 100-5, publicação básica americana da nova série de manuais "Como Combater" torna bem claro que se deve "vencer" a primeira batalha. Este artigo analisa o que significa vencer, e que modificações deveriam ser introduzidas na doutrina de defesa atual a fim de aumentarem as probabilidades de "vencer a primeira batalha" num TO europeu. Por exemplo, "vencer" poderia ser definido como não perder. Com o Tratado de Varsóvia, sob a égide soviética, desenvolvendo a sua tática de "investida arrojada" para enfrentar a defesa ativa utilizada pela OTAN, e a probabilidade crescente de que os russos utilizariam unidades aeroterrestres e de assalto aéreo na retaguarda das divisões de primeira linha da Aliança Aliada, talvez sejam oportunas algumas modificações no conceito de defesa ativa. O autor faz algumas recomendações a esse respeito.

Bonn: Domingo 13 de janeiro de 1980, 10:00 horas... O Quartel-General do CENTAG informa que o ataque soviético, desencadeado há cerca de seis horas, penetrou 60 quilômetros no território da República Federal Alemã.

Segundo esta "informação" pareceria que as forças da OTAN perderam a primeira batalha. Mas talvez não! Este artigo analisará esta conclusão, os fatores mundiais doutrinários e reais que a afetam, e o conceito convencional de "vencer" a que estão ligados. Para ser mais específico, a hipótese apresentada é que embora a idéia de "vencer" a primeira batalha seja sensata e represente um imperativo legítimo, as realidades da situação européia exigem que os conceitos e critérios de "vencer" sejam reformulados e redefinidos.

É importante acentuar logo de início que nem os conceitos investigados adiante nem as conclusões e recomendações

subseqüentes devem ser considerados derrotistas. A intenção deste artigo é apenas acentuar as áreas que precisam ser analisadas e discutidas mais a fundo. Acredito que um sistema aperfeiçoado de defesa ativa exigirá tenacidade mental ainda maior dos que teriam de executá-lo, proporcionando simultaneamente maior probabilidade de que uma defesa viável se encontrará disponível e em posição para combater a segunda batalha.

Este artigo foi dividido em cinco capítulos. Os dois primeiros tratam do conceito de defesa ativa do exército e dos problemas ainda mais importantes que serão confrontados na aplicação desta doutrina. O terceiro examina as doutrinas e técnicas soviéticas correntes aplicáveis às operações ofensivas contra uma defesa ativa. O quarto capítulo revela algumas incoerências na lógica entre as nossas intenções e as possibilidades soviéticas. O último apresenta recomendações para o aperfeiçoamento da defesa ativa no ambiente europeu.

O objetivo primordial do Exército é vencer a guerra terrestre — combater e ganhar batalhas de alta ou de baixa intensidade contra qualquer inimigo, seja onde for enviado para combater.[1]

Este trecho do (FM) 100-5 Operações, publicação básica da nova série de manuais sobre "Como Combater", revela a importância fundamental atribuída ao conceito. A idéia não é certamente nova. O critério único e em geral aceito, para determinar a qualidade e o mérito dos exércitos, tem sido, em todas as épocas, a sua capacidade para vencer. Mas é conveniente recordar que têm havido muitos critérios, bastante diferentes, para decidir quem "ganhou" ou "perdeu". A História registra como vencedores o Cônsul Romano Quinto Fábio Máximo Verrucosus, na campanha de 217 A. C. contra Aníbal, e Napoleão, na batalha de Austerlitz.

A vitória deste em Austerlitz já é por demais conhecida para que seja preciso descrevê-la aqui. Basta dizer que ele venceu na maneira clássica, destruindo a capacidade do inimigo para combater como força organizada, e rechaçando-o do campo de batalha. Fábio, por outro lado, ingressou no grupo selecionado dos vencedores ao recusar-se a empenhar suas legiões numa batalha campal que ele sabia que não podia vencer, preferindo em vez disso, inquietar os acampamentos de Aníbal, devastar as terras em seu redor e emboscar seus destacamentos de forrageadores. Em conseqüência, Aníbal, incapaz de aproximar-se do exército inimigo ou de destruí-lo, ou, ainda, de manter seu próprio exército no local, foi forçado a retirar-se para Cartago.

Sou da opinião de que a situação confrontada pelo Exército dos EUA na Europa assemelha-se muito mais à de Fábio do que à de Napoleão. Partindo desta perspectiva, é possível justificar com facilidade a opinião atual de que a definição mais realista e produtiva de êxito na Europa consiste em compreender os critérios soviéticos de vitória e estruturar nosso sistema defensivo para privá-los dessas oportunidades.

Para encetar o processo de desenvolvimento dos parâmetros e características de tal sistema, vale a pena examinar, em primeiro lugar, o método atual de defesa dos EUA como base de comparação. O Exército Americano encontra-se atualmente no processo de adotar o que se chama defesa ativa. Este tipo de defesa combina características das defesas de posição e móvel com alguns conceitos novos.

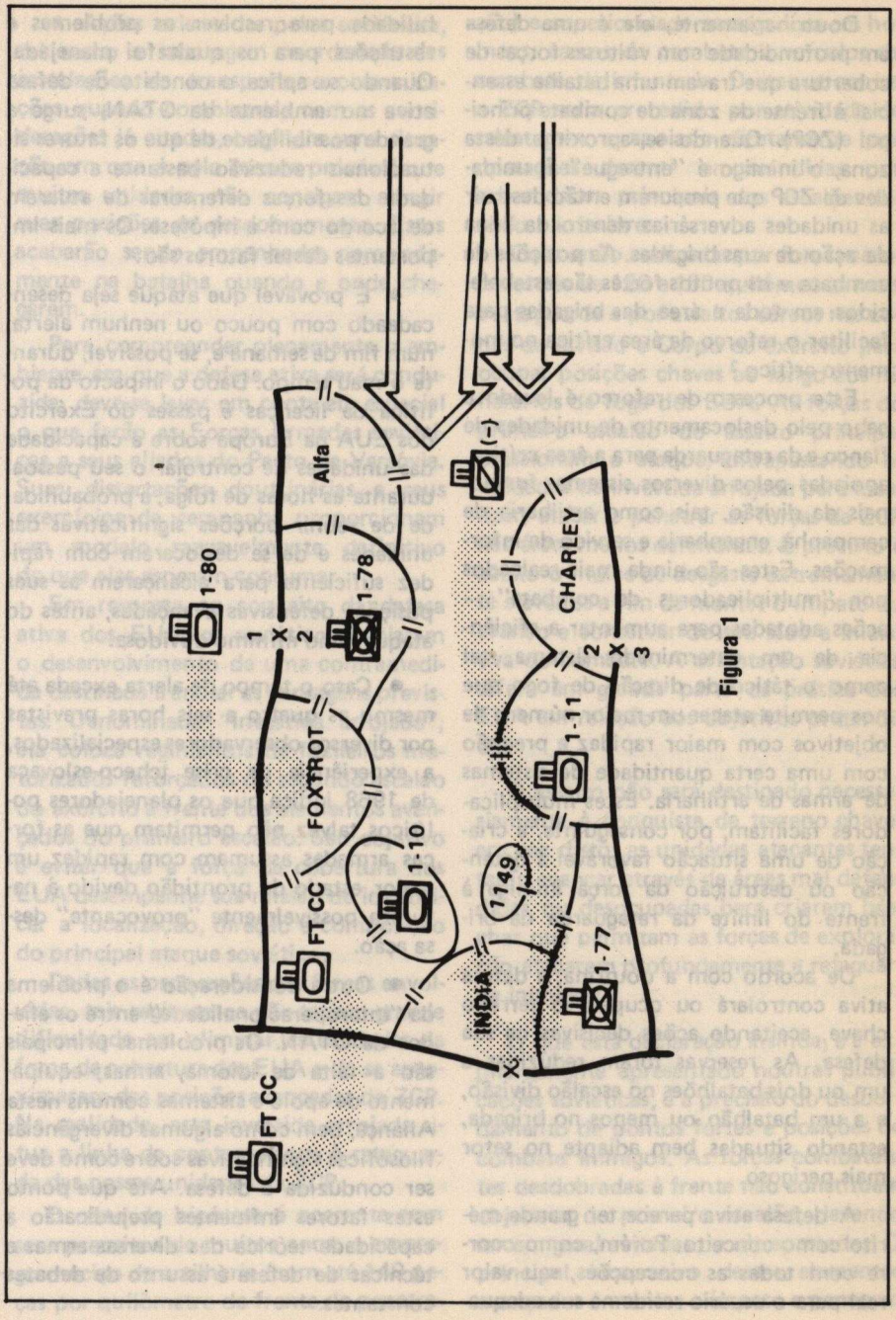

1-80
1
X
2
Alfa
1-78
FOXTROT
FT CC
1-10
FT CC
(-)
CHARLEY
1-11
2
X
3
1149
ÍNDIA
1-77
X

Figura 1

Doutrinariamente, ela é uma defesa em profundidade com vultosas forças de cobertura que travam uma batalha essencial à frente da zona de combate principal (ZCP). Quando se aproxima desta zona, o inimigo é "entregue" às unidades da ZCP que procuram então destruir as unidades adversárias dentro da zona de ação de suas brigadas. As posições de combate e os pontos fortes são estabelecidos em toda a área das brigadas para facilitar o reforço da área crítica no momento crítico.[2]

Este processo de reforço é levado a cabo pelo deslocamento de unidades de flanco e da retaguarda para a área crítica, apoiadas pelos diversos sistemas funcionais da divisão, tais como artilharia de campanha, engenharia e serviço de informações. Estes são ainda mais realçados por "multiplicadores de combate" — ações adotadas para aumentar a eficiência de um determinado sistema, tal como o tático de direção de fogo que nos permite atacar um maior número de objetivos com maior rapidez e precisão com uma certa quantidade de sistemas de armas de artilharia. Estes multiplicadores facilitam, por conseguinte, a criação de uma situação favorável à detenção ou destruição da força inimiga à frente do limite da retaguarda da brigada.

De acordo com a doutrina, a defesa ativa controlará ou ocupará o terreno chave, aceitando ações decisivas na sua defesa. As reservas foram reduzidas a um ou dois batalhões no escalão divisão, e a um batalhão ou menos no brigada, estando situadas bem adiante no setor mais perigoso.

A defesa ativa parece ter grande mérito como conceito. Porém, como ocorre com todas as concepções, seu valor real para o usuário reside na sua adequabilidade para resolver os problemas e restrições para os quais foi planejada. Quando se aplica o conceito de defesa ativa no ambiente da OTAN, surge a grande possibilidade de que os fatores situacionais reduzirão bastante a capacidade das forças defensoras de atuarem de acordo com a hipótese. Os mais importantes destes fatores são:

- É provável que ataque seja desencadeado com pouco ou nenhum alerta, num fim de semana e, se possível, durante o mau tempo. Dado o impacto da política de licenças e passes do Exército dos EUA na Europa sobre a capacidade das unidades de controlar o seu pessoal durante as horas de folga, a probabilidade de reunir porções significativas das unidades e de se deslocarem com rapidez suficiente para alcançarem as suas posições defensivas avançadas, antes do ataque, é no mínimo duvidosa.

- Caso o tempo de alerta exceda até mesmo as quatro a seis horas previstas por diversos observadores especializados, a experiência da crise tcheco-eslovaca de 1968 indica que os planejadores políticos talvez não permitam que as forças armadas assumam com rapidez um maior estado de prontidão devido à natureza possivelmente "provocante" dessa ação.

- Outra consideração é o problema da "interoperacionalidade" entre os aliados da OTAN. Os problemas principais são a falta de idioma, armas, equipamento de apoio e sistemas comuns nesta Aliança, bem como algumas divergências filosóficas significativas sobre como deve ser conduzida a defesa. Até que ponto estes fatores influentes prejudicarão a capacidade teórica das diversas armas e técnicas de defesa é assunto de debates constantes.

• Ações orientadas pelos soviéticos, tal como a sabotagem coordenada das instalações de transporte e comunicações quando combinadas com as considerações já citadas, originam uma situação em que é pelo menos provável que muitas unidades não consigam atingir suas posições de desdobramento. Estas acabarão sendo empenhadas parceladamente na batalha quando e onde chegarem.

Para compreender plenamente o ambiente em que a defesa ativa será conduzida, deve-se levar em conta em especial o que farão as Forças Armadas soviéticas e seus aliados do Pacto de Varsóvia. Suas dissertações doutrinárias e seus exercícios de campanha proporcionam um modelo razoavelmente definitivo do que elas esperam consumar.

Em resposta ao conceito de defesa ativa dos EUA, os soviéticos iniciaram o desenvolvimento de uma contramedida destinada a anular as vantagens previstas. Denominada "investida arrojada", ela coloca regimentos de fuzileiros motorizados reforçados do segundo escalão do exército à frente dos elementos avançados do primeiro escalão. Seu objetivo é evitar que a força de cobertura dos EUA desempenhe sua missão de identificar a localização, direção e composição do principal ataque soviético.

Dadas as proporções das forças envolvidas, tais regimentos não teriam grande dificuldade em eliminar as unidades da força de cobertura dos EUA e de se aproximarem das posições avançadas da ZCP. Na realidade, esta investida arrojada situa a linha de contacto logo à retaguarda das nossas unidades da ZCP.

O resto da hipótese é coerente com seus preceitos de muitos anos: o emprego maciço de artilharia (com até 140 peças por quilômetro de frente de penetração) e superioridade esmagadora em homens, carros de combate e veículos de combate de infantaria. O ataque contra a ZCP seria precedido por atividade de sabotagem e apoiado diretamente por operações desant[3] empreendidas por subunidades principais dos escalões divisão e inferiores.

Estas serão realizadas por forças aeroterrestres de 120 a 180 quilômetros mais à retaguarda e por assaltos aéreos nas zonas da divisão e Corpo de exército para ocupar posições chaves ao longo dos itinerários de fuga dos EUA. As forças do primeiro escalão do assalto principal pressionam o ataque, ultrapassando as unidades de investida arrojada para localizar, atacar e penetrar as forças da ZCP nas áreas menos defendidas. É previsto e aceito o índice de desgaste extremamente elevados a fim de manter o ímpeto do avanço e conservar do seu lado a iniciativa do combate. A orientação soviética difere em grande parte da prática dos EUA em relação aos objetivos pretendidos:

> O assalto não será destinado necessariamente à conquista de terreno chave; em vez disto, as unidades atacantes tentarão avançar através de áreas mal defendidas ou desocupadas para criarem brechas que permitam as forças de exploração atacarem profundamente a retaguarda inimiga.[4]

O que esta declaração insinua, e é explicitamente apresentado noutras publicações soviéticas, é a precisão do desbordamento de pontos fortes e posições de combate inimigos. As forças combatentes desdobradas à frente não constituem objetivos do primeiro escalão, devendo ser em geral evitadas ou ultrapassadas. O principal imperativo desses elementos avançados é manter o ímpeto e penetrar.

Os objetivos típicos de uma divisão de fuzileiros motorizada poderiam incluir as reservas divisionárias do inimigo (denominadas reservas táticas pelos soviéticos), as unidades de artilharia de campanha (principalmente as dotadas de capacidade nuclear), as reservas de Corpo de exército, postos de comando, áreas logísticas principais e pontes importantes ou pontos de estrangulamento que controlem a retirada de forças americanas. Depois de atingidas, capturadas ou destruídas estas posições, a operação terá evitado eficazmente a reconstituição da defesa, e transformar-se-á numa exploração e perseguição com a passagem de forças reforçadas com carros de combate para completar a destruição do remanescente das forças inimigas na zona de combate.

De acordo com esta breve análise da ofensiva soviética é possível discernir com um grau de certeza razoável os critérios soviétivos de vitória. Os mais fundamentais deles são:

- As forças do primeiro escalão penetraram as unidades defensivas do inimigo?
- Conseguimos manter o ímpeto?
- Retemos a iniciativa no campo de batalha?
- Destruímos a continuidade do sistema defensivo?
- Podemos conduzir operações de explorações para destruir as unidades remanescentes?

O leitor tem agora à sua frente os elementos básicos da defesa ativa pertinentes a este estudo, algumas das mais importantes limitações situacionais previstas, e uma sucinta descrição da atual doutrina ofensiva soviética. Com esta informação, é possível sintetizar estas expectativas divergentes e identificar as incoerências mais significativas na lógica entre a doutrina americana e as possibilidades soviéticas.

As seguintes parecem ser as mais óbvias e importantes:

- A defesa ativa denota ser uma defesa em profundidade. Embora isto seja um tanto válido quando comparado às anteriores dos EUA, ela pode ser demasiadamente pouco profunda, tendo em vista as distâncias que caracterizam os objetivos intermediários e final soviéticos. Na prática, a profundidade da zona de combate principal tem tendência a ser ainda menos profunda; as reservas são dispostas normalmente logo à retaguarda das unidades avançadas da ZCP, bem ao alcance da artilharia soviética.

Em conseqüência, pode-se esperar que sejam realizados reconhecimentos e preparação de segunda prioridade desde a área restante até a retaguarda, se realmente chegarem a ser efetuados. Esta tendência de desdobramento facilita os esforços soviéticos para fixarem, penetrarem e desbordarem o sistema defensivo. A importância desta ação não pode ser superestimada; dentro da seqüência soviética da ofensiva é absolutamente essencial *penetrar* o inimigo em vez de apenas repeli-lo.

- Na execução da defesa ativa, prevê-se que as unidades da ZCP estejam preparadas para aceitar um combate decisivo a fim de reterem terreno essencial ou impedirem a entrada em determinadas áreas vitais. Isto será conseguido pela preparação e ocupação de zonas e posições de combate. Esta abordagem enquadra-se perfeitamente no conceito tradicional americano de objetivos apropriados, mas ignora o que os próprios soviéticos identificarão como seus objetivos.

Conforme observa o estudo MOSA (Operações Militares do Exército Soviético), o terreno dominante raramente é o único objetivo para os soviéticos. Uma vez que os objetivos iniciais das forças do primeiro escalão se encontrarão muito além das unidades avançadas da ZCP, esta disposição por parte das unidades dos EUA de aceitarem um combate decisivo não invalida os planos soviéticos; em vez disto, ela auxilia o processo de penetração ao imobilizar parte das forças defensivas.

• A capacidade de reforçar uma área crítica no momento crítico é o núcleo do conceito de defesa ativa. Este processo prevê unidades menos empenhadas da ZCP rompendo o contacto com o inimigo, retraindo pelos flancos ocupados núcleos de defesa mais a retaguarda e voltando a combater, enquanto outras unidades avançam oriundas da retaguarda quando então a força em conjunto se movimenta para a retaguarda. Mesmo se não levarmos em conta as ações soviéticas, as falhas normais do equipamento, os veículos perdidos, os comboios desviados e as comunicações de comando e controle sobrecarregadas levantam sérias dúvidas sobre a conveniência desta técnica.

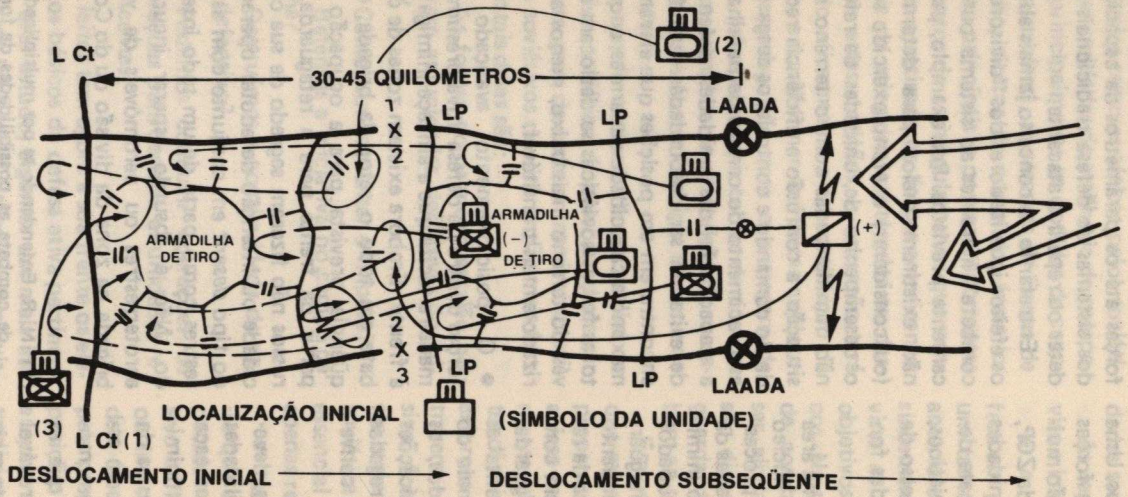
Além destes problemas internos, deve-se também considerar as possibilidades de guerra eletrônica soviéticas, a ameaça crescente de ataques aerotáticos inimigos, a capacidade da artilharia russa de destruir ou neutralizar unidades em especial se estas se encontrarem em movimento), e o ritmo acelerado que as suas forças esperam manter. É provável que o resultado líquido contribua mais para sobrecarregar o sistema de comando e controle americano do que para a criação de uma defesa eficiente.

• A defesa ativa baseia-se profundamente nos multiplicadores de combate a* fim de reduzir a desproporção entre forças até os parâmetros da capacidade dos sistemas de defesa tradicionais para deter ou repelir o atacante.

Entretanto, o conceito jamais aborda os efeitos igualizadores dos "divisores de combate" inerentes ao sistema ou logicamente previstos. Por exemplo, parece não existirem meios para determinar (ou considerar) o efeito exercido sobre o desempenho de unidades de reforço não familiarizadas com o terreno ou a situação, a confusão e eficiência reduzida do comando e controle, os desgastes e escurecimento do campo de batalha, ou a capacidade das unidades defensivas de evitarem ser desbordadas quando se encontrarem em posições que elevam ao máximo a capacidade das armas, enquanto as forças soviéticas se deslocam através do terreno mais baixo, menos arborizado e mais transitável.

• O posicionamento avançado das forças dentro da defesa ativa presume de maneira tácita que a ameaça inimiga será à frente. Embora existam zonas de combate em todo o setor da brigada, a seqüência prevista para a ocupação é a partir da frente para a retaguarda. Os russos não fizeram segredo de sua capacidade ou intenção de adotar operações do tipo *desant* em conjunto com as terrestres como parte de um todo integrado. Não é absurdo esperar incursões aeroterrestres ou aeromóveis de valor brigada na zona da divisão ou do Corpo

(*) N. R. Entendendo-se por multiplicadores de combate as possibilidades da força e as deficiências da força confrontante, específicas de uma situação que permite. equilibrar ou desequilibrar o poder de combate.



Observações:

(1) Não constitui um limite da retaguarda no sentido tradicional da palavra.
(2) Unidade "de reforço" da parte menos empenhada do LAADA.
(3) Unidade "de reforço" da reserva do Corpo recém-chegada.

A defesa é levada a cabo com a mesma estrutura de força utilizada no exemplo encontrado no *FM* 71-100, **Brigade and Division Operations, (Armor/Mechanized),** Departmento do Exército, Washington, D.C., maio de 1977, pp. 4-65 a 4-70.

Observe que cada fase subseqüente da resistência empenha um maior número de batalhões. Zona da Força de Cobertura (+), LAADA = dois batalhões, armadilha de tiro inicial = três batalhões, subseqüente = quatro batalhões, refletindo o método de reforço proposto.

Figura 2

de exército para facilitar a exploração rápida após a penetração.

• A defesa ativa, tal como concebida atualmente, parece apreciar de maneira inadequada o ritmo dos progressos que as publicações militares soviéticas e as forças disponíveis indicam serem prováveis. Um preceito básico do atual plano defensivo é o processo de "reciclagem" dos sistemas de armas críticos, segundo o qual eles engajam o inimigo numa posição avançada e se deslocam depois para novas posições, cerca de 3 a 5 quilômetros mais à retaguarda, para combaterem mais uma vez.

Embora istō pareça razoável à primeira vista, se considerarmos a velocidade relativa de movimento através campo das unidades dos EUA que se deslocam para a retaguarda por itinerários cobertos e indiretos enquanto as tropas soviéticas avançam através de terreno relativamente plano e aberto, torna-se logo evidente que a ocupação de posições subseqüentes a alguns quilômetros de distância provavelmente se transformará numa corrida. Nesta altura, a capacidade de realizar uma ação defensiva coerente torna-se assaz tênue.

• Existe ainda um problema fundamental na defesa ativa. Isto é, se as forças disponíveis forem empenhadas na ZCP da maneira prevista com freqüência, não haverá suficientes recursos de combate disponíveis subseqüentemente para combater a segunda batalha, mesmo se vencermos a primeira.

De acordo com o conceito de Exército Total e as atuais limitações na mobilidade estratégica, é improvável que quaisquer reforços de grande vulto estejam disponíveis no mínimo por várias semanas. Portanto, parece haver uma lógica desarticulada na afirmação de que esta será uma "guerra inopinada" enquanto se planeja empregar esses escassos potencial humano e material de tal maneira que sejam esgotados bem antes da chegada de reforços.

Conclusões

Antes de considerar que conclusões podem ser razoavelmente extraídas do que já foi abordado, devo acentuar um importante aspecto. Estou ciente da grande influência que a política e diretrizes da OTAN exercem na determinação do tipo de defesa a ser empreendido e de quanto território deve ser utilizado na sua execução. Porém, isto não exclui a responsabilidade do militar profissional de considerar, explorar e, quando possível, testar esses conceitos e aconselhar os planejadores políticos sobre as conseqüências das suas decisões.

Já que foram apresentados os argumentos e feitas as advertências, chegou o momento de identificar estas cinco conclusões gerais:

— A definição convencional de "vencer" deve ser substituída por uma baseada em privar o inimigo de seus pré-requisitos para a vitória.

— A defesa ativa não deve ser de modo algum uma defesa no sentido americano tradicional, mas um retardo com resistência cada vez mais crescente sem permitir o engajamento decisivo ou a oportunidade de penetração e rompimento do sistema defensivo.

— Para corroborar as conclusões precedentes, deve ser alterada a seqüência das prioridades das unidades para refletirem, em ordem, a sobrevivência e a eficiência como uma unidade, a manutenção da integridade do sistema defensivo e a inflição do máximo de danos ao inimigo, sem permitir o combate decisivo.

— A validez e conveniência de se aceitar como dogma que a próxima guerra será de curta duração (de duas a três semanas) precisam ser reavaliadas. Embora seja sem dúvida atraente política e economicamente, este conceito assegurará aos soviéticos, por definição, uma posição vantajosa para negociar, enquanto suas forças se encontram no interior do território da OTAN.

— Provavelmente, a deficiência mais grave é a impossibilidade de abordar, de alguma maneira, como será empreendida a defesa ativa se forças *desant* de vulto estiverem atuando na retaguarda da divisão ou Corpo do Exército. Nenhuma outra faceta da doutrina soviética apresenta potencial tão letal para destruir a viabilidade da defesa ativa. Isto é devido parcialmente à dificuldade prevista de se realizarem operações anti*desant*, mas em maior grau ao fato de a comunidade doutrinária não ter ainda iniciado o estudo meticuloso do problema.

No quadro geral da análise e das conclusões já expostas, é possível identificar algumas recomendações específicas para compatibilizar a defesa ativa ao provável ambiente do campo de batalha em que será empregada. Elas são:

• Dever-se-ia considerar o estabelecimento do LAADA inicial mais para oeste ou a ampliação dos planos atuais para a retaguarda mediante um segundo LAADA que poderia ser ocupado caso as unidades não conseguissem chegar às posições mais avançadas.

• Alteração na seqüência das prioridades de combate para fazê-lo refletir a preservação da integridade das unidades e o preceito de que impediência da penetração do sistema defensivo é mais importante que a retenção de terreno chave.

• Desenvolvimento de critérios discretos e sua comunicação às unidades combatentes para que possam determinar o que constitui engajamento decisivo.

• Reorientação dos pelotões de reconhecimento dos batalhões, reforçados por uma equipe de guias de cada companhia, para realização de reconhecimentos pormenorizados, seleção e preparação limitada de posições na retaguarda.

• Os efetivos e missões da força de cobertura devem ser reavaliados à luz do conceito soviético de investida arrojada para determinar a conveniência de se designar uma parte tão significativa das forças de combate disponíveis para a frente da ZCP.

• As zonas das brigadas devem ser consideravelmente mais profundas, com as reservas dispostas em profundidade.

• As unidades da ZCP devem ser treinadas a realizar operações retrógradas rápidas sem aceitarem o engajamento decisivo em situações em que as comunicações acima do escalão batalhão sejam limitadas ou nulas.

• A área decisiva deve ser reforçada por unidades avançadas que recuem e por unidades da retaguarda que se desloquem pelos flancos para desenvolver e executar armadilhas de tiro preparadas, e não por unidades da retaguarda que tentem avançar.

• A ocupação de posição e zonas de combate deve ser efetuada por movimentos de profundidade consideravelmente maior — isto é, batalhões que se desloquem para a retaguarda 10 ou mais quilômetros de cada vez.

Os aspectos essenciais dos cinco capítulos são indicados de maneira esquemática na Figura 2.

Finalizando, a intenção deste artigo não é comprovar que é impossível empreender operações defensivas contra as forças soviéticas, e sim que é possível fazê-lo, desde que sejam modificados alguns conceitos e alterada a seqüência das prioridades. Espera-se que este artigo seja de assistência no processo de discussão e avaliação do emprego do conceito de defesa ativa no ambiente da OTAN.

REFERÊNCIAS

1 Manual de Campanha, (*FM*) 100-5, *Operações*, Departamento do Exército, Washington, D. C. 1º de julho de 1976, p. 1-1.

2 *FM* 71-100, *Brigade and Division Operations (Armor/Mechanized)*, Departamento do Exército, Washington, D. C., maio de 1977, p. 4-69.

3 Este termo é traduzido diretamente do russo. Ele abrange um conceito do pensamento tático e estratégico que não tem equivalente no Ocidente. Muito semelhante ao alemão *Schwerpunkt*, ele significa muito mais que o indicado pela tradução literal. As operações *desant* incluem todos os tipos de operações realizadas mediante o ataque aos flancos ou à retaguarda, marítimo ou aéreo, e dependem do segredo e da rapidez para conseguir sua missão. As tarefas *desant* variam de grupo de combate a divisão em valor, e de táticas e estratégicas em escopo e impacto. Segundo a perspectiva soviética, o mérito excepcional deste tipo de operação reside no seu profundo efeito destrutivo sobre o moral e a disposição para o combate das tropas inimigas. Para maiores informações sobre este conceito, ver *Armies and Weapons*, Número 27, pp. 21-25.

4 *Military Operations of the Soviet Army (MOSA)*, Relatório do *USAITAD* No. 14-u-76, Subchefia de Informações do Estado-Maior do Exército, Washington, D. C., p. 13.



O Major Floyd V. Churchill integra atualmente a equipe de artilharia do Grupo de Prontidão Bragg, no Forte Bragg, Carolina do Norte. Formou-se por The Citadel, e obteve os títulos de Mestre em Artes da College of William and Mary e de Arte e Ciência Militares da ECEME/EUA, turma de 1978. Serviu na Alemanha num estado-maior de planejamento de exercícios do V Corpo, e participou de diversas operações da Força Móvel Aliada em vários países da OTAN, quer como comandante ou oficial de ligação do contingente de artilharia dos EUA.

(Transcrito da MILITARY REVIEW — Edição Brasileira — 1º Trimestre 1979)

AS RAÍZES DA CRISE BRASILEIRA

José Maria Vilar de Queiroz

Ministro de 2ª Classe, Ministério das Relações Exteriores, diplomado pela Escola Superior de Guerra (Turma de 1980).

Nesta cerimônia de conclusão do Curso Superior de Guerra e do Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas, nossa primeira palavra é de agradecimento ao Senhor Vice-Presidente da República, por se ter dignado vir emprestar-lhe o brilho de sua presidência; aos Senhores Governadores, cuja presença traduz o interesse de todo o país na formação de suas lideranças; aos Senhores Ministros de Estado, que dedicadamente contribuiram para os trabalhos dos Cursos; e às demais autoridades que aqui vieram.

A Turma de 1980 deliberou marcar o seu nome, para a memória da Instituição, como Turma Rui Barbosa, para que a lembrança dos ideais de que foi paladino esse grande vulto de nossa História traduzisse o mesmo empenho da geração atual em dar cunho de racionalidade e clarividência aos rumos deste país, como ele o fez da maneira mais brilhante nas primeiras décadas do Brasil republicano. Mais do que o respeito ao internacionalista que em 1907 defendeu a igualdade jurídica dos Estados, em 1916 definiu de maneira irretorquível o conceito de neutralidade e, em 1917, apoiou vigorosamente a "aliança da civilização para defesa do Direito das Gentes"; mais do que a homenagem ao jurisconsulto e constitucionalista que realçou o papel estabilizador da lei e da justiça; mais do que o aplauso ao nacionalista ardente, sempre preocupado com a independência e a soberania da pátria, desejamos reconduzir à lembrança da Nação a Rui Barbosa, o homem feito só de convicções, que ligou sua vida ao destino do país, rejeitando os limites da prudência ou a covardia da deserção até o ponto de amargar vicissitudes, incompreensões e equívocos de interpretação, alguns até hoje ventilados mas que não correspondem às verdadeiras posições que assumiu. Queremos relembrar o homem que, na velha expressão de Horácio, "erigiu um

monumento mais perene do que o bronze": o legado de sua inteligência na conceituação de nossas soluções, no plasmar de nossas instituições, na conformação de nossa sociedade; o batalhador ardoroso e veemente das grandes causas nacionais, da Abolição à reforma eleitoral, da implantação de um Federalismo com o maior grau possível de descentralização administrativa ao fortalecimento do Município como célula básica da Nação. O homem que, no dizer de Luiz Delgado, "deu à República o que ela não encontraria em nenhum outro dos que a fizeram: mais do que uma forma, um pensamento político que seria a sua substância". Mas, sobretudo, queremos recordar aquele que combateu a Monarquia pela aversão desta a reformas necessárias, com a veemência que levou Benjamin Constant a dizer-lhe três dias antes do evento: "o seu artigo de hoje me convenceu de que não temos remédio nenhum senão a proclamação da República.

No preito a Rui Barbosa, quisemos também ligar a mais brilhante de nossas inteligências a este templo onde se meditam e pensam os problemas do Brasil, que é a Escola Superior de Guerra, num momento em que as concepções sociais do grande tribuno baiano quanto à liberdade, à autoridade, ao direito e à racionalidade das decisões mais são reclamadas pela conjuntura nacional.

No decorrer deste ano, pudemos sentir a relevância da Escola Superior de Guerra na formação do pensamento político das elites brasileiras, como escola de altos estudos da problemática de Governo, organizada, no dizer do ex-Presidente Castello Branco, "para estudar o destino do Brasil". Sua contribuição lúcida ao debate nacional parte, como bem assinala Afonso Arinos de Mello Franco, do fundo democrático de sua teoria do Poder político. Erigindo a Democracia como um dos Objetivos Nacionais Permanentes, a Escola Superior de Guerra ressalta à consciência nacional os reclamos de compor a Segurança indispensável e o Desenvolvimento possível com maior grau de participação da sociedade, dimensão necessária para enfrentar os desafios sócio-político-econômicos da conjuntura interna e externa.

A convicção democrática, arraigada na doutrina da Escola Superior de Guerra, não é o simples culto de uma fórmula como se ela fosse o ideal dos regimes políticos, mas antes sua aceitação como o menos imperfeito dentre eles. É a certeza de que a *sociedade aberta* excede a todas como processo de solução de problemas, constante da vida tanto dos povos quanto dos indivíduos. É a opção, em termos políticos, por aquilo que Karl Popper chama de "forma de sociedade que permite a irrestrita apresentação de proposições diferentes, seguida da crítica e da efetiva possibilidade de mudança". É a possibilidade de melhor responder à vocação humana, à esperança de uma vida melhor.

A esclarecida orientação do atual Comandante da Escola, o Almirante Carlos Henrique Resende de Noronha, aprofundou a ênfase já implícita numa maior participação social, política e econômica do povo brasileiro na construção e gerência de sua sociedade. Graças aos modernos meios de comunicação, a atividade política penetra na vida cotidiana de cada cidadão, não podendo mais, em conseqüência, restringir-se aos hemiciclos fechados.

Não é fácil nem alegre o caminho da construção de uma democracia participativa. É um processo evolutivo, que não se impõe, mas se prepara e cultiva,

envolvendo a responsabilidade de todos. A abertura não é a simples decretação de uma liberdade que possa agradar aos que querem dela usufruir sem responsabilidade. Hobbes já advertia em seu Leviatã: "O homem é mais inclinado a criar a desordem, quando goza de suas liberdades". Nem é por outra razão que as próprias democracias consolidadas do Ocidente vêm aperfeiçoando continuamente seus mecanismos de auto-defesa. E a democracia brasileira não dispensará a vigilância contra contestações e provocações que ponham em xeque a tranqüilidade nacional.

A tarefa de aperfeiçoamento das nossas instituições políticas passará necessariamente por etapas importantes, das quais não será a menor, uma profunda reforma social. Essa conscientização já foi expressa nas palavras do Presidente Figueiredo: "Não haverá desenvolvimento econômico digno de nossa pátria se não estiver fundado na justiça. Não haverá Brasil realmente próspero enquanto conviverem, lado a lado, a riqueza e a miséria. O desperdício e a escassez. A abundância e a fome". Nem faltam os que reconhecem que "nenhuma sociedade é estável se está eivada de profundas contradições e desigualdades, incompatíveis com a dignidade do homem". Mas poucos aceitam, em termos operacionais, a imperiosa liquidação das formas inveteradas de opressão social e dominação" que, no dizer de San Tiago Dantas, "se institucionalizaram em nossa realidade em proveito de classes, grupos ou interesses". O problema da desigualdade social persistirá. Ele continua presente até nas sociedades pós-industriais. Mas o importante é atacar as raízes das desigualdades inaceitáveis, saindo da cômoda retórica para o sacrifício da ação.

Como laboratório de nossa problemática, a Escola Superior de Guerra nos infundiu a preocupação da profundidade das análises: por que as coisas acontecem ou por que não acontecem? Por que o Brasil, ficou, desde fins do Século passado, a reboque da história, deixando que seus parceiros se distanciassem, perdido na cronicidade de uma estrutura dualista e desequilibrada?

Certamente a crise brasileira não traduz ausência de meios para construção de uma grande nação. Ela é persistentemente uma crise de mentalidade, de métodos e de competência das elites, entendidas estas como as pessoas ou grupos que, em razão do poder que detêm ou da influência que exercem, marcam os rumos da vida nacional, seja pelas decisões que tomam, seja pelas idéias, sentimentos ou emoções que simbolizam.

Já em 1933, Roberto Simonsen demonstrava que, entre os fatores de atraso do Brasil, se destacava naturalmente, por seu caráter básico, "a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos". Em contraposição, tínhamos "as especulações individualistas, pesquisas isoladas e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal". E concluia: "Não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas".

Entre os princípios que, há trinta e um anos, inspiraram seleto grupo de brasileiros militares a criar a Escola Superior de Guerra, que teve como primeiro Comandante o Marechal Cordeiro de Farias, achava-se exatamente o mesmo diagnóstico de Roberto Simonsen: a verificação de que urgia mudar os hábitos de trabalho no Brasil, responsáveis até

então pelo atraso de nosso desenvolvimento; era preciso substituir a prática individualista pelo trabalho de conjunto e pelas técnicas de planejamento. A Escola aperfeiçoou, como uma de suas melhores contribuições à cultura nacional, esse método de trabalho e da racionalização da ação política no Brasil. Mas, apesar disso, ainda estamos, hoje, longe de superar esse individualismo, traço peculiar do caráter brasileiro, que leva à disposição de forças, à competição injusta e à discórdia. Mas os que reclamam a descentralização da geração e da destinação dos investimentos ou se insurgem contra a expansão da intervenção do Estado na economia não poderiam desprezar o fato de que ao Estado moderno incumbem pesadas responsabilidades macroeconômicas, como o controle do suprimento monetário, a contenção das tendências inflacionárias, o equilíbrio das contas externas e um nível satisfatório de crescimento e de geração de empregos, além da obrigação precípua de prover maior justiça social, já que as formas capitalistas não a geram de maneira automática.

Responsabilidades essas que marcam, em todos os quadrantes, novas linhas de atuação estatal. O mundo capitalista assiste, desde a década de 60, à institucionalização progressiva de formas de regulação econômica e social, como imperativo de evolução. É forçoso reconhecer que o pleno exercício da economia de mercado, da mesma forma que a abertura política, exige grande responsabilidade de todos, pois é impraticável pretender gozar de benefícios sem contrapartida de deveres. Ao livre jogo das forças do mercado substituiu-se hoje o funcionamento do mercado institucional, onde o "laissez-passer" continua a ser uma virtude porém não tem mais cabimento o "laissez-faire". Nem é possível que a alta de preços tome o lugar dos ganhos de produtividade como processo de financiamento dos investimentos. O Bem Comum impõe os limites da liberdade do mercado e ao Estado a obrigação de evitar as distorções que violentem o interesse coletivo.

Importa, assim, desfazer o equívoco de se buscar rígida demarcação das linhas de ação do Estado e da empresa, quando os erros estão menos no princípio da intervenção estatal do que nas formas e nos abusos de sua execução. Ao Estado competem mais e mais atribuições privativas de presidir à negociação e à arbitragem sociais, de promover mudanças estruturais que acomodem o pacto social aos reclamos de maior justiça, sem que tudo isso signifique ações incompetentes, ingerências descabidas ou centralização exagerada que culminam em deseconomias de escala. Em todas as sociedades, o poder público vem afirmando seu controle sobre o campo econômico, por intervenções diretas ou indiretas, mas qualquer nação paga bem alto o preço de encargos ou da ineficiência. Caberia às elites marcar os contornos desse processo em evolução, sem fazer o jogo das ideologias, que não podem dar conta de nossa realidade por sua inflexibilidade dogmática de forma e conteúdo.

A Escola Superior de Guerra não tem a pretensão nem a intenção de oferecer soluções concretas para cada um dos problemas brasileiros. Ela considera fundamental que se cultive um método racional de equacioná-los; que se superem uma mentalidade e hábitos individualistas e egoístas; que prevaleça uma lógica global na arquitetura complexa de nossa sociedade em transição; que uma elite cada vez mais numerosa e atuante impo-

nha a cadência de comportamentos coerentes e patrióticos, reduzindo o campo dos equívocos, dos mitos, das meias verdades; que o trabalho em conjunto fortaleça a participação e a representatividade dos diversos segmentos da sociedade; que a mística do planejamento prevaleça não apenas como a técnica mais inteligente de governar, mas sobretudo com a função de reduzir o campo das incertezas, na interdependência crescente e na insegurança do atual cenário internacional. A Escola Superior de Guerra é, sem sombra de dúvida, uma escola de civismo e de nacionalismo esclarecido, aquele que repele preconceitos e que se cinge a incluir sistematicamente, na aritmética dos problemas e soluções, o denominador comum do interesse nacional.

O longo mergulho que demos na realidade nacional, no curso deste ano, nos revelou a natureza daqueles fatores que retardam o progresso e a justiça social em nossa pátria. Mentalidade, método e incompetência das elites e lideranças continuam a prolongar a crise estrutural de nossa sociedade. Seria lícita, então, a constatação onipotente de uma deterioração das coisas? ou a perda de segurança quanto ao curso dos eventos sociais?

Longe disso, o contacto direto com nosso universo nacional, a peregrinação intelectual que nos levou da vastidão amazônica às fronteiras do sudoeste nos sugeriram o desabrochar concreto de fundadas esperanças. Pudemos vislumbrar o muito fazer num Brasil grandioso de amanhã. Aprendemos um pouco de como fazer o Brasil de nossos dias. Atestamos que o país está muito acima da dimensão dos problemas internos e externos que hoje o assoberbam. É somente uma questão de vontade e competência. Seu potencial natural e humano é exuberante. Tanto que, a despeito dos erros e desequilíbrios, já pode ostentar a décima economia do mundo.

Meus caros companheiros:

Hoje iniciamos a nossa diáspora, apenas com a nota triste da perda inexorável de nosso colega Enio Aveline, o companheiro afável, inteligente, empresário responsável, líder de classe atento ao futuro do país. Na volta a nossas atividades normais, que mensagem levamos? Que missão assumimos?

Em seu famoso Discurso da Suécia, em 1957, ao receber o Prêmio Nobel, o grande escritor Albert Camus proclamou: "Cada geração se crê destinada a refazer o mundo. A minha sabe, entretanto, que não o refará. Mas sua missão é talvez ainda maior. A de impedir que o mundo se desfaça".

A missão de nossa geração é a de recuperar o atraso do Brasil e assegurar a dimensão justa de sua sociedade, para que ele não perca mais uma vez o seu compromisso com a História. É possível construir, na vastidão do trópico, a nação que queremos: soberana sem peias, próspera, socialmente aberta e democrática, sem desigualdades gritantes, sem discriminações nem privilégios. Coesa dentro das disparidades morfológicas. que a compõem. Uma sociedade "concertada", em que todos sejam partícipes e responsáveis, para que todos sejam beneficiários do esforço comum. Uma potência emergente num novo patamar geopolítico que a própria crise internacional paradoxalmente enseja, como a poucas outras no concerto das nações.

Para tanto, é necessário lutar sem vacilações, sem absenteismo, sem comodismo nem concessões contra aqueles fatores já identificados e que vêm dificultando nossa marcha. É indispensável preservar os ideais de nossa civilização e cultu-

ra, que o povo brasileiro adotou como arcabouço de seus Objetivos Nacionais maiores e em cuja defesa se fez a Revolução de 1964; salvaguardar nossa índole cristã e pacifista. Aperfeiçoar o corpo doutrinário que elegemos: a opção democrática, o modelo da economia de mercado baseado na livre iniciativa, o objetivo do crescimento acelerado como único meio de prover a justiça social nas condições brasileiras atuais. Para que esse Brasil Grande seja possível, é essencial que se imponha a racionalidade de posições e de decisões; que um sistema de valores mais altos seja reconhecido e aceito por todos, como consenso mínimo que amenize os conflitos, pois estes continuarão a ser o instrumento inevitável de regulação da sociedade. Mas é imperativo, também, que cada cidadão reordene os termos de sua equação pessoal, a fim de equilibrá-la com menos interesse próprio, maior preocupação social e maior dose de patriotismo.

Temos o diagnóstico de nossas fraquezas, de nossos problemas básicos. Podemos seguir autoconfiantes, sem todavia esquecer a advertência do grande vate espanhol Antonio Machado: "Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar". Não há receitas infalíveis e universais, e deveras difíceis serão os caminhos de construção de uma grande nação, no mundo conturbado de nossos dias. Mas que, no cumprimento de nossa missão, nos inspire a conclamação de Rui Barbosa:

"BRASIL DE ONTEM E DE AMANHÃ, DAI-NOS O DE HOJE, QUE NOS FALTA."

Discurso na Escola Superior de Guerra em 11-12-1980

ORAÇÃO ALUSIVA ÀS VITÓRIAS DA FEB NA ITÁLIA

Octavio Pereira da Costa

General de Divisão, Diretor de Extensão e Especialização do Departamento de Ensino e Pesquisa do Ministério do Exército.

Ano após ano, normalmente no dia 21 de fevereiro, nosso Exército relembra, em todos os seus quartéis, as vitórias da FEB na Itália e realiza a solenidade principal, quase sempre neste Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em culto que já se fez tradição e que recebe a solidariedade de toda a nação, na invariável presença do Presidente da República e do povo da cidade do Rio de Janeiro.

Relembrando as vitórias de nossa força expedicionária, nos combates de Monte Castelo, La Serra, Castelnuovo e Montese, reverenciamos nossos heróis de todos os combates, das horas gloriosas ou amargas de nossa participação na luta contra o nazi-fascismo.

Nossa força expedicionária foi uma só Divisão, presença do Brasil em meio a dezenas de outras de cada qual de nossos principais aliados, na cena do teatro europeu. Chegando ao chão da luta a oito meses de seu fim, deveria estar sempre empenhada em combate, estóica e denodada unidade, sem rodízio e sem repouso, para bramir ao mundo nossa resposta à agressão hitlerista.

A carência de recursos humanos na frente italiana, decorrente da transferência, para o sul da França, de experientes tropas aliadas, e o imperativo de nossa permanência na luta impuseram-nos operações difíceis, em terreno ingrato, e, não raro, com pequenas probabilidades de êxito, mas com a finalidade, por igual honrosa, de manter os nazistas sob pressão constante, aferrados à península, sem poder poupar efetivos com que reforçar as frentes da decisão.

Sempre em posição, guarnecendo setor acima das possibilidades dos meios, jamais atacando com a Divisão inteira — na potencialidade de seus três regimentos de infantaria, antes fazendo prodígios, conseguindo dispor de atacantes com o sacrifício e o risco dos defenso-

res, o comando brasileiro não se poderia permitir veleidades de brilho operacional e teria de ser o que foi: bom senso antes, equilíbrio e poupança sempre, nunca bonapartismo e aventura. Daí o dizer-se que a campanha da Itália foi uma guerra de Sargentos, de Tenentes e de Capitães, e daí ter sido o soldado, o soldado desconhecido, o nosso querido e anônimo pracinha, hoje aqui reverenciado, o seu herói maior.

Situam-se os combates de Monte Castelo, La Serra e Castelnuovo no quadro do Plano "Encore", do 4.º Corpo de Exército americano, a que estava integrada a nossa Divisão Expedicionária, ofensiva preliminar, de objetivos limitados à conquista de bases e observatórios, indispensáveis ao desencadeamento da ofensiva final, a Ofensiva da Primavera, lançada pelo V Exército, a que todos pertencíamos, e de que Montese foi, para nós, o grande momento de choque e de ruptura.

O combate de Monte Castelo, a 21 de fevereiro de 1945, a que se seguiram as operações de consolidação, prolongando-se em La Serra até o dia 25, é a vitória do valor moral, da tenacidade e da constância dos nossos pracinhas, vingando o sacrifício de quatro tentativas fracassadas e quebrando o tabu do baluarte que já parecia ser inexpugnável.

Castelnuovo, a 5 de março, é o combate de maior expressão tática, hábil manobra de isolamento do ponto forte de Soprassasso e de convergência de dois ataques sobre o lugarejo.

Cabe a Montese, a 14 de abril, ter sido o mais sangrento e o de maior valia no âmbito geral da ofensiva, pela terrível reação oposta pelos nazistas e por abrir-se, naquele maciço, uma das portas que levariam à terminação da guerra na península italiana.

Embora compreendendo a exata dimensão da FEB no contexto da imensa conflagração que envolveu exércitos e nações como um todo, o Exército Brasileiro procura dar ressonância nacional às comemorações anuais de seus feitos porque tem consciência de sua significação em nossa evolução histórica e porque, acima de tudo, deseja marcar nosso completo repúdio ao totalitarismo nazi-fascista e proclamar nossa inquebrantável fidelidade à democracia e à liberdade.

As grandes transformações operadas no Brasil depois de 1945 têm suas sementes em nosso esforço de guerra, na contribuição estratégica do Nordeste brasileiro para a vitória aliada e no sangue de marinheiros, aviadores e soldados, sacrificados no cumprimento do dever.

Combatendo de igual para igual, com os melhores soldados do mundo e assistindo, de perto, aos dramas de outros povos, nosso homem parece ter aprendido a confiar em suas próprias possibilidades e na valia de sua fraternidade, de sua democracia vivencial e da maneira brasileira de ser e de viver.

A FEB ajudou a consolidar nossas convicções democráticas e a amadurecer a consciência profissional do Exército Brasileiro, a firmar a prevalência da disciplina e da hierarquia, contribuindo para encerrar o ciclo do tenentismo e substituir o individualismo idealístico ou anárquico pelo sentido de união e de vontade coletiva a serviço dos anseios nacionais.

A FEB não se isolou em sua glória e não se enquistou à margem da instituição. Seus chefes, longe de perseguirem dividendos políticos, dedicaram-se a ajudar os ex-combatentes a se reintegrarem à vida normal, nos exemplos de desam-

bição, de patriotismo e de solidariedade humana — primeiro, de MASCARENHAS DE MORAES; depois, de CORDEIRO DE FARIAS, cuja morte hoje pranteamos.

Nossa colaboração para a vitória aliada ensejou a oportunidade histórica para a realização do grande projeto siderúrgico de Volta Redonda — alicerce do processo de industrialização e da iniciação de um imenso esforço de desenvolvimento nacional.

Ao cultuar os feitos militares e reverenciar seus heróis, como imperativo da formação moral dos quadros e da tropa, o Exército Brasileiro, inspirado no exemplo de seu patrono — o grande pacificador, procura esquecer as nações e os homens com que se defrontou, mas mantém acesa a memória de causas e ideais que o levaram ao recurso extremo da luta armada. Daí por que assumem repercussão nacional e anualmente se renovam, com beneditina constância, nossas homenagens aos que souberam defender a democracia e a liberdade, contra o nazi-fascismo — na Itália, e, dentro de nossas fronteiras, de armas na mão, nas cidades e no campo, contra o totalitarismo marxista, na intentonta de 35 e nas recentes investidas da subversão e do terrorismo. É que os combatentes da FEB se identificam com esses outros combatentes, tanto na mesma missão de defender a pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, como no mesmo sentimento do dever que exige o sacrifício da própria vida.

Subindo ao pórtico das duas mãos levantadas em prece a Deus, para a reverência aos anônimos pracinhas da FEB, que deram sua mocidade e suas vidas para que pudéssemos viver sem tirania, e juntando-se às emoções dos velhos combatentes, aqui presentes, que ainda conservam na alma a imagem que lhes coube do pedaço de guerra de seus olhos, autoridades e povo renovam sua confiança no Exército de sempre e nos três soldados irmanados, aqui esculpidos, em movimento, no granito, e que garantem a paz e a liberdade, e servem, fielmente, através das gerações, à nação brasileira.

TELEMÁTICA NA AVIAÇÃO COMERCIAL

Helmut Antonio Rudiger

A VASP, pioneira na América Latina na automatização do seu sistema de reservas por computador, continua buscando através da telemática projetar, desenvolver e implantar novos sistemas que permitam dar à empresa total segurança e regularidade na operação de suas aeronaves, bem como atingir elevado índice de eficiência na sua administração em geral.

Aproveitando a disponibilidade existente na sua rede de teleprocessamento, que possui terminais em todos os aeroportos operados pela empresa, e, sem prejuízo dos programas já inseridos na unidade central do computador, dois novos sistemas projetados e desenvolvidos pela Superintendência de Telemática, colocarão a VASP mais uma vez na vanguarda tecnológica, frente às empresas de aviação comercial da América Latina e possivelmente do mundo.

A — O primeiro desses sistemas, batizado como "SABIÁ" (nome de um pássaro brasileiro, mas aproveitando-se a sigla, denominou-se "Sistema Automático Básico de Informação sobre Aeronaves"), tem como finalidade possibilitar a comunicação de dados em tempo real entre os órgãos da VASP e as suas aeronaves em vôo ou pousados nas diversas regiões e aeroportos operados pela empresa, integrando-se dessa forma à rede de dados da empresa. Na fase atual, a comunicação terra/avião e vice-versa, é feita em rádio telefonia, através de VHF/AM e HF/SSB e sendo uma intervenção humana, além de sujeita a falhas, depende da disponibilidade do tripulante técnico que dessa forma divide as suas atribuições de operação de pouso, decolagem e vôo em cruzeiro, com os procedimentos de comunicação em rádio telefonia, transmitindo e recebendo mensagens sobre assuntos inerentes ao vôo, tais como boletins meteorológicos, aviso a passageiros, etc.

Convém ressaltar que na operação de recepção de mensagem, dependendo da

extensão do seu texto, o tripulante é obrigado a escrevê-la em bloco de papel, utilizando prancheta sobre o joelho.

Esse sistema é um desenvolvimento e aprimoramento de um projeto da antiga Superintendência de Eletrônica, testado há algum tempo em uma das aeronaves da VASP, mas que foi abandonado por apresentar alguns inconvenientes, tais como, a utilização do mesmo transceptor de VHF/AM de uso dos tripulantes técnicos, informação restrita a pouso e decolagem e na parte terrestre usando uma rede telegráfica, cara e distinta da rede de teleprocessamento.

A bordo das aeronaves, o sistema executará quatro funções básicas:

1 — Transmissão e recepção de mensagens feitas através de terminal tipo impressora. Por esse terminal o sistema permitirá à tripulação acesso a todas as aplicações da rede de dados em tempo real, tais como, transmissão automática para a aeronave de:

a) boletins meteorológicos;

b) NOTAM's — notificação de alteração de curso ou rota devidos a inoperância temporária de auxílios a navegação (rádio farol por exemplo) ou por interdição de áreas de sobrevôo por motivos de exercícios militares (treinamento de tiro e paraquedistas, por exemplo);

c) alteração e/ou modificação de plano de vôo para atender conveniência da empresa (redução do consumo de combustível através da mudança de altitude de cruzeiro) ou brusca alteração meteorológica na rota, etc.

2 — Transmissão automática de mensagens concernentes à movimentação da aeronave. O equipamento transmitirá para a rede de dados automaticamente, sem intervenção humana o horário e local de pouso e decolagem; início e fim de taxi; ligadas e desligadas as turbinas; abertura e fechamento de portas, horário e local de entrada e saída de área (através das freqüências de rádio utilizadas, o equipamento detecta a entrada ou saída de uma determinada região geográfica, gerando as mensagens de entrada e saída de área).

3 — Telemetria — O equipamento tem condições de medir na aeronave grandezas analógicas e digitais e enviadas à rede de dados quando solicitadas ou em resposta a um comando do terminal de bordo. Nas operações mais modernas de aeronaves do tipo Boeing-727/200 e 737 advanced, utilizadas pela VASP, existem controles precisos e redundantes em cada sistema componente da aeronave (por exemplo, sistema hidráulico, etc.). Uma das idéias é mostrar no terminal de vídeo, para a equipe de terra que acompanha a evolução do vôo e o rastreamento da aeronave, o status e a performance da mesma, possibilitando dessa forma providências no sentido de antecipar e agilizar a operação de manutenção a ser realizada nas próximas escalas e como conseqüência, aumento da segurança e regularidade do vôo.

4 — Telefonia a bordo — permitirá aos passageiros chamadas telefônicas bidirecionais com o acesso nacional e internacional via DDD e DDI do sistema Telebrás.

Possuidor de tais características, o sistema SABIÁ trará, sem dúvida, para a empresa uma série de vantagens, redundando em economia e segurança, tais como: informações operacionais em tempo real; melhor controle da frota; facilidades para despacho de vôo centralizado; informações técnicas em tempo real para a engenharia; melhor comunicação entre terra e aeronave; acesso das aeronaves às outras aplicações da rede de da-

dos; maior segurança de vôo e acesso à aeronave dos vários setores da empresa responsáveis pelo tráfego e segurança de operação dessas aeronaves.

A rede de teleprocessamento já existente é constituída basicamente de dois sistemas IBM 360/65*, com FRONT-END instalados na sede da empresa em São Paulo e vários minicomputadores remotos (processadores remotos) instalados nas cidades onde a VASP opera com suas aeronaves. Os terminais de teleprocessamento (vídeos, impressoras, ticket printers, etc.) estão ligados a esses processadores (PTS). Para possibilitar a comunicação de dados terra/avião e vice-versa, em cada aeronave serão instalados transceptores de VHF/FM; terminal impressor; processador com memória não volátil; relógio de tempo real; terminal telefônico. Nos aeroportos de acesso à rede de dados, serão instalados transceptores de VHF/FM e um processador que interligará o link de RF ao miniprocessador (PTS) local. O processador disporá ainda de um pequeno painel de controle para facilitar a manutenção e a rápida verificação do "status" do sistema.

Esse sistema é dotado de 4 microcomputadores, sendo 2 instalados em cada aeronave e 2 em cada base da empresa. Utiliza o microprocessador 8085A da INTEL com capacidade de endereçamento para até 64 K bytes de memória.

O projeto, incluindo equipamento e programa (hardware e software), foi totalmente desenvolvido e fabricado pela VASP e sua função principal é controlar:

a) O terminal telefônico e o terminal de dados (teleimpressor) instalados a bordo das aeronaves;

b) controlar os transceptores de VHF/FM operando na faixa de 150 MHZ, utilizados no sistema, bem como supervisionar a qualidade dos enlaces efetuados entre terra e aeronave;

c) controlar a parte de telemetria a bordo e gerenciar todo o protocolo de comunicação entre as aeronaves e a rede de teleprocessamento de dados da empresa.

O microcomputador armazena os dados enviados por terra e pode pedir a repetição destes no caso de ser detectado algum erro. Armazena também todos os eventos ocorridos com a aeronave para transmiti-los automaticamente assim que estabelecer um contato confiável com algum aeroporto. O terminal de bordo será um teleimpressor provido de teclado imprimindo 30 caracteres por segundo.

Sendo o sistema SABIÁ uma das aplicações da rede de teleprocessamento da VASP, qualquer terminal da rede poderá ter acesso a ele desde que tenha assinatura (password) apropriada. Por esses terminais serão obtidas em tempo real as informações sobre operações aéreas correspondentes e até 24 horas inferiores ao período. Informações posteriores às 24 horas serão obtidas no arquivo não volátil (disco, fita) existente no sistema central.

O acesso ao sistema central será feito através de vídeos e impressora e os usuários estarão classificados em três categorias, de acordo com a conveniência de retirar maior ou menor grau de informações confidenciais do sistema central.

As informações fornecidas ao usuário são divididas em duas categorias:

a) Momentâneas, quando o usuário recebe a informação requisitada, disponível no momento dentro do sistema.

* Serão substituídas por dois IBM 4341

Para obter nova informação o usuário deverá efetuar outra entrada;

b) atualizadas, quando o usuário recebe a informação requisitada e toda vez que esta for atualizada pelo sistema central é enviada automaticamente ao terminal do usuário sem necessidade de nova solicitação.

As principais informações que poderão ser obtidas do sistema compreendem:

— sumário da frota — apresenta um resumo do último "status" da frota, listando as aeronaves em vôo, em terra e fora do sistema Sabiá; apresenta ainda para cada aeronave o horário e cidade (área) da última operação.

— Informações de aeronaves — relaciona, para uma determinada aeronave as operações (entrada da área, saída de área, aterrisagem, decolagem, início de taxi) do período, mostrando os horários e as cidades (áreas) onde se realizaram as operações.

— Observações sobre aeronaves — controladores poderão inserir no sistema, para uso de todos os demais usuários, observações em texto livre sobre uma determinada aeronave, como por exemplo recomendações técnicas da Engenharia, etc.

— Informações sobre vôo — para um determinado vôo são relacionadas as etapas, os horários previstos e os horários já executados, bem como a aeronave que os executou. Se um atraso maior que 15 minutos ocorrer numa das etapas, o sistema gera automaticamente, e sem intervenção humana, novas previsões de horário para as etapas a executar.

— Tripulantes de vôo — para um determinado vôo são listados os nomes dos tripulantes que executaram cada etapa. O sistema obtém os nomes dos tripulantes através de uma mensagem inserida pela tripulação após cada decolagem (mensagem de decolagem).

— Informações sobre passageiros de um vôo — apresentam para cada etapa de vôo a quantidade de passageiros embarcados. Estes dados também são obtidos da mensagem de decolagem.

— Dados de aeronave — apresentam a leitura das grandes medidas a bordo da aeronave (rumo, altitude, velocidade, panes, etc.). Quando o usuário solicita esta tela, o sistema envia um comando ao processador da aeronave correspondente e este transmite automaticamente as medidas para a rede, o que é de grande utilidade para a manutenção.

— Dados da aeronave de modo contínuo — controladores devidamente autorizados poderão solicitar a uma determinada aeronave que lhe envie continuamente as grandezas medidas a bordo. Nestas condições dizemos que a aeronave está no "modo de transmissão contínuo". A transmissão contínua poderá ser interrompida pelo controlador ou quando ocorrer uma aterrisagem ou decolagem da aeronave.

— Controle de usuários do Sabiá — esta tela lista os endereços, categorias e números de transações dos terminais assinalados para a aplicação Sabiá.

— Envio de mensagens — poderão ser enviadas mensagens em texto livre para uma determinada aeronave ou para os controladores do sistema. Quando a mensagem chega ao destinò o usuário que gerou recebe confirmação. Quando uma aeronave não estiver em contato com o sistema, as mensagens a ela destinadas poderão ser retidas num arquivo central, sendo-lhe enviadas quando esta "entrar no sistema".

— Estando cada aeronave integrada ao computador central como um terminal do mesmo, o sistema possibilita ao

passageiro em vôo fazer reservas de passagens e obter informações sobre outros vôo da empresa.

B — Embora mecanizados, os diversos relatórios de controle operacional e financeiro da empresa, sofrem relativo atraso na elaboração, visto que os documentos necessários à montagem dos relatórios são confeccionados manualmente em cada base ou setor da empresa e enviados para o CPD na matriz da VASP em São Paulo, por mala postal interna. Após o recebimento desses documentos é que o CPD dá início a digitação dos dados para a obtenção dos relatórios.

Na operação de vôo, os dados são extraídos do livro de bordo e somente entregues pelo Departamento de Operações ao CPD após a completa realização do vôo.

No movimento de venda de bilhetes, as bases ou pontos de venda, diariamente ao final do expediente, relacionam e enviam para a matriz em São Paulo os bilhetes vendidos concernentes ao movimento financeiro do dia.

Pelos fatos resumidamente acima citados, conclui-se que apesar de participação do computador, os dados são analisados em datas significativamente posteriores ao evento.

Considerando a filosofia da VASP em aproveitar todos os seus recursos técnicos e humanos disponíveis, a sua Superintendência de Telemática desenvolveu e está implantando um sistema que permite trabalhar no presente e não administrar o passado, ou seja, levar o computador ao local do evento, através dos terminais de vídeo e teleimpressores componentes da rede de teleprocessamento, instalados nas aeronaves e nas cidades onde opera.

O sistema SABIÁ possibilita a coleta das informações de vôo, armazenando na CPU os dados constantes no livro de bordo e outros de maior importância, possibilitando a elaboração do relatório durante a realização do vôo, visto que o sistema opera em tempo real na operação de vôo.

Dessa forma, o CPD poderá fornecer de imediato para análise dos setores responsáveis, relatórios de avaliação operacional, consumo de combustível, total de horas extras e o lançamento das mesmas na folha de pagamento dos tripulantes; movimento de passageiros embarcando, desembarcando em cada escala e total a bordo; idem movimento de carga; outros dados essenciais a operação de vôo, etc.

Para agilizar com eficiência o movimento financeiro da empresa, o novo sistema criou um programa de coleta de informações das bases que possibilita levar ao computador os dados necessários a elaboração do relatório financeiro no momento do evento.

Dessa forma, ao final do expediente diariamente cada base, utilizando um dos terminais de vídeo, terá acesso ao computador central em São Paulo, para onde enviará o movimento financeiro do dia, tais como: vendas à vista, com quantidade e total em cruzeiros; vendas a crédito, com quantidade, total de entrada e de financiamento em cruzeiros; duplicatas recebidas com total em cruzeiros; prestação de carnês com quantidades e total em cruzeiros; vendas à vista pela impressora de bilhete por computador com quantidade e total em cruzeiros; movimento financeiro de cargas e encomendas; relação de todos os bilhetes de passagem com os respectivos nomes dos passageiros, etc.

Em vista disso, os documentos anteriormente enviados em caráter de urgência pela mala postal interna para digitação no CPD, são arquivados nos locais de origem, servindo apenas para consultas futuras em caso de necessidade.

A operação desse sistema permite a direção geral da empresa receber diariamente relatórios atualizados tanto na parte operacional, como no movimento de venda de bilhetes, possibilitando tomar medidas de imediato para corrigir falhas, modificar normas e tomar decisões de modo a melhorar o nível operacional e a receita da empresa, providências essas que somente são possíveis com a presteza desejada, quando se pode viabilizar com eficiência os recursos do computador.

Pode-se garantir que na aviação comercial mundial a VASP é a pioneira na integração de suas aeronaves em vôo com a sua rede de teleprocessamento, significando um avanço tecnológico até então somente realizado pelos programas aeroespaciais das grandes potências.



Diretor da área de Telemática da VASP, o Engenheiro Helmut Antonio Rudiger é formado em Eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, onde concluiu também o curso especial de Auxílios de Rádios à Navegação Aérea. Projetou e criou o Projeto SABIÁ – Sistema Automático Básico de Informações de Aeronaves – desenvolvido com tecnologia nacional.



A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: TEMPO CAPITAL E TECNOLOGIA

Rubens Vaz da Costa

Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. O estudo que se segue foi apresentado pelo Autor no II Simpósio de Energia do Hemisfério Ocidental, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26.9.1980.

A ENERGIA DO PRESENTE: FINITA E MAL DISTRIBUÍDA

Para os fins deste documento, classificamos os recursos energéticos em: a) Fósseis — carvão, petróleo, gás, xisto, etc.; b) complementares — hídricos, solar, biomassa, marés, vento, etc.; c) nuclear (fissão); e d) a energia do futuro: fusão nuclear, hidrogênio, solar ou outra.

Supomos que os recursos energéticos do presente, cuja tecnologia o homem já desenvolveu, são finitos e que a crescente demanda sobre eles exercida, levará ao seu encarecimento e eventual exaustão. A energia solar, ao atual nível tecnológico, tem pouca expressão quantitativa. Poderia ser inscrita entre as fontes energéticas do futuro.

Por isto é necessário economizar no uso dos energéticos do presente e utilizar amplamente a energia nuclear (fissão) que se constitui na ponte que dará à humanidade o *Tempo* necessário para desenvolver a *Tecnologia* da energia do futuro e permitirá o crescimento econômico que gerará a acumulação de *Capital* indispensável ao financiamento da exploração da energia do futuro.

Os trabalhos de M. King Hubbert[1] e outros, estabelecem hipóteses sobre a dotação de recursos energéticos fósseis deste planeta, ritmo de produção e as perspectivas de sua duração, supondo-se determinada taxa de aumento do consumo. No que toca ao petróleo, Hubbert adotou a estimativa de que o estoque inicial recuperável era da ordem de 2 trilhões de barris. A partir do seu descobrimento, em meados do século passado, até 1967, foram consumidos 261 bilhões de barris. Em 1973, quando eclodiu a crise do petróleo, o consumo

1) Hubbert, "World Oil and Natural Gas Reserves and Resources", US Gov. Printing Office, Washington, Nov. 1977, pg. 639.

acumulado era da ordem de 320 bilhões de barris, ou 16% da dotação total de petróleo do planeta. Apesar de restarem ainda 84% para serem utilizados, os preços começaram a subir violentamente graças à perspectiva de escassez crescente, à má distribuição geográfica das reservas conhecidas, que somavam 670 bilhões de barris (66% no Oriente Médio, 12% na Europa Oriental e União Soviética, 9% na América do Norte e Europa Ocidental, 5% na América Latina e 12% no resto do mundo)[2] e à força da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP.

Supondo que o consumo de petróleo continue a crescer às taxas históricas e se faça ordenadamente, Hubbert estima que 80% da dotação inicial de petróleo – 1,6 trilhões de barris, serão consumidos entre os anos de 1968 e 2026, isto é, em apenas 58 anos. Os primeiros dez por cento foram consumidos desde o início do uso do petróleo em 1857, até 1968, ou seja, em 111 anos. Os dez por cento finais serão de cara e difícil recuperação, pelo que se pode concluir que, a menos que se reduza drasticamente o ritmo de aumento do consumo, o que resta do petróleo que a natureza levou centenas de milhões de anos para acumular, não durará senão umas poucas décadas.

As reservas de gás natural foram estimadas em 10 quatrilhões de pés cúbicos, sendo que até 1975, 1,5 quatrilhão haviam sido consumidos. À taxa de produção do ano de 1974, as reservas mundiais durariam 40 anos. A distribuição da dotação inicial é também muito desigual. Os Estados Unidos e Canadá, detinham 19%; a América Latina, 5%; a Europa Ocidental, 5%; os países comunistas, 45% e as demais regiões, 26%.

Hubbert[3] apresenta a estimativa de 7,6 trilhões de toneladas de carvão, como a dotação inicial da terra, das quais 2 trilhões de toneladas seriam recuperáveis. Oitenta por cento do carvão recuperável deverão ser consumidos em um ou dois séculos. Tomando como base a dotação total, sua distribuição estimada é a seguinte: 65% na Ásia, principalmente na União Soviética; 27% na América do Norte, 5% na Europa Ocidental e 3% no resto do mundo.

ENERGIA E DESENVOLVIMENTO

A importância da energia para a vida e o desenvolvimento, pode ser apreciada pelo fato de que a totalidade dos eventos na terra não compreende senão dois processos inter-relacionados; a circulação da matéria e uma degradação da energia a ela associada. O desenvolvimento econômico e o crescimento da população têm exigido crescentes quantidades de energia, pressionando cada vez mais o estoque de combustíveis fósseis. Em 1850, a humanidade obtinha de força muscular 94% da energia que consumia, e os restantes 6% das demais fontes. Hoje, estima-se que só 2% da energia consumida provêm de força muscular, enquanto 98% são originárias de outras fontes, basicamente não renováveis.

Na maioria dos países industrializados a relação entre a produção de bens e serviços (PIB) e o consumo de energia é superior à unidade, isto é, para cada ponto de porcentagem de crescimento

2) Mesarovic, M.; Pestel, E. in "Mankind at The Turnning Point", E. P. Dutton & Co., New York, 1974, pg. 174.

3) M. King Hubbert, "World Energy Resources", 10th Commonwealth Mining and Metalurgical Congress – Otawa.

da produção, aumenta o consumo de energia em mais de um ponto porcentual. Nos Estados Unidos da América, o maior consumidor de energia, a relação entre o crescimento do consumo total de energia primária, e o crescimento do produto interno bruto, no período 1960/1973, foi de 1,05; nos Países Baixos, de 1,61; na Itália de 1,51; na Dinamarca, de 1,38; na Suíça, de 1,28; no Japão, de 1,00 e no Reino Unido de 0,71.[4] No Brasil a relação é superior a unidade quando se levam em conta petróleo e eletricidade.

Considerando-se a natureza finita dos recursos energéticos fósseis e que quase todos os recursos energéticos, exceto a energia solar, são igualmente limitados no potencial de produção, é fácil compreender que o crescimento do consumo de bens e serviços e o aumento da população, impõem uma sobrecarga intolerável, através do tempo, sobre ditos recursos. A perspectiva de manter ou aumentar o atual nível de vida e de consumo dos povos ricos e de melhorar o dos povos pobres, exige que novas fontes de energia sejam descobertas e desenvolvidas. Isto requer Tempo, Capital e Tecnologia.

Para tanto é necessário estabelecer uma estratégia mundial que poupe ao máximo os energéticos fósseis, especialmente petróleo, gás e carvão, utilize intensamente as fontes complementares — biomassa — hidroeletricidade, marés, ventos, geotérmica, etc. e faça da fissão nuclear a ponte para a energia do futuro. Não se sabe quanto tempo será necessário para criar a tecnologia que nos dará energia quase infinita para o bem-estar crescente da humanidade. Também é desconhecido o montante de capital requerido para desenvolver a energia do futuro, assim como para treinar os indispensáveis recursos humanos. Duas coisas, no entanto, são certas: o processo de desenvolvimento da energia do futuro usará intensamente energia do presente e, qualquer que seja o seu custo, a humanidade não tem alternativa senão fazer os sacrifícios necessários para ter a energia que garanta o seu porvir.

4) "Energy Conservation, Results and Prospects", The OECD Observer, n.º 101 — November, 1979, Paris, pg. 19.

UMA ESTRATÉGIA PARA A ENERGIA DO FUTURO

Como vimos, o desenvolvimento da energia do futuro e a construção das instalações industriais, onde será produzida exigirão tempo, recursos de capital elevados, a formação de pessoal qualificado e a criação da indispensável tecnologia. A energia nuclear (fissão) é a ponte que ligará a energia do presente à energia do futuro. Como o desenvolvimento da energia do futuro exigirá a utilização de quantiosa energia do presente, será também preciso investir pesadamente na construção de centrais nucleares.

Para que a humanidade possa ter o Tempo, o Capital e a Tecnologia para desenvolver tempestivamente a energia do futuro, é indispensável formular uma estratégia coerente que oriente e balise os programas de investimento e indique as fontes de recursos financeiros indispensáveis a sua implementação. Em tal estratégia, há que considerar alguns fatores críticos e determinadas condicionantes importantes.

O montante dos investimentos será, sem dúvida, inatingível sem que aumente consideravelmente a poupança social nos países industrializados e naqueles de nível intermediário, como o Brasil, que

são pobremente dotados de energia do presente. Sugerimos, a título ilustrativo, que a poupança se eleve a 30% do Produto Interno Bruto, meta factível porque tal nível de poupança já foi atingido por alguns países, como o Japão, sem um sacrifício insuportável para a população. Propomos que a metade da poupança seja investida na busca e na produção da energia do futuro, mas que no futuro imediato 2/3 sejam investidos na ponte energética, isto é, na fissão nuclear. Talvez este esforço de poupança seja insuficiente para cobrir as necessidades financeiras dos programas energéticos sugeridos, o que implicaria na necessidade de ampliar a propensão marginal a poupar da Sociedade.

Para ganhar tempo, muitas medidas de profundidade devem ser adotadas. Entre elas destaca-se a modificação da relação entre crescimento econômico e consumo de energia. Os países membros da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, que congrega as nações industrializadas não comunistas, adotaram metas para reduzir a elasticidade-renda do consumo de energia, que vão de 0,54 na Alemanha a 0,90 nos Estados Unidos, para o período 1985-90, em comparação com a elasticidade atual que é superior à unidade. A meta do Canadá é 0,69, da Bélgica 0,58; do Japão 0,76.[5]

A composição da produção naqueles países apresenta crescente participação relativa nos serviços, nivelamento da participação da indústria e declínio da participação da agricultura. Como os serviços exigem menor consumo de energia do que a indústria e a agricultura, tais metas são factíveis, sem grandes deslocamentos econômicos ou sociais. Deve-se considerar ainda as possibilidades de economizar energia na produção industrial cujos padrões foram estabelecidos quando o petróleo custava menos de dois dólares o barril. A agricultura tem características diferentes, sendo crescente o seu consumo de energia por unidade de produção, à medida que se moderniza. Ela dispensa mão-de-obra e a substitui por força motriz. Em países como os Estados Unidos, a agricultura ocupa escassamente 3% da força de trabalho, o que indica o seu elevado grau de mecanização.

Nos países menos desenvolvidos a modificação da relação entre consumo de energia e produção de bens e serviços será mais difícil. É que tais países estão se industrializando e geralmente montando indústrias transformadoras de matérias-primas, que são fortemente consumidoras de energia. A modernização de sua agricultura, exigindo mecanização e o uso de fertilizantes químicos, aumenta a exigência de energia. Estas características do processo de "take-off" industrial e econômico indicam que tais países devem fazer esforços especiais para minimizar o consumo de energia. Serão chamados, sem dúvida, a adotar modelos de industrialização, de desenvolvimento econômico e de consumo, menos intensivos de energia do que o dos países industrializados.

Medida das mais importantes para *ganhar tempo* é a redução do crescimento populacional. Os países desenvolvidos já lograram baixas taxas de natalidade, e marcham para o crescimento demográfico zero, razão porque o seu aumento populacional pouco ou nada, pesa no consumo de energia. O mesmo não ocorre com os países em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, está

5) The OECD Observer — op. cit., pg. 14.

crescendo ao ritmo de 3 milhões de pessoas por ano. Como o consumo per capita anual de energia primária, é de uma tonelada equivalente de petróleo, só o crescimento populacional significa um aumento do consumo de energia de 3 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, por ano. Programas de planejamento familiar voluntário, que reduzam significativamente a natalidade, são da maior relevância para poupar energia do presente e *ganhar tempo* para conquistar a energia do futuro.

A redução do uso dos combustíveis fósseis, especialmente petróleo e gás, cujas reservas estão mais próximas do esgotamento, é extremamente importante. Deve-se considerar, ainda, que para certos usos o petróleo e o gás são quase insubstituíveis, devendo para eles ser posta de lado parte das reservas existentes. Entre tais usuários destaca-se a indústria petroquímica. Além disso, o alto poder calórico daqueles combustíveis, sua facilidade de exploração e de transporte, são outras propriedades que recomendam sejam poupadas as reservas de petróleo e gás. Para substituir tais combustíveis, far-se-á necessário usar mais intensamente o carvão — cujas reservas são bem mais amplas — o xisto, as areias betuminosas, a biomassa, as demais fontes energéticas complementares e a energia nuclear. O petróleo e o gás em vez de serem usados prioritariamente como agora, deveriam se constituir no "combustível de última instância". Para tal, o aumento gradual do seu preço é indispensável.

Outro ponto chave da estratégia sugerida é o aumento do investimento de capital no setor energético. Elemento crítico para tal, é a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico. Os investimentos energéticos representarão fator de dinamismo econômico, provocando investimentos no setor de bens de capital e o aumento do emprego. Poderiam ter, no futuro próximo, o mesmo papel dinâmico da construção das ferrovias no século passado ou, mais recentemente, da indústria automobilística. O crescimento econômico será essencial para a geração dos *recursos de capital* a serem investidos na energia do futuro.

Mas seria preciso, ao mesmo tempo, aumentar a taxa de poupança, para o que serão necessários estímulos para os poupadores e penalização para os consumidores. A política fiscal deverá ser orientada no sentido de aumentar as receitas governamentais e conter os gastos de custeio, elevando assim a poupança do poder público, para fazer face às elevadas exigências de recursos governamentais em que implica a adoção da estratégia sugerida. Com políticas adequadas e com altas taxas de crescimento econômico, poderá ser possível fazer subir a poupança social para 30% do Produto Interno Bruto e, assim, gerar os *recursos de capital* necessários ao financiamento da energia do futuro. Em países como o Brasil a poupança representa cerca de 15% do PIB, mas, em passado recente, chegou a mais de 20%.

Os reajustes necessários ao êxito da política de aumentar a poupança, implicam em profundas alterações no estilo de vida de muitas pessoas, talvez de toda a comunidade. Alguns aspectos se refletirão na redução do consumo de energia, contribuindo para *ganhar tempo*. A substituição do transporte individual pelo transporte coletivo, modificações na iluminação, calefação, aquecimento de água, ar condicionado, etc. não só representam economia de energia, como também redução do consumo de outros bens e elevação da poupança.

Políticas de preço de combustíveis que reflitam a escassez relativa dos produtos energéticos no mercado, são da mais alta relevância para reduzir o consumo de energia — *ganhar tempo* — e para aumentar a lucratividade das empresas — isto é, para obter recursos para investimento.

O aumento da poupança social por esses e outros meios permitirá reservar 10% do Produto Interno Bruto, ou um terço da poupança total, para investir na ponte energética (v.g. em energia nuclear) no futuro próximo e, depois, na produção da energia do futuro, quando a tecnologia nos disser qual será ela.

O equivalente a 5% do PIB seria investido na pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia da energia do futuro e na formação do pessoal científico e técnico necessário. Assim, a metade da poupança social estaria comprometida com o setor energético, ficando a outra metade — 15% do PIB — para investir nos demais programas prioritários. Este nível de investimento é, grosso modo, o equivalente ao que hoje é aplicado nos setores não energéticos em muitos países, o que quer dizer que a estratégia proposta não sacrifica o crescimento econômico, mas reordena o consumo para obter recursos para a energia do futuro.

Nível tão elevado de investimento em pesquisa e desenvolvimento da energia do futuro poderá nos garantir que ela estará disponível antes que a energia do presente se esgote ou fique de tal maneira escassa e seus preços subam tanto que se torne inevitável uma queda generalizada no nível de vida da maioria das pessoas, comprometendo, talvez, a possibilidade de se desenvolver a energia do futuro.

Muito mais precisa ser pesquisado a respeito do impacto da estratégia sugerida. Não nos moveu ao fazer a presente formulação — visionária talvez — outro propósito senão gizar os contornos e mencionar alguns conceitos básicos, da transição energética por que deve passar a humanidade. Estamos convencidos de que algo desta natureza é indispensável se o homem espera ter outro futuro que não seja uma guerra nuclear ou crescente pobreza, sofrimento, penúria e uma população declinante, como decorrência da escassez de energia complementar e da eventual exaustão das reservas de energia fóssil. Antes de concluir este esboço de estratégia para a sobrevivência coletiva, vou referir-me a aspecto da maior importância: o desperdício de recursos energéticos, humanos e financeiros com a produção de material bélico.

A estratégia sugerida pode ser grandemente facilitada se as duas superpotências chegarem a um acordo para parar a corrida armamentista. Os US$ 400 bilhões gastos anualmente em armamentos poderão ser usados para ajudar a desenvolver a energia do futuro. A economia da energia do presente que hoje é usada para produzir armas e para treinar tropas, alongaria a vida das reservas energéticas existentes. E o talento humano que se dedica a produzir engenhos de guerra, cada vez mais mortíferos e sofisticados, poderia dar valiosa contribuição para desenvolver a tecnologia da energia do futuro.

Diante do inexorável esgotamento das fontes mais preciosas de energia do presente e das incertezas e altos custos da energia do futuro, parece insensato que as superpotências e os demais países industrializados se confrontem, se digladiem, desperdicem recursos materiais, queimem energia inutilmente, como se

inimigos fossem, quando deveriam colaborar para vencer os verdadeiros inimigos — a falta de tempo, a escassez de Capital e a insuficiência de Tecnologia. Só a colaboração e o esforço conjunto de todos permitirão fazer a transição energética — da energia do presente, escassa, cara e em processo de esgotamento, para a energia do futuro, abundante ou quase ilimitada, que assegurará um futuro de paz, tranqüilidade, riqueza e felicidade para a espécie humana.



BNH ULTRAPASSA META HABITACIONAL EM 1980

Em 1980, a meta traçada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), de financiamento de 450 mil habitações, foi superada, com a concessão de mais de 500 mil financiamentos. Só na área de interesse social foram concedidos 336.544, o que demonstra a acentuada prioridade para os financiamentos destinados à população de baixa renda.

Dentro da política de favorecer as áreas mais carentes, a Região Nordeste foi a mais beneficiada, tendo o número de financiamentos se elevado para 132.263, quando em 1979 este número foi de 53.702 habitações. Do total de Cr$ 197 bilhões que compunham o orçamento do BNH para aplicações globais, Cr$ 136,6 bilhões foram destinados a financiamentos de habitações na área de interesse social.

CADERNETAS

Em 13 de fevereiro deste ano, o saldo das cadernetas de poupança era de Cr$ 1 trilhão e 139 bilhões. Em 13 de março tinha atingido Cr$ 1 trilhão e 188 bilhões. Este ano, o saldo das cadernetas deverá atingir Cr$ 1 trilhão e 500 bilhões, que acrescidos da correção monetária e juros, poderá chegar a Cr$ 2 trilhões, ao final do ano. Este aumento decorre das medidas adotadas recentemente pelo BNH para favorecer os depositantes, tais como: a redução de 6 para 3 meses do prazo de carência das contas cujo valor não ultrapasse 500 UPC; a ampliação de 3 para 6% dos juros para as

cadernetas com depósitos superiores a 2 mil UPC e a ampliação do prazo de depósitos para o quinto dia útil do mês, o que eleva o saldo médio sobre o qual incidirão os rendimentos dos trimestres. Além disso, o Governo Federal acabou com a prefixação da correção monetária, que passou a acompanhar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), fazendo as cadernetas aumentarem a sua rentabilidade.

FGTS

O ano de 1980 encerrou com o FGTS apresentando um saldo de Cr$ 631 bilhões e 156 milhões. Nesse ano, o FGTS arrecadou Cr$ 162 bilhões e 652 milhões, dos quais Cr$ 26 bilhões e 257 milhões foram para pagar prestações mensais, amortizar ou liquidar dívida de compra de casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

NÚMERO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS CONCEDIDOS
CONTRATOS ASSINADOS

	SETORES	Até 1976	Em 1977	Em 1978	Em 1979	Em 1980
ÁREA DE INTERESSE SOCIAL	Cias. de Habitação	389.772	97.352	183.268	132.035	196.542
	Habitação Direta (BNH)	–	–	–	–	5.381
	Cooperativa Habitacional	199.963	75.795	36.217	70.955	41.896
	Ent. Assist. (INSTITUTOS)	37.600	2.273	1.975	15.107	17.073
	Mercado de Hipotecas	86.765	1.486	1.060	862	7.151
	Empresas	113	1.650	2.168	633	3.059
	Ent. Assist. (PROHASP)	–	–	–	–	16.900
	Sindicatos (PROSINDI)	–	–	–	–	–
	Lotes Urb.	2.345	2.740	16.914	8.839	42.904
	Compl. Habitação	9.313	3.732	15.320	17.485	5.638
	Outros (1)	7.123	–	–	–	–
	Total	732.994	185.028	256.922	245.916	336.544
SBPE (*)		620.503	58.004	58.022	108.741	170.800
Material de Const. (RECON) (**)		123.571	17.457	19.278	22.211	20.996
Polos Econômicos		18.658	7.224	3.316	3.535	–
TOTAL		1.495.726	267.713	337.538	380.403	528.340

OBS.: (1)

OBS.: (1) Programas do Banco já desativados (Projeto Impacto – Esperança – Outros Conjunturais).
(2) Embora os contratos tenham sido assinados, os recursos ainda não foram aplicados.
(*) Os dados do SBPE são estimados em 1980 e 1981.
(**) Os dados do RECON são estimados em janeiro de 1981.

FONTE: DIPLAN

APLICAÇÕES DO BNH
EM 1.000 UPC

SETORES / PERÍODOS		Até 1975	Em 1976	Em 1977	Em 1978	Em 1979	Em 1980
	Cias de Habitação	46.205	10.985	18.418	28.260	34.532	56.004
	Hab. Direta (BNH)						700
	Coop. Habitacional	123.776	17.564	32.186	36.882	41.325	58.300
	Institutos			1.494	2.137	4.373	14.196
	Merc. de Imp.			956	1.932	939	1.217
	Empresas			302	1.770	930	545
	Ent. Assis. (PROHASP)						
	Sindicatos (PROSINDI)						
	Lotes Urb.	(**)	70	248	116	394	2.334
	Compl. Hab.	656	98	338	625	1.210	3.325
	Outras (1)	1.741	(*) 416				
	Total	172.378	29.133	53.942	71.722	83.703	136.621
SBPE		144.660	26.031	24.352	28.519	25.561	23.728
Material de Const. (RECON)		74.287	19.477	20.638	22.179	23.071	23.085
Op. Comp. Hab. (2)		10.526	11.463	8.157	10.804	12.442	19.677
TOTAL		401.851	86.104	107.089	133.224	144.777	203.112
	Urbanização	1.317	2.005	3.538	6.662	8.396	12.091
	Saneamento	53.636	25.253	26.917	31.888	38.251	58.917
	Trans. Urb.	10.187	13.864	8.034	6.867	4.431	3.833
	Polos Econômicos	7.797	7.016	10.352	9.108	12.141	10.874 (***)
	Outro (3)	19.437	12.089	2.692	1.281	1.733	1.140
	TOTAL	92.374	60.227	51.533	55.806	64.952	86.855
	Regir-Reinvest (4)	33.809	11.165	8.746	4.620	6.238	6.198
	Pro-Inv. Est. Pesq. Planos	1.689	537	1.891	953	615	187
	Trein. Ass. Tec.	826	157	108	164	59	87
	Outros (5)	4.747	3.268	524	2.203	1.525	1.863
	TOTAL	41.071	15.127	11.269	7.940	8.437	8.335
TOTAL GERAL		535.296	161.458	169.891	196.970	218.166	298.302

OBS.: (1) Programas do banco já desativados (Projeto Impacto, Esperança e Outros Conjunturais).
(2) Terrenos, Infra-estrutura e Equipamento Comunitário em Conjuntos.
(3) Equipamento Comunitário e Fundos Regionais de Desenvolvimento Urbano.
(4) Capital de Giro e Ativo fixo das empresas do material de construção.
(5) Apoio do SIPHAP/SBPE/SFS.
(*) Recursos referentes a contratos assinados em 1975.
(**) Recursos aplicados em contratos não habitacionais.
(***) Embora os contratos tenham sido assinados, os recursos ainda não foram aplicados.

FONTE: DPLAN

SALDO DA POUPANÇA VOLUNTÁRIA

Cr$ 10^6 23.03.81

Data	CADERNETAS DE POUPANÇA LIVRE						Letras Imobiliárias	Total
	Caixas Econômicas			SCI	APE	Total		
	Federal	Estaduais	Total					
13.02.81	504.205	196.629	700.834	376.879	62.192	1.139.905	14.683	1.154.588
13.03.81	520.182	202.252	722.434	400.924	64.903	1.188.261	14.882	1.203.143

CADERNETA PROGRAMADA				
Data	Caixa Econômica Estadual	SCI	APE	Total
13.02.81	790	4.303	553	5.629
13.03.81	812	3.641	655	5.108

EVOLUÇÃO DO FGTS

em milhões de cruzeiros

Período	Arrecadação Bruta	Saques	Saques para Moradia Própria	Depósitos Líquidos	Correção Monetária	Juros	Montante
1967	616	19		598	23	8	628
1968	1.223	216		1.007	227	40	1.902
1969	1.801	573		1.228	389	90	3.610
1970	2.518	1.004		1.514	757	159	6.040
1971	3.529	1.542		1.986	1.529	258	9.813
1972	4.951	2.244		2.707	1.864	405	14.788
1973	6.823	2.948	8	3.875	1.861	457	20.982
1974	9.786	4.200	21	5.586	5.719	610	32.897
1975	14.888	6.992	134	7.896	6.635	985	48.413
1976	22.334	11.320	1.411	11.014	17.629	1.955	79.011
1977	35.031	18.123	1.827	16.908	29.071	3.759	128.749
1978	53.722	28.066	3.210	25.656	45.830	5.937	206.172
1979	86.152	45.411	6.678	40.741	90.296	9.899	347.108
1980	162.652	94.279	26.257	68.373	197.645	18.030	631.156

FONTE: DFGTS/DPLAN

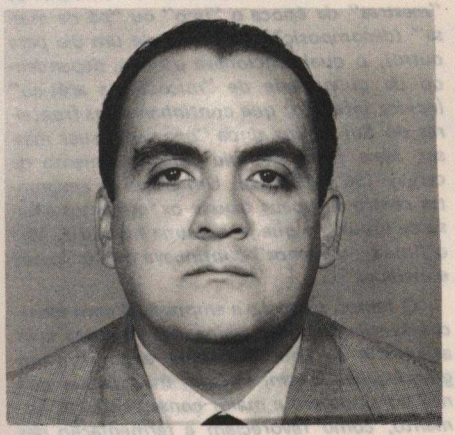
REGISTROS

CARTA A UM RECRUTA

O artigo publicado em A DEFESA NACIONAL, nº 692 (novembro-dezembro-80), sob o título "Carta a um Recruta", intitula-se realmente "HONRA E GLÓRIA DO SERVIÇO MILITAR", de autoria de Austregésilo de Athayde. "CARTA A UM RECRUTA" é o título de apreciado e conhecido trabalho da lavra de JONAS CORREIA NETO, já publicado em A DEFESA NACIONAL (novembro-dezembro-67). Aos ilustres autores e também aos nossos leitores apresentamos desculpas pelo equívoco. ■

JOÃO PEREIRA DOS SANTOS FILHO

A comunidade empresarial brasileira foi colhida de surpresa, no dia 17 de fevereiro passado, com a infausta notícia do falecimento, em acidente de aviação no Paraguai, do industrial JOÃO PEREIRA DOS SANTOS FILHO, Diretor Vice-Presidente do Grupo Industrial João Santos. Com



o desaparecimento do dinâmico capitão de indústria, que teve destacada atuação nos setores de cimento, celulose, papel e açúcar, perde o Brasil um empresário de larga visão e perde A DEFESA NACIONAL um de seus colaboradores beneméritos. ■

MARECHAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO — Centenário de Nascimento

Transcorreu no dia 6 de abril passado o centenário de nascimento do Marechal ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO. Principal idealizador, ao lado de Bertholdo Klinger, de uma revista de estudos militares, que em 1913 seria fundada com o nome de A DEFESA NACIONAL, Estevão Leitão de Carvalho dedicou uma vida inteira ao serviço das armas e à disseminação da cul-



tura militar. Como formador de oficiais de estado-maior, sua passagem pela ECEME constituiu-se num marco; como escritor de escol, seus altos dons de memorialista avultam na obra "Memórias de um Soldado Legalista"; como educador, ainda encontrou forças e entusiasmo, na idade provecta, para presidir a Fundação Osório.

Pelo estudo, pelo trabalho e pela observação dos exércitos do Brasil e da Alemanha, onde estagiou no início do século, Estevão Leitão de Carvalho alicerçou, ampliou e consolidou uma cultura militar que honra o Exército Brasileiro e que lhe ilumina, ainda hoje, a memória. ■

Ten Cel R/1
Alcestes Guanabarino de Oliveira

Ao encerrarmos os trabalhos desta edição, fomos surpreendidos pela notícia do súbito falecimento do Ten Cel R/1 ALCESTES GUANABARINO DE OLIVEIRA, do nosso Corpo de Redatores. Brilhante oficial de Engenharia e de Estado-Maior, escritor de grandes dons de inteligência, discernimento e bom



senso, Guanabarino, ao passar recentemente para a Reserva, dedicou todo o seu vigor intelectual e físico à ENGEFER, Empresa de Engenharia Ferroviária S.A., de que era Chefe de Gabinete da Presidência, e a uma valiosa, desprendida e assídua colaboração com A DEFESA NACIONAL que aqui lhe rende um preito de gratidão e saudade. ■

50 ANOS DA FLEISCHMANN NO BRASIL

No fim do século passado chegava aos Estados Unidos um jovem emigrante austríaco, Julius Fleischmann, trazendo em uma pequena caixa de gelo, um tubo de ensaio, contendo células vivas de um novo tipo de fermento (identificado, uma década antes, pelo químico francês Louis Pasteur) que iria revolucionar a panificação norte-americana, hoje uma das mais avançadas do mundo.

Em 1930 chegava ao Brasil um emissário da "Standard Brands", Mr. Josef Elias, um profundo conhecedor de fermentos selecionados. A partir de sua chegada foram lançadas as bases para o início não só da fabricação dos fermentos selecionados mas ainda o início da revolução técnica brasileira no setor.

A "Standard Brands do Brasil" iniciou suas atividades (1931) importando dos Estados Unidos o "Fermento Fresco Fleischmann". Entretanto, tratando-se de um produto altamente perecível, era quase impossível sua distribuição em um país de dimensões continentais que, à época, quase não dispunha de refrigeração nem de meios de transporte adequados.

Mesmo restringindo suas atividades iniciais ao Rio e S. Paulo, as dificuldades foram de tal monta que somente uma organização como a "Standard Brands" conseguiu desenvolver e manter o fornecimento ininterrupto de fermento fresco à panificação brasileira com produto importado dos Estados Unidos, até que a Fábrica de Petrópolis, *adquirida em 1931, produzisse em 1933, o primeiro fermento fresco selecionado na América Latina.*

A "Fleischmann" não se limitou à atividade comercial. Foi muito mais longe, foi educacional. Era a época da panificação por assim dizer "doméstica": a "lata" de querosene (para medir a farinha), o "punhado", a "mão cheia", a "pitada", o "bocadinho", enfim, "mais ou menos".

Para fermentar suas massas usavam os "mestres" da época o "isco" ou "pé de massa" (decomposição da massa de um dia para outro), o qual funcionava ou não, dependendo da quantidade de "micoderma acético" (acidez infecção) que continham. Nas fronteiras do Sul alguns ainda "benziam" suas massas. Mais tarde, evoluiu para o fermento de cerveja *(90% de água). Um grupo de emigrantes centro-europeus trouxe os* fermentos a base de lúpulo, *o que já era uma melhoria. Mas o "mais ou menos" continuava como "pesos e medidas".*

O tempo passou e a empresa, já com técnicos brasileiros bem treinados, estendeu suas atividades ao cone Sul, onde encontrou um grande aliado: temperaturas mais baixas que não só ajudavam a maior conservação do fermento, como favoreciam a fermentação das massas. Com o desenvolvimento das atividades no Sul, notoriamente em S. Paulo, tornou-se necessário a segunda fábrica, a de Jundiaí — 29.05.54. A essa altura, a empresa sentiu a necessidade de cooperar mais ainda no programa de treinamento de especializados (ao nível das

▶

condições locais) no programa educacional. Foram então criadas as famosas "escolas Fleischmann de Panificação", cursos rápidos de aperfeiçoamento do valioso material humano existente, localizadas no Rio, S. Paulo, Recife, B. Horizonte e P. Alegre. Entretanto, devido a demanda crescente, foram criadas as "Escolas Volantes" que levaram seus ensinamentos do Oiapoque ao Chuí. Ainda foram criados os "Cursos por Correspondência" (em pleno funcionamento) ao molde dos países mais avançados, especialmente para padeiros práticos residindo em localidades longínquas.

Todas estas escolas e cursos, funcionando há 40 anos, levaram a panificação brasileira ao primeiro lugar na América Latina. Nesta altura, os meios de transporte melhoraram, os navios já tinham melhores câmaras frigoríficas. O Norte do país, que usava Fermento Seco (importado) e produzido também no Brasil, iniciou o uso do fermento fresco. Sem dúvida o tipo mais indicado para a panificação progressista. O consumo atingiu a tal ponto que foi necessário o estabelecimento de uma nova fábrica em Escada (Pernambuco), no ano de 1961 (15 novembro).

As fábricas de Jundiaí e Petrópolis se situam entre as maiores do mundo: técnicos brasileiros, especializados nos Estados Unidos e no Canadá, fabricam hoje um fermento biológico de tal qualidade, que atualmente fornecem fermento "madre" às fábricas da Standard Brands no Uruguai, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Bolívia. Seu famoso Fermento Seco é exportado para diversos países africanos e até para o próprio Estados Unidos.

Essa é a história da Fleischmann e Royal, que está comemorando seus 50 anos de Brasil.

Antonio Ferreira de Araújo*

---

* O professor Antonio Ferreira de Araújo é o decano da panificação brasileira e o mais antigo funcionário da Fleischmann e Royal no Brasil, com 50 anos de empresa.

INFORMAÇÕES

UM MÍSSIL CAPAZ DE DETECTAR O ALVO POR SI MESMO

Um engenhoso míssil anticarro, ar-superfície, que será capaz de procurar, localizar e destruir blindados inimigos com quase que total independência da aeronave lançadora, está em desenvolvimento, para a Força Aérea Norte-americana, pela empresa Huges Aircraft Company dos EUA.

Denominado "Wasp" (vespa), em face de sua característica de ataque de "vôo em picada" contra maciças formações de carros de combate inimigos, o míssil terá capacidade de apreensão automática após o lançamento — o que quer dizer não ser necessário ao piloto da aeronave lançadora ver e designar um alvo para o míssil, antes de disparálo. O míssil será a primeira arma até então desenvolvida, que terá capacidade própria para identificar e apontar na direção de um alvo.

O "Wasp" será capaz de operar de dia ou de noite e sob qualquer condição atmosférica. Em que pese suas qualidades altamente sofisticadas, ele será um mini-míssil, pesando aproximadamente um quinto dos cerca de 250kg de peso de um míssil ar-superfície Maverick.

O planejamento do emprego operacional do "Wasp" requer que ele seja disparado em "enxames" de 10 ou mais mísseis simultâneos. Os computadores de bordo dirigirão cada míssil, durante a fase de "vôo em picada", para seu respectivo alvo, uma vez que se tenha mais alvos do que mísseis.

O MICROPROCESSADOR NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

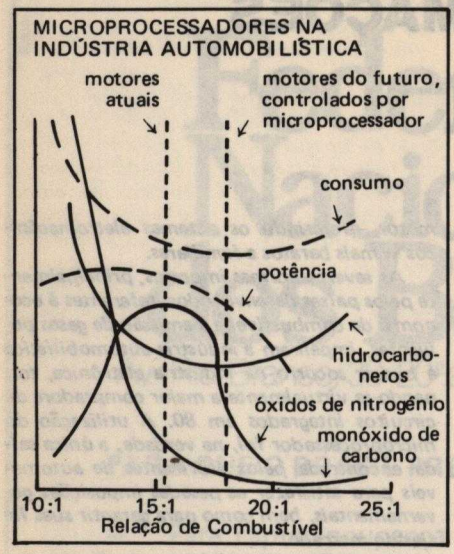
Embora a indústria de automóveis tenha se utilizado da eletrônica desde 1969, quando o primeiro regulador de voltagem entrou em uso, até hoje não conseguiu muita experiência com o emprego de computadores eletrônicos para o controle do motor, preferindo os sistemas eletromecânicos — mais baratos e familiares.

As severas normas impostas, principalmente pelos países desenvolvidos, referentes à economia de combustível e à emissão de gases poluentes, impeliram a indústria automobilística a buscar socorro na indústria eletrônica, tornando-se virtualmente a maior compradora de circuitos integrados em 80. A utilização do microprocessador foi, na verdade, a única saída encontrada pelos fabricantes de automóveis para satisfazer as pesadas imposições governamentais, bem como para garantir suas fatias do mercado.

Nos ESTADOS UNIDOS, o órgão governamental que regula o controle da poluição do meio ambiente, definiu que na atual década, os automóveis de passeio não podem expelir mais do que 0,41 gramas/milha de hidrocarboneto; 2,7 gramas/milha de monóxido de carbono e 0,40 gramas/milha de óxidos de nitrogênio. Por outro lado, a política energética exige carros mais econômicos impondo, por exemplo, que em 1985 o consumo não ultrapasse a 27,5 milhas/galão (americano).

O gráfico compara o desempenho entre os atuais automóveis e o da década de 80. O problema fundamental reside em se obter, simultaneamente, economia de combustível e baixa emissão de gases. A melhor relação ar-combustível, em termos de potência, produz níveis indesejáveis de gases poluentes. Assim, para atender as metas governamentais, os sistemas de pesquisa terão que desenvolver suas atividades, buscando alcançar um ponderado compromisso entre os dois objetivos.

Atualmente, os fabricantes americanos estão tendendo para desenvolver carros menores e mais leves, bastante parecidos com os modelos europeus e japoneses, para atingir níveis desejáveis de consumo de combustível. Ao mesmo tempo estão buscando uma solução para minimizar a poluição do ar, que se baseia na introdução de um conversor catalítico (para tornar inócuos os gases expelidos)



juntamente com um sistema eletrônico de injeção de combustível ou talvez um carburador controlado e microprocessador. A sua função básica será medir a temperatura e a velocidade de rotação do motor, a pressão e o teor de oxigênio contido nos gases, bem como os tempos de duração da centelha e da tensão induzida na bobina de ignição — parâmetros importantes na economia de combustível e controle da poluição — ajustando-os automaticamente para o melhor desempenho do motor. A GM espera ter em 1985, de 30 a 40 mil carros com tais inovações.

Por outro lado, a Volkswagen já desenvolveu um sistema digital, projetado para reduzir substancialmente o gasto de combustível em áreas de congestionamento. Também a BMW, lançou em determinado modelo deste ano, um sistema de controle desenvolvido pela Bosh, baseado em microprocessador, que ajusta automaticamente os sistemas injeção-ignição.

Apesar destas inovações, o automóvel até os meados desta década, não será substancialmente diferente dos modelos atuais. Entretanto, os especialistas na área acreditam que a mudança significativa ocorrerá quando surgir o "sistema de transmissão continuamente variável" — sem câmbio — que se espera ser tecnicamente viável para o final dos anos 80, podendo proporcionar economia de 20% de combustível.

EMBRAER ENTREGA MAIS 5 BANDEIRANTE AOS EUA

A Embraer entregou no final de abril mais cinco aeronaves EMB-110 Bandeirante a empresas aéreas regionais dos Estados Unidos, que passam a ser, fora do Brasil, o país onde opera o maior número de aviões brasileiros e onde está o maior mercado para o turboélice nacional, que hoje voa em 22 países nos cinco continentes.

É também nos Estados Unidos que está a primeira filial internacional da Embraer, a EAC — Embraer Aircraft Corporation, que assumiu em fevereiro a comercialização dos aviões brasileiros no mercado norte-americano em substituição ao representante local, a Aero Industries, que vendeu as primeiras aeronaves brasileiras nos EUA.

LIVROS

O RETRATO. *Osvaldo Peralva. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.*

Osvaldo Peralva nasceu em 1918, no interior da Bahia e desde muito jovem cultivou, além de uma genuína vocação pelas Letras, um ativo interesse pela Política. Atingindo a idade adulta, na atmosfera opressiva do Estado Novo, saiu em busca de liberdade e caiu nas malhas de uma organização totalitária: o PCB. Na condição de militante, foi redator e diretor de vários órgãos da imprensa comunista e fez, em Moscou, um curso de liderança revolucionária, desligando-se dos quadros do PCB não muito depois de sua volta ao Brasil. Desde então assumiu uma atitude inconciliável com qualquer sistema partidário estatal de tipo absolutista, como é o PCB. O presente livro — O RETRATO — é um depoimento crítico sobre uma realidade que conheceu à luz do dia e bem de perto.

Os fatos narrados pelo autor abrangem um período de 15 anos de militância ativa, com ênfase especial aos anos passados em Moscou. A parte inicial do livro é dedicada ao curso por ele feito na Escola do Partido Comunista da União Soviética. Pela primeira vez em sua vida de militante chegou a descobrir a inominável mistificação que, a partir desse centro mundial de endoutrinamento, era impingida ao mundo inteiro. Considerando os internos como comunistas de cuja lealdade não se podia duvidar, os mestres soviéticos perderam a cerimônia, partindo para a revelação direta e franca acerca da finalidade última do Movimento Comunista Internacional. Pelo fato de "haverem merecido a honra de pertencerem a esse grêmio seleto de líderes revolucionários", todos os matriculados perderam, de certa forma, sua nacionalidade, tornando-se "cidadãos internacionais" e "paladinos da nobre causa" patrocinada em âmbito mundial pela URSS. O currículo não se restringia aos fundamentos teóricos do marxismo. Através da pressão ideológica, do culto à obediência cega, do endeusamento de tudo que fosse soviético, buscava-se transformar cada aluno num indivíduo despersonalizado, sem quaisquer interesses e vontade que não fossem os interesses soviéticos ou a vontade do partido. O interno era submetido a uma disciplina extremamente rígida e condicionado para cumprir, sem vacilar, as ordens mais absurdas. Para conservar sem desvios a pureza da doutrina teria que exprimir-se por chavões padronizados. O ponto culminante dessa iniciação era a adesão de cada participante do curso a uma espécie de pacto de fidelidade à URSS e ao PCUS.

Além dessa experiência, Osvaldo Perelva fornece, igualmente, uma descrição minuciosa do funcionamento do Kominform, do qual foi o representante brasileiro, destinando a parte final do volume a uma demorada análise do PCB, que nunca pôde, ou não soube, construir uma tradição de autonomia. Filiado desde a sua fundação ao Komintern, dele se tornou mera seção brasileira. Era natural que assim fosse, de vez que o próprio Prestes só ingressou no Partido Comunista em 1934, durante a sua permanência na União Soviética, embora desde 1930 se orientasse pelos cânones comunistas. Essa origem russa da filiação partidária de Prestes estabeleceu a subordinação do PCB à tutela soviética, da qual jamais conseguiu subtrair-se. Até hoje seu Comitê Central permanece de ouvido colado ao chão, procurando detectar e interpretar qualquer ruído diferente oriundo da longínqua Moscou para lhe servir de orientação.

Na descrição de Peralva, o Cavaleiro da Esperança perde sua dimensão mítica e, em seu lugar, surge um outro Prestes. O que se supunha ser um pensador brilhante, um teórico dos problemas nacionais, não passa de um homem de pouca imaginação, superficial, esquemático, mero vulgarizador de teses soviéticas. E esse Cavaleiro da Triste Figura, hoje octogenário, está agora de volta, vindo, como sempre, de Moscou.

A apreciação final do autor acerca do partido ao qual serviu por largos anos é extremamente pessimista. Pretensamente a serviço das aspirações humanistas mais nobres, o Partido Comunista converteu-se, na prática, no oposto desse ideal, revelando-se um instrumento de degradação, um meio de envelecimento do

homem pelo Estado, uma escola de terror e de opressão.

Infelizmente, o PCB ainda não encontrou um historiador com a isenção e o preparo necessários à elaboração de uma crônica sincera do fenômeno comunista no Brasil. A bibliografia existente está eivada de equívocos e deformações, porque feita ou por estrangeiros ou por militantes desejosos de apresentar a sua verdade. O presente livro, escrito por quem conheceu de perto a realidade do comunismo indígena e internacional é um esforço quase solidário de revisão crítica da história do partido de Prestes. Mas, O RETRATO é, igualmente, a autobiografia de um intelectual brasileiro sensível e habituado a pensar que, ainda jovem, foi recrutado pelo PCB e, mais tarde, descobre, indignado, toda a extensão de seu equívoco. A lenta e impressionante transformação espiritual, começando pelas primeiras descobertas até nele amadurecer a idéia de voltar as costas ao aparat, é uma história em que há muito de patético e muito de encanto. O RETRATO é uma leitura extremamente útil, mesmo para os especialistas.

PETRÓLEO — Mola do Mundo. *Peter R. Odell. Trad. de Miécio Araújo Jorge Honkis. São Paulo, Record, s.d.*

Vivemos nestes dias em função do petróleo e dos preços que os países da OPEP resolvem impor ao resto do mundo, ora como arma política, ora por cobiça, mas sempre com repercussões a que nenhum país consumidor está imune.

Certos eventos tornaram-se símbolos de uma época. A detonação do primeiro artefato nuclear marcou o advento da era atômica, assim como a chegada do homem à luta inaugurou a era espacial. O presente livro é um esforço bem-sucedido de examinar a nova estrutura do mundo já não mais sob o signo do átomo ou do espaço, mas a partir dos parâmetros do petróleo. Representa uma inteligente e oportuna resenha da indústria petrolífera, juntamente com a reunião de uma diversidade de fatos geográficos, políticos e econômicos com ela relacionados.

A indústria do petróleo é a maior do mundo, não só em extensão, mas também em importância. Todas as questões internacionais, das menores às maiores, são influenciadas direta ou indiretamente pela produção, pelo consumo e comércio do petróleo.

Neste livro, Peter R. Odell explica as complexidades desse gigantesco império e a influência que ele exerce na vida das nações. Há capítulos sobre os EUA, a URSS, os países produtores de petróleo, a Europa Ocidental e os países consumidores de petróleo do Terceiro Mundo e daqueles da órbita soviética.

O autor concluiu os originais em janeiro de 1970, editando-o naquele mesmo ano. Desde então têm acontecido nessa área não somente fatos normais no que concerne a novas descobertas, aumento de produção e de demanda, como ainda uma série de acontecimentos traumáticos que solaparam, quase que completamente, os padrões tradicionais da economia.

O texto básico continuou válido mesmo após a grande crise que se seguiu a 1973. Mas os contornos que a crise assumiu posteriormente, obrigaram o autor a acrescer à 3.ª edição um novo capítulo — "O MUNDO DO PODER DO PETRÓLEO EM 1974" —, que tentou dar uma perspectiva das alterações em processamento e apontar novas opções. Além desse capítulo, a presente edição brasileira inclui pequenas alterações nos capítulos 1 a 8 e a completa refusão do capítulo 9.º, tal como foi reescrito pelo autor.

PETRÓLEO — Mola do Mundo fará com que nossos leitores compreendam melhor uma das crises mais graves que já se abateram sobre a civilização e que assume dimensões de uma ameaça global cujo desfecho ainda não pode ser previsto com precisão.

TÉCNICAS DE PERSUASÃO — Da Propaganda à Lavagem Cerebral. *J. A. C. Brown. Trad. de Octávio Alves Velho. Rio, Zahar Editores, 1976.*

As tentativas de modificar opiniões alheias são, provavelmente, tão antigas quanto a palavra humana. Mas, até o fim do século passado, devido à modéstia de meios, a propaganda tinha um impacto bastante limitado junto à opinião pública. Em nossos dias, tudo isso mudou. As requintadas técnicas de comunicação aniquilaram todas as distâncias entre o propagandista e seu alvo predileto: a massa.

O objetivo deste livro é examinar cuidadosamente esta questão. É uma análise oportuna e necessária dos problemas da propaganda em seus vários aspectos, indo da publicação comercial até ao exame detalhado das intenções

e efeitos da doutrinação política, através dos veículos de comunicação de massa.

Mas, TÉCNICAS DE PERSUASÃO é muito mais do que um exame dos problemas da persuasão, cujo alcance se esgotaria na análise do emprego de métodos racionais não-violentos, capazes de determinar mudanças no comportamento. É no subtítulo — DA PROPAGANDA À LAVAGEM CEREBRAL — que o autor conseguiu sintetizar, com maior propriedade, o conteúdo do livro. Com efeito, é aí que cabe toda uma bateria de técnicas de propaganda e comunicação, formação de atitudes, guerra psicológica, propaganda política, modificação da mente, conversão religiosa, endoutrinamento e lavagem cerebral.

Inicialmente, o Dr. J. A. C. Brown estabelece diferenças conceituais entre educação e propaganda. "O educador" — afirma ele — "visa à independência do julgamento através de um lento desenvolvimento da personalidade. O propagandista, ao contrário, não deseja envolver-se numa verdadeira discussão. Seu propósito é antes bloquear os espíritos, condicionando-os para aceitar uma única verdade — a sua —, já antecipadamente determinada". O autor reconhece, contudo que essa distinção não é unanimemente aceita. Para o regime soviético, por exemplo, e certos sistemas religiosos, propaganda e educação (por eles dirigidos) são processos idênticos.

Os primeiros capítulos são quase que integralmente dedicados ao estudo da personalidade, uma vez que só compreendendo primeiro o desenvolvimento da personalidade é possível examinar, de forma realista, os métodos para modificá-la. A partir dessa compreensão fundamental, o propagandista de esquerda começa um paciente trabalho de modificação de atitudes e hábitos, substituindo, por exemplo, a lealdade familiar pela lealdade ao grupo, a contenção sexual pela liberdade sexual, a sociedade de classes pela sociedade "sem classes", a religião pelo ateismo, o patriotismo pelo internacionalismo, a propriedade privada pelo comunismo, etc.

Outro problema examinado, com certa profundidade, é a natureza da conversão religiosa. Ilustrando sempre sua exposição com exemplos, o Dr. Brown examina grande variedade de situações em que o homem pode ser levado a mudar de crença, desde a conversão isolada e extremamente rara de intelectuais até às adesões em massa a um novo credo, manipuladas por pregadores fanáticos, dotados de grande poder de sugestão.

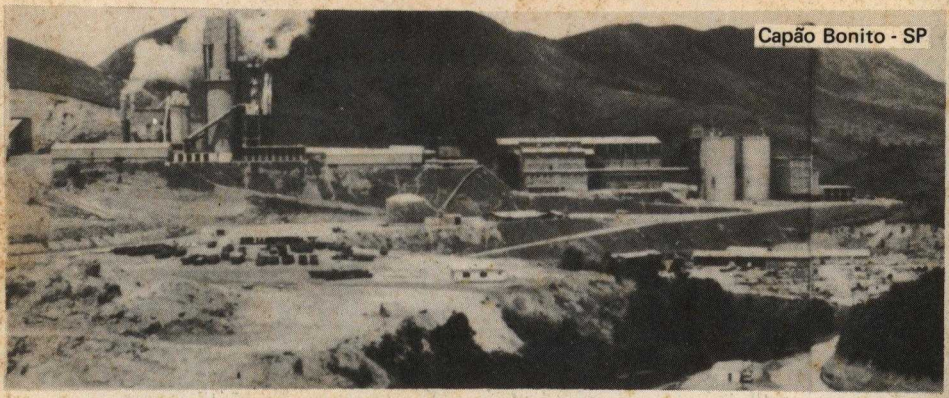
Os capítulos finais são dedicados à doutrinação e à lavagem cerebral, dois temas que continuam a fascinar os estudiosos. O autor define doutrinação como um esforço para mudar o ponto de vista de um homem ainda em condições de pensar e regular seus pensamentos e ações. Já a lavagem cerebral é uma escalada do processo, ao cabo do qual a maioria dos pacientes fica inteiramente arrasada, deixando de ser, em muitos casos, indivíduos pensantes.

Basicamente, a lavagem cerebral consiste em medidas ativas, com características extremamente desumanas, visando a despir o indivíduo do seu sentimento de identidade e, a seguir, esforça-se por construir uma nova personalidade sobre os alicerces remanescentes, caso estes ainda subsistam após a terrível experiência. Brown acredita que o método pode obter algum sucesso em indivíduos criados em sociedades comunistas, mas o julga inteiramente ineficaz quando aplicado em pacientes educados nos padrões ocidentais e que permaneçam convictos da excelência desses ideais. Em reforço à sua tese, lembra que todos os prisioneiros norte-americanos convertidos pelos chineses, durante a Guerra da Coréia, mediante lavagem cerebral, já eram simpatizantes da causa comunista.

Toda a falácia da lavagem cerebral decorreria da concepção materialista-mecanicista e neurológica sobre a qual a ciência soviética construiu toda uma teoria, segundo a qual mente e cérebro são sinônimos perfeitos. Na realidade, cérebro e mente não são apenas distintos, como ainda esta última é inseparável do ambiente em que se forjou. Desta forma, ela pode ser destruída, mas não modificada.

Os assuntos, aqui discutidos, são, de há muito, temas em debate através de jornais e revistas. Mas, é a primeira vez que aparecem em forma de livro, o que confere a TÉCNICA DE PERSUASÃO — DA PROPAGANDA À LAVAGEM CEREBRAL caráter de acontecimento editorial. Este conjunto de técnicas visando ao domínio da mente humana é, agora, oferecido ao nosso público leitor através da palavra autorizada de um dos mais renomados especialistas britânicos. Para os que têm na inalienabilidade do ser humano seu supremo ponto de honra, é animadora a constatação do Dr. Brown de que o indivíduo não pode ser reduzido a uma coleção de respostas.

Cimento, base de desenvolvimento.


Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

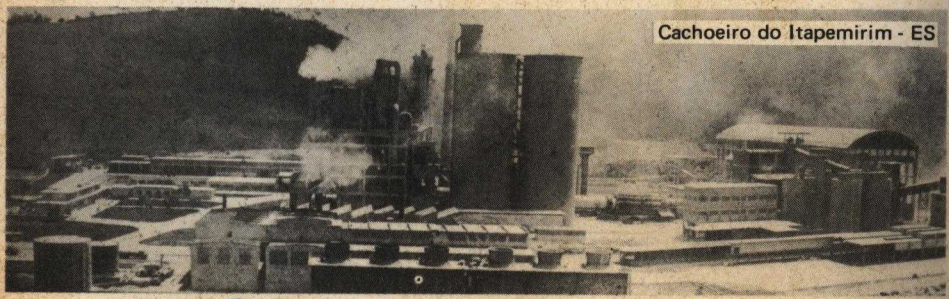
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim–ES e a outra em Capão Bonito–SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio–X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas antipoluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.


Cachoeiro do Itapemirim - ES

NASSAU

GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. – Cachoeiro do Itapemirim – ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. – Capão Bonito – SP